

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETÍCIA FIGUEIRA MOUTINHO KULAITIS

**ENTRE A VITIMIZAÇÃO E A CRIMINALIZAÇÃO: JUVENTUDE, SEGURANÇA
PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL PERVERSO.**

**CURITIBA
2016**

LETÍCIA FIGUEIRA MOUTINHO KULAITIS

ENTRE A VITIMIZAÇÃO E A CRIMINALIZAÇÃO: JUVENTUDE, SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL PERVERSO.

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Bodê de Moraes

**CURITIBA
2016**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em SOCIOLOGIA
Código CAPES: 40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **LETICIA FIGUEIRA MOUTINHO KULAITIS**, intitulada: "**ENTRE A VITIMIZAÇÃO E A CRIMINALIZAÇÃO: JUVENTUDE, SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL PERVERSO**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

Curitiba, 28 de Março de 2016.

Prof PEDRO RODÓLFO BODÊ DE MORAES (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof CEZAR BUENO DE LIMA (PUC/PR)

Prof JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL (UFPR)

Prof LUIS ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA (UNESP/MAR)

Prof MARIA TARCISA SILVA BEGA (UFPR)

Para Lucas Figueira Kulaitis, por seu olhar tão generoso, por suas palavras tão doces e pela melhor companhia para a vida inteira. A vida se iluminou naquela quinta-feira de maio!

Para Fernando Kulaitis, que há 17 anos tem compartilhado comigo livros, ideias, desejos, projetos, atenção e afeto. Que de tudo, reste, sempre, o amor.

À memória de Marília Clément Figueira. Carrego você comigo. Carrego você em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Pedro Bodê, por ser um orientador tão gentil quanto competente. Agradeço por me ensinar que a Academia é também constituída por professores éticos e dedicados aos seus alunos.

Aos professores Maria Tarcisa Silva Bega e José Antônio Peres Gediel por aceitarem nosso convite para participar da etapa de qualificação deste trabalho e por suas contribuições tão generosas.

À minha família, pelo conforto e pela fé nesse trabalho. Agradeço, em especial, minha mãe Márcia por sua capacidade infinita de oferecer apoio. Agradeço aos meus sobrinhos, Isadora, Isabella, Samuel, Felipe e Stella, e minha priminha Liz, que foram chegando ao mundo ao longo desse trabalho e tornando a vida muito mais animada.

Aos amigos que fiz no Ministério da Justiça e no Gabinete de Gestão Integrada de Curitiba. Por tantos momentos, vocês me deram força e ânimo para seguir trabalhando: Viviane Vedana, Adriana Mendes, Aloísio Magalhães, Cristina Gross Villanova, Dahir Inez de Azeredo, Danyelle Nilin Gonçalves, Irapuan Peixoto Lima Silva, Leonardo Malcher, Luiz Carlos Fiore, Marisa Pulice Mascarenhas, Marta Clemente, Rafael Losada, Sérgio Trad e Talita Lazarin Dal' Bó; Marlon Cardoso, Miriam Pereira, Claudete Bernardi, Cristina Glock, Rene Witek e José Oliveira.

À Adriana Almeida Ruela, que me faz ter orgulho da nossa profissão e acreditar em dias melhores para os sociólogos que valorizam sua formação sendo bons profissionais e acadêmicos.

Aos amigos que fiz no Doutorado, pela disposição em partilhar: Ingrid Schwyzer, Leide Sanches, Leonardo Biscaia de Lacerda e Ricardo Gama.

Aos amigos do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos por ampliarem meus horizontes com suas pesquisas.

À Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná por me ensinar a vivenciar minha resiliência.

RESUMO

Esta tese dedicou-se à análise de como a juventude foi apresentada e inserida como pauta da política nacional de segurança pública e como foi expressa sua representação nas políticas públicas elaboradas pelo Ministério da Justiça e executadas pela União, estados e municípios no período compreendido entre 1997 e 2012. A análise dos documentos institucionais produzidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, cuja função é definir e difundir as políticas nacionais de segurança pública, evidencia a centralidade da juventude na discussão destas políticas, em especial, a partir dos anos 2000. Destaca-se o fato de os jovens ora serem apresentados como vítimas da criminalidade e da violência, ora como vitimizadores, potenciais ameaças a sociedade. A associação entre juventude, violência e pobreza presentes nos documentos oficiais parece estabelecer que a atividade criminosa está ou estará presente na trajetória de jovens pobres, moradores das áreas de periferia dos grandes centros urbanos e é necessário, portanto, atender a demanda social e política por retirar os jovens brasileiros da rota da criminalidade e da violência. Construídas a partir dessa perspectiva as políticas públicas voltadas a juventude, na área de segurança pública, reforçam a dinâmica de marginalização que pretendem combater e lançam sobre essa população um estigma de grupo e de território, ou seja, de uma área marcada pela violência e habitada por criminosos e ou futuros criminosos produzindo um tipo de controle social que se realiza por meio da policialização destas políticas.

Palavras-chave: Juventude, Criminalização, Políticas Públicas, Controle Social.

ABSTRACT

This thesis aimed to analysis of how the youth was presented and included in the agenda of national public security policy and how its representation was in public policies prepared by the Ministry of Justice and implemented by the Union, states and municipalities between 1997 and 2012. The analysis of institutional documents produced by the National Secretariat of Public Security, whose function is to define and disseminate national policies of public security, shows the centrality of youth in the discussion of these policies, especially from the 2000s. Noteworthy is the fact that young people now being presented as victims of crime and violence either as victimizers, potential threats to society. The association between youth, violence and poverty present in official documents seems establish that criminal activity is or will be present in the trajectory of poor youngsters, residents of peripheral areas of large urban centers and it is therefore necessary supply a social and political demand by removing the young Brazilians from the route of crime and violence. Built from this perspective the public policies aimed at youth in the area of public security, reinforce the dynamic of marginalization that claim to fight and throw on this population a group and territory stigma, i.e., from an area marked by violence and inhabited by criminals and or future criminals producing a kind of social control which takes place through the police control of these policies.

Keywords: Youth, Criminalization, Public Policy, Social Control.

RÉSUMÉ

Cette thèse porte sur l'analyse de la façon dont les jeunes ont été présentés et inclus dans l'ordre du jour de la politique nationale de la sécurité publique et comme la jeunesse a été exprimée par des politiques publiques élaborées par le Ministère de la Justice et mis en œuvre par l'Union, les Etats et les Municipalités, dans la période allant de 1997 à 2012. L'analyse des documents institutionnels produits par le Secrétariat National de la Sécurité Publique, dont la fonction est définir et de diffuser la politique de sécurité publique nationale, met en évidence la centralité de la jeunesse dans la discussion de ces politiques, en particulier à partir des années 2000. On remarque le fait que les jeunes sont présentés soit comme des victimes de la criminalité et de la violence, soit comme agresseurs ou menaçants potentielles. L'association entre violence, jeunesse et pauvreté qui on trouve dans les documents officiels semble établir que l'activité criminelle est ou sera présent dans la trajectoire des jeunes pauvres, les habitants des zones périphériques des grands centres urbains. Il faut, alors, répondre le but social et politique d'enlever les jeunes brésiliens de la route de la criminalité et de la violence. Cependant, les politiques publiques destinées à la jeunesse, en ce qui concerne la sécurité publique, renforcent la dynamique de la marginalisation en jetant sur cette population des stigmates de group et de territoire, c'est à dire, une région marquée par la violence et habitée par des criminels, dont l'effet et une sorte de contrôle social qui est effectuée par un régime policier.

Mots-clés: jeunesse, criminalisation, politique publique, contrôle social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-------------|--|-----|
| FIGURA 1 - | ORGANOGRAMA DA SENASP..... | 77 |
| FIGURA 2 - | 11 ESTADOS PRONASCI – 2008..... | 128 |
| FIGURA 3 - | ORGANOGRAMA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO PRONASCI..... | 133 |
| FIGURA 4 - | LOGO PROTEJO..... | 142 |
| FIGURA 5 - | CARTAZES PROTEJO..... | 143 |
| FIGURA 6 - | INTEGRANTES DO PROJETO MULHERES DA PAZ..... | 146 |
| FIGURA 7 - | ILUSTRAÇÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO..... | 150 |
| FIGURA 8 - | CARTAZ TERRITÓRIO DE PAZ..... | 153 |
| FIGURA 9 - | LANÇAMENTO DE TERRITÓRIO DE PAZ – RIO DE JANEIRO | 155 |
| FIGURA 10 - | CARTILHA TERRITÓRIO DE PAZ - A ENTRADA NA COMUNIDADE | 158 |
| FIGURA 11 - | CARTILHA TERRITÓRIO DE PAZ – CARACTERIZAÇÃO DO JOVEM PROTEJO..... | 160 |
| FIGURA 12 - | GRÁFICO FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – AÇÕES APROVADAS PELO COMITÊ GESTOR EM TERMOS PERCENTUAIS DO VOLUME DE RECURSOS – 2008..... | 164 |
| FIGURA 13 - | GRÁFICO FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – PRONASCI – PERCENTUAL DE VALORES EMPENHADOS POR REGIÃO EM 2008..... | 167 |
| FIGURA 14 - | GRÁFICO FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO PRONASCI PARA ENTES FEDERADOS – 2008 | 168 |
| FIGURA 15 - | SITUAÇÃO DA INFORMAÇÃO DOS DADOS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS POR ESTADOS..... | 198 |

| | |
|---|-----|
| FIGURA 16 - HOMÍCIDIOS COMETIDOS POR ADOLESCENTES..... | 199 |
| GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DOS HOMICÍDIOS JUVENIS NO TOTAL DE HOMICÍDIOS. BRASIL – 1982-2002..... | 56 |
| GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE HOMICÍDIO POPULAÇÃO JOVEM E NÃO JOVEM. BRASIL – 1980-2002..... | 56 |
| GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DE DEVOLUÇÃO DE RECURSOS REPASSADOS PELA SENASP – 2000-2004..... | 105 |
| GRÁFICO 4 - NÚMERO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS PELO PRONASCI 2008-2012..... | 162 |
| GRÁFICO 5 - PROBLEMAS MAIS FREQUENTES EM SUA COMUNIDADE – TERRITÓRIOS DE PAZ..... | 170 |
| GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIO – POPULAÇÃO JOVEM – ALAGOAS, DISTRITO FEDERAL E GOIÁS – 2008-2012..... | 175 |
| GRÁFICO 7 - ANÁLISE COMPARADA DAS AÇÕES PRONASCI 07, 61 E 62 – 2008-2012..... | 183 |
| QUADRO 1 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CÁRDOSO - 1995 – 2002..... | 60 |
| QUADRO 2 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - 2003 – 2010..... | 65 |
| QUADRO 3 - SECRETÁRIOS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA – ORIGEM E TEMPO DE EXERCÍCIO..... | 78 |
| QUADRO 4 - SECRETÁRIOS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONTEXTO POLÍTICO..... | 80 |
| QUADRO 5 - CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PRONASCI | 119 |
| QUADRO 6 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO DILMA ROUSSEFF - 2011 – | 189 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 – POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, SEGUNDO OS CENSOS DEMOGRÁFICOS – BRASIL – 1940-2010..... | 38 |
| TABELA 2 – POPULAÇÃO TOTAL E PESSOAS QUE FREQUENTAVAM A ESCOLA, POR GRUPO DE IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS – BRASIL – 2010..... | 39 |
| TABELA 3 – PESSOAS ENTRE 15 E 24 ANOS QUE FREQUENTAVAM A ESCOLA, SEGUNDO COR OU RAÇA – BRASIL – 2010..... | 40 |
| TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 16 A 24 ANOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E SITUAÇÃO DO TRABALHO, ESTUDO E PROCURA DE TRABALHO – RMs E DISTRITO FEDERAL – 1999-2009 (EM %)..... | 41 |
| TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS DE IDADE POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL – BRASIL – 2000..... | 43 |
| TABELA 6 – TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA (16 A 24 ANOS) E SEXO - RMs E DISTRITO FEDERAL – 2009 (EM %)..... | 44 |
| TABELA 7 – NÚMERO DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO - POPULAÇÃO JOVEM - BRASIL – 1980-2007..... | 55 |
| TABELA 8 – NÚMERO DE HOMICÍDIOS FEMININOS E MASCULINOS (EM NÚMEROS ABSOLUTOS) – POPULAÇÃO JOVEM - BRASIL 2001-2007..... | 58 |
| TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONVÊNIOS DO FNSP POR ANO – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE - 2003-2010..... | 91 |
| TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS DO FNSP POR ANO – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE - 2003-2010..... | 92 |
| TABELA 11 – CLASSIFICAÇÃO DOS CONVÊNIOS DO FNSP QUANTO À PROPOSTA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE – 2003-2010...99 | 99 |
| TABELA 12 – POPULAÇÃO NAS LOCALIDADES PRONASCI – BRASIL – 2007..... | 126 |
| TABELA 13 – NÚMERO DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO – POPULAÇÃO JOVEM POR UF – BRASIL – 2007/2012 | 136 |
| TABELA 14 – PROJETOS APRESENTADOS E APROVADOS – ESTADOS E MUNICÍPIOS – PRONASCI – 2008..... | 163 |

| | |
|--|-----|
| TABELA 15 – DESPESA LIQUIDADADA BOLSA FORMAÇÃO – 2008-2011..... | 166 |
| TABELA 16 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PRONASCI POR UF – 2008-2012..... | 172 |
| TABELA 17 – RANKING – RECURSOS RECEBIDOS E TAXA MÉDIA DE HOMICÍDIOS POPULAÇÃO JOVEM – 2008-2012..... | 173 |
| TABELA 18 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PRONASCI POR ENTE – 2008-2012..... | 176 |
| TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS – PROTEJO – MUNICÍPIOS – 2008-2012..... | 177 |
| TABELA 20 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS – PROTEJO – ESTADOS – 2008-2012..... | 177 |
| TABELA 21 – RESUMO – PROTEJO – 2008-2012..... | 178 |
| TABELA 22 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS – MULHERES DA PAZ – MUNICÍPIOS - 2008-2012..... | 179 |
| TABELA 23 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS – MULHERES DA PAZ – ESTADOS - 2008-2012..... | 179 |
| TABELA 24 – RESUMO – MULHERES DA PAZ – 2008-2012..... | 180 |
| TABELA 25 – RESUMO – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS – 2008-2012.... | 182 |
| TABELA 26 – RESUMO – ESTRUTURAÇÃO DE GGI – 2008-2012..... | 182 |

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
DATASUS – Departamento de Informática do SUS
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DEPRO – Departamento de Políticas, Programas e Projetos
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA – Educação de Jovens Adultos
FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública
INFOSEG – Sistema Nacional de Informações de justiça e Segurança Pública
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MD – Ministério da Defesa
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação
MJ – Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OPAS – Organização Panamericana de Saúde
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNJ – Política Nacional de Juventude
PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PNSP – Plano Nacional de Segurança Pública
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROTEJO – Proteção de Jovens em Território Vulnerável
SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEPLANSEG – Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança
Pública

SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

SUS – Sistema Único de Saúde

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPP – Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| 1 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS | 23 |
| 1.1 SOBRE A NOÇÃO DE JUVENTUDE..... | 23 |
| 1.2 A CONDIÇÃO JUVENIL NO BRASIL..... | 36 |
| 1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA..... | 59 |
| 2 A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE JUVENTUDE VIOLENTA: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 74 |
| 2.1 SOBRE A SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: HISTÓRIA E ESTRUTURA..... | 74 |
| 2.2 CONSTRUINDO AS DIRETRIZES NACIONAIS: PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA..... | 80 |
| 2.2.1 Financiamento de convênios de segurança pública: Adolescência e juventude em pauta..... | 88 |
| 3 JUVENTUDE, SEGURANÇA E CIDADANIA | 110 |
| 3.1 PRONASCI: ELABORAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DE UMA UMA PROPOSTA DE SEGURANÇA COM CIDADANIA..... | 110 |
| 3.2 JOVENS, MULHERES E POLÍCIA: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA?..... | 135 |
| 3.3 TERRITÓRIO DE PAZ: O CONTROLE POLICIAL COMO CONDIÇÃO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA..... | 152 |
| 4 A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PRONASCI: OS VALORES DA PROPOSTA DE SEGURANÇA COM CIDADANIA | 162 |
| 4.1 O OLHAR DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PRIMEIROS ANOS DE EXECUÇÃO DO PRONASCI (2008-2009)..... | 163 |
| 4.2 A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PRONASCI (2008-2012): SOBRE A RELAÇÃO COM OS HOMÍCIDIOS JUVENIS..... | 171 |
| 4.3 DADOS CONSOLIDADOS SOBRE O INVESTIMENTO NAS AÇÕES PRONASCI (2008-2012)..... | 176 |
| 4.3.1 Proteção de Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO e Mulheres da Paz..... | 176 |

| | |
|---|------------|
| 4.3.2 Aquisição de equipamentos para instituições de segurança pública..... | 181 |
| 4.4 O PRONASCI NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF..... | 186 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 195 |
| REFERÊNCIAS..... | 201 |
| APÊNDICES..... | 213 |
| ANEXO..... | 330 |

INTRODUÇÃO

O ponto de partida desse trabalho foi a contratação, no ano de 2009, em Processo Seletivo Simplificado (PSS) para o exercício de atividades técnicas especializadas do Ministério da Justiça por tempo determinado. Os profissionais foram contratados para atuarem na sede do Ministério em Brasília e em 11 estados (Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul) e suas atividades foram direcionadas para o acompanhamento da execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), lançado pelo Governo Federal em julho de 2007.

Após a contratação, os profissionais participaram, por um período de 15 dias, de capacitação para exercício de suas funções na sede do Ministério da Justiça. Em palestra que inaugurava o curso de formação, o Ministro da Justiça Tarso Genro afirmou que os jovens brasileiros constituem, dentre toda a população, o grupo que mais mata e morre e sendo assim, o PRONASCI foi idealizado para oferecer um novo caminho por meio da profissionalização, do pagamento de bolsas e de uma repressão policial 'qualificada' nos territórios em que viviam estes jovens. Nas palavras do ministro, se fosse possível salvar apenas um jovem, o programa teria cumprido sua missão.

De início, destacava-se, na apresentação do Programa pelo Ministro, o fato de os jovens ora serem apresentados como vítimas da criminalidade e da violência, ora como vitimizadores, potenciais ameaças à sociedade. Tal fato despertou a atenção para a percepção de que a associação entre juventude, violência e pobreza se fazia presente nos documentos oficiais produzidos para a divulgação do Programa e parecia estabelecer que a atividade criminosa está ou estará presente na trajetória de jovens pobres, moradores das áreas de periferia dos grandes centros urbanos e era necessário, portanto, atender a demanda social e política por retirar os jovens brasileiros da rota da criminalidade e da violência.

A atuação como Profissional de nível superior – nível III - Ciências Sociais – com lotação no Estado do Paraná no período compreendido entre janeiro de 2009 e maio de 2014, por fim, suscitou um conjunto de questões que

foram levadas ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná na seleção realizada no ano de 2012. São elas: Como as construções oficiais da juventude e da violência pelas políticas públicas difundidas pela SENASP se articulam com as práticas de gestão da segurança pública? E quais os resultados dessa articulação para a definição do peso dos processos de vitimização e de criminalização do jovem?

Inicialmente a preocupação descrita no Projeto de Tese era compreender de que modo a oscilação em apontar os jovens como vítimas ou criminosos se refletia nas políticas de segurança pública executadas por estados, municípios e pela União. Para tanto, era necessário analisar como estas são formuladas e de que modo os indivíduos a quem estas políticas se destinam são caracterizados.

A execução dos projetos e programas, financiados pelo Ministério, atende aos pressupostos definidos pela União e se expressam *in loco* por meio da apropriação e/ou reprodução destes pressupostos por estados e municípios. No caso dos projetos e programas que envolvem a juventude, os pressupostos que os definem oscilam, como dito anteriormente, entre a vitimização e a criminalização desse segmento da população. Tal instabilidade ocasiona a adoção pelo governo federal, governos estaduais e municipais de ações de prevenção ou de repressão da violência e da criminalidade dada a percepção construída pela SENASP acerca da juventude.

De modo geral, as políticas públicas de segurança, orientadas e financiadas pelo Ministério da Justiça, expressam a percepção da juventude pobre, moradora das áreas de periferia dos grandes centros urbanos, como uma possível ameaça à ordem social. Tais políticas buscam manter os jovens pobres ocupados e isolados do seu próprio grupo.

Sendo assim, formulou-se a hipótese de que estas políticas reforçam a dinâmica de marginalização que pretendem combater e lançam sobre essa população um estigma de grupo e de território, ou seja, de uma área marcada pela violência e habitada por criminosos e ou futuros criminosos.

Portanto, essa pesquisa dedicou-se à análise de como a juventude (seja pela via da vitimização ou pela via da criminalização) foi apresentada e inserida como pauta da política nacional de segurança pública e como foi expressa sua representação nas políticas públicas elaboradas pelo Ministério da Justiça e

executadas pela União, estados e municípios no período compreendido entre 1997 e 2012.

O marco inicial deste recorte de tempo é a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em 1997, órgão integrante do Ministério da Justiça. Responsável pela definição, difusão e financiamento das políticas nacionais de segurança, a SENASP estabeleceu a juventude como pauta da segurança pública. Já o marco final refere-se à execução do PRONASCI entre os anos de 2007 e 2012.

O PRONASCI consolidou o foco etário da política nacional de segurança proposta pela SENASP. O programa teve suas ações dirigidas para jovens entre 15 e 24 anos, identificados como aqueles que já cometeram ou que, segundo o Ministério da Justiça, cometerão crimes.

Para compreender como são construídas e difundidas pelo Ministério da Justiça as categorias juventude e violência juvenil e por fim, como estas categorias informam as políticas nacionais de segurança pública, o desenvolvimento desta tese divide-se em cinco capítulos.

No primeiro capítulo são descritas as variáveis que possibilitam a compreensão da noção de juventude em seu sentido sócio-histórico. Em seguida, são apresentados os elementos que condicionam a experiência juvenil e as políticas públicas direcionadas a esse segmento social no período correspondente aos anos 1995 a 2010 e que norteiam o debate acerca de juventude, políticas públicas e segurança pública no contexto brasileiro.

Considerando que a juventude ou as juventudes são formadas por um conjunto heterogêneo de indivíduos, com diferentes aspirações, experiências de vida e meios de acesso ao poder, a condição juvenil¹ é vivida pelos jovens, de acordo, com sua situação de classe, de gênero, de etnia, de renda, entre outras variáveis.

Portanto, da condição juvenil, modo como uma sociedade forma e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, define-se uma situação juvenil, o modo como esse momento é vivido em um determinado contexto social. A discussão dos dados referentes à ocupação da população jovem se mostra

¹ A juventude, compreendida como uma condição, define-se como um momento do ciclo de vida em que o indivíduo passa a integrar outras dimensões da vida social como, por exemplo, o mercado do trabalho.

relevante para a compreensão da situação juvenil pois, atualmente, os marcos de transição da juventude para a vida adulta como a entrada no mundo do trabalho e a constituição de uma nova família, no Brasil, tornaram-se processos ainda mais complexos

Para além das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e de construção de novos laços sociais, há, no caso brasileiro, outra variável fundamental para a compreensão da situação juvenil. Trata-se da violência a que a juventude brasileira está exposta em suas diversas manifestações. Por conta dos altos índices de agressões e homicídios sofridos pelos jovens brasileiros, o fenômeno despertou o interesse da mídia e de diferentes organismos internacionais que se dedicaram a avaliar tal situação.

Em resposta à mobilização social, a juventude foi integrada como conteúdo das políticas nacionais de segurança pública e identificada como parte de um trinômio que se completa por sua associação aos termos pobreza e violência. Os jovens pobres são, nesta concepção, aqueles que sofrem e aqueles que produzem violência.

No contexto destas políticas é possível perceber que mesmo quando o jovem é reduzido a vítima, a atenção que se volta para ele é constituída pela noção de que, por conta das características socialmente atribuídas a condição juvenil e de sua situação de marginalidade social, este caminhará numa linha tênue entre a prática concreta da criminalidade e a possibilidade efetiva de realizá-la. Ou seja, de modo geral, a juventude é representada como um caso de polícia.

O capítulo 2 analisa a hipótese de que para compreender a inserção da juventude como questão de segurança pública é necessário apresentar como se estruturaram e se desenvolveram as atividades da Secretaria Nacional de Segurança de Pública no período compreendido entre 1997 e 2007. A partir dos anos 2000, a juventude, apontada como quem produz e sofre violência se tornou pauta dos projetos e programas de segurança pública executados pela União, estados e municípios.

No ano 2000, a juventude começa a tomar forma como integrante do campo da segurança pública por ocasião da elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). No Plano, os compromissos que faziam referências a questão da adolescência e/ou da juventude eram aqueles voltados para a

regulação dos meios de comunicação com vistas a impedir a exposição de crianças e adolescentes à violência e na inibição da atuação de gangues.

Criado com o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal, o Fundo Nacional de Segurança Pública financiou, entre 2003 e 2010, 118 projetos que continham, em seus objetos, menção a adolescentes e jovens como destinatários de suas ações.

A análise destes convênios firmados com a SENASP apontou a presença dos profissionais de segurança pública como executores de projetos sociais para juventude. Esta presença é justificada, tanto por estados e município quanto pelo Ministério da Justiça, em virtude da necessidade de afastar os jovens da atividade criminosa. O pressuposto que orienta estes projetos é que a atividade criminosa está ou estará presente na trajetória de jovens pobres, moradores das áreas de periferia dos grandes centros urbanos e é necessário, portanto, atender a demanda social e política por retirar estes jovens da rota da criminalidade e da violência.

Por outro lado, o que estes convênios explicitam é que os policiais, bombeiros e guardas municipais envolvidos na execução dos mesmos serão responsáveis por formar e acompanhar os jovens e adolescentes em atividades escolares, culturais e esportivas. Portanto, executarão políticas públicas estaduais ou municipais voltadas a juventude e adolescência. Tal fato se configura como um processo de policialização destas políticas públicas.

Observa-se que o foco da política nacional de segurança pública estabelecido pela SENASP não se limita à questão etária pois a juventude a quem se destina essa política é aquela que reside num local também estabelecido como foco da repressão à violência. Sendo assim, a política delimita uma faixa etária e um território como responsáveis pela violência vivenciada nos municípios.

É no contexto deste debate sobre a vulnerabilidade social dos jovens e da suposta escalada dos homicídios cometidos por essa faixa que é criado, em 2007, no âmbito do Ministério da Justiça, o PRONASCI, objeto do terceiro capítulo deste trabalho.

Lançado, pelo Ministério da Justiça, em agosto de 2007, o programa teve suas ações dirigidas para jovens entre 15 e 24 anos, identificados como aqueles

em situação infracional ou no caminho de situação infracional: adolescentes em conflito com a lei, jovens oriundos do serviço militar obrigatório, jovens presos, jovens egressos do sistema penitenciário e jovens em situação de descontrole familiar grave (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p.5). Estes jovens não estariam integrados aos demais programas sociais do governo federal e seriam moradores das periferias dos grandes centros urbanos do Brasil. Os pressupostos que orientaram a construção do Programa e sua estrutura são apresentados neste capítulo.

Ao todo o Programa reuniu 94 ações divididas em ações estruturais e ações dos programas locais. As ações estruturais visavam modernizar as polícias e o sistema prisional, valorizar os profissionais do setor, enfrentar a corrupção policial e o crime. Os programas locais, integrantes do PRONASCI, compreendiam as chamadas ações de prevenção destinadas “a retirar o jovem da rota criminal e inseri-lo nos programas governamentais já existentes, recuperando-os para a cidadania” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008a, p.5).

Ao apontar para a necessidade de pacificação desses espaços por meio da “mobilização policial”, o modelo de ocupação dos territórios, proposto pelo Programa, assenta-se na instituição de um processo de criminalização da pobreza, como indicado por Coelho (2005). Ainda que, no caso do PRONASCI, a vinculação da “mobilização policial” à “mobilização social” seja apontada como uma mudança do modelo de ocupação destes territórios, a denotação dos locais selecionados pelo Programa como territórios não-pacificados acaba por reforçar a dinâmica da marginalização que objetivavam combater.

A policialização dos projetos previamente executados por outros ministérios e secretarias especiais do governo federal tem como ponto de partida a noção de que nas localidades identificadas como “Território PRONASCI” ou ainda “Território de Paz” tais ações podem se concretizar apenas com o acompanhamento prévio e permanente das forças municipais e ou estaduais de segurança pois são estas as regiões que concentram a violência, a criminalidade e a descoesão social.

No quarto capítulo, a análise dos dados referentes à execução orçamentária do PRONASCI apresenta-se como uma relevante ferramenta para a compreensão da instrumentalização dos princípios que orientaram a elaboração do Programa e dos efeitos produzidos por esta política nacional de segurança

pública. São examinados 783 convênios e 23 termos de parceria firmados no âmbito do PRONASCI entre os anos de 2008 e 2012.

Por fim, nas considerações finais, são retomados os princípios que estruturaram a discussão abordada nesta tese e são apontados os elementos que nos permitem identificar o processo de policialização das políticas, como expressão de um controle social do tipo perverso presente nas políticas públicas voltadas para a juventude.

Como complemento à análise proposta foram elaborados 7 apêndices que apresentam os dados levantados para realização desta pesquisa. O APÊNDICE 1 lista os convênios firmados no âmbito do Fundo Nacional de Segurança que se dirigem à adolescência e juventude. Nos APÊNDICES 2 e 3 são relacionados os estados, municípios e consórcios de segurança pública que integraram o PRONASCI. A descrição das 94 ações que compõem o Programa é o objeto do APÊNDICE 4. Os APÊNDICES 5, 6 e 7 tratam dos convênios firmados pelo Ministério da Justiça com estados, municípios e organizações da sociedade civil de interesse público.

1 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta seção são descritas as variáveis que possibilitam a compreensão da noção de juventude em seu sentido sócio-histórico. Em seguida, são apresentados os elementos que condicionam a experiência juvenil no contexto brasileiro e as políticas públicas direcionadas a esse segmento social no período correspondente aos anos 1995 a 2010.

1.1 SOBRE A NOÇÃO DE JUVENTUDE

A juventude é reconhecida, comumente, como a vivência de um período intermediário entre a infância e a vida adulta. É atribuído ao grupo de indivíduos que atravessa tal período um conjunto de ações, sentimentos e pensamentos, como próprio da juventude. Desse modo, os jovens são notadamente descritos como impulsivos, emocionalmente instáveis, egocêntricos e irresponsáveis, ou seja, como indivíduos que não hesitam em colocar-se em situações de risco².

Esta percepção acerca da juventude não se limita ao senso comum e se faz presente nos documentos institucionais produzidos pelo governo brasileiro³. Em relatório de análise e acompanhamento das políticas públicas para juventude, técnicos e pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, assinalam que:

Considerando-se que, do ponto de vista dos jovens, eles teriam ‘pouco a perder’, já que não estão plenamente integrados aos vínculos das instituições sociais e que a morte é uma possibilidade distante, inverossímil, é possível conceber que eles simplesmente se disponham a brincar com o controle da própria vida, correndo riscos ao desprezar a

² Vincenzo Cicchelli e Catherine Pugeault-Cicchelli (2006) apontam acerca da construção de uma noção de juventude que no período pós-Segunda Guerra mundial, os jovens foram descritos pela imprensa europeia como ‘sujeitos ruins’ para a sociedade, delinquentes, ociosos, inconscientes e amantes do dinheiro fácil. Seu comportamento nocivo era resultado da ausência paterna durante o período de guerra. A partir dos anos 1960, com o surgimento de um segmento da imprensa escrita voltada para a juventude, em especial por conta da formação de uma cultura juvenil, a delinquência dos jovens é relatada como uma reação destes indivíduos à sociedade. Sendo assim, os jovens refutariam uma sociedade que os refuta.

³ Entende-se por documentos institucionais aqueles que são produzidos por diferentes órgãos, agências, fundações e institutos integrantes da administração pública federal e das administrações públicas estaduais e municipais.

interdependência entre a própria ação e a de terceiros no estabelecimento de um determinado objetivo. (FERREIRA *et al.*, 2009, p. 196).

Nota-se que o documento, produzido pelo IPEA, apresenta os jovens como indivíduos inclinados a arriscar sua vida ou a colocar a vida de outrem em risco e agem de modo inconsequente e irresponsável e portanto, reproduz a percepção da juventude pelo senso comum.

De modo geral, a noção de risco pode ser compreendido tanto pela perspectiva da fragilidade dos jovens diante da exposição à violência e/ou às condições precárias de sobrevivência, enquanto risco social, quanto pela perspectiva da juventude como ameaça à ordem social, por conta das condutas de risco adotadas pelos jovens. Sendo assim, configura-se como uma variável a ser tomada para a compreensão da construção da noção de juventude, em especial, no contexto brasileiro.

Opondo-se à naturalização da violência como característica intrínseca da juventude, Pedro Bodê de Moraes (2006, p. 6) destaca que tal percepção é socialmente construída e aponta que “são abundantes os casos em que jovens e adolescentes são tomados como ‘ameaça à sociedade’ ou ‘vítimas dela’, porque, estando em formação, seriam mais facilmente influenciáveis, inclusive – e aqui haveria um grande perigo – pelo mundo do crime”.

Como contraponto à noção de juventude produzida pelo senso comum e legitimada pela produção institucional, a sociologia demonstra que este grupo social, os jovens, não se constitui de modo homogêneo e que, portanto, é necessário conhecer as especificidades que identificam a juventude em suas diferentes épocas e contextos. Trata-se de compreender de que modo este grupo se constitui como tal e como ele é definido pela sociedade.

É nesse sentido que Pierre Bourdieu (1983, p.113) aponta para a arbitrariedade na divisão entre faixas etárias pois as idades se tornam um dado socialmente manipulável e manipulado. Nessa perspectiva, no caso da juventude, a manipulação encontra-se na percepção dos jovens como uma unidade social, ou seja, como um grupo constituído e dotado de interesses comuns por conta de uma idade que é definida biologicamente.

A definição de um grupo social por conta da idade biológica seria insuficiente, pois de acordo com José Machado Pais (1990, p. 149), “o paradoxo

da questão é que qualquer ideia aparece sempre encapsulada num nome e, aqui, o mesmo nome – juventude – encapsula ideias diferentes”. Ou seja, em uma mesma faixa etária, podemos encontrar indivíduos em condições sociais que em nada se assemelham.

A manipulação das idades, como unidades sociais, possibilita a atribuição de características a um grupo etário em relação às demais faixas etárias, ou seja, a definição de características que distinguem e opõem essas faixas etárias. Assim é possível, por exemplo, afirmar que os jovens são violentos e irresponsáveis enquanto que os velhos são conciliadores e sábios⁴.

As classificações por idade, bem como as classificações por sexo ou classe, impõem limites e produzem uma ordem social baseada na divisão de poder entre jovens e velhos. Bourdieu aponta que este processo vai além da atribuição de papéis e é responsável por assegurar um lugar a ser ocupado por cada geração e pela manutenção desse *status quo*:

A luta acha-se, portanto, no próprio princípio da construção da classe (social, étnica, sexual, etc.): não há grupo que não seja lugar de uma luta pela imposição do princípio legítimo de construção dos grupos, e não há distribuição de propriedades, quer se trate do sexo ou da idade, da instrução ou da riqueza, que não possa servir de base a divisões e a lutas propriamente políticas. (BOURDIEU, 1998, p. 139).

Depreende-se da análise proposta por Bourdieu que o poder se apresenta como uma variável chave para o entendimento da construção da noção de juventude pois os jovens são definidos e se definem em e na relação com os demais grupos sociais.

Mais do que uma divisão de papéis entre grupos constituídos, no caso entre jovens e velhos, a atribuição de um conjunto de propriedades distintas a um determinado grupo social é parte fundamental de sua constituição como tal:

A passagem do estado de grupo prático ou estado de grupo instituído (classe, nação, etc.) pressupõe a construção do princípio de classificação capaz de produzir o conjunto das propriedades distintivas características do conjunto dos membros desse grupo e de anular,

⁴ Nesse mesmo sentido, Paul Singer (2011, p. 27) afirma que “a juventude parece, pois, condenada à submissão ou ao desespero. Submissão não apenas aos pais e avós, aos patrões e governantes, mas também ao mundo deles. Neste mundo, ensina-se nas escolas e nas igrejas (com raras e honrosas exceções) que é natural que os jovens obedeçam aos mais velhos, não só porque estes têm poder, mas porque têm experiência, sabedoria, ao passo que aqueles são impetuosos, impacientes, inexperientes e, coitados, muito ignorantes”.

simultaneamente, o conjunto das propriedades não pertinentes que uma parte ou a totalidade dos seus membros possui a outros títulos (por exemplo, as propriedades de nacionalidade, de idade ou de sexo) e que poderiam servir de base a outras construções. (BOURDIEU, 1998, p. 139).

Considerando que a juventude ou as juventudes são formadas por um conjunto heterogêneo de indivíduos, com diferentes aspirações, experiências de vida e de meios de acesso ao poder como atributo das relações sociais, Bourdieu (1983) acredita que não se pode interpretar sob o mesmo conceito universos sociais que praticamente não possuem nada de comum⁵.

A compreensão dos papéis associados aos diferentes grupos etários (crianças, jovens, adultos e velhos) é dada em relação à forma como uma sociedade em questão define os ciclos da vida social em função de características biológicas como a idade. Entende-se, portanto, que:

Há modos socialmente prescritos de avaliar e aceitar a juventude, a idade e a morte. Há, também, um encadeamento entre elas que não é meramente cronológico ou linear e que permite distinguir, em cada uma, um modo de peculiar de atuação. (FORACCHI, 1972, p. 19).

Karl Mannheim (1968) apreendeu a noção de juventude em sua relação com a formação social na qual está inserida. Sendo assim, há uma expectativa quanto ao cumprimento de determinadas funções sociais por parte dos jovens e quanto às condições que são concedidas aos mesmos para que realizem tal tarefa. Nas palavras do autor:

O problema da juventude na sociedade moderna tem dois aspectos que podem ser formulados nas seguintes perguntas: O que a juventude nos pode dar? O que a juventude pode esperar de nós? (MANNHEIM, 1968, p. 69).

A contribuição de Mannheim (1990, p. 134) para a compreensão da noção de juventude, como categoria sociológica, é dada pela análise da posição de geração como variável. Trata-se da percepção de que indivíduos,

⁵ Helena Abramo (2011a, p. 43-44) constata que: “Se há tempos atrás todos começavam seus textos a respeito do tema da juventude citando Bourdieu, alertando para o fato de que ‘juventude’ podia esconder uma situação de classe, hoje o alerta inicial é o de que precisamos falar de *juventudes*, no plural, e não de *juventude*, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição”. Tal observação aplica-se precisamente ao presente trabalho. Trata-se, portanto, de partir do pressuposto de que a juventude é uma condição reconhecida e referida para as diferentes classes sociais e de investigar de que modo as diferentes juventudes são vivenciadas e tomadas como foco de políticas públicas.

pertencentes à uma mesma geração, partilham o mesmo ano de nascimento e uma posição semelhante na dimensão histórica do processo social. Integrando um processo histórico-social, os indivíduos de uma mesma geração partilham de uma identidade de posição que compreende grupos de idade. As relações sociais estabelecidas entre jovens e velhos são definidas por sua posição de geração:

Uma pessoa é velha quando vive numa estrutura específica, individualmente adquirida de experiências passadas utilizáveis, de tal forma que cada nova experiência tem a sua forma e o seu lugar largamente definido à partida. Na juventude, por seu turno, para quem a vida é novidade, as forças formativas estão a consolidar-se e as atitudes básicas no processo de desenvolvimento podem tirar partido do poder modelador das novas situações. Assim, uma raça humana que vivesse para sempre, teria de aprender a esquecer para compensar a ausência de gerações novas. (MANNHEIM, 1990, p. 143).

Desse modo, não é o fato de ter nascido numa mesma época que determina quem são os jovens, os adultos ou velhos. É a possibilidade de vivenciar e presenciar os mesmos momentos e acima de tudo, compreende-los de forma parecida, o que caracteriza uma posição comum dentre os que nasceram num mesmo tempo cronológico. Ou seja, a classificação do tempo vivido, em grupos de idade, se dá na definição social desses grupos.

Nos termos de Émile Durkheim, a noção de juventude é apreendida por meio do processo de socialização segundo qual os indivíduos são formados como seres sociais. A educação é, para Durkheim (1965), a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social e tem por objeto suscitar, no indivíduo em formação, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, postulados pela sociedade no seu conjunto e pelo meio no qual o indivíduo está inserido.

Nessa perspectiva cada geração é para a sociedade como uma tabula rasa sobre a qual é preciso construir as formas comuns de pensar, agir e sentir. O ser, que nasce egoísta e amoral, ingressa na vida moral e social e formá-lo é o papel social da educação. Esta formação estende-se da infância à juventude.

A existência de uma entidade moral duradora é fundamental para que o legado de cada geração seja conservado e acrescido pelas gerações seguintes. Tal entidade, a sociedade, une estas gerações dado que o indivíduo é definido em sua relação com a sociedade, pois esta age sobre o indivíduo para engrandecê-lo e torná-lo verdadeiramente humano.

Cada sociedade tem um tipo de educação que lhe é próprio e que, por conseguinte, a define e expressa sua organização moral, política e religiosa. Para Durkheim (1965, p. 78), “não há povo, com efeito, em que não exista certo número de ideias, de sentimentos e de práticas que a educação deve inculcar a todas as crianças indistintamente, qualquer que seja a categoria a que pertençam”. Portanto, a moral, em sua relação com a coesão social, e o processo de socialização são as variáveis que permitem identificar a compreensão, em Durkheim, da noção de juventude.

Os jovens e os adultos encontram-se entrelaçados por meio do processo de socialização. Isso se manifesta na articulação entre os conteúdos do processo de socialização e a formação dos jovens em uma dada sociedade pois “o(s) comportamento(s) dos jovens, seja lá qual for ou como o interpretamos é resultado da socialização a que eles foram submetidos. Seus *defeitos* e virtudes espelham, portanto, o mundo dos adultos que os formaram”. (MORAES; PESCAROLLO, 2008, p. 1).

A preocupação com a juventude está relacionada, portanto, às possíveis rupturas nesse processo de desenvolvimento do ser social e, conseqüentemente, aos possíveis riscos para a continuidade e para a coesão moral da sociedade na qual os jovens, em formação, estão inseridos. Posto isto,

[...] a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social -, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com a transmissão da herança cultural. (ABRAMO, 1997, p. 29).

A ruptura com o processo de socialização, ou seja, com a transmissão do legado de uma geração para a outra, é tomada como uma ameaça à organização social. A sociedade mostra sua força coercitiva para os indivíduos que promovem esta ruptura e aplica as medidas de punitivas, previstas nos códigos penais, e a desaprovação social, por vezes, mais constrangedora do que a lei.

[...] o consolo se produz a partir da conclusão de que a maior parte dos jovens, se bem conduzidos, acaba, depois de alguns percalços, integrando-se de forma sadia e normal à sociedade; o problema volta a

ficar circunscrito, assim, à delimitação dos grupos ou setores juvenis estruturalmente anômalos, para os quais se destinam medidas específicas de controle e 'ressocialização'. (ABRAMO, 1997, p. 30).

Estabelecida a relação entre os jovens e o processo de socialização, é possível retomar a afirmação de que o significado da noção de juventude é determinado por uma dada sociedade, o que implica em reconhecer que é definida de modo diverso por sociedades diferentes⁶. Sendo assim, é necessário investigar a variedade de situações sociais que se desenrolam nesta fase da vida para que a juventude seja compreendida como uma condição que se articula social, histórica e culturalmente.

Mario Margulis e Marcelo Urresti (1998) esclarecem que ser jovem depende não só da idade como uma característica biológica ou da posição de classe mas também da consequente capacidade de acessar diferencialmente a uma moratória⁷, a um estatuto privilegiado que lhes permite adiar o ingresso na vida adulta. É necessário também considerar o fato geracional⁸, ou seja, as circunstâncias culturais do processo de socialização vivido pelos indivíduos fazem com que os jovens se diferenciam das gerações mais velhas.

Reconhecendo que juventude é uma categoria fundamentalmente sociológica, a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) define essa faixa etária como a etapa da vida em que os indivíduos, entre 15 e 24 anos, são preparados para que possam exercer o papel do adulto⁹ e realizando plenamente suas capacidades reprodutivas e produtivas, usufruindo de plenos direitos e

⁶ Margulis e Urresti (1998) apresentam uma interessante dimensão à noção de juventude ao afirmar que, em especial na sociedade ocidental, a mesma não se refere apenas a um estágio de vida mas a um produto. A juventude é tomada como valor simbólico e são associados à essa condição atributos estéticos. Os chamados sinais externos de juventude: o corpo, a roupa, a energia jovem são apresentados como paradigma de tudo o que é socialmente desejável. Tais sinais são, por sua vez, atribuídos a bens e serviços que são adquiridos por adultos que desejam, ao menos, aparentar juventude.

⁷ A moratória, a que se referem os autores, corresponde a um tempo e espaço especialmente reservado para que a juventude possa ensaiar e experimentar os diferentes papéis e valores sociais (GROPPO, 2010, p. 18-19).

⁸ A definição clássica do conceito de geração foi dada por Mannheim. O autor entende que geração "nada mais representa do que uma espécie particular de identidade de posição que compreende grupos de idade mergulhados num processo histórico-social" (MANNHEIM, 1990, p. 137). Na acepção de Margulis e Urresti, o conceito de geração refere-se ao tempo que cada indivíduo é socializado e este processo de socialização é marcado pelas alterações culturais de seu tempo. Sendo assim, cada geração pode ser considerada como pertencente a uma cultura diferente, na medida em que incorpora novos códigos e habilidades, linguagens e formas de perceber, avaliar, classificar e distinguir (MARGULIS; URRESTI, 1999, p.7).

⁹ Marialice Mencarini Foracchi (1972, p.12) nos lembra que "a plenitude do status, a amplitude de participação, a identificação completa com os ideais que a sustentam são condições que definem o adulto perante a sociedade em que vivem".

assumindo novas responsabilidades. Opõe-se à noção de adolescência, reconhecida como um processo biológico em que se aceleram a estruturação da personalidade e o desenvolvimento cognitivo (OPAS, 1985)¹⁰. Desse modo,

[...] a noção de condição juvenil remete, em primeiro lugar, a uma etapa do ciclo de vida, de ligação (transição, diz a noção clássica) entre a infância, tempo da primeira fase de desenvolvimento corporal (físico, emocional, intelectual) e da primeira socialização, de quase total dependência e necessidade de proteção, para a idade adulta, em tese a do ápice do desenvolvimento e de plena cidadania, que diz respeito, principalmente a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção (sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade). (ABRAMO, 2011a, p. 41).

A juventude, compreendida como uma condição, define-se como um momento do ciclo de vida em que o indivíduo passa a integrar outras dimensões da vida social como, por exemplo, o mercado do trabalho. Tal condição é vivida pelos jovens, de acordo, com sua situação de classe, de gênero, de etnia, de renda, entre outras variáveis. Portanto, da condição juvenil, modo como uma sociedade forma e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, se define uma situação juvenil, o modo como esse momento é vivido em um determinado contexto social.

Sendo assim, compreende-se que existe uma oposição entre juventudes que tem, em sua origem social, classes diferentes e que, portanto, diante das possibilidades dadas, vivenciam a condição juvenil de modo objetivamente diferente, ainda que integrem uma mesma sociedade¹¹. Do mesmo modo, torna-se diferente a percepção social que se tem das ações, sentimentos e pensamentos destas diferentes juventudes. Bernardo Kliksberg (2006, p. 910) alerta que:

Não é a mesma coisa para um jovem nascer em um ou outro município. Não é a mesma coisa viver numa zona rural e num centro urbano. Não é a mesma coisa fazer parte de uma família localizada nos 20% da população que têm os maiores salários e nascer nos 30% de menores salários. Há uma grande diferença entre fazer parte da classe média alta e ser da classe média decaída para a posição inferior de 'novo pobre'. E

¹⁰ No mesmo ano (1985), Ano Internacional da Juventude, a Assembleia Geral das Nações Unidas definiu jovem como o indivíduo cuja idade encontra-se compreendida entre 15 e 24 anos.

¹¹ Nesse sentido, é exemplar a descrição das diferenças existentes entre os jovens da "aldeia" e do "loteamento" feita por Elias e Scotson (2000) na obra **Os estabelecidos e os outsiders** em capítulo intitulado *Os jovens de Winston Parva*.

também entre ser socioeconomicamente branco e negro ou indígena. Até mesmo o gênero continua tendo significativa importância. Uma análise realista deve indagar necessariamente esses diversos destinos do jovem que fazem surgir vulnerabilidades, riscos e oportunidades muito diferentes, e reações particulares em termos de estratégias de vida.

A origem social é um elemento fundamental para a compreensão de que a mesma atitude de jovens, em lados opostos, seja percebida ora como uma atitude individualizada, uma transgressão que se encontra justificada pela sociedade por conta da condição juvenil ora como uma violação, um início de uma carreira na criminalidade por conta da situação juvenil, na medida em que “embora cometam atos *objetivamente idênticos*, ao marginalizado social caberá as formas desaprovadas do crime; aos indivíduos de *status* social mais elevado, as formas aprovadas ou neutras” (COELHO, 2005, p.283).

A contribuição de Edmundo Campos Coelho é fundamental para o entendimento da relação entre a juventude e a condição de classe pois aponta que todo comportamento possui duas formas: uma socialmente desaprovada e outra, que se não produz “aprovação”¹², resulta em uma resposta neutra por parte da sociedade. Por exemplo, o ato de pichar um muro não é necessariamente considerado um crime ou um ato de delinquência. A posição social ocupada por quem pratica esse comportamento pode ser determinante na percepção do mesmo.

A questão é que, para Coelho (2005, p.282), as formas de reprovação ou “aprovação” de uma determinada conduta não estão distribuídas de forma equânime entre os diferentes estratos sociais. Este processo foi denominado, pelo autor, de marginalização da criminalidade e criminalização da marginalidade. Em suas palavras:

[...] a *marginalização da criminalidade* consiste em imputar a certas classes de comportamento probabilidades elevadas de que venham a ser realizadas pelo tipo de indivíduo socialmente marginal ou marginalizado. Mais: a forma pela qual as leis são formuladas e implementadas introduz elementos de *self-fulfilling prophecy*. Isto é, são criados os mecanismos e procedimentos pelos quais se tornam altas as probabilidades empíricas de que os marginalizados cometam crimes (no sentido legal) e sejam penalizados como consequência (ou, inversamente, reduzem-se as probabilidades de que grupos de *status*

¹² Neste trabalho convencionou-se utilizar o recurso itálico para grafia de palavras e frases em língua estrangeira. As aspas são utilizadas em palavras que exprimem definições conceituais e em termos relativizados.

socioeconômico mais alto cometam crimes ou que sejam penalizados por suas ações *ilegais*). Por essa forma, dá a *criminalização da marginalidade* (COELHO, 2005, p. 286).

Esta perspectiva orientou pesquisa sobre os processos do arquivo do Juizado de Menores, no Estado do Rio de Janeiro. Os processos foram analisados em intervalos de cinco anos, no período compreendido entre 1968 e 1988. Responsável pelo estudo, a socióloga Vera Malaguti Batista constatou que “apesar de entrarem no circuito policial, os processos relativos a jovens de classe média têm em seu desdobramento percurso bem diferente do de seus contemporâneos das classes subalternas” (BATISTA, 2003, p. 89). Ou seja, o tratamento dado à esses jovens pelo Sistema de Justiça é diferenciado de acordo com a origem social dos mesmos.

A autora observa que:

[...] nos processos escolhidos aleatoriamente entre 1968 e 1988 apenas jovens pobres e não brancos são institucionalizados por portarem pequenas quantidades de droga para consumo próprio. Se compararmos com os casos de classe média ou alta em que até reincidentes são entregues imediatamente aos pais, poderemos concluir que o que determina a institucionalização não é a droga ou a infração em si, mas as condições materiais de existência e a etnia dos adolescentes envolvidos. Se alguma efetividade o sistema penal para menores apresenta aqui, neste caso, ela se dá no campo simbólico. (BATISTA, 2003, p. 89).

Percebe-se então que a dependência química entre os jovens de classe média é tratada como uma questão de saúde, passível de ser resolvida por sua família “estruturada”. Em contraste, a dependência química entre os jovens pobres é vista como uma questão moral¹³, um resultado da desagregação familiar e a indicação de um comportamento criminoso, marginal. Do mesmo modo, para os jovens de classe média, o trâmite do processo criminal e a possível (mas, de acordo com a pesquisa, raramente realizável) institucionalização é considerado um constrangimento. Para os jovens pobres as medidas jurídicas cabíveis são consideradas um tratamento curativo.

No contexto analisado por Batista, a liberdade assistida não é uma medida jurídica aplicada de acordo com o ato infracional, mas, sim, uma medida de controle social para classes sociais explicitamente determinadas, pois “as

¹³ Retoma-se na construção da noção de juventude no Sistema de Justiça a importância da moral, no sentido posto por Durkheim, como uma variável para sua compreensão.

sentenças são dadas em função das circunstâncias, da análise de cada caso e, *ça va sans dire*, das condições socioeconômicas dos envolvidos” (BATISTA, 2003, p. 116). Sendo assim, é possível afirmar que o local de moradia do jovem é um elemento essencial na formulação das suas sentenças pelos juízos. No caso dos jovens moradores de favelas e de periferias, o comportamento desviante (uso de drogas) soma-se ao estigma de seu local de moradia, identificado como um território violento e sem lei.

Coelho (2005, p. 278) aponta que:

[...] Aparências estereotipadas influem na detenção e julgamento de pessoas envolvidas em pequenos furtos em estabelecimentos comerciais, e estereótipos faciais de homicidas e assaltantes foram identificados como fatores que influenciam as decisões do júri. É certo que em tudo isso não há discriminação aberta, mas, se a decisão de discriminar ocorre no contexto de justificação dos estereótipos e ideologias sobre o crime, o criminoso e a punição, a autoridade terá mais liberdade para fazê-lo.

Há, portanto um recorte punitivo que se faz presente nos processos criminais, como aqueles analisados por Batista e que encontra correspondência na noção, reproduzida no senso comum, de que os jovens moradores das áreas de periferia das grandes cidades brasileiras são responsáveis pela violência. A formação de um trinômio que congrega juventude, pobreza e violência resulta em preconceito, raiva e intolerância contra a população que reside nas periferias dos centros urbanos. A demarcação, seja pela sociedade, pelo governo ou pela mídia, de um território violento, de determinada área ou mesmo áreas da cidade que produzem a violência que por ela se alastra, tem efeitos relevantes sobre seus moradores.

Estudando a dinâmica de grupos de jovens em Brasília, Abramovay (2010, p. 45) identifica que “o estigma territorial incita o Estado a adotar políticas específicas, derogatórias do direito comum e da norma nacional, que na maior parte das vezes reforçam a dinâmica da marginalização que pretendem combater, em detrimento dos habitantes. A carga simbólica que pesa sobre esses locais, conhecidos e difamados, distorce e distende as relações sociais cotidianas”.

Para compreensão do processo de estigmatização da população jovem, moradora das periferias dos grandes centros urbanos, destaca-se a relevância da obra de Erving Goffman (1988). Nela, o autor aponta que:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso (GOFFMAN, 1988, p. 13).

Goffman demonstra que o estigma não existe em si mesmo, ele se estabelece numa relação excludente entre o que é considerado e representado como normal ou padrão e o que não é. Ele menciona três tipos de estigma: corpo (as necessidades especiais físicas ou mentais; doenças), das culpas de caráter individual ou conduta (como a desonestidade e a homossexualidade) e os estigmas de origem social (religião, etnia, classe social). É certo que esta classificação deve ser relativizada ao contexto e aos elementos simbólicos negativos atribuídos.

A linha comum dessas formas de estigma, segundo GOFFMAN (1988, p. 14) é a de que:

Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto.

A elaboração desse processo de estigmatização não se restringe às relações entre indivíduos e se faz presente nas representações formuladas pelos gestores públicos. Assim as políticas direcionadas à juventude, no âmbito da segurança pública, são impregnadas pelo estigma de que jovens pobres, moradores da periferia, são ou serão criminosos. Este é o ponto central dessa tese.

Retomando a fala de Abramovay acentua-se a compreensão de que as políticas públicas que partem da demarcação de territórios de pobreza e violência acabam por intensificar o que pretendiam combater; ou seja, o efeito produzido por estas políticas é agravar os problemas sociais identificados nos territórios demarcados. Para os moradores destes locais, resta a identificação como “classe perigosa”.

É necessário ressaltar que o processo de marginalização torna-se ainda mais eficaz quando a associação entre marginalidade social e criminalidade é

“recoberta com o verniz da erudição dos técnicos e especialistas (sobretudo que trabalham em agências governamentais, já que normalmente têm menos liberdade para divergir das concepções oficiais) ficam justificados e legitimados programas públicos de redução da marginalização social, os quais, no geral e nesse contexto de justificação, agravam o estigma da pobreza” (COELHO, 2005, p. 287).

No caso da políticas públicas destinadas aos jovens aplica-se uma dupla camada deste “verniz”, a primeira é dada pelo senso comum que aponta os jovens como virtualmente perigosos e a segunda é dada pela atribuição “oficial” de condutas criminosas à juventude.

Nesse mesmo sentido, quando se trata da associação entre pobreza e violência, Lúcio Kowarick sintetiza a discussão ao destacar que no Brasil:

[...]acentua-se um imaginário social que associa as camadas pobres a um modo e condição de vida que estaria nas raízes da crescente violência que impregna o cenário das grandes cidades brasileiras. Esta associação é uma marca das representações que sempre se fizeram acerca da pobreza, que precisava ser domesticada e moralizada nos seus hábitos, costumes e comportamentos. Em contrapartida, havia também uma forte matriz discursiva que opunha ‘trabalhadores pobres’ aos ‘bandidos’. A entonação destas percepções variou no tempo e no espaço, mas penso ser correto afirmar que, fundamentalmente, a partir dos anos 1990, com o aumento do desemprego e subemprego, da favelização e da própria criminalidade, estruturou-se um conjunto de discursos e práticas que operou uma assemelhação da situação de pauperismo com o comportamento delinquente (KOWARICK, 2009, p. 91).

As diferenças entre os jovens, notadamente marcadas pela divisão em classes sociais, tão explícitas quando se trata da criminalização da juventude, estendem-se pelas diversas esferas da vida social. Quando se trata da ocupação do tempo há um contraste entre as alternativas postas para os jovens por conta da possibilidade de acesso às atividades de lazer e da necessidade de participação na formação da renda familiar.

A literatura sociológica aponta que o tempo livre disponível para jovens pobres se opõe ao tempo livre vivido por jovens de classe média ou jovens ricos pois carrega, em si, a frustração e a infelicidade ocasionados pela ausência de educação formal, de trabalho, de espaços de lazer e, enfim, de perspectivas de futuro. É um tempo marcado pela estigmatização social, por uma sociedade que os empurra para a marginalização e a exclusão. Já o tempo livre, para os demais

jovens, é legitimado como um tempo de descanso e marcado pelo acesso a atividades esportivas e culturais (MARGULIS; URRESTI, 1998, p. 7; ABAD, 2002, p. 131).

Além disso, a ociosidade dos jovens pobres é vista, comumente, como uma ameaça eminente à ordem social pois, como apregoa o ditado popular, “mente vazia, oficina do diabo”. Nesta acepção, é preciso tirar os jovens pobres do convívio nas ruas e ocupar seu tempo com atividades produtivas antes que estes se envolvam em atividades criminosas.

A entrada no mercado de trabalho se soma às demais variáveis como um importante elemento para análise da situação juvenil uma vez que o início precoce da atividade laboral, muitas vezes em detrimento da formação escolar, afasta os jovens, principalmente os pobres, da experiência da juventude como um tempo de transição para vida adulta, vivido com relativa despreocupação e leveza.

A vivência da condição juvenil, compreendida por meio das variáveis risco, poder, posição de geração, moral, processo de socialização e entrada no mercado de trabalho, implica na mobilização de estratégias pelos jovens com vistas a garantir o seu acesso às variadas dimensões da vida social tendo como limite as oportunidades e possibilidades que correspondem à sua posição na sociedade. A forma como tais estratégias são mobilizadas depende portanto do modo como a condição juvenil se articula social, histórica e culturalmente.

A compreensão sociológica da juventude, em suas diversas configurações, implica no reconhecimento de que “agora a pergunta é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida” (ABRAMO, 2011, p. 44). Este é, então, o desafio que se coloca para uma Sociologia da Juventude ou das Juventudes e para a análise das políticas públicas que são formuladas para este grupo social.

1.2 A CONDIÇÃO JUVENIL NO BRASIL

As condições sociais, culturais e históricas específicas vividas pelos jovens se expressam nas diferentes dimensões da vida social. Tais condições impõem limites à integração dos jovens e os tornam mais expostos aos dilemas

sociais, deixando-os mais visíveis para a sociedade. Nesse sentido, a juventude “condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura” (ABRAMO, 1997, p. 29).

A juventude é, no contexto brasileiro, uma fase da vida atravessada por diferentes problemas sociais agravados pela incapacidade do Estado de garantir aos jovens o atendimento dos direitos sociais mais básicos:

Assim como nos anos 1980 se examinou no Brasil o enorme contingente de crianças sem o direito à infância, há de se admitir de forma inequívoca que, atualmente, para um conjunto expressivo de jovens pobres, moradores da periferias das grandes cidades ou regiões empobrecidas do País, não é assegurado um conjunto mínimo de direitos que lhes permitam viver com dignidade, exercitar possibilidades de escolha, experimentar espaços novos de ação, formas de sociabilidade e modos de inserção na sociedade durante esse momento do ciclo de vida (SPOSITO, 2003, p. 35).

As condições sócio-econômicas a que estão submetidos os jovens brasileiros, em especial os jovens mais pobres, se apresentam como aspecto relevante da percepção social que a sociedade tem desse segmento, expressa, dentre outras formas, na mídia:

Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados aos ‘adultos, no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos ‘problemas sociais’, como violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas (ABRAMO, 1997, p. 25).

Aqui, novamente, estabelece-se uma contraposição entre diferentes juventudes, pois a constatação de Abramo aplica-se à parte dos jovens brasileiros que são retratados cotidianamente nos cadernos policiais. Mas é necessário reconhecer que outra parte da juventude tem espaço nos cadernos destinados a cultura e entretenimento ou a educação, como por exemplo, os jovens universitários e estudantes do ensino médio retratados em cadernos sobre o vestibular.

Compreendendo que “a juventude representa a categoria social sobre a qual inflete, de modo particular, a crise do sistema” (FORACCHI, 1972, p. 11), a literatura sociológica tem se dedicado ao estudo deste grupo social, em suas

diferentes expressões. A contribuição de vários autores brasileiros¹⁴ tem ampliado o número de trabalhos voltados para a compreensão da vivência da juventude a partir da fala dos jovens e da forma como estes percebem e narram suas experiências sociais.

Para além da literatura sobre as representações dos jovens, o debate em torno da juventude aborda múltiplas questões como, por exemplo, os diferentes sentidos do termo juventude; o papel a ser atribuído socialmente aos jovens e o modo como esta faixa etária, uma vez delimitada, deve ser tomada como foco para as políticas públicas.

Somados às referências bibliográficas disponíveis, os indicadores sócio-econômicos se constituem como importante instrumento para a compreensão da situação juvenil na sociedade brasileira¹⁵. Inicialmente é importante identificar a participação dos jovens de 15 a 24 anos na formação da população, conforme demonstrado na TABELA 1.

TABELA 1 – POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, SEGUNDO OS CENSOS DEMOGRÁFICOS – BRASIL – 1940-2010 – continua

| ANO | POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS DE IDADE | | |
|------|------------------------------------|--|-------------------------|
| | Total Absoluto | Participação relativa em relação à população total (%) | Taxa de Crescimento (%) |
| 1940 | 8.246.733 | 20,1 | - |
| 1950 | 10.489.368 | 20,3 | 2,4 |
| 1960 | 13.413.413 | 19,2 | 2,5 |
| 1970 | 18.539.088 | 19,9 | 3,3 |
| 1980 | 25.089.191 | 21,1 | 3,1 |
| 1991 | 28.582.350 | 19,5 | 1,2 |
| 1996 | 31.088.484 | 19,8 | 1,7 |
| 2000 | 34.081.330 | 20,7 | 1,2 |
| 2010 | 34.227.652 | 18 | 0,4 |

FONTE: IBGE (1999).

NOTA: Os dados dos anos 2000 e 2010 foram acrescidos, pela autora, de acordo com as informações dos Censos Demográficos disponíveis no Portal do IBGE na *internet*.

¹⁴ Entre outros autores, destacam-se: Abramo (1997; 2011a); Abramovay (1999; 2002; 2010); Barreira (1999); Minayo (1999); Moraes (2006); Moraes; Pescarollo (2008); Sallas et. al (1999) e Zaluar (1993; 1997; 2007).

¹⁵ Tais indicadores e suas implicações, apresentados nesta seção, são trabalhados ao longo deste trabalho quando pertinentes à análise proposta.

Não obstante os números absolutos apontem para uma tendência de crescimento do número de jovens na população brasileira, no período compreendido na tabela acima, há um processo de desaceleração da taxa de crescimento da juventude a partir dos anos 1980 e em especial nos anos 2000. No ano de 2010, a população jovem totalizava 34.227.652 indivíduos e estes dividiam-se entre 50,2% de jovens do sexo masculino e 49,8% de jovens do sexo feminino. Em relação à população total, a participação dos jovens variou entre 18% e 21%, no período disposto na tabela.

Quanto a situação de residência, os jovens brasileiros residiam em sua maioria, 84%, em zona urbana. De acordo com Antônio Lassance (2011, p. 79), que analisou os dados da Pesquisa Perfil da Juventude Brasileira de 2003¹⁶, o mercado de trabalho é um importante fator na distribuição da população jovem pelo território nacional:

Regiões mais pobres produzem maior proporção de jovens. Mas estas tendências acabam atenuadas pelos movimentos de migração, fortemente influenciados pela evolução desigual do mercado de trabalho. Regiões com maior grau de desenvolvimento demandam maior volume de mão de obra e atraem sobretudo os trabalhadores mais jovens. (LASSANCE, 2011, p. 75).

Quanto à frequência à escola, os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2010 e ilustrados na TABELA 2, apontam que 47% dos jovens entre 15 e 24 anos frequentavam a escola.

TABELA 2 – POPULAÇÃO TOTAL E PESSOAS QUE FREQUENTAVAM A ESCOLA, POR GRUPO DE IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS – BRASIL – 2010.

| GRUPO DE IDADE | POPULAÇÃO TOTAL | FREQUÊNCIA À ESCOLA (%) | | |
|----------------|-----------------|-------------------------|------------------------------------|--------------------|
| | | Frequentavam | Não frequentam mas já frequentaram | Nunca frequentaram |
| 15 a 17 anos | 10.353.865 | 83% | 16% | 1% |
| 18 e 19 anos | 6.632.922 | 45% | 54% | 1% |
| 20 a 24 anos | 17.240.864 | 25% | 73% | 2% |
| 15 a 24 anos | 34.227.652 | 47% | 52% | 1% |

FONTE: IBGE, (2010).

¹⁶ A pesquisa Perfil da Juventude Brasileira foi uma pesquisa quantitativa integrante do Projeto Juventude realizada entre novembro a dezembro de 2003 com amostra de 3.501 entrevistas em 198 municípios, 25 estados e Distrito Federal coordenada pelo Instituto Cidadania; Instituto de Hospitalidade e SEBRAE. Seus resultados foram publicados em obra intitulada Retratos da Juventude Brasileira coordenada por Abramo; Branco (2011).

No ano de 2010, 23% dos jovens entre 15 e 24 anos encontravam-se em situação de defasagem idade-série, pois ainda frequentavam o ensino fundamental regular. Na outra ponta da defasagem, 11% cursavam as modalidades de educação de jovens e adultos¹⁷. Outros 44% estavam no Ensino Médio, o que aparenta uma situação regular se não fosse os 38%, dentre eles, com idade acima dos 18 anos. Somente 20% das vagas de graduação em instituições de ensino superior era ocupada pela população jovem. Aqueles que já frequentavam a pós-graduação não passava de 1% (IBGE, 2010).

Embora na faixa compreendida entre 15 e 17 anos 83% dos jovens frequentem a escola, Sposito (2003, p. 13) aponta que:

De modo geral, podemos considerar que a escolaridade média dos segmentos juvenis é maior do que a do conjunto da população brasileira e tem evoluído positivamente nos últimos anos. Mas continua significativamente abaixo de outros países da América Latina, que caminham para uma maior universalização das oportunidades de acesso ao ensino médio, assegurando um maior período de permanência no sistema escolar de sua população infanto-juvenil (2003, p. 13).

Numa realidade em que a universalização do ensino ainda é uma perspectiva distante, a inserção dos jovens negros na escola é notadamente árdua em relação a inserção dos jovens brancos pois o percentual de jovens negros que nunca frequentaram a escola é 4 vezes maior do que o de jovens brancos.

Novamente, torna-se explícita a noção de que existem diferentes juventudes por conta das diferentes possibilidades de vivência da condição juvenil. No caso brasileiro, os indicadores de educação e segurança pública evidenciam as desigualdades entre jovens negros, pardos e brancos.

TABELA 3 – PESSOAS ENTRE 15 E 24 ANOS QUE FREQUENTAVAM A ESCOLA, SEGUNDO COR OU RAÇA – BRASIL – 2010 – continua

| COR OU RAÇA | POPULAÇÃO TOTAL | FREQUÊNCIA À ESCOLA (%) | | |
|-------------|-----------------|-------------------------|------------------------------------|--------------------|
| | | Frequentavam | Não frequentam mas já frequentaram | Nunca frequentaram |
| Branca | 15.032.255 | 49% | 50% | 1% |
| Preta | 2.604.058 | 40% | 56% | 4% |

FONTE: IBGE, (2010).

¹⁷ Em números absolutos, eram 170.764 jovens em processo de alfabetização, 566.700 que cursavam o ensino fundamental e 975.665 que cursavam o ensino médio (IBGE, 2010).

TABELA 3 – PESSOAS ENTRE 15 E 24 ANOS QUE FREQUENTAVAM A ESCOLA, SEGUNDO COR OU RAÇA – BRASIL – 2010 – conclusão

| COR OU RAÇA | POPULAÇÃO TOTAL | FREQUÊNCIA À ESCOLA (%) | | |
|----------------|-----------------|-------------------------|------------------------------------|--------------------|
| | | Frequentavam | Não frequentam mas já frequentaram | Nunca frequentaram |
| Branca | 15.032.255 | 49% | 50% | 1% |
| Preta | 2.604.058 | 40% | 56% | 4% |
| Amarela | 380.071 | 47% | 52% | 1% |
| Parda | 16.049.922 | 45% | 54% | 2% |
| Indígena | 154.306 | 47% | 43% | 10% |
| Sem declaração | 7.042 | 0,5% | 0,5% | 99% |

FONTE: IBGE, (2010).

Publicado em 2012, relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) intitulado *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000* se constitui como importante ferramenta para a compreensão desse fenômeno¹⁸.

A articulação entre trabalho e educação, em especial nos primeiros anos de juventude, é um fator de precarização da situação juvenil pois as horas dedicadas aos estudos, em contraturno à escola, são substituídas por horas de trabalho. Esta estratégia mobilizada pelos jovens não se trata apenas de uma escolha mas corresponde à necessidade de complementação da renda familiar.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 16 A 24 ANOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E SITUAÇÃO DO TRABALHO, ESTUDO E PROCURA DE TRABALHO – RMs E DISTRITO FEDERAL – 1999-2009 (EM %) – (continua)

| FAIXA DE ETÁRIA, SITUAÇÃO DE TRABALHO, ESTUDO E PROCURA DE TRABALHO | Belo Horizonte | | Distrito Federal | | Fortaleza | | Porto Alegre | |
|---|----------------|-------|------------------|-------|-----------|-------|--------------|-------|
| | 1999 | 2009 | 1999 | 2009 | 1999 (*) | 2009 | 1999 | 2009 |
| Só estuda | 22,4% | 23,5% | 23% | 19,5% | - | 22,6% | 18,9% | 21% |
| Estuda e trabalha | 17,6% | 18% | 17% | 17,5% | - | 12,9% | 15,9% | 18,3% |

FONTE: DIEESE, (2012).

NOTA: (*) Não estão disponíveis no documento citado os dados da RM de Fortaleza no ano de 1999.

¹⁸ Os dados levantados pelo DIEESE abrangem jovens entre 16 e 24 anos, conforme as regulações internacionais quanto a entrada no mercado do trabalho, e contemplam as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Distrito Federal, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 16 A 24 ANOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E SITUAÇÃO DO TRABALHO, ESTUDO E PROCURA DE TRABALHO – RMs E DISTRITO FEDERAL – 1999-2009 (EM %) – (continua)

| FAIXA DE ETÁRIA, SITUAÇÃO DE TRABALHO, ESTUDO E PROCURA DE TRABALHO | Belo Horizonte | | Distrito Federal | | Fortaleza | | Porto Alegre | |
|---|----------------|-------|------------------|-------|-----------|-------|--------------|-------|
| | 1999 | 2009 | 1999 | 2009 | 1999 (*) | 2009 | 1999 | 2009 |
| Estuda e procura trabalho | 9,5% | 6,6% | 13,1% | 12,1% | - | 5,3% | 9,5% | 6,3% |
| Só trabalha | 29,3% | 33,8% | 26,4% | 31,1% | - | 34,9% | 32% | 34,4% |
| Não estuda e procura trabalho | 10,9% | 8,2% | 12% | 11,7% | - | 9,1% | 12,3% | 9,6% |
| Apenas cuida dos afazeres domésticos | 5,1% | 3,5% | 4,5% | 2,6% | - | 6,8% | 6,6% | 4,2% |
| Outros | 5,1% | 6,5% | 4% | 5,5% | - | 8,4% | 4,9% | 6,2% |

FONTE: DIEESE, (2012).

NOTA: (*) Não estão disponíveis no documento citado os dados da RM de Fortaleza no ano de 1999.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 16 A 24 ANOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E SITUAÇÃO DO TRABALHO, ESTUDO E PROCURA DE TRABALHO – RMs E DISTRITO FEDERAL – 1999-2009 (EM %) – (conclusão)

| FAIXA DE ETÁRIA, SITUAÇÃO DE TRABALHO, ESTUDO E PROCURA DE TRABALHO | Recife | | Salvador | | São Paulo | |
|---|--------|-------|----------|-------|-----------|-------|
| | 1999 | 2009 | 1999 | 2009 | 1999 (*) | 2009 |
| Só estuda | 24,6% | 26,6% | 24,5% | 29,7% | 14% | 14,4% |
| Estuda e trabalha | 13,9% | 11,4% | 16% | 13,3% | 17,5% | 17% |
| Estuda e procura trabalho | 10,3% | 8,2% | 15,5% | 7,7% | 10,4% | 7,7% |
| Só trabalha | 24,5% | 25% | 21,8% | 25,7% | 33,8% | 39% |
| Não estuda e procura trabalho | 11,3% | 14,2% | 13,3% | 13,8% | 12,4% | 11,8% |
| Apenas cuida dos afazeres domésticos | 8,3% | 6% | 4% | 3,5% | 7,7% | 5% |
| Outros | 7% | 8,6% | 4,9% | 6,3% | 4,1% | 5,1% |

FONTE: DIEESE, (2012).

NOTA: (*) Não estão disponíveis no documento citado os dados da RM de Fortaleza no ano de 1999.

No ano de 1999, em média, 26% dos jovens, nas regiões metropolitanas pesquisadas, procuravam por trabalho. Após uma década, esse número sofreu um decréscimo de três pontos percentuais. Nesse mesmo período, 16% dos jovens dedicavam-se à estudar e trabalhar. Diante desse quadro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) constatou que:

O aumento dos anos de escolaridade não produziu adiamento significativo do momento de ingresso no mercado de trabalho, ampliando-se a parcela dos que buscam articular trabalho e educação em suas trajetórias (OIT, 2011, p. 13).

A observação da OIT quanto a associação entre a escolaridade e o mercado de trabalho relaciona-se à observação de BOURDIEU (1983) de que há, atualmente, um maior descolamento entre as aspirações individuais e as chances reais proporcionadas pela escolarização. Para o autor, os efeitos da inflação escolar, ou seja, do aumento do acesso à educação formal, são mais complicados do que se costuma dizer: devido ao fato de que os títulos sempre valem o que valem seus detentores, um título que se torna mais frequente torna-se por isso mesmo desvalorizado, mas perde ainda mais seu valor por se torna acessível a pessoas sem "valor social".

Entretanto destaca-se na fala da Organização a constatação de que, apesar das dificuldades impostas, há grande disposição por partes dos jovens de se engajar no mercado de trabalho:

A juventude brasileira é uma juventude trabalhadora. Mesmo considerando a diminuição das taxas de participação no mercado de trabalho nos últimos anos, mais de 34 milhões de adolescente e jovens entre 15 e 29 anos trabalhavam ou procuravam trabalho no ano de 2009 (OIT, 2011, p.13).

Para que aqueles que trabalhavam, no ano 2000, a maior concentração de faixa de rendimento é de até 2 salários mínimos, 20% dos jovens trabalhadores recebiam entre 2 e 5 salários mínimos e apenas 4,6% dos jovens ultrapassaram esse valor conforme ilustra a TABELA 5.

TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS DE IDADE POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL – BRASIL – 2000.

| RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM) | | | | |
|--------------------------------|----------|-------------|--------------|-------|
| Sem rendimento | Até 2 SM | De 2 a 5 SM | Mais de 5 SM | TOTAL |
| 10,4% | 64,9% | 20% | 4,6% | 100% |

FONTE: IBGE, (2000).

Ressalta-se que novamente a associação entre juventude e pobreza apresenta-se como um obstáculo ao desenvolvimento pleno da cidadania de jovens e quando se trata do mercado de trabalho, do acesso destes aos direitos trabalhistas.

Para além da concentração das baixas remuneração entre jovens provenientes de famílias de baixa renda, em especial jovens do sexo feminino e/ou negros, a OIT observa que:

Em relação à posição na ocupação, os/as jovens estão mais presentes em ocupações que indicam maior precariedade: trabalho sem carteira assinada, trabalho não remunerado e trabalho doméstico sem carteira assinada. Neste último caso, particular atenção deve ser dada à elevada proporção de mulheres, particularmente negras, e às situações de trabalho infantil. A despeito da maior escolaridade alcançada pelas jovens, em todas as faixas de idade no interior da juventude, elas têm menos acesso ao trabalho com carteira assinada em relação aos rapazes. Quanto ao quesito cor/raça, enquanto entre os rapazes brancos a situação de precariedade diminui conforme avança sua idade, entre os/as jovens negros/as o tempo de espera por um trabalho decente é maior (OIT, 2011, p. 15).

Em todas as regiões metropolitanas, pesquisadas pelo DIEESE, a taxa de desemprego, em 2000, era maior entre a faixa etária de 16 a 24 anos, com distância entre 6 e 13 pontos percentuais dos jovens em relação às demais faixas etárias caracterizando maior dificuldade para a entrada e permanência no mercado de trabalho entre os jovens.

TABELA 6 – TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA (16 A 24 ANOS) E SEXO - RMs E DISTRITO FEDERAL – 2009 (EM %) – (continua)

| SEXO | Belo Horizonte | Distrito Federal | Fortaleza | Porto Alegre |
|-----------|----------------|------------------|-----------|--------------|
| Masculino | 18,1% | 29,9% | 20% | 26,4% |
| Feminino | 27% | 36% | 26,7% | 37,2% |

FONTE: DIEESE, (2012).

TABELA 6 – TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA (16 A 24 ANOS) E SEXO - RMs E DISTRITO FEDERAL – 2009 (EM %) – (conclusão)

| SEXO | Recife | Salvador | São Paulo |
|-----------|--------|----------|-----------|
| Masculino | 32,1% | 30,1% | 23% |
| Feminino | 45% | 41,4% | 29% |

FONTE: DIEESE, (2012).

Há, de modo geral, um descompasso entre a demanda por vagas no mercado de trabalho pela população jovem e a resposta dada pela atividade econômica a essa demanda. Paradoxalmente, as condições sócio-econômicas a que os jovens estão submetidos impulsionam o ingresso precoce da juventude no mercado de trabalho, como observa Branco (2011, p. 131):

É que, empurrados pelas estratégias de sobrevivência pessoal e/ou familiar; os jovens se sentiram instados ou se veriam compelidos a 'precoce' exercitar a procura por ocupação, se defrontando quase sempre com as barragens e dificuldades erguidas por um ambiente econômico hostil e pouco permeável às suas aflitivas necessidades de obter respostas positivas.

A discussão dos dados referentes à ocupação da população jovem se mostra relevante para a compreensão da situação juvenil pois atualmente, os marcos de transição da juventude para a vida adulta¹⁹ como a entrada no mundo do trabalho²⁰ e a constituição de uma nova família, no Brasil, tornaram se processos ainda mais complexos²¹:

A atual geração de jovens brasileiros tem em comum a busca pela construção de trajetórias de trabalho em meio a um cenário de transformações econômicas e sociais intensificadas nos anos 1990, tais como o baixo ritmo de crescimento econômico e a intensa presença do desemprego e do trabalho precário. Mesmo que o período mais recente aponte um contexto de aumento da atividade econômica e das oportunidades de emprego e ocupações, os jovens experimentam um mundo do trabalho em mutação e sobre eles recai o maior peso do desemprego e do trabalho precário. (OIT, 2011, p. 11).

A avaliação feita pela OIT vai de encontro a percepção de Singer (2011, p. 27) de que os jovens de hoje nasceram em tempo de crise social²² e suas vidas são atravessadas pelas vicissitudes econômicas e políticas que lhes são contemporâneas. É reconhecido, portanto, que “os problemas que,

¹⁹ O reconhecimento destes marcos não implica em ignorar a necessidade de que se problematize sua sequência ou seus significados para diferentes perfis de jovens.

²⁰ Bourdieu (1983) destaca o trabalho e a participação na vida econômica como um marco na entrada do mundo adulto.

²¹ De acordo com Sposito (2003, p.21), “um dado importante para conhecimento da experiência juvenil reside no exame dos modos de transição para a vida adulta. Apesar de os percursos recobrirem profundas diferenças entre as classes sociais, os sexos e a inserção rural e urbana, no Brasil quase não existem estudos que evidenciam como essa transição ocorre”.

²² Se tomarmos como referência o ano de 2011, período da publicação do texto de Singer, as pessoas jovens são aquelas nascidas entre 1997 – 15 anos - e 1988 – 24 anos.

contemporaneamente, mais afetam a ‘juventude’ – fazendo dela, por isso mesmo, um problema social – são correntemente derivados da dificuldade de entrada dos jovens no mundo do trabalho” (PAIS, 1990, p. 141)²³. Destaca-se que a dificuldade de entrada e permanência dos jovens no mercado de trabalho e a baixa remuneração daqueles que trabalham são fatores que agravam a condição de pobreza e tornam mais aguda a precarização do trabalho juvenil.

Para além das variáveis já apresentadas, há outra variável fundamental para a compreensão da situação juvenil no Brasil. Trata-se da violência a que a juventude brasileira está exposta em suas diversas manifestações. Por conta dos altos índices de agressões e homicídios sofridos pelos jovens brasileiros, o país despertou o interesse de diferentes organismos internacionais que se dedicaram a avaliar tal situação.

Levantando questões importantes sobre a bibliografia acerca da condição juvenil, Castro (2009) investigou o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) na construção de um diagnóstico sobre a condição juvenil no Brasil, a partir da instalação de seu escritório no Brasil, nos anos 1990, e sua contribuição para o fomento da produção de uma série de estudos sobre a juventude.

Esta intensa produção sobre a juventude foi instigada por ocasião de um crime em Brasília: Na madrugada de 20 de abril de 1997, o índio pataxó-hã-hã-hãe Galdino Jesus dos Santos foi queimado com gasolina enquanto dormia em um ponto de ônibus em Brasília por cinco jovens de classe média-alta. Galdino morreu horas depois em consequência das graves queimaduras.

De acordo com Minayo (1999, p. 11):

O caso ‘Galdino’ colocou em discussão na sociedade o fato, há muito enfatizado em pesquisas, de que a violência não é uma prerrogativa de jovens de classes populares, e despertou a atenção para a demanda de se investir no estudo do jovem e suas necessidades, tema até então muito pouco abordado de forma científica.

Integram a série intitulada *Juventude, Violência e Cidadania*, produzida pela UNESCO, as obras:

²³ Nesse mesmo sentido, Kliksberg constata que “o mercado de trabalho se fez cada vez mais inacessível para amplos setores de jovens” (2006, p. 913).

- a) *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília* (ABRAMOVAY *et al.*, 1999);
- b) *Juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza* (BARREIRA, 1999);
- c) *Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos* (SALLAS *et al.*, 1999);
- d) *Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro* (MINAYO *et al.*, 1999).

Destaca-se, nas obras citadas, a centralidade que a questão da violência e da criminalidade toma nas falas dos jovens entrevistados bem como nas falas sobre os jovens, ou seja, no discurso das famílias, profissionais de segurança e profissionais de educação entrevistados.

A segurança pública foi temática incluída na obra *Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos* (SALLAS *et al.*, 1999) por conta da frequência com que o tema surgia na fala dos jovens entrevistados em grupos focais. Os jovens entrevistados relatavam a difícil convivência com a polícia, o abuso policial e o exercício, por parte dos policiais, de violência física e simbólica. Os policiais foram descritos pelos jovens entrevistados como violentos, corruptos e preconceituosos.

Em Brasília, o discurso dos jovens entrevistados mostrou-se:

Rude e pesado a ponto de sugerir um conflito latente entre jovens e policiais, conflito esse que pode explodir a qualquer momento e que se torna mais grave quando se trata de jovens pertencentes ou próximos as gangues/galeras (ABRAMOVAY, 1999, p. 147).

Os policiais entrevistados julgam equivocada a noção de que “a violência sempre parte da polícia” (SALLAS *et al.*, 1999, p. 285) e entendem a violência policial como necessária e natural diante de atos violentos cometidos por parte dos jovens. Ou seja, na perspectiva dos profissionais de segurança pública, a violência que praticam seria uma espécie de resposta à violência da juventude²⁴.

²⁴ Em dissertação sobre a Operação Alvo 1 da Polícia Militar do Paraná na Vila Torres, Município de Curitiba, Fábila Berlatto apontou que “as narrativas policiais consideram os jovens delinquentes da Vila Torres como inimigos que devem ser aniquilados” (BERLATTO, 2008, p. 86).

Nesse mesmo sentido, Abramovay (1999, p. 153) observa que, para os policiais de Brasília, “a abordagem policial não é considerada, pelos próprios policiais, nem mesmo um insulto e menos ainda uma violência: faz parte da rotina para defender a população contra os marginais”.

As obras editadas pela UNESCO retratam a violência simbólica e física a que estão submetidos os jovens, em particular, aqueles que são pobres e moram em bairros de periferia nas cidades investigadas. Expostos a excessiva vigilância por parte da polícia, os jovens são mais comumente abordados por policiais e sofrem mais abusos como intimidação, ameaças e agressões físicas do que a população não jovem²⁵.

Segundos os entrevistados, as abordagens policiais são bastante frequentes, algo corriqueiro e banal. Estar na rua depois das dez da noite, andar em grupos, vestir-se com bermudões folgados, jaqueta e bonés – ‘kit malandro’, ‘marginal padrão’ – andar apressado, correr, brincar são atos tomados como atitudes suspeitas, capazes de sujeitá-los ao ‘baculejo’²⁶ (ABRAMOVAY, 199, p. 147).

Nos depoimentos dos jovens entrevistados “mais do que o crime organizado, a polícia é apontada nos depoimentos e nas narrativas de experiências dos rapazes e moças como o *agente principal* da violência no Rio de Janeiro” (MINAYO, 1999, p. 162). No mesmo contexto, Michel Misse (2008, p. 30) observa que:

Mais do que à força de lei, uma significativa parcela de jovens pertencentes aos segmentos subalternos do Rio de Janeiro temem e odeiam a polícia. Eles a representam não como força legal, mas como um ‘outro generalizado’ constituído por indivíduos que se sentem investidos pela lei da força, uma força ilegal paradoxalmente revestida da força de lei.

As situações de violência policial vivenciadas pelos jovens não são próprias apenas do contexto brasileiro. Ao citar três momentos de conflito urbano violento ocasionados por conta da repressão policial contra moradores locais

²⁵ Divulgada em 02 de abril de 2014, pesquisa do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos – GEVAC da Universidade Federal de São Carlos apontou que homens negros, sobretudo jovens, são as principais vítimas de violência policial no Estado de São Paulo. Da análise de 939 casos de ações policiais, entre os anos de 2009 e 2011, conclui-se que duas a cada três pessoas, entre 15 e 19 anos, mortas pela Polícia Militar (PM) são negras o que, segundo a coordenadora da pesquisa Prof^a. Dra. Jacqueline Sinhoretto, evidencia a existência de um “racismo institucional”. Em 57% dos casos analisados, os indivíduos mortos pela PM do Estado de São Paulo tinham menos de 24 anos (ROCELO, 2014).

²⁶ Gíria utilizada para referir-se à abordagem policial.

[outubro de 1990 – Vaulx-en-Velin, França; julho de 1992 – Bristol, Inglaterra e abril de 1992 – Los Angeles, Estados Unidos], Loïc Wacquant (1993) observa que tais conflitos envolveram basicamente a polícia e a população jovem de áreas pobres e segregadas marcadas por tensões raciais. Para o autor combinam-se, nesses conflitos urbanos, o protesto contra a discriminação e injustiça racial e o protesto contra as privações econômicas a que encontram-se submetidos e o crescimento das desigualdades sociais.

Na perspectiva de Wacquant, os conflitos citados acima também são reveladores de uma relação conflituosa e hostil entre a polícia e a juventude pobre. Esta relação é marcada por uma desconfiança mútua. Nas palavras do autor:

Para os jovens irados dos enclaves urbanos decadentes, a polícia é, assim, o último amortecedor entre eles e a sociedade e representa 'o inimigo', o intruso num território onde seu domínio é amiúde contestado abertamente e no qual ela incita o desafio e a hostilidade, quando não a agressão – como ilustra a controversa música 'Cop Killer'²⁷ do cantor de rap afro-americano Ice T. Trends – (WACQUANT, 1993).

Nesse contexto, os serviços sociais vão sendo transformados em instrumentos de vigilância e controle das novas “classes perigosas”, em especial da juventude. Por fim, a prisão estabelece uma espécie de *continuum* destino da população negra e jovem proveniente dos guetos. Constitui-se o que Wacquant identifica como ditadura sobre os pobres caracterizada pela deslegitimação das instituições legais e judiciárias, pela escalada da criminalidade violenta e dos abusos policiais (dirigidos a população jovem, negra e pobre), pela criminalização dos pobres, pela utilização de práticas ilegais de repressão, pela obstrução generalizada ao princípio da legalidade e por fim, pela distribuição desigual e não equitativa dos direitos de cidadania. O Estado convertido à ideologia do mercado total diminui suas prerrogativas nas frentes social e econômica e reforça sua atuação na área de segurança pública e na justiça criminal. Diante deste quadro:

²⁷ *Cop Killer* é uma canção gravada banda norte-americana *Body Count*, em 1992. A letra, escrita por Ice T. Trends, vocalista da banda, é cantada em primeira pessoa, a partir do ponto de vista de um indivíduo que indignado com a brutalidade da polícia decide fazer justiça com as próprias mãos, matando policiais. A letra da música encontra-se disponível em: <<http://goo.gl/HoRFsK>>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um 'mais Estado' policial e penitenciário o 'menos Estado' econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo (WACQUANT, 2001, p.7).

Na perspectiva adotada por Wacquant, a partir da hegemonia ideológica dos Estados Unidos estabelece-se a adoção na Europa e na América Latina de uma penalidade²⁸ neoliberal. Segundo essa perspectiva, as noções que tem orientado o controle da criminalidade na Europa e na América Latina são constituídas a partir de termos e teses provenientes dos Estados Unidos.

Para o autor, seguindo o modelo norte-americano, países como a França e o Brasil tem orientado sua política no sentido da adesão de um mais Estado policial/penitenciário e de um menos Estado econômico/social, assumindo, desse modo, a ideologia norte-americana do mercado total (WACQUANT, 2001a, p.7).

Nesse contexto, materializa-se, portanto, a substituição de um Estado-providência "materialista" por um Estado punitivo "paternalista" que objetiva impor o trabalho assalariado como uma obrigação de cidadania. As questões sociais, como a miséria, o desemprego, a ociosidade, são, neste contexto, percebidas como questões individuais, atribuídas a responsabilização individual e garante-se, nesse momento, que aqueles que não se adaptem as exigências do mercado possam encontrar a prisão como destino.

Para compreender de que modo Wacquant busca articular o fenômeno do recrudescimento penal nos Estados Unidos e seus ecos na Europa, em especial na França, e na América Latina, em especial no Brasil, é necessário situar de que modo o autor percebe a conexão estabelecida entre esses países.

A difusão do modelo de penalidade adotado pelos Estados Unidos foi sustentada pelo aparente sucesso das políticas de controle da criminalidade adotadas pela cidade de Nova Iorque. Estas políticas, por sua vez, tinham por base a chamada teoria das "janelas quebradas" (*broken windows theory*), concebida pelo *Manhattan Institute*²⁹, segundo a qual a solução para o combate

²⁸Como esclarece nota do tradutor André Telles, "o termo penalidade refere-se ao conjunto de práticas, instituições e discursos relacionados à pena e, sobretudo, à pena criminal" (WACQUANT, 2001a, p. 7)

²⁹ Criado, em 1978, na cidade de Nova Iorque, o Manhattan Institute teve grande influência na formação da cultura política americana. O instituto, por meio da realização e divulgação de pesquisas, procurou influenciar a formulação de políticas públicas em diferentes áreas. Em seu portal na *internet*, o Instituto é definido como é um *think tank*, cuja missão é desenvolver e

ao crime está no controle/repressão dos pequenos distúrbios cotidianos e na realização de melhorias no espaço urbano.

A teoria das “janelas quebradas” repercutiu, no caso do Brasil, em diferentes políticas de urbanização em áreas marginalizadas em grandes cidades³⁰. A concepção de que a recuperação de áreas urbanas tem reflexo no controle da criminalidade sustenta a adoção dessas políticas de urbanização.

A política de Tolerância Zero adotada pela prefeitura de Nova Iorque foi responsável pela redução dos serviços sociais e ampliação da aplicação rigorosa da lei sobre delitos de menor potencial ofensivo (embriaguez, jogatina, pequenos furtos, mendicância, não pagamento de transporte, prostituição, atentados aos costumes, simples ameaças). O sucesso da política de Tolerância Zero foi divulgado pelo mundo como solução para o controle da criminalidade³¹. No entanto, de acordo com Wacquant (2001a, p. 29), a queda da criminalidade em Nova York foi associada de forma prematura à política de tolerância zero.

A política foi retransmitida como um programa ideológico a ser adotado por diferentes países:

E, com ela, a retórica militar da ‘guerra’ ao crime e da ‘reconquista’ do espaço público, que assimila os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a ‘*invasores estrangeiros*’ – o que facilita o amálgama com a imigração, sempre rendoso eleitoralmente. (WACQUANT, 2001a, p. 30).

No caso brasileiro, a propagação do crime e do medo do crime ocorrem, de acordo com Wacquant (2001, p. 8) por conta da difusão das armas de fogo, do desenvolvimento de uma economia estruturada pelo tráfico internacional de

disseminar novas ideias que promovem uma maior escolha econômica e responsabilidade individual (MANHATTAN INSTITUTE, 2012).

³⁰ Um exemplo recente é o projeto Espaços Urbanos Seguros, ação integrante do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, executado pelo Ministério da Justiça a partir de 2007. Na ação, proposta em parceria com Estados e municípios, os espaços urbanos seguros foram definidos como “ambientes públicos planejados, projetados e administrados de forma participativa com vistas a reduzir incidência de delitos e da violência, aumentar a sensação de segurança das pessoas que o utilizam, bem como a sua permanência no local e a apropriação da comunidade para atividades de convivência, melhorando, assim, a qualidade de vida da população” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009, p.1).

³¹ No Brasil, “em janeiro de 1999, depois da visita de dois altos funcionários da polícia de Nova York, o governador de Brasília, Joaquim Roriz, anuncia a aplicação da ‘tolerância zero’ mediante contratação imediata de 800 policiais civis e militares suplementares, em resposta a uma onda de crimes de sangue do tipo que a capital brasileira conhece periodicamente” (WACQUANT, 2001a, p. 33).

drogas e pela relação estabelecida entre o crime organizado e a polícia por meio da corrupção.

Dada a complexidade da questão da criminalidade e da violência no Brasil, torna-se de difícil a compreensão da conexão entre a penalidade neoliberal, representada pelo modelo norte-americano, e o Sistema de Justiça Criminal, ou seja, da atividade penal. Para além do que propõe Wacquant (2001a) sobre as especificidades do caso brasileiro, é necessário também discutir a fragilidade das políticas de bem-estar social e das condições dos estabelecimentos penais, ainda mais precárias do que as apontadas pelo autor, no caso norte-americano e ou europeu.

Nesse sentido, Julita Lemgruber ressalta que, no Brasil:

a escassez de informações não só sobre o que ocorre no próprio país, mas também sobre experiências internacionais deixa espaço para a reprodução de crenças e mitos que há muito já vem sendo questionados em outras partes do mundo – como, por exemplo, a eficácia da pena de morte, os benefícios do ‘endurecimento penal’, as vantagens da privatização de prisões e os efeitos dissuasivos da pena privativa de liberdade. (LEMGRUBER, 2001, p. 1).

A autora destaca ainda que a ausência de estudos que comparem as curvas de criminalidade e de encarceramento no Brasil impede que se estabeleça uma relação entre o aumento de crimes e o aumento da população carcerária (LEMMGRUBER, 2001, p. 8), o que reforça a tese da política de encarceramento como uma política de controle das chamadas “classes perigosas”.

No Brasil, a população jovem, negra e miserável, tem sido diretamente atingida pela política de encarceramento em massa, como apontam os perfis estatísticos dos apenados. Os dados compilados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) registram que, no ano de 2009, 59% da população carcerária é composta por jovens entre 18 e 29 anos. Neste mesmo ano, 60% da população carcerária era composta por 60% de negros e pardos e 39% de brancos.

É interessante observar que o crescimento da população carcerária tem se mantido contínuo: entre 2000 e 2010, o aumento foi de 113%, o número de encarcerados passou de 232.755, em 2000, para 496.251, em 2010 (DEPEN, 2012). Não houve, no período analisado, decréscimo no número de apenados no sistema penitenciário.

Wacquant aponta que, na França e no Brasil, a doutrina norte-americana encontra o interesse e a anuência das autoridades dos países destinatários (2001a, p. 52) e o encarceramento tem sido adotado como uma solução para a criminalidade e para as consequências sociais postas pela desregulação econômica. Trata-se, portanto, para além de um projeto político, de uma escolha acerca do tipo civilização que se pretende: que caminhe para o fortalecimento do Estado penal ou para a reconstrução efetiva das capacidades sociais do Estado.

Ao analisar a sociedade brasileira, Wacquant (2001a) afirma que a mesma caracteriza-se por grandes disparidades sociais, pela pobreza e pelo crescimento alarmante da violência criminal. Este contexto está diretamente associado às representações sociais da juventude pois potencializa a associação entre criminalidade, pobreza e juventude ao mesmo que em que obscurece a relação entre violência e desigualdade social.

No que diz respeito às representações dos policiais sobre a violência e a juventude, percebe-se que a combinação da condição de pobreza com a condição juvenil é considerada um problema em si, tendo em vista que a fala da polícia:

É particularmente reduzida ao crime dos pobres, evidenciando a imagem de uma sociedade doente, desviada do bem, voltada para a prática dos delitos e sem saída, visão que acaba por criar uma atitude de profunda desconfiança contra tudo e contra todos, na qual qualquer um é suspeito até prova em contrário. (MINAYO, 1999, p. 179).

Em suas conclusões, os pesquisadores brasileiros aproximam-se da problemática posta por Wacquant ao apontar que:

Cruzando uma e outra visão, a do jovem e a da polícia, não podemos deixar de constatar que a violência policial em Curitiba também se exerce em forma de paradoxo discricional em relação aos jovens, discriminando, logo, entre as 'classes perigosas' (os cidadãos jovens de segunda) e os de primeira. O resultado é que a violência policial adquire uma dinâmica própria, uma autonomia que transforma ação policial de meio para segurança pública em fim em si. (SALLAS *et al*, 1999, p. 301).

A violência policial se torna uma resposta socialmente legitimada para os conflitos existentes, sejam eles reais ou decorrentes da percepção construída sobre a juventude pobre. Considerando a importância dos processos institucionais de longa duração é possível depreender que as práticas de

violência policial, no Brasil, direcionadas especialmente contra os mais pobres e as práticas sociais de violência dos jovens pobres entre si “se consolidaram numa sociedade fragilmente governada pela lei e em um Estado que nunca teve o monopólio legítimo da violência” (ZALUAR, 2007, p. 32).

Dentre todas as violências sofridas pela população jovem em seu cotidiano, os homicídios se configuram como o limite, ou seja, como o ato de violência mais extremo e portanto, como a expressão mais intensa do processo de vitimização da juventude.

Os estudos coordenados por Júlio Jacobo Waiselfisz sobre as mortes por causas violentas no Brasil, intitulados Mapa da Violência, se tornaram uma importante referência para a compreensão deste fenômeno. A primeira edição do *Mapa da Violência Contra os Jovens do Brasil*, publicada em 1998, aponta a necessidade de qualificar o debate sobre a mortalidade da juventude brasileira em situações que envolvem violência dado que:

Via de regra, tanto as análises sociais quanto a imagem divulgada pelos meios de comunicação têm privilegiado a adolescência e a juventude como momento de produção de violência, como agressora, destacando seu envolvimento com a delinquência e a criminalidade, com o tráfico de drogas e armas, com as torcidas organizadas, com espetáculos musicais nas periferias das grandes metrópoles. Contados são os casos e os estudos que dão conta de um aspecto substancial de nossa modernidade: o jovem como vítima prioritária da violência (WASELFISZ, 1998, p. 11).

Os dados analisados por Waiselfisz são extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)³², do Ministério da Saúde e são apresentados em série histórica permitindo, conseqüentemente, a avaliação da evolução dos homicídios de jovens, compreendidos no referido estudo como aqueles entre 15 e 24 anos, conforme apresentado na TABELA 7.

³² O Ministério da Saúde adota como referência para classificação das mortes por causas violentas a décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) vigente até os dias de hoje. Dentre as causas de óbito estabelecidas pelo CID-10, foram utilizadas as seguintes: Homicídios, que correspondem ao somatório das categorias X85 a Y09, recebendo o título genérico de Agressões. Têm como característica a presença de uma agressão intencional de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos, lesões ou a morte da vítima.

TABELA 7 – NÚMERO DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO - POPULAÇÃO JOVEM – BRASIL – 1980-2007

| ANO | POPULAÇÃO JOVEM |
|-------|-----------------|
| | Homicídios |
| 1980 | 4.327 |
| 1981 | 4.681 |
| 1982 | 4.622 |
| 1983 | 5.191 |
| 1984 | 6.143 |
| 1985 | 6.482 |
| 1986 | 6.882 |
| 1987 | 7.661 |
| 1988 | 7.591 |
| 1989 | 10.022 |
| 1990 | 10.954 |
| 1991 | 10.092 |
| 1992 | 9.195 |
| 1993 | 10.182 |
| 1994 | 11.330 |
| 1995 | 12.603 |
| 1996 | 13.186 |
| 1997 | 14.270 |
| 1998 | 15.284 |
| 1999 | 15.765 |
| 2000 | 17.501 |
| 2001 | 18.135 |
| 2002 | 19.207 |
| 2003 | 19.731 |
| 2004 | 18.599 |
| 2005 | 17.994 |
| 2006 | 18.073 |
| 2007 | 17.475 |
| TOTAL | 351.479 |

FONTE: WAISELFISZ, (2013).

Entre os anos de 1980 e 2007, foram assassinados, de acordo com o SIM, em números absolutos, 351.479 jovens entre 15 e 24 anos. A partir de 1988 há um significativo aumento dos homicídios na população jovem e desde então não houve uma redução expressiva neste índice. A leitura da tabela 7 sustenta a observação de que a intensa vitimização dos jovens por homicídio no Brasil não os distanciou da representação como “classe perigosa”:

Não obstante tal cenário, em que os jovens aparecem como vítimas, perdura no imaginário social a representação do jovem perigoso que, em gangues, perambula pela cidade, pronto para atacar os incautos. A invenção da gangue, por sua vez, parece constituir-se na justificativa moral para o aumento da repressão aos jovens, da redução da menoridade penal e do endurecimento das penas (MORAES, 2006, p. 9).

O aumento, progressivo, da participação (percentual) de mortes juvenis no total de homicídios ocorridos no Brasil se torna expressivo quando seus índices são comparados aos homicídios ocorridos na população total. Torna-se possível então constatar que a violência no contexto brasileiro tem atingido de forma endêmica os indivíduos entre 15 e 24 anos como ilustrado no GRÁFICO 1 e GRÁFICO 2.

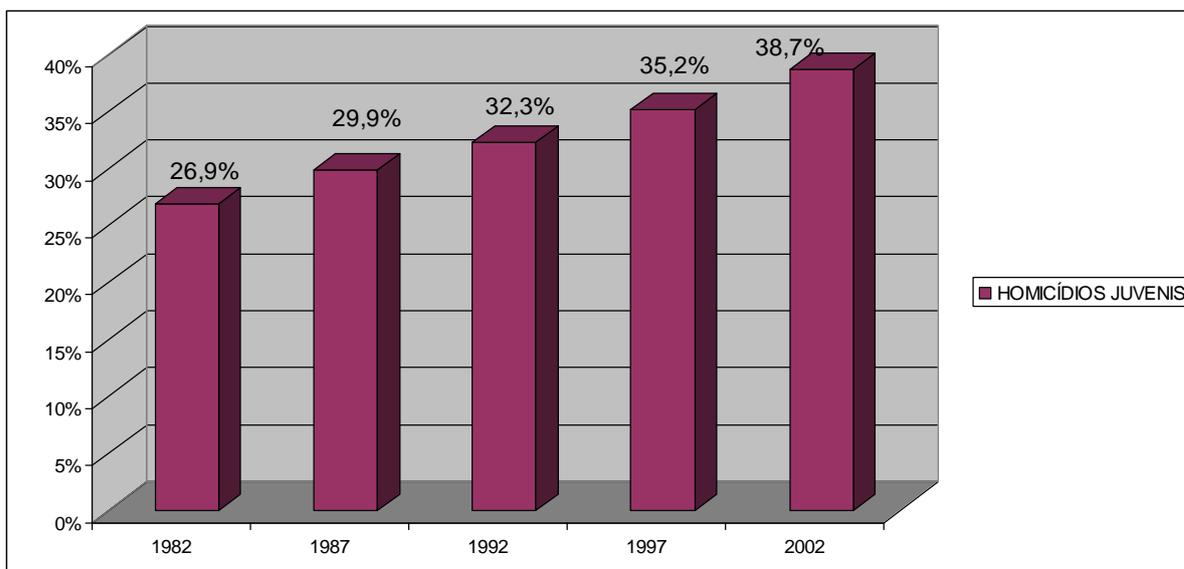


GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DOS HOMICÍDIOS JUVENIS NO TOTAL DE HOMICÍDIOS. BRASIL – 1982-2002

FONTE: WASELFISZ (2004).

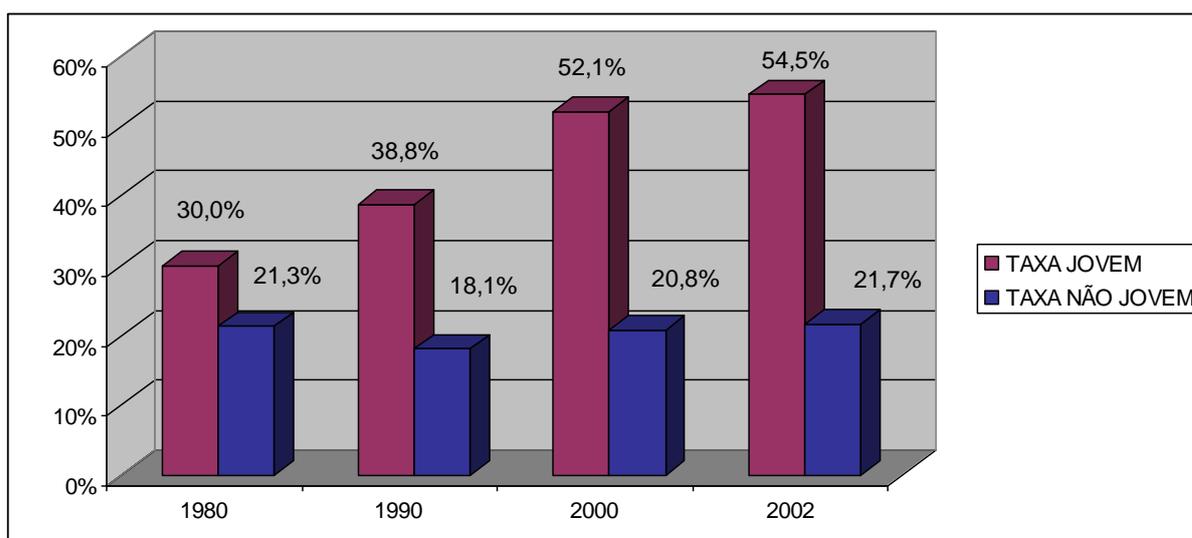


GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE HOMICÍDIO POPULAÇÃO JOVEM E NÃO JOVEM. BRASIL – 1980 -2002

FONTE: WASELFISZ, (2004).

A última edição do Mapa da Violência, publicada em 2014, analisa os dados sobre homicídios no Brasil entre os anos 1980 a 2012. Nesta série histórica, a média de homicídios por 100 mil habitantes foi de 15,0 dentre a população não jovem e de 43,4 dentre a população jovem. Há, portanto, um descompasso entre o aumento do número de homicídios na população não jovem e jovem. Nas considerações finais do Mapa, Waiselfisz (2014, p. 177) observa que:

Essa diferença de ritmos [do crescimento de homicídios entre a população não jovem e a população jovem] origina uma progressiva participação dos homicídios juvenis no total de homicídios do país. As taxas juvenis, em 2012, mais que triplicam as do resto da população. Fica evidente que os homicídios juvenis explicam uma parcela significativa do crescimento da violência no período. Em 2012, os jovens de 15 a 29 anos de idade representavam 26,9% do total dos 194,0 milhões de habitantes do país, mas foram alvo de 53,4% dos homicídios.

A literatura sociológica aponta que há uma estreita e importante relação entre o aumento do número de homicídios na população jovem e o tráfico de drogas no Brasil. Tais mortes ocorreriam por conta dos embates com a polícia e/ou entre quadrilhas rivais.

A média de vida dos que se envolvem com o tráfico é de 25 anos, mas a tendência tem sido de diminuição nas faixas etárias dos que morrem em conflitos dentro dos próprios grupos, com os rivais, ou em confrontos com as forças de segurança pública (MINAYO, 1999, p. 160).

Estas mortes têm impacto na estrutura da população brasileira e carregam, em si, custos inestimáveis para as famílias que perdem seus jovens e para o país que perde sua capacidade produtiva e aprofunda suas desigualdades sociais de forma dramática pelo viés da violência.

É relevante ressaltar que a violência no contexto brasileiro afetou muito pouco as mulheres e outras categorias de idade, como observa Alba Zaluar (2007, p. 32). Os números, apresentados na TABELA 8, indicam que entre 2001 e 2007, 79% dos jovens assassinados no Brasil pertenciam ao sexo masculino.

TABELA 8 – NÚMERO DE HOMICÍDIOS FEMININOS E MASCULINOS (EM NÚMEROS ABSOLUTOS) – POPULAÇÃO JOVEM - BRASIL 2001/2007.

| SEXO | ANO | | | | | | | TOTAL |
|----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | |
| Homens | 14.284 | 15.340 | 15.794 | 14.769 | 14.110 | 14.051 | 13.703 | 102.051 |
| Mulheres | 3.851 | 3.867 | 3.937 | 3.830 | 3.884 | 4.022 | 3.772 | 27.163 |
| TOTAL | 18.135 | 19.207 | 19.731 | 18.599 | 17.994 | 18.073 | 17.475 | 129.214 |

FONTE: WAISELFISZ (2013).

A violência sofrida, cotidianamente, pelas parcelas pobres da juventude se apresenta como importante elemento para a compreensão da condição juvenil no Brasil pois expressa-se na deslegitimação de seus direitos civis e em sua segregação territorial. Sendo assim, a violência perpetrada pelo Estado e pelo crime organizado coloca em questão as políticas públicas direcionadas à esse segmento da população brasileira como evidencia a análise proposta por Caldeira (2000, p. 55-56):

Uma das principais contradições que marcam o Brasil contemporâneo é a que existe entre expansão da cidadania política e deslegitimação da cidadania civil. De um lado, houve uma expansão real da cidadania política, expressa nas eleições livres e regulares, livre de organização de partidos, nova liderança política e funcionamento regular do legislativo em todos os níveis, associados à liberdade de expressão e fim da censura aos meios de comunicação. De outro, no entanto, há o universo do crime e um dos mais intrigantes fatos da consolidação democrática brasileira: o de que a violência, tanto civil, quanto de aparatos do Estado, aumentou consideravelmente desde o fim do regime militar. Esse aumento no crime e na violência está associado à falência do sistema judiciário, à privatização da justiça, aos abusos da polícia, à fortificação das cidades e destruição dos espaços públicos. Em outras palavras, no Brasil, a democracia política não trouxe consigo o respeito pelos direitos, pela justiça e pela vida humana mas, sim, exatamente os seus opostos. Nesse contexto, o crime não só expressa e articula outros processos negativos de mudança, mas também representa os limites e desafios da democratização brasileira.

Na próxima seção deste capítulo é analisado de que modo as políticas públicas no âmbito do governo federal têm se posicionado, no período compreendido entre 1995 e 2007, diante dos desafios postos pela situação juvenil.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA

A literatura sociológica marca a entrada da juventude na agenda pública brasileira como um problema para a sociedade. Seja por conta da condição de exclusão vivenciada pelos jovens ou pela preocupação com a transição para vida adulta, própria da condição de juventude. Sendo assim, as políticas públicas nascem, em geral, pautadas pela necessidade de controle dos corpos, tempos e espaços dos jovens. Por fim, orientam-se para a integração dos jovens à vida social.

Para fins de análise das políticas públicas para a juventude toma-se como referência, nesta tese, o período que tem início nos anos 1990 e avança até aproximadamente 2012. Este recorte encontra respaldo na observação de Maria das Graças Rua (1998) de que atendidos por políticas sociais destinadas às demais faixas etárias, os jovens brasileiros não tiveram, até o final dos 1990, políticas públicas destinadas especificamente para eles³³.

A temática da juventude se constituiu efetivamente em um problema político e se converteu em um item relevante da agenda nacional a partir de meados dos anos 2000. Nesse período ocorreu um aumento significativo de políticas e programas destinados aos jovens brasileiros, em diferentes esferas do governo e em organizações da sociedade civil.

Destaca-se que a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990) pelo Congresso Nacional se consolidou como um marco histórico-institucional e proporcionou a formulação de políticas públicas e a criação de uma rede de proteção social para crianças, entre 0 e 12 anos, e para adolescentes, entre 12 e 18 anos. No entanto, os jovens acima de 18 anos permaneceram sem um marco legal próprio e sem políticas públicas especificamente destinadas para eles.

As primeiras políticas públicas, em âmbito federal, voltadas especificamente à juventude, surgiram no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Entretanto, a análise das ações e programas propostos, conforme apresentado no QUADRO 1, explicita a ausência de uma definição quanto à faixa

³³ Tal recorte articula-se com o recorte proposto para a análise das políticas de segurança pública voltadas a juventude, presente nesta tese, pois o marco do mesmo é a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública no ano de 1997.

etária e de um plano que contemple os jovens em suas diferentes necessidades e particularidades de forma integrada. Não há, naquele momento, o desenvolvimento de política nacional de juventude. As políticas destinadas a segmentos da juventude, no governo Fernando Henrique Cardoso são fragmentadas e, em sua maioria, com uma duração determinada.

Percebe-se que no léxico das políticas direcionadas aos jovens, no referido período, a expressão risco social é constantemente empregada, ou seja, tais políticas se destinam especificamente aos jovens que se encontram em situação de exclusão social e ou adotam condutas consideradas de risco, em especial no que diz respeito à saúde (uso de drogas, gravidez na adolescência e contaminação por doenças sexualmente transmissíveis).

| |
|--|
| <p>PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO – PET (Ministério da Educação)</p> <p>Instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES em 1979, o PET orienta-se pela necessidade da melhoria dos cursos de graduação no ensino superior e se desenvolve por meio da formação de grupos tutoriais de alunos de graduação, orientados por professores.</p> <p>EM VIGÊNCIA³⁴.</p> |
| <p>JOGOS DA JUVENTUDE (Ministério do Esporte)</p> <p>Criado em 1995, os Jogos da Juventude buscavam incentivar o desenvolvimento e formação dos jovens atletas para esportes de alto rendimento. Entre 1995 e 2004, mais de dois mil atletas de todos os estados brasileiros competiram no atletismo, basquete, capoeira, ginástica rítmica, handebol, tênis de mesa, vôlei e xadrez. Os jogos visavam ao fomento do esporte na sua vertente de rendimento, para congregar e aprimorar os talentos esportivos do país, desenvolver o intercâmbio socioesportivo das diferentes modalidades e promover o seu aprimoramento.</p> |

QUADRO 1 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - 1995 – 2002 (continua)

FONTE: A autora.

³⁴ Devido a dificuldade de identificar o período de vigência dos programas executados pelo Governo Fernando Henrique optou-se por apresentar apenas a indicação daqueles que permaneciam em vigência no período analisado neste trabalho.

| |
|---|
| <p>PROGRAMA CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA (Comunidade Solidária³⁵)</p> <p>Implementado em 1996, o programa buscava alternativas para o enfrentamento do desemprego entre jovens, em especial entre 16 e 21 anos, de baixa escolaridade por meio de capacitação profissional. Concomitantemente, o programa financiava iniciativas de organização sociais (atividades e cursos de aperfeiçoamento de gestores sociais) voltadas para o mesmo propósito.</p> |
| <p>PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR – PLANFOR (Ministério do Trabalho e Emprego)</p> <p>Executado a partir de 1996, o PLANFOR tratava-se de um programa de qualificação profissional de jovens e adultos com baixa escolaridade, em situação de desemprego e risco social.</p> |
| <p>ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA (Comunidade Solidária)</p> <p>Programa criado em 1996 com a finalidade de combater o analfabetismo nos municípios. Foi executado por meio de parcerias com os governos municipais e estaduais e com organizações da sociedade civil.</p> |
| <p>PROJETO ESCOLA JOVEM (Ministério da Educação e Banco Interamericano de Desenvolvimento)</p> <p>Criado em 1997, o Projeto Escola Jovem também chamado Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio, tinha por objetivo melhorar a qualidade e a eficiência do ensino médio por meio do fornecimento de recursos destinados à execução de projetos de ampliação e construção de escolas, capacitação de docentes e gestores educacionais, equipamentos para bibliotecas, laboratórios e adaptações para facilitar o acesso de portadores de necessidades especiais. O projeto objetivava ainda equipar progressivamente as escolas de ensino médio com kits tecnológicos para recepção da TV Escola.</p> |
| <p>SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO (Ministério da Justiça)</p> <p>Instituído no ano de 1997, a ação destinava-se aos jovens de 18 anos que não se alistaram no serviço militar obrigatório bem como aos que foram dispensados. Suas atividades, organizadas em torno do tema Direitos Humanos, visavam a qualificação profissional, a elevação da escolaridade e a prestação de serviços à comunidade.</p> |

QUADRO 1 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO -
1995 – 2002 (continuação)

FONTE: A autora.

³⁵ Instituído por meio do Decreto n. 1.366 de 12 de janeiro de 1995, o Programa Comunidade Solidária, vinculado à Presidência da República, tinha por objetivo coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da população, em situação de miséria, e, em especial, o combate à fome e à pobreza. O programa foi coordenado pela antropóloga Ruth Cardoso e buscava articular-se com a sociedade civil por meio da formação de um conselho.

| |
|--|
| <p>PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA – PRONERA (Ministério Extraordinário de Política Fundiária)</p> <p>O programa, instituído em 1998, tinha por objetivo a democratização do acesso à educação na alfabetização e escolarização de jovens e adultos no campo; a formação de educadores para as escolas de assentamentos/acampamentos e a formação profissional de nível médio e superior.</p> |
| <p>PROGRAMA DE ESTUDANTES EM CONVÊNIOS DE GRADUAÇÃO (Ministério da Educação e Ministério das Relações Exteriores)</p> <p>Criado entre 1998 e 1999. Destinado a cidadãos estrangeiros com idades entre 18 e 25 anos, com Ensino Médio Completo, participantes de programas de desenvolvimento socioeconômico fruto de acordos diplomáticos firmados entre o Brasil e seus países de origem. Os acordos estabeleciam que os estudantes deveriam retornar aos seus países e atuarem em sua área de formação.</p> |
| <p>PROJETO NAVEGAR (Ministério do Esporte)</p> <p>Instituído em 1999, o projeto Navegar era destinado a adolescentes e jovens entre 12 e 15 que residiam em comunidades ribeirinhas, lacustres e costeiras. A divulgação e a democratização do acesso a esportes náuticos eram seu principal objetivo.</p> |
| <p>PROMOÇÃO DE DIREITOS DE MULHERES JOVENS VULNERÁVEIS AO ABUSO SEXUAL E À EXPLORAÇÃO SEXUAL E COMERCIAL NO BRASIL (Ministério da Justiça)</p> <p>Instituída em 1999, a ação, parte do Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, objetivava a promoção dos direitos de mulheres jovens e eliminar a violência sofridas por elas.</p> |
| <p>JOVEM EMPREENDEDOR (Ministério do Trabalho e Emprego)</p> <p>Instituído, no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o programa destinava-se à capacitação profissional e financiamento de jovens, entre 18 e 29 anos, que após concluir o nível técnico se mostrassem interessados em abrir seu próprio negócio.</p> |
| <p>OLIMPÍADAS COLEGIAIS (Ministério do Esporte, Ministério da Educação e Comitê Olímpico Brasileiro)</p> <p>Criado no ano 2000, as Olimpíadas Colegiais tinham por objetivo o fomento do desporto escolar e o intercâmbio entre atletas escolares e envolviam adolescentes de 12 a 14 anos e jovens entre 15 e 17 anos, estudantes das escolas públicas estaduais e municipais em todo o país.</p> |

QUADRO 1 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - 1995 – 2002 (continuação)

FONTE: A autora.

| |
|---|
| <p>REDE JOVEM (Comunidade Solidária e Ministério da Ciência e Tecnologia)</p> <p>O Programa Rede Jovem iniciou suas atividades no ano 2000 e promoveu a implantação e gerenciamento de telecentros em parceria com instituições comunitárias de base. Seu objetivo era a inclusão do segmento jovem por meio da informática e da <i>internet</i>.</p> |
| <p>PROGRAMA DE REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República)</p> <p>Executado a partir dos anos 2000, o programa dirigiu suas ações para adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medidas judiciais socioeducativas não privativas de liberdade. Optando pelas medidas socioeducativas em meio aberto, em detrimento das medidas privativas de liberdade, o programa tinha por objetivo estimular articulação e o funcionamento do sistema socioeducativo como proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> |
| <p>PROGRAMA BRASIL EM AÇÃO (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)</p> <p>Criado em 2000, tratava-se de um programa-piloto de coordenação das ações para a juventude (compreendida aqui como aqueles entre 15 e 29 anos). Reunia 11 programas, coordenados por seis ministérios, articulados a governos estaduais.</p> |
| <p>PROGRAMA SENTINELA (Ministério da Previdência e Assistência Social)</p> <p>Implementado, no ano 2000, o programa era voltado ao combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. A iniciativa integrava o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual.</p> |
| <p>PROGRAMA BRASIL JOVEM (Ministério da Previdência e Assistência Social)</p> <p>O Programa Brasil Jovem reunia duas ações: a) Centros da Juventude: Criados em 1997, eram pólos de informações acerca dos programas e serviços disponíveis para a população jovem nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, capacitação profissional, segurança pública e assistência social e b) Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano³⁶: Executado em capitais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano³⁷, a ação visava a capacitação de jovens alfabetizados e com renda familiar de até meio salário mínimo.</p> |

QUADRO 1 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO -
1995 – 2002 (continuação)

FONTE: A autora.

³⁶ Apenas a ação Agente de Desenvolvimento Social e Humano encontra-se em vigência.

³⁷ Desenvolvido, em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub Ul Haq, o Índice de Desenvolvimento (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de desenvolvimento humano e é composta pelos valores, em cada país, da expectativa de vida ao nascer, dos indicadores sobre educação e do Produto Interno Bruto per capita. Desde 1993, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) utiliza esta classificação em seu relatório anual.

PROGRAMA SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM
(Ministério da Saúde)

O programa é parte, desde 1989, da política nacional integrada de atenção específica às questões relacionadas à saúde vividas por indivíduos de 10 a 24 anos. Trata-se, portanto, de uma ação contínua.

EM VIGÊNCIA.

QUADRO 1 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO -
1995 – 2002 (conclusão)

FONTE: A autora.

Entre 1995 e 2002, as 19 ações destinadas diretamente à juventude, identificadas e reunidas no QUADRO 1, distribuíam-se por 10 ministérios, secretarias e órgãos do governo Fernando Henrique, em atribuição única ou compartilhada. O Ministério da Educação apresentava 4 projetos e programas sob sua responsabilidade, seguido Ministério do Esporte e da Comunidade Solidária com a gestão de 3 projetos e programas. A centralidade dos projetos e programas na área da educação e do esporte também é percebida no QUADRO 2 que apresenta as ações para juventude no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Naquele contexto, as 20 ações destinadas aos jovens brasileiros se distribuem por 8 ministérios e órgãos do governo.

A entrada no mercado de trabalho, por meio da capacitação profissional ou do avanço no nível de escolaridade, é também uma problemática presente no conjunto das ações levantadas. Há inclusive a sobreposição de ações de capacitação profissional voltadas para o mesmo público e que apresentam os mesmos objetivos, como por exemplo, o Programa Capacitação Solidária e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. A perspectiva que orienta essas ações, mais do que a resolução de uma situação de exclusão e da necessidade de geração de renda, é a da juventude como ameaça à ordem social pois:

É necessário notar, porém, que em parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu 'afastamento das ruas' ou pela ocupação de 'suas mãos ociosas'. (ABRAMO, 1997, p. 26).

Não há menção nas ações analisadas no governo Fernando Henrique Cardoso à problemática da violência que, naquele momento histórico, já se manifestava nos altos índices de homicídios dentre a população jovem, conforme apresentado na seção anterior deste trabalho³⁸.

| |
|--|
| <p>PROJETO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome)</p> <p>Programa remanescente do Governo Fernando Henrique Cardoso. Destina-se a jovens entre 15 e 17 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal ou social, egressos ou que estejam cumprindo medida socioeducativa ou atendidos por programas voltados ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |
| <p>PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (Ministério da Educação)</p> <p>Instituído em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentem alta taxa de analfabetismo.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |
| <p>PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO - PNPE (Ministério do Trabalho e Emprego)</p> <p>Regulamentado pela lei n. 10.748, de 22 de outubro de 2003, o PNPE tinha por objetivo a criação de criação de postos de trabalho para jovens e a qualificação desta mão-de-obra para o mercado de trabalho e inclusão social. Para ingressar no Programa, os jovens deveriam ter idade entre 16 e 24 anos; não ter vínculo empregatício anterior; ser membro de família com renda per capita de até meio salário mínimo e cursar o ensino fundamental, ensino médio, cursos de educação ou ter concluído o ensino médio. Ao integrar o PNPE, os jovens receberiam subsídio mensal no valor de R\$ 150,00 e seriam, após de processo de qualificação profissional, encaminhados aos postos de trabalho gerados por iniciativa do programa.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |
| <p>PROGRAMA SEGUNDO TEMPO (Ministério do Esporte)</p> <p>Criado em 2003, o programa Segundo Tempo tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |

QUADRO 2 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - 2003 –
2010 (continua)

FONTE: A autora.

³⁸ Ver TABELA 7 na página 44.

| |
|---|
| <p>PROGRAMA ESPORTE E LAZER NA CIDADE (PELC) (Ministério do Esporte)</p> <p>Desenvolvido, a partir de 2003, em parceria com os governos estaduais, municipais, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de programas locais de esporte e lazer.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |
| <p>PROGRAMA CONEXÃO DE SABERES (Ministério da Educação)</p> <p>Executado, como programa piloto, a partir de 2004, o Programa Conexão de Saberes pretendia promover maior articulação entre Universidades e populações de baixa renda. Os estudantes universitários, de baixa renda, integrantes do programa, desenvolveriam sua capacidade de produção de conhecimentos e ampliariam sua capacidade de intervenção em seu território de origem, recebendo apoio financeiro e metodológico.</p> |
| <p>PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI (Ministério da Educação)</p> <p>Criado pelo Governo Federal em 2004, o PROUNI concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |
| <p>ESCOLA ABERTA (Ministério da Educação e UNESCO)</p> <p>Criado a partir de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e a UNESCO, o Programa Escola Aberta, implantado em 2004, incentiva e apóia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. O objetivo do programa é que as escolas ofereçam aos sábados e/ou domingo atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda dirigidas aos estudantes e à população do entorno.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |

QUADRO 2 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - 2003 – 2010 (continuação)

FONTE: A autora.

PROGRAMA NOSSA PRIMEIRA TERRA
(Ministério do Desenvolvimento Agrário)

Trata-se de uma linha de crédito, implementada em 2004, destinada a jovens rurais, filhos e filhas de agricultores, estudantes de escolas agrotécnicas e centro familiares de formação por alternância, com idade entre 18 e 29 anos, que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural. Para ter acesso ao financiamento, o agricultor deve ter renda familiar anual de até R\$ 15 mil e patrimônio anual inferior a R\$ 30 mil.

EM VIGÊNCIA.

PROGRAMA SOLDADO CIDADÃO
(Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Defesa)

O principal objetivo do programa, criado em 2004, é auxiliar os militares que estão prestes a se desligar das Forças Armadas a encontrar uma ocupação. Os cursos são gratuitos e ministrados em parceria com instituições como o SENAI e o SENAC e outras entidades ligadas ao ensino profissional e técnico. Os cursos são realizados no horário do expediente e duram dois meses, com carga mínima de 160 horas. Como a demanda pelas vagas do Soldado Cidadão é maior do que a oferta, a participação nos cursos acaba servindo como prêmio para militares com boa conduta ou que tenham condição econômica mais precária.

EM VIGÊNCIA.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO - PNLEM
(Ministério da Educação)

Implantado em 2004, o PNLEM prevê a distribuição de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o País. O Catálogo para a escolha do livro pelos professores era enviado às escolas em forma impressa e a escolha dos livros é feita por meio da internet. Progressivamente o programa tem universalizado a distribuição de livros didáticos para o ensino médio desde 2006.

EM VIGÊNCIA.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF JOVEM
(Ministério do Desenvolvimento Agrário)

Trata-se de uma linha de crédito lançada em 2004 e destinada a jovens agricultores entre 16 e 29 anos. Para obter os recursos, o interessado deve ter concluído ou estar cursando o último ano em Centros Familiares Rurais de Formação por Alternância³⁹ ou Escola Técnica Agrícola de nível médio.

EM VIGÊNCIA.

QUADRO 2 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - 2003 – 2010 (continuação)

FONTE: A autora.

³⁹ Os Centros Familiares Rurais de Formação por Alternância são aqueles centros de ensino em que os projetos educativos são norteados pela pedagogia da alternância. Trata-se de um processo de formação que combina e articula períodos de vivência no meio escolar (formação teórica geral) e no meio familiar (formação agrícola na propriedade).

| |
|--|
| <p>BOLSA ATLETA (Ministério do Esporte)</p> <p>Criado em 2005, trata-se de um programa de patrocínio individual de atletas e para-atleta de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. Desde 2012, com a Lei 12.395/11 é permitido que o candidato tenha outros patrocínios, o que permite que atletas que já alcançaram certo grau de reconhecimento em suas áreas de atuação possam ter acesso a bolsa.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |
| <p>PROJETO ESCOLA DE FÁBRICA (Ministério da Educação)</p> <p>Instituído, por meio da Lei n. 11.180 de 23 de setembro de 2005, o Projeto Escola de Fábrica tinha a finalidade de ampliar as possibilidades de formação profissional básica, favorecendo o ingresso de estudantes de baixa renda no mercado de trabalho. Estes estudantes deveriam ter entre 16 e 24 anos e renda familiar per capita de até um salário mínimo.</p> <p>Executado em 2005 e 2006.</p> |
| <p>PROJETO JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE (Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente)</p> <p>O Programa Juventude e Meio Ambiente surgiu em 2005 como uma estratégia do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental para estimular, ampliar e potencializar o debate e a ação socioambiental das juventudes brasileiras. Foi formulado a partir de uma pesquisa realizada em 2004/2005 com mais de 150 jovens integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente.</p> <p>Executado em 2005 e 2006.</p> |
| <p>PROJETO CULTURA VIVA (Ministério da Cultura)</p> <p>O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva foi criado, em 2005, pelo Ministério da Cultura. Surgiu para estimular e fortalecer a rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |
| <p>PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA (Ministério da Educação/Secretaria Nacional de Juventude)</p> <p>Implementado em 2005, a ação que se denominava Saberes da Terra integrou-se dois anos depois ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), sob a gestão da Secretaria Nacional de Juventude. O Projovem Campo - Saberes da Terra oferecia qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Seu objetivo era ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade dos povos do campo.</p> <p>Executado entre 2005 e 2010.</p> |

QUADRO 2 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - 2003 – 2010 (continuação)

FONTE: A autora.

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM
(Ministério da Educação)

Lançado em 2005, o Projovem atende jovens entre 18 e 24 anos que completaram a quarta série mas não concluíram a oitava série do Ensino Fundamental e que não tem emprego com carteira profissional assinada. O programa reúne cursos para elevação da escolaridade e qualificação profissional e estimula a prática de atividades sociais e comunitárias.

EM VIGÊNCIA.

PROJETO RONDON
(Ministério da Defesa e Ministério da Educação)

O Projeto Rondon foi criado originalmente em 1967. Retomado no Governo Fernando Henrique Cardoso por meio do programa Comunidade Solidária, o programa foi regulamentado pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2005. Trata-se de um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades pobres e ampliem o bem-estar da população. O Projeto Rondon é realizado em parceria com diversos Ministérios e tem o apoio das Forças Armadas, que proporcionam o suporte logístico e a segurança necessários às operações. Conta, ainda, com a colaboração dos Governos Estaduais, das Prefeituras Municipais e de empresas socialmente responsáveis.

EM VIGÊNCIA.

**PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AO ENSINO MÉDIO –
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA**
(Ministério da Educação)

Instituído em 2006, o programa destina-se a jovens e adultos trabalhadores e tem por objetivo a elevação do nível de escolaridade (Ensino Fundamental e Ensino Médio) de seus integrantes por meio de cursos de educação profissional técnica.

EM VIGÊNCIA.

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA (PRONASCI)
(Ministério da Justiça)

Criado em 2007, o PRONASCI tinha suas ações dirigidas para jovens entre 15 e 24 anos, identificados, pelo Ministério da Justiça, como aqueles em situação infracional ou no caminho de situação infracional: adolescentes em conflito com a lei, jovens oriundos do serviço militar obrigatório, jovens presos, jovens egressos do sistema penitenciário e jovens em situação de descontrole familiar grave. Estes jovens não estariam integrados aos demais programas sociais do governo federal. O programa reunia um conjunto de 94 ações executadas em parcerias com estados, municípios e com diferentes ministérios. A partir de 2011, algumas ações do Pronasci foram incorporadas às linhas de financiamento do Fundo Nacional de Segurança Pública.

EM VIGÊNCIA.

QUADRO 2 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - 2003 –
2010 (continuação)

FONTE: A autora.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – BENEFÍCIO VARIÁVEL JOVEM
(Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

Criado em 2008, o Benefício Variável Jovem é uma modalidade do Programa Bolsa Família e destina-se aos adolescentes de 16 e 17 anos, com o objetivo de estimular a sua permanência na escola. O benefício é pago às famílias beneficiárias do Programa, no mesmo cartão das demais modalidades, no valor de R\$ 30,00 por adolescente e limitado até dois beneficiários por família⁴⁰.

EM VIGÊNCIA

QUADRO 2 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - 2003 – 2010 (conclusão)

FONTE: A autora.

Quando se trata da continuidade de programas entre governos, é possível observar, no QUADRO 2, que os projetos Agente de Desenvolvimento Social e Humano e Rondon executados no governo Luiz Inácio Lula da Silva são remanescentes do governo Fernando Henrique Cardoso.

Nota-se que no léxico das políticas públicas para juventude propostas, entre 2003 e 2010, a expressão vulnerabilidade social soma-se ao risco social como instrumento para definição do público-alvo das mesmas. A utilização desta expressão, apesar de histórica, intensificou-se em referência a pobreza como uma situação de desvantagem social. No entanto, Marília Pontes Sposito (2003, p. 28) alerta que:

Seu uso indiscriminado também passa a ser objeto de crítica, pois desloca a ideia de 'estruturas geradoras de vulnerabilidade' para o sujeito e, assim, pode ignorar que os jovens vulneráveis são portadores de capital social e cultural, capazes de ação coletiva, de criar alternativas e respostas aos seus dilemas.

Ainda que as ações propostas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva não se diferenciem essencialmente das ações em vigência no governo Fernando Henrique, há significativa mudança quanto à formação e desenvolvimento de espaços institucionais para a discussão e implementação de políticas públicas específicas para a juventude.

⁴⁰ O valor do benefício em 2015 é de R\$ 42,00.

Em 2004 o governo federal instaurou um Grupo de trabalho interministerial de políticas para a juventude, formado por representantes de 12 Ministérios (Cultura; Defesa; Desenvolvimento social e combate à fome; Esporte; Fazenda; Justiça; Meio-ambiente; Planejamento, Orçamento e Gestão; Saúde; Turismo e Trabalho e emprego), de 3 secretarias especiais (dos Direitos Humanos; de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres), da Assessoria da Presidência da República e do IPEA, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República. O objetivo do grupo era elaborar um diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal destinados, direta ou indiretamente, à população jovem.

O relatório final produzido pelo grupo recomendou a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão executivo ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República; do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).

Sobre o trabalho realizado pelo Grupo Interministerial, documento produzido pelo IPEA, destacou que:

O grupo identificou a frágil institucionalidade, fragmentação e superposição das políticas federais de juventude, sugerindo a urgente necessidade de criação de uma instância de coordenação e de articulação que tivesse, entre outras atribuições, a de combater o paralelismo e a fragmentação das ações federais dirigidas ao público jovem. (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 50).

A literatura sociológica esclarece que a existência de programas federais que concorrem entre si (por um mesmo público) e ofertam à juventude um mesmo serviço ou atendimento atesta a ausência de coordenação entre os órgãos responsáveis pela execução dos mesmos. Para aqueles que analisam as políticas públicas, a superposição das ações voltadas à juventude executadas por diferentes instâncias do governo federal toma tal proporção que:

Por vezes, os programas se assemelham tanto que é fácil confundir-se sobre o ministério responsável. Políticas e planos nacionais são criados paralelamente, justificados pela 'particularidade de necessidade para essa faixa etária', como se cada um pudesse responder sozinho às demandas dos jovens. (TELES; FREITAS, 2008, p. 202).

Diante deste contexto, a SNJ, instituída em fevereiro de 2005, tem a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a

juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis.

Além de uma secretaria específica, o governo federal instituiu, em 30 de junho de 2005, pela Lei 11.129, o CONJUVE. Esta entidade é responsável por formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas para os jovens, e por elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica desse grupo social. O CONJUVE é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil.

A constituição dessas instâncias voltadas à questão da juventude foi resultado do reconhecimento, por parte do governo federal, de que as políticas públicas setoriais contemplavam os brasileiros com idade até 18 anos. Ao completar 18 anos, o jovem brasileiro passava a ser atendido apenas por políticas universais, ou seja, destinadas a população como um todo, sem que sejam atendidas às especificidades da condição juvenil. Tratou-se, portanto, do reconhecimento da limitação do Estatuto da Criança e do Adolescente no atendimento integral da juventude pois seu escopo limita-se aos jovens entre 15 e 18 anos.

Sobre a iniciativa de formular uma política nacional de juventude, Marília Pontes Sposito (2003, p. 9) destaca que, apesar do desenvolvimento político-administrativo alcançado no governo Luiz Inácio Lula da Silva:

No PPA [Plano Plurianual] 2004-2007 não se observa qualquer referência específica aos segmentos juvenis da sociedade brasileira, com exceção das ações que devam coibir qualquer tipo de discriminação de raça, gênero ou idade. De um lado, a pirâmide demográfica ainda parece não constituir um desafio político para a formulação de políticas públicas e, de outro, não são contempladas, em sua especificidade, as demandas dos segmentos juvenis, uma vez que aparecem como destinatários das políticas sociais apenas os grupos familiares, e, em decorrência disso, a infância.

Ainda que a política nacional de juventude não tenha alcançado pleno desenvolvimento, observa-se a partir de 2007, no âmbito federal, a centralidade ocupada pela juventude na discussão das políticas públicas de segurança pública e o deslocamento das políticas voltadas a este segmento da sociedade de suas áreas “tradicionais” como educação, esporte, saúde, trabalho e emprego para a pasta da justiça.

Integrados como conteúdo das políticas nacionais de segurança pública, os jovens são identificados como parte de um trinômio que se completa por sua associação aos termos pobreza e violência e ora são apresentados como vítimas da criminalidade e da violência, ora como vitimizadores, potenciais ameaças a sociedade.

No contexto destas políticas é possível perceber que mesmo quando o jovem é reduzido a vítima, a atenção que se volta para ele é constituída pela noção de que, por conta das características socialmente atribuídas a condição juvenil e de sua situação de marginalidade social, este caminhará numa linha tênue entre a prática concreta da criminalidade e a possibilidade efetiva de realizá-la. Ou seja, de modo geral, a juventude é representada como um caso de polícia.

Para compreender de que modo a juventude tornou-se uma discussão em pauta na área da segurança, é necessário reconstruir a trajetória da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão, criado no governo Fernando Henrique Cardoso, responsável pela centralização da política nacional de segurança. Tais antecedentes institucionais são apresentados no próximo capítulo desta tese.

2 A CONSTRUÇÃO DA JUVENTUDE VIOLENTA: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A juventude foi apontada, ao longo da trajetória da Secretaria Nacional de Segurança de Pública, como autora e vítima da violência e é deste modo que torna-se, a partir dos anos 2000, pauta dos projetos e programas de segurança pública executados pela União, estados e municípios. Esta seção parte do pressuposto de que para compreender a inserção da juventude como questão de segurança pública é necessário apresentar como se estruturaram e se desenvolveram as atividades da Secretaria no período compreendido entre 1997 e 2007.

2.1 Sobre a Secretaria Nacional de Segurança Pública: História e Estrutura

A história⁴¹ da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão do Ministério da Justiça, tem início no ano de 1997, com a extinção, no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG)⁴², órgão responsável, até então, pela articulação das atividades do governo federal na área de segurança pública.

O contexto de surgimento da Secretaria é marcado pela comoção causada por dois episódios de violência policial flagrados em vídeo e exibidos em rede nacional de televisão. Os eventos que antecederam a criação da SENASP ganharam destaque na imprensa nacional e internacional.

⁴¹ A intenção deste trabalho não é apresentar por inteiro a história desta instituição mas apenas destacar alguns dos principais momentos da trajetória da SENASP de modo a contextualizar a análise sobre a relação entre a política nacional de segurança pública e a juventude.

⁴² A SEPLANSEG foi criada no Governo Fernando Henrique Cardoso através da Medida Provisória número 813, de 1º de janeiro de 1995. Após sua extinção, o Departamento de Entorpecentes migrou para a Secretaria Nacional Anti-Drogas, com o advento da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, transformando-se em Subsecretaria de Prevenção e Recuperação; o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN passou à subordinação do Secretário Executivo do Ministério da Justiça, a partir de 17 de outubro de 1997, de acordo com o Decreto nº 2.351, e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal também passou a ser subordinado à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, pelo Decreto nº 2.802, de 13 de outubro de 1998.

A primeira reportagem, exibida em 31 de março de 1997 no Jornal Nacional⁴³, da Rede Globo, mostrou o flagrante, em vídeo produzido por um cinegrafista amador, de um grupo de dez policiais militares da 2ª Companhia do 24º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana do Estado de São Paulo extorquindo dinheiro, humilhando e espancando moradores na Favela Naval, em Diadema, na Grande São Paulo. A “operação policial de rotina”⁴⁴ resultou na execução de um dos moradores abordados pelos policiais.

Na semana seguinte, no dia 7 de abril, o mesmo telejornal exibiu novo vídeo amador que flagrava cenas de extorsão, graves espancamentos e humilhações infringidos pela polícia militar do Rio de Janeiro aos moradores da Cidade de Deus, no subúrbio da capital.

A repercussão das cenas de tortura e assassinato na imprensa nacional e internacional desencadeou a concretização de medidas voltadas a punição do crime de tortura e a ampliação da atuação do governo federal no campo dos Direitos Humanos:

Nos dias que sucederam imediatamente sua divulgação, importantes propostas em andamento foram concretizadas. No dia 3 de abril, o Senado aprovou em regime de urgência um projeto que tramitava desde agosto de 1994, tipificando o crime de tortura. No dia seguinte, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou a emenda constitucional que federaliza os crimes contra os direitos humanos. O Presidente da República sancionou a lei que tipifica o crime de tortura e o torna inafiançável no dia 6 de abril. A criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, anunciada desde março e prevista para 13 de maio, foi antecipada também para o mesmo dia. Imediatamente após sua criação, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos anunciou a criação de um grupo para propor mudanças na polícia e a abertura do processo de discussão sobre a unificação das polícias militar e civil. Iniciou-se um ciclo de palestras e seminários que percorreu todo o país, cuja pauta era a unificação das polícias, o policiamento comunitário, os direitos humanos e a implantação do Programa Nacional dos Direitos Humanos (RIFIOTIS, 1999, p. 28).

Aproximadamente seis meses depois da veiculação em rede nacional das imagens de violência policial, a SENASP iniciou suas atividades na gestão do Ministro da Justiça Nelson Jobim, sendo dirigida pelo Secretário Nacional de Segurança Pública General Gilberto Serra. Ainda que não seja possível

⁴³ A reportagem apresentada no Jornal Nacional pode ser vista na íntegra no link: <http://globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/favela-naval-1997/3550535/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

⁴⁴ Esta expressão foi utilizada pelos policiais envolvidos na ação para descrever o ocorrido em Diadema.

estabelecer uma correlação direta entre os eventos citados acima e a criação da Secretaria percebe-se que a política de segurança pública apresenta-se como uma política reativa e imediatista.

O termo reativo foi inicialmente utilizado por Ignácio Cano, em artigo publicado em 2006, para caracterizar as políticas estaduais de segurança pública, entretanto, a análise da trajetória da SENASP nos permite afirmar que o termo aplica-se também as políticas executadas pela Secretaria. De acordo com o autor:

Com frequência, os governos reagem diante dos casos com repercussão pública, particularmente os que se destacam na imprensa, para dar uma resposta de curto prazo. Quando o caso perde visibilidade, as medidas iniciais se desvanecem. A imprensa, neste sentido, desfruta de um grande poder para orientar as medidas dos órgãos públicos. As intervenções raramente são planejadas com base em objetivos específicos (CANO, 2006, p. 138).

Instituída pelo Decreto nº. 2.315, de 4 de setembro de 1997, a Secretaria tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado da Justiça na definição e implementação da política nacional de segurança pública. A assessoria prestada pela SENASP ao Ministro da Justiça compreende as seguintes áreas ou temas: “segurança; entorpecentes; trânsito; órgãos de segurança pública da União, exceto o Departamento de Polícia Federal e órgãos de segurança pública do Distrito Federal” (BRASIL, 1997).

As ações que competiam à SENASP, no início de sua atuação, foram descritas no Decreto citado acima do seguinte modo:

- I - apoiar a modernização do aparelho policial do País;
- II - ampliar o sistema nacional de informações de justiça e segurança pública (INFOSEG);
- III - efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais federais e estaduais;
- IV - implementar o registro da identidade civil;
- V - estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública;
- VI - gerir os fundos federais dos órgãos a ela subordinados;
- VII - incentivar a atuação dos conselhos regionais de segurança pública;
- VIII - realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de:
a) crimes; b) trânsito; c) entorpecentes (BRASIL, 1997).

Sendo assim, a atuação da SENASP em seus primeiros anos se dividia em três frentes:

- a) Apoio ao aparelhamento e capacitação das forças policiais;
- b) Realização de estudos e pesquisas para produção de estatísticas sobre segurança pública e
- c) Gestão dos fundos federais em sua área de competência. Estas frentes ainda que de formas distintas relacionavam a SENASP à política de segurança pública executada por estados e municípios.

Para cumprir as funções que lhe foram atribuídas, a SENASP foi estruturada conforme ilustrado na figura abaixo:

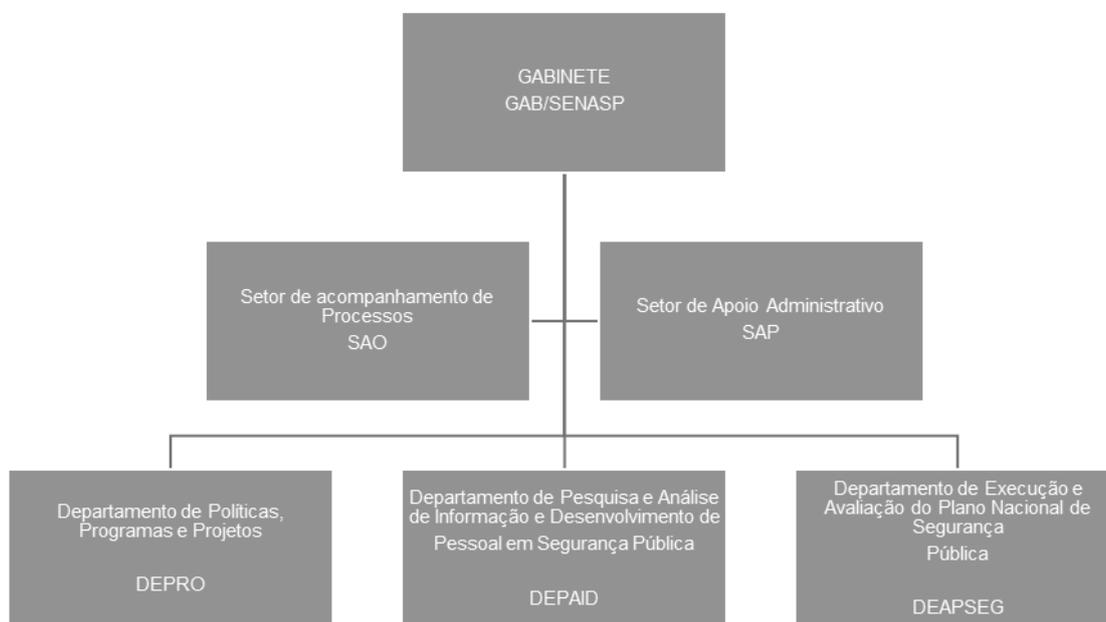


FIGURA 1 – Organograma da SENASP

FONTE: A autora (2014).

Nota-se que a estruturação dos departamentos de Políticas, Programas e Projetos e de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública denotam a preocupação com a criação de uma estrutura capaz de orientar e gerir os rumos da política nacional de segurança pública. Isso se tornaria possível, como será analisado ao longo deste capítulo, por meio da pactuação de convênios com os entes estaduais e municipais. Caberia então à SENASP assegurar que os termos que compreendem a definição da política nacional de segurança pública fossem difundidos em todo o território.

No período analisado nesta tese, a SENASP foi dirigida por 10 Secretários Nacionais de Segurança Pública sob a gestão de 13 Ministros da Justiça. Os secretários foram, em sua maioria, oriundos de instituições policiais, de justiça ou de segurança pública (Exército, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar).

São exceção a esta condição de origem, os secretários Luiz Eduardo Soares, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Ricardo Balestreri, historiador, e Regina Miki, advogada e ex-secretária de Defesa Social do município de Diadema. Soares e Balestreri exerceram o cargo de Secretário Nacional de Segurança Pública no governo Luiz Inácio Lula da Silva e Miki no governo da Presidenta Dilma Rousseff, permanecendo no cargo até o fim do período analisado neste trabalho.

| SECRETÁRIO (A) | ÓRGÃO DE ORIGEM | CARGO | EXERCÍCIO |
|----------------------------------|---|-----------------------|-------------------|
| Gilberto Serra | Exército Brasileiro | General | Set/97 a Jul/1999 |
| José Oswaldo Vieira Vilhena | Polícia Civil do Estado de São Paulo | Delegado | Jul/99 a Abr/2000 |
| Pedro Alberto da Silva Alvarenga | Força Aérea Brasileira | Coronel | Abr/00 a Nov/2001 |
| Cláudio Tucci | Procuradoria Geral do Estado de São Paulo | Procurador de Justiça | Nov/01 a Jul/2002 |
| José Vicente da Silva Filho | Polícia Militar do Estado de São Paulo | Coronel | Jul a Dez de 2002 |

QUADRO 3 – SECRETÁRIOS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA – ORIGEM E TEMPO DE EXERCÍCIO (continua)

FONTE: A autora (2014).

| SECRETÁRIO (A) | ÓRGÃO DE ORIGEM | CARGO | EXERCÍCIO |
|------------------------------------|--|--|-------------------|
| Luiz Eduardo Soares | Universidade do Estado do Rio de Janeiro | Professor | Jan a Out de 2003 |
| Luiz Fernando Côrrea | Polícia Federal | Delegado | Nov/03 a Set/07 |
| Antônio Carlos Biscaia | Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro | Procurador de Justiça | Set/07 a Mar/08 |
| Ricardo Brizola Balestreri | Secretaria Nacional de Segurança Pública | Diretor do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública | Jul/08 a Jan/11 |
| Regina Maria Filomena de Luca Miki | Secretaria de Defesa Social de Diadema (SP) | Secretária de Defesa Social | Jan/11 - |

QUADRO 3 – SECRETÁRIOS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA – ORIGEM E TEMPO DE EXERCÍCIO (conclusão)

FONTE: A autora (2014).

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, como demonstrado no QUADRO 4, a pasta da Justiça sofreu sucessivas trocas de ministro. Entre setembro de 1997 e julho de 1999, a SENASP esteve sob o comando do Gilberto Serra. No mesmo período, o Ministério da Justiça esteve sob o comando de quatro ministros. Com diferentes trajetórias políticas e profissionais, os ministros que ocuparam a pasta certamente produziram sucessivas mudanças na gestão do Ministério da Justiça. Do mesmo modo, entre julho de 1999 e dezembro de 2002, o governo Fernando Henrique Cardoso teve 4 secretários nacionais de segurança pública e 4 ministros.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2010, 4 secretários nacionais de segurança pública e 4 ministros da justiça foram responsáveis pela gestão da pasta. Houve, portanto, maior estabilidade no comando da política nacional de segurança pública.

Por conta do recorte proposto neste trabalho, o governo Dilma Rousseff foi analisado nos anos de 2011 e 2012, período no qual o Ministério da Justiça foi dirigido por José Eduardo Cardozo e a SENASP por Regina Miki.

| GOVERNO | SECRETÁRIO (A) | MINISTRO DA JUSTIÇA |
|-----------------------------------|------------------------------------|--|
| Governo Fernando Henrique Cardoso | Gilberto Serra | Nelson Jobim Milton Seligman Íris Rezende Renan Calheiros |
| | José Oswaldo Vieira Vilhena | José Carlos Dias |
| | Pedro Alberto da Silva Alvarenga | José Gregori |
| | Cláudio Tucci | Aloysio Nunes Ferreira Filho Miguel Reale Jr. |
| | José Vicente da Silva Filho | Paulo de Tarso Ramos |
| Governo Luiz Inácio Lula da Silva | Luiz Eduardo Soares | Márcio Thomaz Bastos |
| | Luiz Fernando Côrrea | Márcio Thomaz Bastos Tarso Genro |
| | Antônio Carlos Biscaia | Tarso Genro |
| | Ricardo Brizola Balestreri | Tarso Genro Luiz Paulo Teles Barreto |
| | Regina Maria Filomena de Luca Miki | José Eduardo Cardozo |
| Governo Dilma Rousseff | Regina Maria Filomena de Luca Miki | José Eduardo Cardozo |

QUADRO 4 – SECRETÁRIOS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONTEXTO POLÍTICO

FONTE: A autora (2014).

2.2 CONSTRUINDO AS DIRETRIZES NACIONAIS: PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA

No dia 20 de junho de 2000 foi lançado, pela SENASP, o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). Estruturado em quinze compromissos ordenados em 124 ações estratégicas. Foram definidos, no Plano, os participantes de cada compromisso e apresentados os resultados esperados no período compreendido entre os anos 2000 e 2002. As ações estratégicas, previstas no PNSP, foram atribuídas a União, estados e municípios, por meio da cooperação com o governo federal e do estímulo ao desenvolvimento de políticas de segurança pública por estes entes.

O contexto do lançamento do Plano foi descrito por Luiz Eduardo Soares (2007, p. 83) do seguinte modo:

Sucessivos ministros da Justiça do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁴⁵, com a colaboração de secretários nacionais de segurança, gestavam, lentamente, um plano nacional de segurança pública, quando um jovem sobrevivente da chacina da Candelária, Sandro, sequestrou, no coração da Zona Sul carioca, o ônibus 174, ante a perplexidade de todo o país, que as TV transformaram em testemunha inerte da tragédia, em tempo real⁴⁶. Ato contínuo, o presidente da República determinou que seus auxiliares tirassem da gaveta o papelório, e decidissem, finalmente, qual seria a agenda nacional para a segurança, pelo menos do ponto de vista dos compromissos da União. Em uma semana, a nação conheceria o primeiro plano de segurança pública de sua história democrática recente, o qual, em função do parto precoce, precipitado a fórceps, vinha a público sob a forma canhestra de listagem assistemática de intenções heterogêneas [...] (SOARES, 2007, p. 83).

Cano (2006, p. 138-139) também observa que “a coincidência de datas não é casual, reflete a tendência dos poderes públicos de formular respostas imediatas a episódios de crises na segurança pública, em vez de optar por uma abordagem planejada em função de indicadores e dados globais”. Novamente, a política nacional de segurança pública, no governo Fernando Henrique Cardoso, apresenta-se como uma resposta à comoção nacional por conta de uma situação de violência veiculada pela mídia.

É neste momento de definição e estruturação dos rumos da política nacional que a questão da juventude começa a tomar forma como integrante do campo da segurança pública. No Plano, os compromissos que faziam referências a questão da adolescência e/ou da juventude eram aqueles voltados para a regulação dos meios de comunicação com vistas a impedir a exposição de

⁴⁵ Em relato à Fundação Getúlio Vargas, Luiz Paulo Teles Barreto, ministro da Justiça entre 10 de fevereiro de 2010 e 1º de janeiro de 2011, aponta que “[...] Havia um problema no Ministério do governo Fernando Henrique que nos angustiava muito, ao pessoal do quadro. Não vou fazer nenhuma crítica pessoal ao presidente Fernando Henrique, acho que ele teve muitos méritos de gestão, muitas coisas bastante boas, mas com o Ministério da Justiça ele falhou. Digo isso como funcionário da casa. E já disse isso a pessoas ligadas a ele. O que é que ele fez? Ele teve nove ministros da Justiça. Por maiores gênios que tenham sido, nenhum deles teve tempo para aplicar nada. Entrava um ministro e dizia: ‘Eu defendo um direito penal mínimo’. Resultado: redução nas prisões. Daqui a pouco, entrava outro: ‘Eu defendo um direito penal forte’. Prisões de segurança máxima. Aí entrava outro: ‘Eu defendo prisões agrícolas ou prisões-escolas’. Nossa equipe técnica do Depen, Departamento Penitenciário não sabia o que fazer. Um dia, chamei o diretor do Depen e perguntei: ‘Qual a política do Depen?’ Ele: ‘Não sei. Depende do ministro que vai entrar. Cada hora é uma diferente’. Não se tinha uma cultura de penitenciária no Brasil. A mesma coisa com segurança pública. Ora a segurança pública deveria ser preventiva, ora repressiva. Quer dizer, não se tinha nenhuma política [...]” (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 153).

⁴⁶ O sequestro do ônibus 174 ocorreu no dia 12 de junho de 2000, no bairro do Jardim Botânico, no município do Rio de Janeiro. Com duração de quase 5 horas, o sequestro culminou na morte de uma refém que foi baleada pela polícia e pelo sequestrador. Depois de detido pelos policiais, o sequestrador, um jovem de 22 anos, foi morto por asfixia dentro da viatura da PM.

crianças e adolescentes à violência⁴⁷ e na inibição da atuação de gangues. A preocupação com a juventude, diante do crescimento da violência urbana no país foi expressa da seguinte maneira:

Nesse contexto, os jovens, especialmente aqueles situados na faixa etária de 14 a 24 anos, se apresentam ao mesmo tempo como as **vítimas mais prováveis da violência**, mas também como **os violentos mais prováveis**. A sociedade brasileira não foge a essa tendência moderna. O Brasil está cheio de exemplos recentes que expressam omissão ou superproteção das famílias, da escola e dos poderes públicos, que não conseguem construir, principalmente com a participação dos jovens, uma perspectiva de futuro. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2000, p. 20, grifo meu).

No Plano Nacional de Segurança Pública as seguintes estratégias foram associadas ao compromisso de Inibição de Gangues e Combate à desordem social: redução do consumo de bebida alcoólica, criação de delegacias especializadas no atendimento a adolescentes, incentivo a aplicação de medidas socioeducativas aos adolescentes em conflito com a lei, a fiscalização de organizações, grupos e associações que reúnem jovem para evitar que estes sejam espaços de incentivo a violência, restauração de espaços públicos de convivência, como praças e parques, e projetos educativos voltados aos profissionais de segurança pública e a comunidade (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2000, p. 20).

Percebe-se que há, no documento do PNSP, uma visão dualizada da juventude. Se por um lado, considera-se que os adolescentes e jovens são estimulados a violência por meio da mídia e das associações em que se reúnem, por outro, são violentos em si e por si⁴⁸. Embora não sejam apresentados dados estatísticos que sustentem tal afirmativa, os jovens são caracterizados, no texto do Plano, como vítimas e autores mais prováveis da violência.

⁴⁷ A atividade de classificação indicativa de faixa etária para exibição da programação cultural, especialmente cinema e televisão é desde então competência do Ministério da Justiça. Cabe ao Ministério aplicar multas administrativas às empresas que descumprirem as orientações de classificação apontadas pelo Ministério, bem como destinar os recursos decorrentes dessas multas para o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente a serem utilizados no financiamento de programas de cunho educativo a serem veiculados pela emissora violadora (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2000, p. 16).

⁴⁸ Nesse sentido é pertinente observação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos de que “diante de uma situação de violência, a criança em geral é percebida como vítima, independentemente de sua conduta. Já o adolescente que comete uma infração é percebido de forma ambígua, em parte autor e em parte vítima dos seus comportamentos. Por fim, o adulto transgressor, mesmo jovem, é considerado plenamente responsável e tende a ser visto como um perigo para a sociedade” (SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2012, p. 20).

Considerando que o comportamento violento juvenil é tomado como premissa, a resposta proposta pelo Plano é a adoção de medidas educativas que tem por objetivo inibi-lo.

O advento do PNSP consolidou a SENASP como o órgão responsável pela implementação da política nacional de segurança pública, ou seja, pela execução dos compromissos estabelecidos pelo Plano. A partir deste momento, Cano (2006, p. 139) observa que “a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, órgão com uma atuação anteriormente discreta, foi reorganizada e fortalecida para acompanhar e implementar essas novas tarefas”.

O PNSP foi responsável pela instituição, por meio da medida provisória nº. 2.120-8, de 27 de dezembro de 2000, convertida na lei nº. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O Fundo foi criado com o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do Plano de Segurança Pública do Governo Federal. Os projetos apresentados pelos entes federados (estados e municípios) na área de segurança pública foram orientados, selecionados, aprovados e financiados pela SENASP.

As ações propostas nos projetos selecionados pelo Fundo são divididas em ações de prevenção e ações de repressão. Essa dicotomia está presente não só na lógica de funcionamento do FNSP como também nos relatórios, manuais e cartilhas produzidos pela SENASP. Os projetos de ações de repressão, por conta da norma constitucional⁴⁹, são destinados às forças policiais representadas por suas Secretarias Estaduais de Segurança. Já os projetos de prevenção são destinados, por suposta vocação, aos municípios. Estes projetos são definidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (2008) como aqueles que antecedem a ocorrência de fatos delituosos e reduzem a possibilidade de ocorrência de crimes e de situações de violência.

A partir da criação do Fundo, a SENASP se estabelece como o órgão que executa a articulação e a mediação, entre diferentes grupos sociais, para identificação de problemas na área de segurança pública bem como o

⁴⁹ O artigo 144 da Constituição determina quais órgãos seriam responsáveis pela segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis, Policiais Militares e corpo de bombeiros militares.

responsável pelo estabelecimento de um discurso integrado sobre as soluções apresentadas a estes problemas. Foi a possibilidade de realizar o aporte de recursos para estados e municípios que permitiu a Secretaria tomar à frente da definição dos rumos da política de segurança pública e definir as questões em pauta e os modelos de projetos a serem seguidos.

Como observa Cano (2006, p. 138), para estados e municípios o acréscimo de recursos, possibilitado pela SENASP, permite o aumento do investimento na área da segurança pública:

A percepção dos cidadãos da crescente insegurança provocou, ao longo dos últimos anos, uma pressão social para que todas as autoridades tomassem medidas no campo da segurança pública, independentemente de suas competências oficiais. Todavia, a difícil situação financeira dos estados impede investimentos significativos, o que tem contribuído para o aumento dos poderes municipal e federal nesse campo.

Os investimentos realizados por estados e municípios centraram-se, principalmente, na compra de equipamentos que possibilitassem o incremento das atividades das polícias civis e militares e das guardas municipais. Ao analisar os gastos do Fundo Nacional de Segurança Pública no período compreendido entre os anos 2000 e 2003, Souza (2004, p. 39) observa que:

O ano 2000 representa o início da execução do Fundo. Nele e em todos os anos seguintes, a utilização mais intensiva de recursos localizou-se no grupo de investimentos. Esta característica acompanha a legislação traçada para a aplicação dos recursos do Fundo. Nela percebe-se a preocupação maior com o reequipamento das polícias estaduais, das guardas municipais e, a partir de 2003, dos bombeiros militares.

Sendo assim, os projetos financiados pelo Fundo foram aqueles que, em geral, destinavam-se à repressão da criminalidade e violência. Até então, a lei que instituiu o FNSP previa o financiamento de projetos destinados ao “reequipamento das polícias estaduais; treinamento e qualificação de polícias civis e militares e de guardas municipais; sistemas de informações e estatísticas policiais; programas de polícia comunitária e política técnica e científica” (BRASIL, 2001). A previsão de financiamento de projetos de prevenção surgiu apenas com a redação dada pela Lei nº 10.746, de 10 de outubro de 2003, no primeiro ano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2003, o governo federal lançou o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Inspirado no Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema foi estruturado em seis eixos: Gestão unificada da informação; Gestão do sistema de segurança; Formação e aperfeiçoamento de policiais; Valorização das perícias; Prevenção e Ouvidorias independentes e corregedorias unificadas.

A partir de 2003, o Governo Federal inaugura uma nova fase na história da segurança pública brasileira. Desde então, a SENASP se consolida como órgão responsável por idealizar, planejar e executar a política de implantação do SUSP. Mais do que um simples órgão de repasse de recursos, a SENASP se institucionalizou como agente central promotor da reforma das polícias no Brasil, dando direção a esse processo. Fundamentada nos princípios da gestão federalista, respeitando as diferenças existentes e promovendo a integração entre as Unidades da Federação, a SENASP elaborou uma série de ações estruturantes do SUSP (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2008, p. 4).

Ao estabelecer diretrizes e orientações para que estados e municípios acessassem os recursos que distribuía, a SENASP pode induzir mudanças na elaboração e execução das políticas de segurança pública pelos demais entes pois “a ideia que começava a tomar forma era a de que o governo federal poderia induzir políticas públicas reformistas nos estados através do financiamento seletivo, sem ferir suscetibilidades” (CANO, 2006, p. 139). Por meio do SUSP, o governo federal buscou ampliar sua capacidade de indução.

O objetivo do SUSP era articular e integrar as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal. A participação destas instituições teria início a partir da assinatura de um protocolo de intenções com o Ministério da Justiça. Cada estado, signatário do sistema, deveria criar um Gabinete de Gestão Integrada (GGI) reunindo representantes da Secretaria Estadual de Segurança Pública, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Guardas Municipais, Ministério Público e do Poder Judiciário. O gabinete teria a função de planejar e promover, por consenso, ações de combate ao crime.

Em documento intitulado Relatório de Gestão (2003-2007), produzido pela SENASP e publicado em 2008, a Secretaria aponta que:

A criação de condições técnicas e políticas efetivas para promover uma adoção pelos Estados e Municípios dos princípios e diretrizes do SUSP depende de uma negociação política contínua com os gestores dos

entes federados e um acompanhamento constante da situação da segurança pública vivida nas regiões abrangidas por esses entes, dependente de um acompanhamento contínuo das ações executadas pelos entes federados com os recursos da SENASP e os resultados alcançados a partir dessas ações e depende da promoção de articulações concretas com outros órgãos do Governo Federal no sentido de ampliar a responsabilização em relação a solução do problema de segurança pública. Nenhuma dessas ações consegue ser executada atualmente de forma plena e, por esta razão, a execução de políticas e ações pela SENASP no ambiente do SUSP continua sendo refém da mídia e de modismos, sem uma justificativa científica para a sua execução (Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2008, p. 8).

Há, na fala da Secretaria, o reconhecimento de que a política de segurança pública nacional não é pautada por dados e indicadores sobre a violência e a criminalidade no país e que se orienta por conta das demandas postas, essencialmente, pela mídia. As ações executadas pela SENASP são caracterizadas, no documento, como reativas e imediatistas e por conta da data da publicação do documento entende-se que estas críticas aplicam-se a gestão corrente da Secretaria.

A perspectiva crítica adotada pela SENASP não é algo incomum no governo Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, tal perspectiva inclina-se a apontar diferenças entre seu governo e o governo de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. A partir de 2003, as publicações do governo indicam a realização de novas propostas para a segurança pública.

Em publicação, em formato de perguntas e respostas, que esclarece os objetivos do SUSP, ao responder se “Mudou a forma de o Governo Federal lidar com a segurança pública?”, o Ministério da Justiça observa que:

Até o final do ano passado, a Secretaria Nacional de Segurança Pública funcionava como uma simples tesouraria do Fundo Nacional de Segurança Pública. Os critérios para a liberação de recursos não eram definidos claramente, por falta de uma política efetiva para a área. Agora, o Governo Federal tem objetivos que orientam a aplicação desses recursos em projetos que realmente melhorem a vida do cidadão. Esses objetivos constituem os principais pontos do SUSP (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2003).

A crítica à distribuição de recursos pela SENASP, presente na fala do Ministério da Justiça, reforça a percepção de que, em seus primeiros anos de exercício, o Fundo limitou-se à financiar o trinômio colete à prova de balas,

armamento e munição, ou seja, a investir numa política de repressão à criminalidade⁵⁰. Nesse sentido, Soares (2007, p. 85) argumenta que:

[...] ante a ausência de uma política nacional sistêmica, com prioridades claramente postulados, dada a dispersão varejista e reativa das decisões, que se refletia e inspirava no caráter dispersivo e assistemático do plano nacional do ano 2000, o Fundo acabou limitado a reiterar velhos procedimentos, antigas obsessões, hábitos tradicionais: o repasse de recursos, ao invés de servir de ferramenta política voltada para a indução de reformas estruturais, na prática destinou-se, sobretudo, à compra de armas e viaturas. Ou seja: o Fundo foi absorvido pela força da inércia e rendeu-se ao impulso voluntarista que se resume a fazer mais do mesmo. Alimentaram-se estruturas esgotadas, beneficiando políticas equivocadas e tolerando o convívio com organizações policiais refratárias à gestão racional, à avaliação, ao monitoramento, ao controle externo e até mesmo a um controle interno minimamente efetivo e não-corporativista.

Em contraposição à política executada no governo de Fernando Henrique Cardoso, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva seria responsável pela construção de um cenário em que:

Destacam-se a criação de um novo sistema de distribuição de recursos do FNSP pautado em indicadores estatísticos da necessidade concreta dos Estados e Municípios; a modernização dos índices de avaliação de desempenho da SENASP baseados na mensuração da implantação do SUSP – e não na ingênua e política avaliação da queda das taxas de ocorrências registradas pelos órgãos de segurança pública – e também uma mudança de foco das ações desenvolvidas pela SENASP para os Municípios de porte médio, que se evidenciam atualmente como os mais violentos do país (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2008, p. 4).

Embora, o governo Luiz Inácio Lula da Silva indique uma mudança na gestão do Fundo ao estabelecer critérios objetivos para distribuição dos recursos, pautados no SUSP, não houve mudança quanto ao foco dos projetos conveniados. Entre os anos 2000 e 2005, 86% do total de recursos investidos pelo FNSP foram aplicados em projetos que previam a aquisição de equipamentos para as guardas municipais e polícias estaduais (COSTA; GROSSI, 2007, p. 19). Sendo assim, A SENASP permaneceu financiando projetos de aparelhamento das forças policiais para fins de repressão à violência.

Na avaliação de Costa e Grossi (2007, p. 18-19):

⁵⁰ Esta crítica elaborada no primeiro ano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva refere-se à distribuição de recursos do FNSP na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

A maciça concentração de repasses destinados à aquisição de equipamentos pode ser explicada de duas formas: a primeira diz respeito ao valor agregado desses itens, haja vista o custo de aquisição de veículos, armas, munições, coletes balísticos, entre outros. A segunda razão refere-se à necessidade de justificar a solicitação de recursos. Tem sido mais fácil, para os estados e municípios, demonstrar a carência de equipamentos do que elaborar projetos que contemplem algumas das áreas temáticas propostas no SUSP.

A análise dos projetos elaborados por estados e municípios coloca em dúvida a objetividade e os critérios estabelecidos pela SENASP pois ainda que tenham sido aprovados para conveniamento e, em etapa posterior, tenham recebido recursos para sua execução, parte dos projetos não trazem informações suficientes para que se torne clara sua necessidade concreta:

De qualquer forma, pudemos verificar a dificuldade da esfera federal em redirecionar as ações da segurança pública. Em alguns casos, foram firmados convênios tão genéricos que a análise dos objetivos propostos se tornou bastante difícil. Em 2000, por exemplo, o estado da Bahia firmou um convênio de 15 milhões para 'o fortalecimento do sistema de segurança pública'. É pouco provável que o Conselho Gestor do FNSP tivesse condições de analisar cautelosamente o tipo de atividade que seria executada. Ou seja, em linhas gerais, os recursos do FNSP têm servido para (re) equipar as polícias e as guardas municipais. Uma parte muito pequena dos repasses tem servido para implantar as ações propostas pelo SUSP (COSTA; GROSSI, 2007, p. 19).

Como contribuição para o debate acerca da política de financiamento produzida pela SENASP, na subseção seguinte deste capítulo são apresentados e analisados os projetos financiados pela SENASP que se destinaram à juventude e à adolescência no período compreendido entre 2001 e 2012.

2.2.1 Financiamento de convênios de segurança pública: Adolescência e juventude em pauta

O acesso à aba destinada ao Acesso à Informação no portal do Ministério da Justiça na *internet* resultou no levantamento de 1.488 convênios⁵¹ firmados,

⁵¹ De acordo com Manual de Convênios elaborado pelo Ministério da Justiça, convênio é "um acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como participe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de

por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, entre a SENASP e estados ou municípios brasileiros, no período compreendido entre 2001 e 2012.

São disponibilizadas, no Portal, as seguintes informações acerca dos convênios: partícipe, número do processo, objeto, valor de repasse e de contrapartida⁵², valor total de investimento, período de vigência e número do documento. Além dos convênios, há um termo de cooperação técnica⁵³ nacional firmado com o IPEA no ano de 2010.

Pode-se afirmar que dentre os convênios levantados os objetos⁵⁴ dos mesmos tratam, em geral, da aquisição de equipamento (bens e materiais de consumo); reaparelhamento⁵⁵, capacitações e treinamentos destinados aos profissionais de segurança pública e por fim, a reforma ou construção de unidades e instalações de segurança pública.

Em artigo sobre as políticas públicas na área de segurança pública Luís Antônio Francisco de Souza (2011) identificou vários entraves à mudança e definição de novos paradigmas na segurança pública:

Uma das dificuldades reside no fato concreto de que a administração a questão do crime e da criminalidade pelo ponto de vista da legislação penal, da ampliação de prisões e do número de presídios, do aumento do efetivo policial. Ou seja, para a administração, políticas públicas são reduzidas à função pública ordinária, problemas de gestão burocrática. Isto não apenas cria obstáculos a uma revisão dos pressupostos da ação do Estado neste setor, como também acaba estimulando a visão tradicional segundo a qual os crimes, particularmente aqueles contra o patrimônio (roubos, roubos de cargas e seqüestros) são prioridade nas atuais administrações. Assim, a segurança não discute o padrão de destinação de recursos para outras atividades nem o modelo de atuação em vigor, fazendo com que as áreas periféricas das cidades e o número

bens ou evento de interesse recíproco em regime de mútua cooperação” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SENASP, 2008b, p. 7).

⁵² O valor de repasse é a parcela de recursos financeiros disponibilizada pelo órgão concedente. No caso dos convênios firmados por meio do FNPS, o concedente é o Ministério da Justiça. Contrapartida é a parcela de recursos financeiros próprios que os estados, o Distrito Federal e os municípios, bem como as entidades privadas, devem aplicar na execução do objeto do convênio (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SENASP, 2008b, p. 9).

⁵³ Termo de cooperação técnica é um “instrumento de descentralização de crédito entre órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, para executar programa de governo, envolvendo projeto, atividade, aquisição de bens ou evento, mediante Portaria ministerial e sem a necessidade de exigência de contrapartida (BRASIL, 2008).

⁵⁴ Objeto é o “produto do convênio ou contrato de repasse, observados o programa de trabalho e as suas finalidades” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2008b, p. 8).

⁵⁵ O termo reaparelhamento, amplamente utilizado na linguagem dos convênios, refere-se à compra de equipamentos que incrementem ou substituam os aparelhos utilizados por instituições de segurança pública.

significativo de homicídios e/ou mortes violentas não sejam priorizados (SOUZA, 2011, p.13).

Foram analisados, em seus pormenores, 118 convênios, executados entre os anos de 2003 e 2010 que continham, em seus objetos, menção a adolescentes e jovens como destinatários de suas ações⁵⁶. Tal filtro foi aplicado à análise por conta da imprecisão quanto à faixa etária a que se dirigiam às ações propostas por estes convênios.

Das 118 propostas conveniadas com a SENASP, 42 foram apresentadas por 19 estados⁵⁷ e 76 foram apresentadas por 72 municípios⁵⁸. O total de recursos do FNSP repassados a estados e municípios para a execução dos convênios foi R\$ 44,3 milhões. Os estados e municípios, por sua vez, investiram R\$ 6,3 milhões em recursos de contrapartida. Sendo assim, o custo total das propostas foi de R\$ 50,7 milhões. Não há informações na aba Acesso à Informação quanto ao gasto ou devolução destes recursos.

A distribuição das 118 propostas ao longo do período é ilustrada na TABELA 9. Entre os anos de 2001 e 2002 não foram localizados convênios que se dedicaram exclusivamente à temática da juventude e adolescência. A partir de 2003, os convênios que abordaram esta temática foram crescendo em número e então se mantiveram constantes.

É preciso destacar na leitura da TABELA 9 que a partir de 2007, com o lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

⁵⁶ A relação dos 118 convênios analisados encontra-se no APÊNDICE 1 deste trabalho.

⁵⁷ A saber: Mato Grosso, Minas Gerais e Piauí apresentaram 4 propostas cada; Acre, Amapá, Maranhão e Santa Catarina apresentaram 3 propostas cada; Amazonas, Ceará, Paraíba, Roraima, Sergipe e Tocantins apresentaram 2 propostas cada; Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rondônia e São Paulo apresentaram 1 proposta cada.

⁵⁸ A saber: Águas Belas/PE, Americana/SP, Amparo/SP, Aracaju/SE, Balneário Pinhal/RS, Batatais/SP, Bayeux/PB, Belford Roxo/RJ, Boa Vista/RR, Bonito/PE, Camaragibe/BA, Campo Limpo Paulista/SP, Capivari/SP, Cascavel/PR, Catanduva/SP, Caucaia/CE, Caxias do Sul/RS, Côcos/BA, Conchal/SP, Corumbá/MS, Cuiabá/MT, Dourados/MS, Esteio/RS, Fazenda Rio Grande/PR, Feira de Santana/BA, Franco da Rocha/SP, Goiana/PE, Guará/SP, Ibiúna/SP, Ilhéus/BA, Indaiatuba/SP, Iperó/SP, Itaboraí/RJ, Itapevi/SP, Itapira/SP, Itupeva/SP, Jabotão dos Guararapes/PE, Jandira/SP, Juazeiro/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA, Macapá/AP, Mandirituba/PR, Mangaratiba/RJ, Maracanaú/CE, Mariana/MG, Mossoró/RN, Natal/RN, Nova Friburgo/RJ, Olinda/PE, Paudalho/CE, Pesqueira/PE, Pirapora/MG, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio Bonito/RJ, Rio Branco/AC, Rio de Janeiro/RJ, São Bernardo do Campo/SP, São Francisco de Itabapoana/RJ, São João de Meriti/RJ, São José do Ribamar/MA, São José/SC, São Sebastião/SP, Serra/ES, Sorocaba/SP, Tamandaré/PE, Teixeira de Freitas/BA, Trindade/PE, Vargem Gde Paulista/SP, Varginha/MG, Várzea Paulista/SP e Vinhedo/SP. Os municípios Macapá, Rio Branco, Rio de Janeiro e São José apresentaram duas propostas cada. Os demais apresentaram uma única proposta.

(PRONASCI)⁵⁹, o Ministério da Justiça constituiu nova linha de financiamento para os projetos sobre juventude e adolescência o que, notadamente, diminuiu a demanda por recursos do FNSP para projetos voltados a estes segmentos.

TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONVÊNIOS DO FNSP POR ANO – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE - 2003 – 2010

| CONVÊNIOS/ANO | | | | | | | | |
|---------------|------|------|------|------|------|------|------|---------------|
| 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
| 2 | 12 | 19 | 23 | 37 | 10 | 3 | 12 | 118 convênios |

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora

Sabe-se que os convênios firmados pelo Ministério da Justiça com estados e municípios são, de modo geral, executados pelos órgãos de segurança pública destes entes. No caso dos estados, em geral, são executados pelas Secretarias de Estado de Segurança Pública e no caso dos municípios, em geral, são executados pelas Secretarias Municipais de Defesa Municipal.

Embora esteja marcada, a priori, a relação entre a execução dos convênios e as instituições de segurança pública dos convenientes é importante destacar que dentre as 118 propostas analisadas, 78⁶⁰ explicitam o papel a ser exercido por policiais militares, bombeiros e guardas municipais. Estes foram apontados, nestas propostas, como responsáveis pelas capacitações, atividades culturais e/ou esportivas oferecidas aos jovens e adolescentes, conforme ilustra a TABELA 10.

⁵⁹ O PRONASCI é apresentado e analisado nos capítulos 3 e 4 deste trabalho.

⁶⁰ Para consulta no APÊNDICE 1: Convênios que apontam a Polícia Militar como executora das ações propostas (140/2004, 008/2005, 047/2005, 184/2007, 197/2007, 251/2007, 421/2008, 422/2008, 423/2008, 588/2010); Convênios que apontam a Polícia Civil de Bombeiros como executora das ações propostas (073/2005); Convênios que apontam o Corpo de Bombeiros como executor das ações propostas (109/2004, 127/2004, 427/2008, 482/2008 e 588/2010) e por fim, convênios que apontam a Guarda Municipal como executora das ações propostas (015/2004, 019/2004, 056/2004, 061/2004, 086/2005, 103/2005, 104/2005, 134/2005, 168/2005, 178/2005, 005/2006, 007/2006, 008/2006, 010/2006, 020/2006, 020/2006, 024/2006, 024/2006, 034/2006, 036/2006, 036/2006, 037/2006, 038/2006, 041/2006, 042/2006, 044/2006, 050/2006, 053/2006, 064/2006, 124/2006, 130/2006, 131/2006, 137/2006, 139/2006, 004/2007, 005/2007, 020/2007, 021/2007, 033/2007, 041/2007, 043/2007, 044/2007, 048/2007, 054/2007, 062/2007, 088/2007, 142/2007, 145/2007, 147/2007, 222/2007, 236/2007, 237/2007, 261/2007, 265/2007, 358/2007, 083/2009, 105/2009, 146/2009, 648/2010, 652/2010, 738/2010, 740/2010, 747/2010 e 749/2010).

TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS DO FNSP – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE - 2003 – 2010

| INSTITUIÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO | | | | |
|--|---------------|--------------------|------------------|--------------|
| Polícia Militar | Polícia Civil | Corpo de Bombeiros | Guarda Municipal | TOTAL |
| 10 convênios | 1 convênio | 5 convênios | 62 convênios | 78 convênios |

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

Por um lado, a presença dos profissionais de segurança pública como executores dos convênios é justificada pelos convenientes em virtude da necessidade de afastar os jovens da atividade criminosa. Novamente o pressuposto que orienta a ação do projeto é que a atividade criminosa está ou estará presente na trajetória de jovens pobres, moradores das áreas de periferia dos grandes centros urbanos e é preciso, portanto, atender a demanda social e política por retirar estes jovens da rota da criminalidade e da violência. É o caso do Projeto Educacional Adolescente Cidadão Consciente (PROACC) proposto pelo estado do Acre (Convênio 073/2005, APÊNDICE 1) cujo objeto é descrito da seguinte forma:

Projeto Educacional Adolescente Cidadão Consciente – PROACC, oferecendo atividades educacionais a adolescentes que estejam cursando o segundo ciclo (5ª a 6ª séries) do Ensino Fundamental da rede pública estadual da Cidade de Boa Vista, através de lições ministradas por policiais civis, visando a redução da violência praticada por adolescentes e impedir que eles sejam recrutados pela comunidade criminosa.

Por outro lado, o que estes convênios explicitam é que os policiais, bombeiros e guardas municipais envolvidos na execução dos mesmos serão responsáveis por formar e acompanhar os jovens e adolescentes em atividades escolares, culturais e esportivas. Executarão, portanto, atividades pedagógicas. Tal fato se configura como um processo de policialização destas políticas públicas.

A policialização das políticas públicas constitui-se, de acordo com MORAES (2006, p.2) uma forma de controle social perverso⁶¹ que:

⁶¹ De acordo com MORAES (2006, p.2) as formas de controle social perverso são “distintas, é bom que se diga, do controle social como um fenômeno intrínseco a qualquer sociedade ou grupo e relacionado à produção de bem-estar coletivo e à constituição do *eu*”. Distinguem-se

(...) articulando juventude à violência, ou melhor, apresentando, por motivos vários, os jovens como produtores de violência, o que justificaria, por sua vez, a intensificação da repressão deste grupo, destacadamente pelo Estado por intermédio da polícia. Repressão que é tanto mais intensa quanto mais os jovens reúnam outros atributos de caráter racial e geográfico. Negros e moradores da periferia constituem o principal alvo desta repressão, que acontece cotidianamente, em especial, nas periferias das grandes cidades ou quando grupos de jovens da periferia tentam acessar os serviços, principalmente os de lazer e trabalho, nos centros ou em outras áreas em que estejam disponíveis, mas que não são, todavia, espaço de circulação destes mesmos jovens.

Neste processo, a relação de causa e efeito estabelecida entre a juventude e a prevenção da violência explícita na descrição dos objetos de convênio analisados, implica na percepção das demais políticas públicas ofertadas aos jovens (educação, saúde, esporte, etc.) como uma questão de segurança pública e legítima sua execução pelos profissionais de segurança pública⁶². Em resumo, “a policialização das políticas públicas é o processo por intermédio do qual os discursos sobre a produção da segurança pública tomam a centralidade na elaboração de uma política pública se constituindo pela prevalência ou priorização da utilização das polícias na implementação da política” (MORAES; KULAITIS, 2013, p. 6-7).

Um exemplo deste processo de policialização das políticas públicas dirigidas aos jovens é o convênio do município do Rio de Janeiro, identificado no APÊNDICE 1 pelo número 015/2004. No referido convênio, o objeto é descrito como: “Projeto de prevenção da violência, por meio de capacitação profissional dos servidores da guarda municipal, visando o desenvolvimento da cultura junto aos jovens das comunidades atendidas”.

No projeto de convênio citado acima, as ações culturais ofertadas aos jovens, por meio da execução do convênio, não seriam realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura e seus agentes. Tais ações seriam mediadas pelos guardas

essencialmente por não produzirem bem-estar e por, no caso da policialização das políticas públicas, produzir ou intensificar a segregação e criminalização da juventude.

⁶² Neste mesmo sentido, o município de Esteio/RS (Convênio 273/2007) apresentou como responsáveis pela execução de ações de prevenção à violência e criminalidade, junto às escolas públicas e privadas existentes no município, jovens alistados e dispensados do serviço militar obrigatório. Portanto, para além da policialização das políticas públicas, é possível identificar uma proposta de militarização das ações destinadas a juventude. Um outro exemplo, é a proposta intitulada “Marchando para o Futuro sem drogas”, do estado da Paraíba (Convênio 427/2008). Para conhecimento dos objetos das propostas citadas, ver APÊNDICE 1.

municipais. É a suposta vulnerabilidade à criminalidade ou “vulnerabilidade criminal” de crianças, adolescentes e jovens, expressão presente em 36 propostas⁶³ das 119 propostas analisadas, que justifica o tratamento policial das questões afetas a este segmento populacional.

É necessário esclarecer que tal expressão, cunhada pela SENASP e adotada por estados e municípios, refere-se à suscetibilidade de jovens, moradores de áreas pobres dos grandes centros urbanos, quanto ao envolvimento com o crime. Segundo esta percepção, seria preciso intervir para que estes jovens não cedessem à tentação, invariavelmente presente, de se tornarem criminosos.

Esta expressão aparece em um guia para a prevenção do crime e da violência destinado aos gestores municipais, desenvolvido pelo Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO) da SENASP com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil.

Embora a SENASP reconheça, no documento, que os problemas relacionados à segurança pública não são os mesmos em todas as regiões ou mesmo em todas as cidades brasileiras o guia pretende sistematizar alguns princípios de combate à criminalidade que, de acordo com a Secretaria, independem das circunstâncias locais e difundir diretrizes sobre as ações de prevenção.

O documento “tem por objetivo sistematizar alguns princípios básicos e orientar os municípios na elaboração de Planos Municipais voltados para a implementação de ações de prevenção à violência e criminalidade, de acordo com as especificidades locais, bem como tendo como tema transversal o respeito aos direitos humanos e a participação da comunidade” (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2005, p. 3). Nele, a SENASP afirma a importância das ações de prevenção ao crime e a violência destacando que estas

⁶³ Tratam-se de propostas apresentadas pelos Estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Piauí e pelos municípios de Americana/SP, Batatais/SP, Bayeux/PB, Belford Roxo/RJ, Boa Vista/RR, Campo Limpo Paulista/SP, Capivari/SP, Cascavel/PR, Catanduva/SP, Caucaia/CE, Côcos/BA, Conchal/SP, Esteio/RS, Franco da Rocha/SP, Guaíra/SP, Ibiúna/SP, Itapevi/SP, Itupeva/SP, Jaboatão dos Guararapes/PE, Jandira/SP, Juazeiro/BA, Maracanaú/CE, Olinda/PE, Paraguaçu Paulista/SP, Pirapora/MG, Santo Antônio de Posse/SP, São Francisco de Itabapoana/RJ, São José/SC, São José de Ribamar/MA, Sorocaba/SP; Trindade/PE e Varginha/MG conforme disposto no APÊNDICE 1 da presente tese.

seriam mais eficazes e permitiriam a obtenção de resultados mais sólidos do que as ações de repressão.

Para que os municípios possam orientar sua política municipal de segurança de acordo com as diretrizes propostas pela SENASP, o guia conta com um glossário no qual são definidos, entre outros termos, crime, violência, prevenção do crime e da violência, fator de risco, vulnerabilidade e política/programa de prevenção do crime e da violência.

Em seção intitulada Enfrentando fatores de risco na Juventude, a SENASP assegura que “jovens adultos e adolescentes estão envolvidos, seja como autores, seja como vítimas, na maior parte dos crimes e situações de violência em todo o mundo. As políticas de segurança orientadas para a prevenção devem, então, oferecer uma atenção especial à juventude e a adolescência” (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2005, p. 3). Observa-se que, no documento, tal afirmação – dos jovens como autores ou vítimas da maior parte dos crimes e violências em todo mundo – não é sustentada pela apresentação de qualquer dado estatístico.

A atenção especial à juventude e à adolescência se deve ao fato de que, na perspectiva da SENASP, os jovens, em especial aqueles que são pobres, tem ou terão envolvimento com atividades ilícitas ao longo de sua trajetória⁶⁴. Nas palavras da SENASP:

Deve-se ter presente, em primeiro lugar, que jovens e adolescentes participam, pelo menos em algum momento de suas vidas, de situações onde a prática de ilícitos penais e a violação de normas de convívio se confundem com a própria afirmação de suas identidades. Por inúmeras razões, sabe-se que jovens e adolescentes com condutas violentas ou envolvidos em práticas ilegais tendem a se afastar dessas situações a partir do momento em que afirmam determinados vínculos. Isso pode ocorrer, por exemplo, a partir da inserção do jovem no mercado de trabalho, a partir do casamento, do primeiro filho, do serviço militar etc. Devemos, então, ter presente que apenas uma pequena parte dos adolescentes e jovens com condutas delinquentes persistirão nelas por muito tempo. A grande maioria transitará por estas situações, com um baixo envolvimento nelas, para logo a seguir redefinir sua trajetória aderindo às normas de convívio e à Lei. É importante sublinhar isso para que não se imagine que os atos de delinquência praticados por jovens e adolescentes sejam, sempre, o prenúncio de uma ‘carreira criminosa’. Na maioria das vezes, eles estão longe de significar isto (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2005, p. 27).

⁶⁴ Na íntegra do documento não há qualquer referência a dados ou indicadores que justifiquem tal afirmativa.

Para além da generalização dos atos de delinquência como característica da juventude, é importante ressaltar, na fala produzida pela SENASP, que a solução para o “comportamento desviante” dos jovens seria a formação de vínculos sociais. No entanto, na prática, a resposta do governo federal para as questões afetas aos jovens se expressa por meio da policialização das políticas sociais ou seja, a formação e vivência destes vínculos passa a ser mediada por práticas de controle social perverso pois as políticas públicas dirigidas à população jovem passam a ser formuladas no âmbito da segurança pública:

O ‘problema da segurança pública’ está estruturado a partir de pressupostos e preconceitos que restringem as propostas de intervenções ao aprofundamento e racionalização dos meios de repressão. Nas raras vezes em que entra o tema da cidadania, por meio da discussão de políticas sociais, elas são pensadas de modo reducionista e instrumental, isto é, como formas de salvar moralmente, ou (re) civilizar, as classes populares (especialmente sua juventude), construindo barreiras contra a participação em atividades criminais. Em outras palavras, as políticas sociais passam a ser compreendidas e formuladas como políticas de segurança – meras formas de controle social focadas na pobreza. (SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005).

Assim as relações estabelecidas pelos jovens com o mercado de trabalho, com a família, como grupos de amigos e com a escola passam a ser mediadas pelo relacionamento com instituições de segurança seja a polícia militar ou a guarda municipal, como disposto na análise dos convênios firmados pela SENASP no âmbito do FNSP.

Soma-se a vulnerabilidade criminal à já conhecida vulnerabilidade social. Fica exposta, no Guia para a Prevenção do Crime e da Violência, a percepção ambígua dos jovens como aqueles que estão expostos à violência e como aqueles que a produzem, ou seja, como vítimas do crime ou como criminosos. O documento, produzido pela SENASP consolida a juventude como pauta da política nacional de segurança pública e aponta o controle policial dos jovens pobres como resposta às esperadas condutas violentas e os atos ilícitos da juventude. Em suas palavras:

É no município que as pessoas residem, é no município que acontecem os problemas e as soluções, assim como é no município – poder público mais próximo do cidadão – que a comunidade procura a solução para os problemas que os afligem. Nesse sentido, cabe a este ente federativo agir de forma pró-ativa e, tendo presente um amplo diagnóstico da violência e criminalidade local, do seu sistema de saúde, educação, esporte, cultura e lazer, assim como suas potencialidades, implementar

ações e projetos voltados à prevenção da violência e criminalidade, especialmente, voltados a crianças, adolescentes e jovens, em situação de **vulnerabilidade social e criminal**. (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2005, p. 27, grifo meu).

Observa-se que o foco da política nacional de segurança pública estabelecido pela SENASP não se limita à questão etária pois a juventude a quem se destina essa política é aquela que reside num local também estabelecido como foco da repressão à violência. Sendo assim, a política delimita uma faixa etária e um território como responsáveis pela violência vivenciada nos municípios. Ao assegurar que os riscos de vitimização por crimes violentos estão desigualmente distribuídos entre a sociedade, a SENASP argumenta que:

Crimes violentos são, em primeiro lugar, muito mais comuns nas periferias de nossas cidades do que em suas áreas centrais ou em seus bairros tradicionais. As regiões mais abandonadas pelo Poder Público, onde residem as pessoas em situação de vulnerabilidade social, serão aquelas onde, tendencialmente, se encontrarão as maiores taxas de desemprego, a maior frequência de abuso de álcool e de drogas ilícitas, os indicadores mais altos de mau êxito e evasão escolar, a maior incidência de casos de gravidez precoce e de negligência dos pais no cuidado e monitoramento de seus filhos etc. Costumam ser, também, as regiões menos policiadas. Estes e outros fatores fazem com que estas regiões sejam muito mais violentas do que os bairros de classe média, por exemplo. Viver em uma região com estas características sociais podem implicar, então, em riscos significativos para a vitimização por homicídio, por exemplo, ou estupro. Riscos que serão ainda maiores nesta mesma região para os moradores jovens e adolescentes. Mas isto não ocorrerá, em regra, com as pessoas que moram em regiões urbanizadas e bem servidas pelo Estado. Nestas áreas, os crimes mais comuns – quando ocorrem – tendem a ser crimes contra o patrimônio. Casos de violência podem mesmo ocorrer, mas são raros e as chances de alguém vir a ser vítima de homicídio nestas áreas são, normalmente, muito pequenas. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2005, p. 13).

A associação entre pobreza e criminalidade exposta no documento produzido pela SENASP tem a intenção de justificar a execução das políticas de segurança pública em determinados territórios e a repressão policial contra estes locais e seus moradores. Nesse sentido, Silva, Leite e Fridman (2005) apontam que:

acresce que a superposição do 'problema da segurança' com o problema das favelas acaba por territorializar a focalização destas políticas, que agora se dirigem menos a grupos sociais específicos e mais a áreas urbanas tidas como perigosas. Fecha-se, assim, o círculo de ferro que redesenha o espaço urbano segundo a lógica do medo e a metáfora da guerra: de um lado, os 'comandos' ligados à economia das drogas e defendendo pela força suas áreas de atuação; de outro, as

instituições policiais ignorando as fronteiras históricas dos locais de moradia da população pobre, e impondo a definição dos 'complexos' de favelas; e finalmente políticas sociais 'policializadas', focadas nessas novas representações da cidade.

Os convênios analisados relacionam, em geral, a violência produzida pela juventude à violência como um todo no município. Seguindo este raciocínio, a realização de ações de prevenção voltadas à população jovem teria como efeito a diminuição dos índices de crime. É o caso da proposta do município de Rio Branco/AC, convênio 094/2005, seu objeto propõe o "fortalecimento dos trabalhos voltados ao combate à criminalidade buscando integrar atividades de conscientização da população, participação de jovens e crianças no processo formador, visando reduzir o índice de crimes e violência na cidade como um todo, buscando a promoção da qualidade de vida da população" (APÊNDICE 1).

Tal relação é reforçada pelas diretrizes propostas pela SENASP:

É possível envolver centenas de jovens em programas sociais em cada município ou mesmo assegurar que muitos deles sejam integrados em serviços específicos de natureza civil. Programas dessa natureza podem produzir uma redução importante nos indicadores de violência e criminalidade, especialmente se forem capazes de recrutar jovens em situação de **vulnerabilidade criminal**. (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2005, p. 40, grifo meu).

O termo vulnerabilidade criminal, como descrito no documento citado acima, também refere-se ao pressuposto de que os jovens pobres estariam predispostos a se envolver ou serem envolvidos pelas atividades criminosas e por conta desta suspeição seria necessário afastá-los do mundo do crime. Tal suspeição está presente na descrição do convênio firmado pela SENASP com o estado do Piauí (518/2008, APÊNDICE 1):

Aquisição de equipamentos permanentes e de consumo com o objetivo de oferecer as crianças e adolescentes carentes acesso a atividades esportivas e voltadas para a inclusão digital, com acompanhamento de monitores devidamente capacitados, dando assistência necessária que esses jovens e adolescentes precisam para livrá-los das armadilhas existentes na rua.

O pressuposto de que os jovens estariam inclinados à envolver-se em atividades criminosas é um importante dado sobre a política proposta pois entende-se que por detrás de toda política encontra-se uma determinada noção dos sujeitos a quem a política se destina.

Esta noção sobre os sujeitos e seus problemas é um elemento fundamental para a construção das políticas públicas. Quando se trata das políticas de segurança que destinam-se aos jovens, a noção que as orienta é, em geral, a da juventude como ameaça à ordem social. Os jovens não são, nesta orientação, percebidos como sujeitos de direitos. Portanto não são envolvidos no processo de elaboração e planejamento destas políticas, ou seja, são objetos das políticas de segurança pública.

Para efeito de análise, os convênios firmados no âmbito do FNSP que tratam de juventude e adolescência foram classificados e divididos em quatro grupos de acordo com a ação que propõem ou o problema que pretendem solucionar: propostas que tratam da violência juvenil, propostas que tratam da prevenção ao uso de drogas, propostas que tratam da proteção de direitos e propostas de oficinas educacionais.

Os 118 convênios analisados dividiram-se do seguinte modo:

TABELA 11 – CLASSIFICAÇÃO DOS CONVÊNIOS DO FNSP QUANTO À PROPOSTA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE - 2003 – 2010

| PROPOSTAS | | | | |
|-------------------|----------------------------|----------------------|-----------------------|---------------|
| Violência Juvenil | Prevenção ao uso de drogas | Proteção de direitos | Oficinas educacionais | TOTAL |
| 93 convênios | 12 convênios | 7 convênios | 8 convênios | 120 convênios |

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

NOTA: Os convênios 140/2004 e 178/2004 foram classificados nas chaves: violência juvenil e prevenção ao uso de drogas, por conterem a indicação, em seus objetos, de atuação nas duas áreas.

O elemento fundante das propostas que tratam da violência juvenil é a compreensão da juventude como uma ameaça à ordem pública. Nestas propostas é estabelecida uma relação de causa e efeito entre o desenvolvimento de atividades voltadas à prevenção e/ou repressão dos crimes cometidos por jovens e a diminuição dos índices de violência. Um exemplo desta orientação é o convênio 104/2005 (APÊNDICE 1), firmado com o município de Caxias do Sul/RS, exemplifica. Leia-se em seu objeto:

Desenvolvimento de ações ligadas à formação e capacitação dos guardas municipais, e a prevenção em segurança pública, visando a

redução dos índices de violência, preparando a guarda municipal e agentes de cidadania em agentes mediadores de conflitos e vulnerabilidades, bem como motivadores de convivência pacífica e democrática, prevenindo, por meio de medidas sócio-educativas, as ações delituosas da população infanto-juvenil.

Destacam-se, nas propostas que tratam da violência juvenil, os discursos que reproduzem os estereótipos associados à juventude. No caso da proposta do município de Paudalho/CE, convênio 178/2005 (APÊNDICE 1), reproduz-se a necessidade de ocupação do tempo ocioso da juventude:

Instalar uma estrutura de melhor atendimento e segurança à população, assim como aos visitantes, turistas e romeiros, estimulando o trabalho e o desenvolvimento de moradores das comunidades, por meio de seus líderes comunitários, ocupando o tempo ocioso dos jovens, capacitando a guarda municipal para atuar de forma preventiva nas ações e atividades de controle de locais públicos e de atendimento à população, oferecendo oficinas de prevenção à violência para lideranças comunitárias e membros de comunidades em situação de risco, desenvolvendo permanente atuação da guarda municipal nas escolas públicas do município visando prevenir e orientar sobre o assunto de drogas e outros.

As propostas que tratam da prevenção ao uso de drogas foram apresentadas pelos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Roraima, Santa Catarina e Sergipe e pelos municípios de Goiana/PE, Paudalho/CE, Recife/PE e Várzea Paulista/SP e aventam a realização de palestras educativas ministradas por policiais militares ou guardas municipais em ambiente escolar. No caso dos estados, são iniciativas associadas ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

Implantado, em 1992, pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o PROERD é uma versão nacional do programa *Drug Abuse Resistance Education* - D.A.R.E. surgido nos Estados Unidos em 1983. Adotado em todo o Brasil, o PROERD define-se como: “uma ação conjunta entre as Polícias Militares, Escolas e Famílias, no sentido de prevenir o abuso de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajudá-los a reconhecer as pressões e as influências diárias que contribuem ao uso de drogas e à prática de violência, desenvolvendo habilidades para resisti-las” (PROERD BRASIL. 2015).

De acordo com a SENASP:

Projetos que pretendem “combater” o consumo de drogas entre os jovens com palestras e discursos moralizantes, tão somente ou isoladamente, definitivamente não funcionam, devendo ser reavaliada a aplicação de recursos nos mesmos. Jovens que consomem drogas o fazem porque encontram alguma recompensa de prazer nesta relação e porque ela lhes assegura algum tipo de inserção social – normalmente em um grupo de “iniciados”. Para prevenir o consumo, então, será necessário que os jovens possam construir outras relações de “pertencimento” – integrando outros grupos cuja identidade não seja oferecida pela droga. Será preciso, também, que eles possam se mobilizar em função de algum projeto para o qual o consumo de drogas não seja funcional (SENASP, 2005, p. 39)

No entanto, há efetiva parceria entre a SENASP e o PROERD no que tange a distribuição de recursos do FNSP. Entre os anos de 2005 e 2008, foram financiados ao menos 6 convênios⁶⁵ dentro desta proposta de prevenção ao uso de drogas por meio da presença dos policiais militares nas salas de aulas das escolas estaduais.

Dos 118 convênios analisados, 7 foram classificados como propostas de proteção de direitos. Estas destacam-se em relação às demais por não conterem em seus objetos menção à violência supostamente praticada pela juventude. Os jovens são percebidos como sujeitos de direitos e portanto, o foco das propostas é a promoção de melhoria no atendimento da população jovem pelas instituições de segurança pública ou a realização de campanhas de prevenção à violência sofrida por jovens e adolescentes. Seus objetos tratam das seguintes questões:

- a) Reforma e ampliação de delegacias especializadas para atendimento de crianças, jovens e adolescentes (Convênios 181/2005 - Estado do Ceará, 404/2008 – Estado do Tocantins e 068/2005 - Estado de Roraima);
- b) Ações de enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil (Convênio 007/2005 - Estado do Mato Grosso);
- c) Ações de prevenção à violência direcionada aos jovens (Convênios 187/2007 - Estado da Paraíba; 213/2007- Estado de Tocantins; 237/2007 - São João de Meriti/RJ);

⁶⁵ A saber: Convênios 008/2005 (Mato Grosso do Sul); 047/2005 (Sergipe); 184/2007 (Amazonas); 197/2007 (Roraima); 421/2008 (Santa Catarina) e 423/2008 (Sergipe).

O FNSP também apoiou financeiramente ações de segurança pública já executadas por estados e municípios. No convênio 058/2005, a SENASP distribuiu recursos para 4 projetos em funcionamento no Distrito Federal como caracteriza seu objeto:

Expansão do Programa Segurança Comunitária no Distrito Federal, do Picasso Não Pichava, da Companhia de Teatro Pátria Amada e do Esporte à Meia Noite, visando aumentar a participação da comunidade nas soluções de problemas de segurança pública, evitar que jovens se envolvam com a criminalidade e com o uso de drogas, diminuir a depredação de patrimônios públicos e privados e desenvolver atividades esportivas e palestras educativas.

O aporte de recursos do Fundo aos projetos já existentes indica a ampliação das ações em execução e o respaldo técnico da SENASP às ações por conta da aprovação de suas propostas.

A SENASP não se limitou a apresentar diretrizes para as propostas de prevenção, objetivo do Guia produzido pela Secretaria, mas também orientou a elaboração de propostas por meio da apresentação aos entes federados de modelos. Tais modelos foram utilizados pelos estados e municípios na elaboração de ao menos 25 das 118 propostas que constam do APÊNDICE 1.

Os convênios firmados pela SENASP com 25 municípios brasileiros⁶⁶, entre 2006 e 2007, reproduzem, ainda que com pequenas alterações, um mesmo objeto:

Capacitar adequadamente a Guarda Municipal (ou Capacitação adequada da Guarda Municipal), para que esta esteja apta a enfrentar e propor atividades diante da nova perspectiva de atuação na prevenção da violência e criminalidade, aquisição de equipamentos para que auxiliem seus profissionais nas atividades do dia-a-dia e realização de oficinas juntos aos jovens, visando a inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal.

⁶⁶ A saber: Itupeva/SP (007/2006), Catanduva/SP (008/2006), Ibiúna/SP (010/2006), Varginha/MG (024/2006), Americana/SP (036/2006), Maracanaú/CE (037/2006), Jabotão dos Guararapes/PE (038/2006), Guaíra/SP (041/2006), Bayeux/PE (042/2006) Juazeiro/BA (050/2006), Belford Roxo/RJ (053/2006), Cascavel/PR (064/2006), Boa Vista/RR (124/2006), São José de Ribamar/MA (131/2006), Campo Limpo Paulista /SP (137/2006), Caucaia/CE (139/2006), Jandira/SP (005/2007), Itaboraí/RJ (020/2007), Nova Friburgo/RJ (021/2007), Conchal/SP (033/2007), Capivari/SP (043/2007), Batatais/SP (044/2007), Sorocaba/SP (048/2007), Côcos/BA (054/2007) e São Francisco de Itabapoana/RJ (358/2007).

A indução das propostas, elaboradas a partir de um mesmo modelo, possibilitou à SENASP padronizar os projetos e estabelecer uma linguagem corrente para as políticas de segurança pública. Entretanto, na execução dos projetos padronizados, estados e municípios apresentam diferentes pontos de partida e sendo assim, a realização de uma política nacional pode apresentar resultados diversos.

Estes pontos de partidas, responsáveis por diferentes configurações locais para os programas federativos, se definem, entre outras questões, pela diversidade, entre as unidades da federação, quanto às tradições políticas, estruturas administrativas e capacidade de gasto com determinada política pública. Quando se trata da capacidade de gasto, como sinaliza Arretche (2000, p. 24), as unidades subnacionais de governo brasileiras são absolutamente desiguais.

Esta desigualdade é um dado importante para a compreensão dos efeitos alcançados pela política uma vez que para alguns entes, os projetos e programas são executados apenas com aporte de recurso pela União e para outros entes, há, de fato, uma política local de segurança pública que podem anteceder e perdurar após a execução de uma política nacional.

Considerando que a existência de secretarias municipais de segurança pública ou defesa social não é obrigatoriedade para que os municípios recebam e executem recursos por meio do FNSP, é possível afirmar que a existência de uma política de segurança pública institucionalizada não é um fator determinante para acesso aos recursos descentralizados da política nacional de segurança pública. No entanto, supõe-se que, ainda que tenham índices expressivos de violência, municípios e estados necessitam de *expertise* técnica para acessar os recursos federais e fomentar a política local.

A SENASP identificou que estados e municípios enfrentaram dificuldades ao executar os convênios que firmaram e assinalou que:

a partir da criação de uma coordenação que fiscaliza a execução dos convênios, bem como do desenvolvimento de uma cultura organizacional que prioriza o seu monitoramento, a SENASP verificou que, em muitas situações, existia uma dificuldade enorme para os Estados efetuarem a execução dos convênios. O resultado disso é que muitos deles eram encerrados sem a execução completa das atividades com a conseqüente devolução dos recursos solicitados. Isso nos fez refletir que, em alguns casos, mais importante do que a quantidade de

recursos repassados, era o acompanhamento e assessoria na execução dos convênios. Por isso, a SENASP iniciou uma nova etapa em sua atuação, dedicando-se às atividades de assessoria aos Estados e municípios na elaboração dos projetos para convênio e na execução das ações previstas (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2008, p. 5).

Outra explicação para a dificuldade em elaborar e executar projetos de segurança pública, em especial os projetos de prevenção à violência e criminalidade, reside na cultura institucional das forças de segurança pública:

Na verdade, pensar políticas públicas em segurança é desafio para as concepções modernas de gestão, pois as instituições da área ainda são fortemente marcadas por princípios da luta feroz contra o crime, baseada no uso da arma, do segredo, da investigação sem *accountability* e por um arranjo institucional pouco maleável (SOUZA, 2010, p. 17).

É necessário destacar que a atividade de assessoria aos estados e municípios na elaboração dos projetos para convênio e na execução das ações previstas proposta pela SENASP subordinou-se, ao longo dos anos, à capacidade efetiva da Secretaria de realizá-la considerando os recursos financeiros e humanos de que dispõe. A quantidade de convênios firmados ano a ano também é um elemento importante para a avaliação do alcance da atividade proposta⁶⁷.

Como dito anteriormente, não há informações na aba Acesso à Informação, do Portal do Ministério da Justiça na *Internet* quanto ao gasto ou devolução dos recursos distribuídos pela SENASP por meio do FNSP. Sabe-se que a pactuação do convênio não é, em si, garantia da execução do objeto proposto. Em relatório de gestão, publicado em 2008, a Secretaria demonstra preocupação com a devolução⁶⁸ dos recursos repassados a estados e municípios.

⁶⁷ Para além do trabalho de acompanhamento da execução de convênios, cabe aos órgãos de fiscalização e controle, Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União, a avaliação do acompanhamento e execução dos convênios firmados pelos órgãos federais.

⁶⁸ A devolução dos recursos repassados a estados e municípios dar-se, a princípio, em duas situações: a primeira ocorre quando o ente federado não aplicou o recurso, a determinado no plano de trabalho do convênio, durante o prazo estipulado para execução do convênio; a segunda ocorre quando, após atividade de fiscalização do convênio, é constatado que o recurso foi aplicado de forma indevida e o objeto pactuado não foi cumprido.

Ao analisar o percentual de devolução de recursos por Estados e municípios, no período compreendido, entre os anos de 2000 e 2004, a SENASP constata que houve aumento percentual do volume de recursos devolvidos, como ilustrado no GRÁFICO 3.

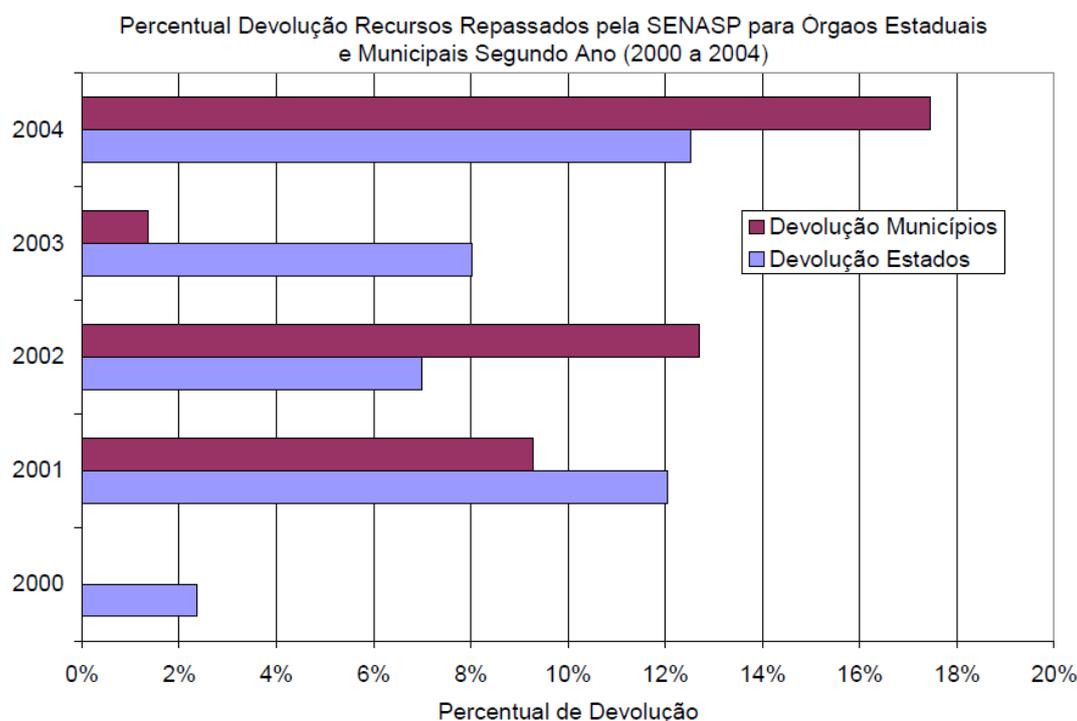


GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DE DEVOLUÇÃO DE RECURSOS REPASSADOS PELA SENASP 2000-2004.

FONTE: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (2008).

A SENASP atribui a devolução de recursos repassados ao aumento das atividades de fiscalização de convênios conforme descreve em seu relatório de gestão:

Uma possível explicação para este aumento do percentual de devolução de recursos é o fato da equipe de fiscalização de convênios da SENASP vir atuando de forma cada vez mais ativa. Reconhecemos, no entanto, que o resultado almejado por esta mudança não era um aumento na devolução de recursos, mas uma melhoria na execução dos gastos. Porém, os trabalhos de fiscalização executados não conseguiram ainda mudar o comportamento dos gestores estaduais e municipais no sentido de aperfeiçoar a execução dos gastos (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2008, p. 6).

As dificuldades enfrentadas por estados e municípios ao executar os convênios que firmaram e a devolução de recursos do FNSP não executados à

União não foram impeditivos para que a SENASP continuasse a pactuar novas propostas.

A distribuição destes recursos consolidou, nos anos 2000, o papel da SENASP como órgão responsável pela elaboração e execução da política nacional de segurança pública. Suas atividades foram atualizadas pelo Decreto nº. 6.061, de 15 de março de 2007 que as descreveu do seguinte modo:

- I – assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade;
- II – planejar, acompanhar e avaliar a implementação de programas do Governo Federal para a área de segurança pública;
- III – elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança pública, referentes ao setor público e ao setor privado;
- IV – promover a integração dos órgãos de segurança pública;
- V - estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;
- VI – promover a interface de ações com organismos governamentais e não-governamentais, de âmbito nacional e internacional;
- VII – realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência;
- VIII – estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade;
- IX – exercer, por seu titular, as funções de Ouvidor-Geral das Polícias Federais;
- X – implementar, manter e modernizar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública – INFOSEG;
- XI – promover e coordenar as reuniões do Conselho Nacional de Segurança Pública;
- XII – incentivar e acompanhar a atuação dos Conselhos Regionais de Segurança Pública; e
- XIII – coordenar as atividades da Força Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2007, p.1).

Em complemento ao decreto anterior foi ampliada a competência da SENASP no campo da implementação de uma política nacional de segurança. Sendo assim, estabelecida como órgão que idealiza, planeja e executa a política de implantação do SUSP, a Secretaria pode ser vista como um órgão que executa a articulação e a mediação, entre diferentes entidades sociais, para identificação de problemas bem como a responsável pelo estabelecimento de um discurso integrado sobre as soluções apresentadas a estes problemas.

Sobre a possibilidade, posta à SENASP, de produzir um discurso sobre segurança pública e por fim, orientar a execução de uma política nacional cabe retomar a observação de Bourdieu quanto à ação política:

A ação propriamente política é possível porque os agentes, que fazem parte do mundo social, têm um conhecimento (mais ou menos adequado) desse mundo e porque se pode agir sobre o mundo social agindo sobre o conhecimento que eles têm desse mundo. Essa ação visa produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social, capazes de agir sobre esse mundo ao mesmo tempo em que agem sobre a representação que dele fazem os seus agentes (BOURDIEU, 1998, p. 135).

A ação de produzir e impor representações tão genéricas foi largamente utilizada pela SENASP. Um exemplo dessa ação política é a afirmação de que os jovens são os violentos mais prováveis e as vítimas mais prováveis que, como demonstrado anteriormente, foi responsável pelo desenvolvimento de projetos de segurança pública destinados à prevenção da violência cometida pelos jovens em estados e municípios.

Esta atuação também coloca a SENASP na posição de avaliar as práticas e representações dos demais entes federados. Em documento intitulado Perfil das Práticas cadastradas no Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade, publicado no ano de 2005, a SENASP avalia as informações cadastradas em banco de dados de políticas e programas de prevenção da criminalidade e violência. As práticas cadastradas são experiências estaduais executadas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Polícias Civis, Polícias Militares e organizações não governamentais.

Ao todo foram inscritas 168 práticas de prevenção à violência, provenientes de 18 estados e do Distrito Federal, dessas, cerca de um terço referiam-se a resolução de questões associadas à juventude ou como explicitado pelos projetos apresentados a resolução da “criminalidade juvenil”.

A SENASP registra que dentre os principais objetivos dos programas voltados a juventude realizados pelos entes, as instituições que responderam ao questionário informaram: “capacitação de jovens, combate à ociosidade juvenil, prevenção do abuso sexual contra jovens, retirar menores da rua, prevenir o uso de drogas entre adolescentes” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SENASP: 2005a, p. 5).

Na avaliação da secretaria, “o atendimento aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente está expresso como um dos resultados mais recorrentes entre as instituições analisadas” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SENASP: 2005a, p. 6).

Ao validar essas práticas como experiências que atendem os preceitos do ECA, a SENASP valida as representações acerca da juventude e ou da “criminalidade” juvenil presentes em suas propostas e garante a permanência dos jovens como pauta das políticas de segurança pública.

É importante destacar que a aproximação da SENASP com a temática da juventude ao longo dos anos 2000 alinha-se à discussão proposta por organismos internacionais como o Banco Mundial que, em 2007, produziu um relatório sobre a situação da juventude no Brasil. De acordo com o documento:

A maior parte da juventude brasileira encontra-se bem encaminhada e com boas possibilidades de tornar-se parte produtiva da sociedade, com condições de contribuir para o bem como e para o interesse coletivo. (...) Entretanto, existe uma minoria de pessoas que não estão atravessando com sucesso os anos experimentais da juventude. Esses e essas jovens, usualmente chamados de jovens em situação de risco, são o tema deste Relatório (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 9).

Sendo assim, como aponta a instituição, a definição usual de jovens em situação de risco assume um papel central no trato da questão da juventude. A juventude é considerada um risco para a sociedade por conta de seu comportamento. Trata-se, portanto, de um risco individual e não social e retira-se o peso dos problemas sociais que atingem a juventude ou ainda quando se consideram tais problemas, minimizá-los ou solucioná-los depende de uma atitude individualizada.

O jovem, de acordo com essa corrente de pensamento, deverá ser orientado no caminho da profissionalização como alternativa a conduta criminosa buscando minimizar os custos sociais de seu comportamento de risco⁶⁹. O Banco Mundial orienta o Brasil que:

⁶⁹ Como destaca, Santos (1998, p. 24), a perspectiva de cidadania presente nesta corrente, é aquela que “está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei”.

A prevenção desses comportamentos [de risco assumidos pela juventude] aumentaria o bem-estar das pessoas em termos de melhor status de saúde, maiores ganhos potenciais e maiores possibilidades de desfrutar a vida. Além disso, também eliminaria custos sociais, liberando recursos públicos para serem gastos em outras iniciativas, acumulando o crescimento à medida, que as pessoas fossem acumulando capital humano e, assim, tendo maior capacidade produtiva. Recursos públicos gastos no desenvolvimento de jovens precisam, necessariamente, ser parte da estratégia de investimento de um país para promover o seu desenvolvimento econômico e social. A atual estratégia de investimento para o desenvolvimento humano no Brasil está aquém da estratégia ótima de desenvolvimento. (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 21).

Retoma-se neste ponto a discussão proposta por Bourdieu quanto à capacidade de produzir, ou melhor, de instituir significado como um poder exercido pelas Instituições:

O poder constituinte da linguagem (religiosa ou política) e dos esquemas de percepção e de pensamento que ele concede, nunca é tão visível como nas situações de crise: essas situações *paradoxais, extraordinárias*, requerem um discurso extraordinário, capaz de pôr ao nível dos princípios explícitos, geradores de respostas (quase) sistemáticas, os princípios práticos do *ethos* e de exprimir tudo o que a situação criada pela crise pode ter de inaudito, de inefável (BOURDIEU, 1998, p. 137).

Quando se trata da “crise” da segurança pública o que se institui é a juventude violenta. Esta construção orienta-se, pela premissa, de que a atividade criminosa está ou estará presente na trajetória de jovens pobres, moradores das áreas de periferia dos grandes centros urbanos e que é preciso, portanto, atender a demanda social e política por retirar estes indivíduos da rota da criminalidade e da violência.

É no contexto deste debate sobre a vulnerabilidade social dos jovens e da suposta escalada dos homicídios cometidos por essa faixa que é criado, em 2007, no âmbito do Ministério da Justiça, o PRONASCI. Os princípios que orientaram a formulação do Programa e sua estrutura são discutidos no próximo capítulo deste trabalho.

3 JUVENTUDE, SEGURANÇA E CIDADANIA

Lançado, pelo Ministério da Justiça, em agosto de 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) consolidou o foco etário e territorial da política nacional de segurança proposta pelo Ministério da Justiça desde a criação da SENASP. O programa teve suas ações dirigidas para jovens entre 15 e 24 anos, identificados como aqueles em situação infracional ou no caminho de situação infracional: adolescentes em conflito com a lei, jovens oriundos do serviço militar obrigatório, jovens presos, jovens egressos do sistema penitenciário e jovens em situação de descontrole familiar grave (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p.5). Estes jovens não estariam integrados aos demais programas sociais do governo federal e seriam moradores das periferias dos grandes centros urbanos do Brasil. Os pressupostos que orientaram a construção do Programa e sua estrutura são apresentados neste capítulo.

3.1 PRONASCI: ELABORAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE SEGURANÇA COM CIDADANIA

Em 20 de agosto de 2007 o governo federal expediu a Medida Provisória nº 384 que “institui o Programa Nacional de Segurança Pública – PRONASCI, e dá outras providências” (BRASIL, 2007). O texto enviado ao Congresso apresentava, em seu 4º artigo, o cerne do Programa e definia que são focos prioritários dos programas, projetos e ações que compõem o PRONASCI:

- a) foco etário: população juvenil de quinze a vinte e nove anos⁷⁰;
- b) foco social: jovens e adolescentes, em situação infracional ou em conflito com a lei, e egressos do sistema prisional e famílias expostas à violência urbana; e
- c) foco territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos.

⁷⁰ A faixa etária proposta pelo governo federal (15 a 29 anos) foi alterada, pelo Congresso, para 15 a 24 anos na redação da Lei n. 11.530, de 24 de outubro de 2007 que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências.

Parte integrante da política nacional de segurança pública, dirigida pelo Ministério da Justiça, o Programa alinhava-se à proposta do Plano Nacional de Segurança Pública, apresentado em 2003. O Plano, por sua vez, teve origem em documento produzido pelo Instituto Cidadania⁷¹ para a campanha do então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva.

Em entrevista à Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁷², Antônio Carlos Biscaia⁷³ relata a participação do Instituto na campanha presidencial de 2002:

[...] Lula queria ter um programa de segurança pública que pudesse usar durante a campanha e que servisse de base para o seu governo, se fosse eleito. Então, em 2000, ele fez uma reunião de base no Instituto Cidadania, para a qual convocou professores, membros do Instituto Cidadania, cerca de cem pessoas, e lançou a ideia da preparação de um programa de segurança pública. Fiquei sabendo que o programa anterior que havia sido feito, lá mesmo, tinha sido o Fome Zero. Ou seja, o primeiro programa que ele elaborou foi aquele que hoje é a marca do seu governo, que começou como Fome Zero, acabou avançando para Bolsa Família, e está reduzindo os índices de desigualdade e miséria. E o segundo foi o programa de segurança. Lula disse: 'Agora, entre outros projetos do Instituto Cidadania, como o Fome Zero, eu quero o de segurança pública'. Fui designado por ele coordenador do projeto. Na realidade os coordenadores eram quatro, e fui designado coordenador-geral. Os outros três eram Luiz Eduardo Soares, Roberto Aguiar, da Universidade de Brasília, e Benedito Mariano, de São Paulo, que tinha sido ouvidor-geral. Eu morava no Rio, mas ia semanalmente a São Paulo para coordenar o projeto. Aquilo que hoje se consolida no Pronasci teve as primeiras linhas naquele programa de segurança pública para o Brasil. Começamos no final de 2000 e trabalhamos durante todo o ano de 2001. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 80-81).

⁷¹ O Instituto Cidadania passou a se chamar, a partir de 2011, Instituto Lula. De acordo com o site da organização: "a origem do Instituto foi a experiência do chamado Governo Paralelo, que se estruturou sob a liderança de Lula após a derrota de 1989, entre 1990 e 1992, para apresentar propostas alternativas de políticas públicas, enquanto acompanhava, criticamente, o governo Fernando Collor de Mello. Nessa primeira fase, ofereceu suporte estrutural e jurídico para o Governo Paralelo. Depois vieram as Caravanas da Cidadania e as atividades de debate, estudos, pesquisas, informação e elaboração de políticas públicas em profundidade, sempre com o cuidado de assegurar o pluralismo de enfoques que deve marcar uma instituição suprapartidária. Em 2005, o Instituto inicia um período de redução das suas atividades. Com o fim do segundo mandato do presidente Lula, em 2011, torna-se o local onde ele prepara a criação do Instituto Lula. Foi nesse espaço que Lula amadureceu ideias, projetos e a prática do diálogo democrático com toda a sociedade para a elaboração de políticas públicas. E hoje é onde ele estrutura a entidade que dará prosseguimento à sua atuação após oito anos como presidente do Brasil" (INSTITUTO LULA, 2015).

⁷² Contratada pelo Ministério da Justiça para monitorar as ações executadas pelo PRONASCI, a Fundação Getúlio Vargas publicou, em 2010, um livro que reúne depoimentos de 27 indivíduos envolvidos de diferentes maneiras no desenvolvimento do Programa. Os entrevistados foram divididos em três grupos: "formuladores, implementadores e público-alvo" (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 10). As entrevistas foram realizadas nos anos de 2008 e 2009, ou seja, nos dois primeiros anos de execução do PRONASCI.

⁷³ Antônio Carlos Biscaia, procurador do estado do Rio de Janeiro, deputado federal, secretário nacional de justiça (3/2007 – 9/2007), secretário nacional de segurança pública (9/2007 – 3/2008) foi entrevistado pela FGV em 18 de dezembro de 2008.

Intitulado Projeto de Segurança Pública para o Brasil, o documento elaborado pelo Instituto Cidadania apontava que:

O problema mais dramático na área da segurança é, portanto, o verdadeiro genocídio a que vem sendo submetida a juventude brasileira, especialmente juventude pobre do sexo masculino e, em particular, os jovens negros. Em 1999, na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, em cada grupo de cem mil habitantes, 239 jovens do sexo masculino, com idades entre 15 e 29 anos, foram vítimas de homicídios dolosos. A magnitude do problema é tal, que suas consequências já são perceptíveis na estrutura demográfica brasileira. A estratificação etária da população apresenta um déficit de jovens do sexo masculino apenas comparável ao que se verifica nas sociedades que se encontram em guerra. É como se o Brasil experimentasse os efeitos devastadores de uma guerra civil sem bandeira, sem propósito, sem ideologia e sem razão (INSTITUTO CIDADANIA, 2002, p. 5-6).

Nota-se que, para o Instituto, a relação entre a juventude e a política pública de segurança se estabelecia por conta da vitimização dos jovens por homicídio. Entretanto ao associar os jovens pobres ao fenômeno do tráfico de drogas, o documento indicava que estes seriam responsáveis por grande parte dos crimes cometidos no país. Assim a juventude foi apresentada, no documento, como causa e efeito do problema da segurança pública:

Juventude pobre recrutada por unidades locais do tráfico de armas e drogas, responsável pelo varejo desse comércio ilegal: aí está o centro de uma de nossas maiores tragédias nacionais, o nervo do processo autofágico e genocida. Os crimes que têm essa origem não são apenas os homicídios que decorrem das rivalidades entre os grupos varejistas. Os roubos à mão armada, os roubos seguidos de morte, os seqüestros, em todas as suas variações, os roubos a residências, bancos e ônibus, os roubos e furtos de veículos, os roubos de cargas, todas essas práticas são estimuladas e, em muitos casos, viabilizadas pela disponibilidade de armas, traficadas por iniciativa e financiamento dos mercadores de drogas. O tráfico coopta um exército de reserva para a indústria do crime e determina um nível intenso de atividade criminosa, em função da conveniência econômica de preencher a capacidade ociosa do armamento. Nesse mercado clandestino, por analogia com a lógica da economia, a produtividade perversa do crime tende a ser elevada até alcançar a plena utilização da capacidade produtiva instalada – o armamento –, empregando a mão de obra mobilizável, nesse caso os recrutas seduzidos principalmente no varejo das drogas (INSTITUTO CIDADANIA, 2002, p. 7).

A oscilação entre apontar os jovens como vítimas e como vitimizadores também se fez presente no desenho do PRONASCI. Em entrevista à FGV, o

ministro Tarso Genro⁷⁴, apontado pela Fundação como idealizador do Programa, observou que:

A implementação do Pronasci tem sem dúvida um nexo programático com aquilo que foi produzido no Instituto Cidadania. Agora, a iniciativa foi constituída a partir de uma equipe determinada aqui no Ministério da Justiça. E foi uma ação à qual o partido [Partido dos Trabalhadores], em regra, sempre foi muito indiferente. Veio a tomar consciência, evidentemente, depois, já com o processo em andamento. A lei do Pronasci teve um apoio muito forte da bancada, na hora da votação. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 33).

Sobre a tramitação da Lei nº. 11.530/2007 que institui o Programa, o ministro relata que:

As negociações no Congresso, por exemplo, foram uma experiência magnífica, uma das maiores experiências que tive na minha vida pública. Esse processo me demonstrou que existe um espaço de racionalidade na dialética de negociação política, um espaço de concertação, em que sempre acreditei muito, e que é ainda muito inexplorado na sociedade brasileira. Quando o projeto chegou lá, a primeira reação da oposição e de uma parte do pessoal mais conservador foi chamar o Pronasci de projeto do 'Bolsa Delinquente', 'Bolsa Bandido'. E rejeitar a conexão das políticas sociais com políticas de natureza policial típica. Nós passamos então a engendrar um conjunto de diálogos, trazendo os deputados aqui, apresentando a verdadeira natureza do projeto. O que ele significava. E fomos quebrando, de um em um, as resistências. Quando mandamos o projeto de lei, continuamos o processo negocial, e ele foi aprovado por unanimidade, tanto na Câmara como no Senado. Incorporamos, inclusive, algumas propostas vindas da própria oposição. Foi uma experiência muito positiva [...]. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 39-40).

O projeto de lei apresentado ao Congresso foi formulado por uma equipe formada por Tarso Genro para discutir a criação do Programa. A formação da equipe foi regulamentada por Portaria do Ministério da Justiça publicada em 03 de abril de 2007. De acordo com o documento, o grupo de trabalho foi criado com o objetivo de elaborar uma proposição de programa de segurança e cidadania com foco territorial, etário e social.

Presidido pelo Ministro da Justiça, o grupo possuía uma Comissão Coordenadora composta por: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto (Secretário Executivo do Ministério da Justiça); Antônio Carlos Biscaia (Secretário Nacional de Justiça) e Luiz Fernando Correa (Secretário Nacional de Segurança Pública).

⁷⁴ O ministro da Justiça Tarso Genro (3/2007 – 2/2010) concedeu duas entrevistas à FGV. A primeira no Rio de Janeiro em 10 de novembro de 2008 e a segunda, em Brasília, no dia 6 de janeiro de 2009.

Integravam o grupo: Pedro Vieira Abramovay (Secretário de Assuntos Legislativos); Maurício Kuehne (Diretor do Departamento Penitenciário Nacional); Ronaldo Teixeira da Silva (Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça); Alberto Kopittke (Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça); Zaqueu da Silva Teixeira, (Assessor Especial do Ministro de Estado da Justiça); Adélio Cláudio Basile Martins (Diretor de Programa da Secretaria Executiva); Robson Robin da Silva (Diretor de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública); Felipe de Paula (Coordenador-Geral de Atos Normativos do Departamento de Elaboração Normativa da Secretária de Assuntos Legislativos) e Wilson Sales Damázio (Diretor do Sistema Penitenciário Federal).

Foi estipulado um prazo de quarenta e cinco dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão. Ronaldo Teixeira⁷⁵, chefe de gabinete do ministro Tarso Genro declarou à FGV que:

O ministro tinha feito a encomenda: 'Quero um programa de segurança com cidadania'. Até houve discussão, à época, sobre se usaríamos a expressão 'segurança cidadã', que é usada pela ONU, mas o ministro disse que não era isso o que ele queria. 'Quero um programa de segurança *com cidadania*, articulando ações sociais com ações de segurança'. E aí ele redigiu uma primeira nota, com alguns dados orientadores. Foi a partir disso que o grupo de trabalho começou a se reunir – ou seja, o grupo formado pelo Zaqueu, que também fazia parte do corpo dirigente. Vamos chamar os dois grupos de 'dirigentes' e 'grupo de trabalho', só para diferenciar. Os secretários, com todas as suas atribuições, começaram a faltar às reuniões⁷⁶, e o Zaqueu, que era o coordenador, o responsável maior por fazer a coisa andar, tinha que trabalhar. Então ele pegou esse grupo de trabalho e começou a trabalhar. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 56-57).

⁷⁵ Ronaldo Teixeira da Silva foi entrevistado pela FGV no Rio de Janeiro em 28 de agosto de 2008 e em Brasília no dia 23 de janeiro de 2009.

⁷⁶ Diante da crítica de Ronaldo Teixeira à ausência dos "dirigentes" no grupo de trabalho, a equipe da FGV o questionou pois, diante das atribuições dos cargos que ocupam, isso seria compreensível. Ronaldo Teixeira argumentou: "Pois é. Só que os que faziam parte do grupo de trabalho não eram assessores dos dirigentes. Essa é que é a questão. Na verdade, foram dois grupos. Um que verdadeiramente se debruçou para fazer o que o ministro pediu, e outro que, de alguma forma, homologava as decisões. Como o grupo de trabalho, não os dirigentes, estava reunido das oito à meia-noite, todos os dias, para formatar a ideia do Pronasci, ele passou a ser na verdade o grupo formulador do Pronasci, e não aquele que formalmente fora designado na portaria. Digo isso porque este depoimento é para fazer jus à história" (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 57).

Sobre a direção apontada ao grupo de trabalho pelo ministro da Justiça Tarso Genro, Luís Paulo Teles Barreto, secretário executivo do Ministério da Justiça contou à FGV⁷⁷ que:

[...] Uma vez, eu lembro que um policial me disse, num seminário de capacitação: ‘Doutor, não adianta. Parece que existe uma nave espacial jogando bandido no Brasil. A gente prende, prende, prende e tem mais, mais, mais. São extraterrestres!’ Qual foi a inovação que o Ministro Tarso Genro trouxe para o Ministério da Justiça? Foi dizer que nós estávamos atacando muito as consequências do crime, e estávamos deixando de lado as causas. Essas causas eram só causas sociais? Não. É ilusão achar que o crime é ligado à pobreza. Existe uma ligação perversa por outra razão, mas não quer dizer que pobreza gere crime. Esse é um preconceito muito comum. Você tem crime no Brasil não pela pobreza só, mas pela anomia, pela falta de presença e participação do Estado em alguns tipos de política que existiam. Nós pegávamos muito o filme *Cidade de Deus* como exemplo disso. Você tem ali dois garotos que nascem numa favela, que vivem juntos e têm os bandidos como exemplo, como heróis. Um deles enxerga uma vida fora. Ele quer ser fotógrafo de jornal. Ele consegue depois, um estágio no Jornal do Brasil e sai por uma linha do bem. O outro vai se ligando à bandidagem até virar o traficante, o bandido local. O que é que a gente precisava fazer? – e essa foi a ideia que o ministro Tarso sempre teve. Pega esse garoto que está com o percurso social deteriorado e que vai virar aquele bandido, tira ele desse percurso e encaixa em outro. Então, vamos chegar para esse garoto e dizer assim: “Vem cá. Do que é que você gosta?” “Ah, eu gosto de capoeira”. Então vamos trabalhar com esportes. “Mas eu gosto de tocar cavaquinho”. Então, vamos trabalhar com música, artes. “Ah, mas eu queria estudar”. Vamos trabalhar com capacitação e estudo. “Ah, eu queria trabalhar em coisa especializada”. Vamos trabalhar com especialização. Se um programa federal conseguir tirar 100 mil garotos dessa situação, são 100 mil bandidos a menos nas ruas. **É o desmonte daquela nave espacial que está jogando bandidos no Brasil.** Ou seja, nós temos que atingir o nascedouro do crime. Como vamos fazer isso? Com um megaprojeto nacional de investimento em prevenção à violência, à criminalidade. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 156, grifo meu).

Definido o escopo do Programa, a Comissão dedicou-se à idealizar as ações que o integrariam⁷⁸. Este trabalho foi orientado pela análise de projetos nacionais e internacionais de prevenção à violência⁷⁹:

⁷⁷ Luís Paulo Teles Barreto, secretário-executivo do Ministério da Justiça (1/2003 a 2/2010), ministro da justiça (2/2010 a 1/2011), concedeu entrevista à FGV no dia 06 de fevereiro de 2009 em Brasília.

⁷⁸ Para lista completa das 94 ações e a descrição de seus respectivos objetivos, ver Apêndice 4.

⁷⁹ Um exemplo de projeto nacional incorporado ao PRONASCI é ação 63 denominada Reservista Cidadão. De acordo com relato do Secretário Executivo do PRONASCI, Ronaldo Teixeira: “[...] O projeto Reservista Cidadão, por exemplo. Estávamos em Esteio, cidade do Rio Grande do Sul, conversando com a prefeita de então, e ela disse: ‘Ah, eu estou um projeto aqui, em que eu pego os excedentes, aqueles que não são acolhidos pelo serviço militar, mas que queriam fazer parte, e trago para cá, numa ação cidadã’. A partir dali surgiu o Reservista Cidadão” (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 70).

Dei para essa equipe alguns exemplos conhecidos internacionalmente. O que tinha ocorrido na Colômbia, a experiência de Nova Iorque, a experiência de Chicago, alguns programas preventivos que alguns municípios do país – como Diadema, por exemplo - já desenvolviam. Dessa discussão resultou o entendimento de que a questão da segurança pública é uma questão policial, mas, se for tratada exclusivamente como questão policial, não será uma boa política de segurança pública. Para isso é necessário renovar o conceito de relacionamento entre polícia e comunidade, mudar a cultura do aparato policial, e dotar as prefeituras de meios para produzir políticas preventivas. A partir desse conceito foi que nasceram os projetos. Nenhum projeto que está ali é novo. Todos eles foram garimpados no Brasil ou no mundo e foram elencados de maneira harmônica. A partir daí, nasceu a concepção do Pronasci. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 29).

Ao todo o Programa reuniu 94 ações divididas em ações estruturais e ações dos programas locais. As ações estruturais visavam modernizar as polícias e o sistema prisional⁸⁰, valorizar os profissionais do setor, enfrentar a corrupção policial e o crime. Os programas locais, integrantes do PRONASCI, compreendiam as chamadas ações de prevenção destinadas “a retirar o jovem da rota criminal e inseri-lo nos programas governamentais já existentes, recuperando-os para a cidadania” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008a, p.5).

De acordo com Zaqueu Teixeira⁸¹, que coordenou os trabalhos da equipe que formulou o Programa, a articulação entre as ações ocorre do seguinte modo:

O programa, portanto, previa a mobilização policial, para a retomada do território, e a mobilização social, para que você pudesse vir com o **remédio**, com os projetos destinados a dar sustentação, a médio e longo prazo, à comunidade. Na continuidade, para que você pudesse chegar a uma terceira etapa, de Segurança e Convivência, você teria que garantir a permanência do espaço enquanto Território de Paz, com a constante integração do jovem e da família. Qual era o objetivo aí? Era conseguir, identificando o jovem que estava na violência, estava na criminalidade, trazê-lo para o programa e fazer a passagem dele para a sociedade. No tráfico de entorpecentes, o primeiro degrau é o garoto que solta fogos para avisar que a polícia está chegando; o segundo é quando ele começa a vender a maconha, a cocaína; no terceiro, ele já quer pegar armas para fazer a segurança da ‘boca’; no quarto, ele quer mandar em quatro, cinco; no quinto, ele quer mandar em cinco, seis ‘bocas’. Essa é a escada. A ideia é pegar aquele que começa a pisar no primeiro ou no segundo degrau e trazer ele de volta, para diminuir a oferta de mão de obra que o tráfico tem. É ter uma atuação muito forte das instituições, para que se possa efetivamente diminuir a presença armada ostensiva do tráfico de entorpecentes, e vir com o programa

⁸⁰Destaca-se no conjunto das ações propostas, a ação 02 que previa a Construção de estabelecimentos penais destinados à separação de pessoa presa por idade 18 a 24 anos e delito cometido.

⁸¹ Zaqueu Teixeira, delegado de polícia do estado do Rio de Janeiro e assessor especial do ministro Tarso Genro, concedeu entrevista à FGV no Rio de Janeiro em 10 de fevereiro de 2009.

social para resgatar o jovem que está entrando no crime. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 179, grifo meu).

O princípio que orienta a articulação das ações estruturais e ações dos programas locais é, portanto, a metáfora da guerra, seja guerra ao crime organizado ou ao tráfico de drogas pois é preciso “retomar” o território selecionado para execução do Programa. Esta metáfora tão presente nas políticas de segurança pública é destacada por Silva (2013, p. 6-7):

É claro que as atividades de comércio de drogas ilícitas para consumo final, que tendem a ser realizadas em sua maioria em pontos fixos – as chamadas bocas –, demandam a defesa armada dos respectivos territórios, pois os varejistas não podem se esconder dos compradores nem contar com a proteção *regular* (sublinhe-se o termo, para não esquecer o espaço aberto pela corrupção policial) das instituições estatais. Produziu-se assim uma dobradinha complexa e altamente rentável entre o comércio de drogas ilícitas e o comércio de armas, fornecendo a base material para a reprodução dos bandos de traficantes. De certa maneira, um dos subprodutos dessa combinação foi levar a tradicional e corriqueira “delinquência juvenil” a mudar de patamar, menos pelo desenvolvimento histórico interno de uma subcultura de adolescentes que desafiam os valores estabelecidos e mais por injunções político-econômicas. Essa mudança está associada a um debate público que passou a destacar e enfatizar a dimensão repressiva da organização da vida social e, ademais, a reduzir o entendimento dessa dimensão às disputas pelo domínio do território da cidade. Nesse quadro, entra em funcionamento a “metáfora (será apenas metáfora?) da guerra”, que mobiliza e reforça o imaginário fragmentado da representação do Rio de Janeiro, o qual, em certa medida, expressa a desigualdade da presença das instituições estatais nos diferentes bairros e regiões.

Wacquant (2008, p. 10) também expõe as incoerências desse modelo de intervenção em territórios considerados violentos. Segundo o qual as ações sociais só podem ser executadas em etapa posterior à realização de operações policiais de repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas e aponta que:

Quando paramos para pensar sobre o assunto, também percebemos que a expressão ‘guerra contra o crime’ é inapropriada sobre três aspectos, retóricos tanto quanto materiais. Em primeiro lugar, guerras são empreendidas por militares e contra inimigos externos da nação, enquanto o combate ao crime, independentemente do quão duro seja, envolve órgãos civis que lidam com cidadãos e detentos protegidos por uma série de direitos e que, ao invés de serem expulsos ou aniquilados, são reintroduzidos na sociedade após um período em custódia penal. Segundo, a chamada guerra declarada por autoridades federais e locais nunca foi empreendida contra o ‘crime’ em geral. O alvo na verdade eram determinadas categorias de ilegalidade cometidas em um setor bem definido dos espaços físico e social: basicamente crimes de rua cometidos em bairros de classes desfavorecidas e segregadas das

metrópoles norte-americanas. Terceiro, e mais importante: o acionamento da luta contra o crime serviu tão somente como pretexto e trampolim para uma reformulação do perímetro e das funções do Estado, que resultou no enxugamento (*downsizing*) do seu componente de *welfare* e no inchaço (*upsizing*) dos seus setores policiais, jurídicos e correccionais.

Ao apontar para a necessidade de pacificação desses espaços por meio da “mobilização policial”, o modelo de ocupação dos territórios, proposto pelo Programa, assenta-se na instituição de um processo de criminalização da pobreza, como indicado por Coelho (2005).

Ainda que, no caso do PRONASCI, a vinculação da “mobilização policial” à “mobilização social” seja apontada como uma mudança do modelo de ocupação destes territórios, a denotação dos locais selecionados pelo Programa como territórios não-pacificados acaba por reforçar a dinâmica da marginalização que objetivavam combater e coloca em cheque, como evidencia Silva (2010, p.7), os princípios democráticos pois nesta ocupação:

Os diferentes são vistos como inimigos, o diálogo entre os segmentos sociais se esgarça e o policiamento cotidiano não se realiza mais como uma etapa indispensável, mas de importância secundária, relativa à ponta final do estabelecimento da ordem social. A atividade policial assume um protagonismo (para o bem e para o mal, como veremos) que pode ser qualificado como descabido em uma democracia.

Para compreender de que forma se deu o protagonismo da atividade policial e a articulação das ações de repressão e prevenção à violência, no caso do PRONASCI é necessário entender de que modo o Programa se estrutura. Para efeitos de análise, as ações estruturais e dos programas locais foram subclassificadas do seguinte modo⁸²:

⁸² O quadro foi formulado a partir da compilação das informações disponíveis nos materiais de divulgação do Programa Nacional de Segurança Pública e no Portal do Ministério da Justiça na Internet. As descrições das ações 15 e 94 se repetem na divulgação das ações do PRONASCI.

| |
|---|
| 1. AÇÕES ESTRUTURAIS |
| 1.1 Modernização das Instituições (Ação 01 a 14): |
| Ação 01 – Construção de estabelecimentos penais femininos; |
| Ação 02 – Construção de estabelecimentos penais destinados à separação da pessoa presa por idade de 18 a 24 anos e delito cometido; |
| Ação 03 – Construção de módulos de saúde nos estabelecimentos penais; |
| Ação 04 – Construção de módulos de educação (sala de aula, biblioteca e laboratório de informática); |
| Ação 05 – Implantação dos Núcleos de Polícia Comunitária |
| Ação 06 – Recuperação física para sede da Força Nacional de Segurança |
| Ação 07 – Aquisição de equipamentos infra-estruturais e sistemas de gestão para profissionais, instituições de segurança pública e estruturação de corregedorias e ouvidorias; |
| Ação 08 – Controle de Rodovias; |
| Ação 09 – Construção de centros de reabilitação de agressores; |
| Ação 10 – Elaboração de Plano Municipal de Segurança Pública; |
| Ação 11 – Construção de canis para cães farejadores; |
| Ação 12 – Implantação de Central de Inteligência; |
| Ação 13 – Implantação de Sistema de Segurança Eletrônica nos estabelecimentos penitenciários; |
| Ação 14 – Implantação da Escola Superior da Polícia Federal; |
| 1.2 Valorização dos Profissionais (Ação 15 a 36 e 94): |
| Ação 15/94 – Programa Bolsa-Formação destinado à qualificação profissional dos membros da polícia militares, civis, bombeiros, agentes penitenciários e dos peritos criminais de baixa renda; |
| Ação 16 – Implementação do programa nacional de habitação para policiais civis e militares, e bombeiros militares |
| Ação 17 – Programa de auxílio à saúde de policiais civis, militares, bombeiros, agentes penitenciários e familiares; |
| Ação 18 – Ampliação e consolidação da Rede Nacional de Educação à Distância; |
| Ação 19 – Ampliação e consolidação da Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP); |
| Ação 20 – Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública – atendimento a grupos vulneráveis; |
| Ação 21 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – policiamento comunitário e resolução pacífica de conflitos; |
| Ação 22 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – seminários, simpósios e jornadas de direitos humanos; |
| Ação 23 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – uso de tecnologias não-letais e uso proporcional da força; |
| Ação 24 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – sistemas de comando de incidentes para as instituições de segurança pública; |
| Ação 25 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – inteligência policial; |
| Ação 26 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – perícias de local; |
| Ação 27 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – perícias de DNA; |
| Ação 28 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – perícias de toxicologia e química forense; |

QUADRO 5 – CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PRONASCI (continua)

FONTE: A autora (2015).

| |
|---|
| 1.2 Valorização dos Profissionais (Ação 15 a 36 e 94): |
| Ação 29 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – perícias de entomologia forense |
| Ação 30 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – perícia médico-legal |
| Ação 31 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – perícia em fonética forense; |
| Ação 32 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – guardas municipais; |
| Ação 33 – Formação superior (tecnólogo) para os agentes penitenciários; |
| Ação 34 – Formação continuada dos agentes penitenciários estaduais; |
| Ação 35 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de segurança pública – condutores de cães farejadores; |
| Ação 36 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – perícia de balística forense; |
| Ação 35 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de segurança pública – condutores de cães farejadores; |
| Ação 36 – Formação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública – perícia de balística forense; |
| 1.3 Enfrentamento à corrupção polícia e ao crime organizado (Ação 37 a 46) |
| Ação 37 – Instalação de laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro; |
| Ação 38 – Formação e aperfeiçoamento para investigação criminal destinado a corregedores de polícia; |
| Ação 39 – Campanha de Desarmamento; |
| Ação 40 – Desenvolvimento de Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; |
| Ação 41 – Apoio ao desenvolvimento de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; |
| Ação 42 – Ampliação da capacidade instalada de análise de informações no combate à lavagem de dinheiro para temas afetos à corrupção e recuperação de ativos identificados no judiciário; |
| Ação 43 – Criação de vagas para Polícia Federal; |
| Ação 44 – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento em Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD); |
| Ação 45 – Criação de Fundo de Ativos Ilícitos Recuperados; |
| Ação 46 – Corte do fluxo financeiro do crime organizado; |
| 2. AÇÕES DE PROGRAMAS LOCAIS |
| 2.1 Ações de Mobilização Social e Policial (Ação 47 a 60, 76 e 87) |
| Ação 47 – Recuperação e construção de equipamentos públicos desportivos; |
| Ação 48 – Estruturação com equipamentos para os Conselhos Comunitários de Segurança Pública; |
| Ação 49 – Implementação de cursos de formação de agentes comunitários sobre o sistema de segurança pública e mediação de conflitos; |
| Ação 50 – Prestação de serviço gratuito por meio da Central de Atendimento Telefônico Nacional do Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas denominada “Viva Voz – Informações e orientações sobre drogas”; |
| Ação 51 – Implementação do canal comunidade; |
| Ação 52 – Monitoramento cidadão; |
| Ação 53 – Geração consciente; |
| Ação 54 – Capacitação de Magistrados, Promotores e Defensores Públicos em Direitos Humanos; |
| Ação 55 – Formação de Núcleos de Justiça Comunitária; |
| Ação 56 – Emprego da Força Nacional de Segurança Pública; |
| Ação 57 – Capacitação em ações sobre prevenção do uso indevido de drogas e da violência para Conselheiros Municipais; |
| Ação 58 – Implantação de núcleos especializados nas Defensorias Públicas; |

QUADRO 5 – CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PRONASCI (continua)

FONTE: A autora (2015).

| |
|--|
| 2.1 Ações de Mobilização Social e Policial (Ação 47 a 60, 76 e 87) |
| Ação 59 – Espaços Urbanos Seguros; |
| Ação 60 – Recuperação e construção de equipamentos e espaços urbanos; |
| Ação 76 – Fortalecimento e apoio às ações de prevenção à violência nas áreas selecionadas pelo PRONASCI; |
| Ação 87 – Efetivação da Lei Maria da Penha; |
| 2.2 Pesquisa sobre Juventude (Ação 77) |
| Ação 77 – Elaboração de pesquisas e diagnósticos sobre a condição juvenil e violência nos territórios do PRONASCI; |
| 2.3 Assistência Jurídica aos Apenados e Família pela Defensoria Pública (Ação 78) |
| Ação 78 – Assistência Jurídica integral ao preso e familiares pela Defensoria Pública; |
| 2.4 Conselho Tutelar (Ação 79) |
| Ação 79 – Formulação de um novo marco legal: regulamentação dos Conselhos Tutelares e abolição dos castigos físicos; |
| 2.5 Mulheres da Paz (Ação 61) |
| Ação 61 – Mulheres da Paz; |
| 2.6 Programa Saúde da Família (Ação 75) |
| Ação 75 – Apoio ao Programa Saúde da Família (PSF); |
| 2.7 Juventude (Ação 62 a 67) |
| Ação 62 – PROTEJO – Jovem Cidadão; |
| Ação 63 – Reservista Cidadão; |
| Ação 64 – Construção e equipagem de Unidades do Sistema Nacional de atendimento sócio-educativo; |
| Ação 65 – Formação de Redes Juvenis – Diálogo Juvenil, Segurança e Convivência; |
| Ação 66 – Desenvolvimento de Mecanismos de Informação Juvenil; |
| Ação 67 – Elaboração de pesquisas e diagnósticos sobre a condição juvenil e violência nos territórios do PRONASCI; |
| 2.8 Sistema Penitenciário (Ação 68 a 74) |
| Ação 68 – Brasil Alfabetizado nas prisões; |
| Ação 69 – Projovem prisional; |
| Ação 70 – PROEJA prisional; |
| Ação 71 – Formação de educadores para PROEJA prisional; |
| Ação 72 – Pintando a Liberdade; |
| Ação 73 – Pintando a Cidadania; |
| Ação 74 – Implementação de cursos preparatórios para o ENEM no sistema Prisional; |
| 2.9 Percurso Social e Formativo (Ação 80 a 86, 88 e 89) |
| Ação 80 – Brasil Alfabetizado; |
| Ação 81 – Educação Profissional de Jovens e Adultos (PROEJA); |
| Ação 82 – Implementação de cursos preparatórios para o ENEM – Territórios de Descoesão Social; |
| Ação 83 – Modernização de bibliotecas públicas; |
| Ação 84 – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura; |
| Ação 85 – Implantação de Pontos de Leitura; |
| Ação 86 – Implantação de 11 museus comunitários em áreas de alta criminalidade no Brasil; |
| Ação 88 – Telecentros para inclusão digital; |
| Ação 89 – Esporte e Lazer na Cidade; |
| 2.10 Gestão do PRONASCI (Ação 90 a 93) |
| Ação 90 – Implementação do Plano de Comunicação; |
| Ação 91 – Contratação de consultores para execução dos programas locais; |
| Ação 92 – Contratação de 159 assistentes sociais e |
| Ação 93 – Gestão do PRONASCI. |

QUADRO 5 – CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PRONASCI (conclusão)

FONTE: A autora (2015).

Das 94 ações integrantes do Programa apresentadas no QUADRO 5, 11 são ações voltadas à juventude, foco prioritário do PRONASCI⁸³. É importante destacar que dentre as ações previstas envolvendo os jovens, o Programa apresentava propostas de construção de estabelecimentos penais destinados aos jovens de 18 a 24 anos (Ação 02) e de Unidades do Sistema Nacional de atendimento sócio-educativo (Ação 64) e projetos de capacitação profissional como a ação 62.

As demais ações destinam-se a atender, entre outras questões, a construção de presídios; a formação de profissionais de segurança pública em temas variados; ao enfrentamento dos crimes de lavagem de dinheiro e de tráfico de pessoas e por fim, a gestão do Programa.

Há, ainda, uma gama de ações que foram apropriadas de diferentes ministérios e secretarias especiais. Tais ações passaram a receber recursos do Ministério da Justiça e foram adaptadas às diretrizes do Programa. O que é intrigante, nesta proposta, é a necessidade de deslocar ações voltadas a juventude de suas tradicionais esferas de atuação para a área de segurança, ou seja, de promover a policialização das atividades de assistência social, educação, saúde, esporte, entre outras.

A policialização dos projetos previamente executados por outros ministérios e secretarias especiais do governo federal tem como ponto de partida a noção de que nas localidades identificadas como “Território PRONASCI” ou ainda “Território de Paz” tais ações, podem se concretizar apenas com o acompanhamento prévio e permanente das forças municipais e ou estaduais de segurança pois são estas as regiões que concentram, em suas cidades, a violência, a criminalidade e a descoesão social⁸⁴.

São exemplos dessas ações e suas respectivas áreas de competência, incorporadas ao PRONASCI:

- a) Secretaria de Direito Econômico (SDE/MJ) – Canal Comunidade; Monitoramento Cidadão e Geração Consciente;

⁸³ São elas: Ação 51; 52; 53; 62; 63; 64; 65; 66; 67; 77; e 81.

⁸⁴ De acordo com material institucional de promoção do PRONASCI: “Os anos de instabilidade econômica, alta inflação e perda da capacidade de investimento do Estado levaram a uma profunda desestruturação do tecido social nas periferias das grandes cidades brasileiras” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p.1).

- b) Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPIR) – Projeto Farol;
- c) Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) – Construção das unidades de internação e semi-liberdade;
- d) Secretaria Especial de Políticas para as mulheres (SPM) – Delegacias de Atendimento à Mulher – DEAM; Casas abrigo; Mutirões para o julgamento de mulheres encarceradas e Efetivação da Lei Maria da Penha;
- e) Secretaria Nacional sobre Drogas – Viva voz; Capacitação de Conselhos Municipais e de lideranças religiosas (Fé na prevenção); Curso para operadores do Direito e equipes dos juizados especiais criminais; Estudo do Impacto do uso de bebidas alcoólicas e outras drogas no trânsito brasileiro;
- f) Ministério do Desenvolvimento social e Combate à fome – Conselho Regional de Assistência Social (CRAS) e Conselho Regional Especializado de Assistência Social (CREAS);
- g) Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) – Telecentros;
- h) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Agentes de Desenvolvimento Local e Programa Economia Solidária;
- i) Ministério das Cidades – Recuperação e construção de equipamentos e espaços urbanos;
- j) Ministério Público/Secretaria Especial de Direitos Humanos – Formação de Núcleos de Justiça Comunitária;
- k) Ministério da Educação (MEC) – Programas Brasil Alfabetizado, Educação Profissional de Jovens e Adultos (PROEJA) e Cursos preparatórios para o ENEM (Ministério da Educação);
- l) Ministério da Saúde (MS) – Programa Saúde da Família⁸⁵;
- m) Ministério da Cultura – Pontos de Cultura e de Leitura e Museus Comunitários;
- n) Ministério da Ciência e Tecnologia/Ministério das Comunicações – Telecentros para inclusão digital e
- o) Ministério do Esporte – Programa Esporte e Lazer na Cidade.

⁸⁵ Denominado atualmente como Estratégia Saúde da Família – ESF.

Ronaldo Teixeira narrou à FGV que a associação dessas ações ao PRONASCI foi debatida em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com os representantes dos ministérios e secretarias parceiras para apresentação do Programa. Segundo o secretário:

Qual foi o grande nó dessa primeira reunião? 'Esse programa que vocês estão propondo sobrepõe projetos, ações e inclusive atribuições, portanto, é confuso'. Foi a crítica de diversos ministros. Por quê? Porque não entendiam o que depois ficou esclarecido. Por exemplo, que não seria o Pronasci que iria dizer o que o programa Saúde da Família, do Ministério da Saúde, teria que fazer. 'Mas então, o que o Pronasci vai fazer?' 'Vai capacitar os agentes comunitários de saúde, junto ao Ministério da Saúde, para que eles tenham também a atribuição de identificar, além da questão da saúde, problemas familiares, problemas de drogas, e indicar aquele jovem identificado lá no morro ou na favela seja trazido para uma ação do Pronasci'. Quem faria isso seria o Ministério da Saúde, e os recursos do Pronasci seriam apenas destacados para estimular essa relação. Como ocorre, por exemplo, com o esporte. O Ministério dos Esportes tem o programa Praça da Juventude, como um conjunto de equipamentos, para fazer com que haja uma ressocialização e uma integração cidadã do jovem na comunidade. O que nós fizemos? Destacamos recursos para que esse projeto fosse vinculado ao Pronasci. Em que medida? Atendendo os jovens no itinerário do crime. Mas nós vamos ter ingerência sobre a ação do Ministério dos Esportes? Não. Nós vamos induzir o Ministério dos Esportes a colocar Praças da Juventude nas áreas mais conflagradas, mais complexas, mais duras. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 59).

No entanto, a participação da polícia na gestão e execução de propostas para a juventude não é uma inovação proposta. Em documento publicado em 2005, a SENASP já apontava a relação entre o apoio às atividades de esporte e cultura como uma atividade prevenção a criminalidade entre os jovens:

Particularmente entre os adolescentes, é fundamental disputar um novo conceito sobre as armas. Garotos que andam armados sabem que isso costuma impressionar seus pares e, não raras vezes, atrair a atenção e o interesse das meninas. Ter armas, então, é comumente visto como algo 'positivo' capaz de oferecer ao portador uma distinção ou sinal de respeito. São estes valores que precisam ser mudados. Portar uma arma deve ser visto como sinônimo de falta de inteligência. É preciso que esta valorização negativa seja sublinhada nas diversas formas de expressão cultural, destacadamente por aquelas que são mais apreciadas pela juventude. Assim, por exemplo, as administrações municipais podem organizar concursos literários, festivais de música, mostras de grafite, dança de rua, shows de rap, etc. todos orientados pelo tema do desarmamento (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2005, p. 41).

A iniciativa de associar estes programas e ações a uma política de segurança pública é justificada, pelo Ministério da Justiça, por conta da dificuldade de acesso do poder público a áreas com alto índice de criminalidade. Em oposição a este argumento, Silva (2013, p. 7) objeta que:

Ressalte-se que é absurda, apesar de muito difundida, a ideia de 'ausência do Estado' nas áreas de moradia das camadas populares: não há qualquer questionamento ou ameaça à soberania do Estado brasileiro em qualquer lugar. Aquela ideia só passa a fazer sentido quando traduzida para uma afirmação sobre as variações nas modalidades de presença das instituições estatais nessas áreas quando comparadas a outras regiões da cidade. Aí estaria a ironia, se não fosse uma tragédia: é a própria desigualdade na atuação do Estado que produz a ideia de sua ausência.

Sendo assim, a proposta de política de segurança pública orienta-se, como dito anteriormente, pela necessidade de controle policial de determinadas áreas das cidades consideradas produtoras de violência, ou seja, trata-se do controle das chamadas “classes perigosas”, dos indivíduos que são considerados ameaças em potencial à ordem social.

Em cartilha de apresentação do PRONASCI, produzida pelo Ministério da Justiça, os locais selecionados para a execução da política nacional de segurança foram apresentados do seguinte modo:

Quando o governo federal criou o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), buscava somar responsabilidades da União e dos estados. Mas foi necessário dar um passo adiante, trabalhando para vencer a criminalidade em duas frentes: na sua manifestação cotidiana, em que ela afeta a vida e a tranquilidade de cada cidadão brasileiro, e também nas suas causas mais profundas, lá **onde brotam a violência e o crime**. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008c, p.4, grifo meu).

Apresentando a articulação de ações de prevenção e repressão da violência e criminalidade como um novo paradigma na execução de uma política nacional de segurança, o PRONASCI foi lançado em agosto de 2007 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o anunciou como “[...] uma gigantesca ofensiva do Estado para devolver o direito ao sonho da grande maioria do povo brasileiro. Vamos associar segurança pública com ações [sociais]” (GIRALDI, 2007).

Instituído pela Lei nº. 11.530/2007 o Programa estabeleceu como foco social jovens e adolescentes, em “situação infracional” ou em conflito com lei, e

egressos do sistema prisional e famílias expostas à violência urbana. Um levantamento produzido pela Coordenação de Projetos do PRONASCI indicou a quantidade de jovens que constituíam, nas localidades de execução do Programa, seu público-alvo.

TABELA 12 – POPULAÇÃO NAS LOCALIDADES PRONASCI – BRASIL – 2007

| UF | POPULAÇÃO | ENTRE 15 e 24 ANOS | PÚBLICO-ALVO |
|-------------------|-----------|--------------------|--------------|
| Alagoas | 178.120 | 24.750 | 1.229 |
| Bahia | 271.091 | 101.417 | 1.870 |
| Ceará | 121.729 | 41.424 | 840 |
| Distrito Federal | 157.000 | 41.000 | 1.083 |
| Espírito Santo | 110.618 | 38.377 | 761 |
| Goiás | 292.102 | 95.223 | 2.015 |
| Minas Gerais | 320.817 | 93.262 | 2.213 |
| Pará | 314.110 | 119.282 | 2.167 |
| Paraná | 311.110 | 96.340 | 2.084 |
| Pernambuco | 221.678 | 59.842 | 1.599 |
| Rio de Janeiro | 1.322.153 | 363.497 | 9.122 |
| Rio Grande do Sul | 572.572 | 178.502 | 3.951 |
| São Paulo | 896.944 | 251.979 | 6.190 |
| TOTAL | 6.410.476 | 1.884.297 | 44.246 |

FONTE: COORDENAÇÃO DE PROJETOS DO PRONASCI (2007). Adaptado pela autora.

NOTA: O indicativo de população refere-se apenas às localidades conveniadas para execução do Programa no Estado em questão e sendo assim, não corresponde à totalidade do Estado. A lista completa de localidades encontra-se no ANEXO I deste trabalho.

Ao todo 44.246 jovens poderiam ser “beneficiados” pelas ações propostas como ilustrado na TABELA 12. No entanto, em documento de divulgação do Programa, foram definidas as seguintes metas: “beneficiar, direta ou indiretamente, 3,5 milhões de pessoas entre profissionais de segurança pública, jovens e suas famílias e buscar a redução do número de homicídios dos atuais 29 para 12 homicídios por 100 mil habitantes nos próximos quatro anos” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p.16).

O Programa estabeleceu, para além do foco etário, um foco territorial para sua atuação, priorizando inicialmente as onze regiões metropolitanas do país com maiores índices de criminalidade numa classificação realizada pelo Ministério da Justiça a partir dos dados produzidos pelo próprio ministério e pelo Ministério da Saúde⁸⁶.

Sobre esta classificação, o Ministério da Justiça esclarece que:

Entre as regiões do País que apresentam alto índice de homicídios e delitos de origem social (outros crimes violentos), foram selecionadas cinco, conforme o documento *Diagnóstico da Incidência de Homicídios nas Regiões Metropolitanas*, produzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. Considerando o número de municípios, o Programa será desenvolvido em duas fases. Inicialmente será implementado nos seguintes Estados / municípios: Distrito Federal (Ride); Espírito Santo (Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica); Minas Gerais (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Ibité); Pará (Belém e Ananindeua); Paraná (Curitiba, Colombo e São José dos Pinhais); Pernambuco (Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Paulista); Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Nilópolis, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Duque de Caxias, Queimados, Magé, Niterói, São João de Meriti e Belfort Roxo); São Paulo (São Paulo, Embu-Guaçu, Carapicuíba, Diadema, Itaquaquecetuba, Mauá, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, Taboão da Serra, Suzano e Guarulhos); Rio Grande do Sul (Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Canoas e Alvorada); Ceará (Fortaleza) e Bahia (Salvador e Camaçari). (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p. 5)

Sendo assim a incidência de homicídios foi tomada como indicador para a seleção de dez estados, como ilustrado na FIGURA 2, e do Distrito Federal e mais de cinquenta municípios entre capitais, municípios das regiões metropolitanas dos estados selecionados e os municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, que adeririam, inicialmente, ao Programa⁸⁷.

⁸⁶ Os dados produzidos pelo Ministério da Saúde são extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e são apresentados em série histórica permitindo, conseqüentemente, a avaliação da evolução dos homicídios entre a população brasileira.

⁸⁷ De acordo com Gusso (2013, p. 163), a escolha dos locais de execução do Programa não obedeceu apenas à critérios técnicos. Para o pesquisador, os critérios políticos também tiveram peso nessa escolha pois: “Desde o início, sob o condicionamento da distribuição financeira, a estrutura burocrática do governo federal era transmitida por meio da fala comum, caracterizada pela subordinação dos estados e municípios às políticas criadas e oferecidas pela União. Assim, a destinação econômica prometida pelo governo federal condicionava-se ao aceite dos outros entes federativos em fidelizar-se na mesma linha de pensamento da política federal, isto quando não era já previamente selecionada mediante a escolha de regiões administradas por partidos coligados”.

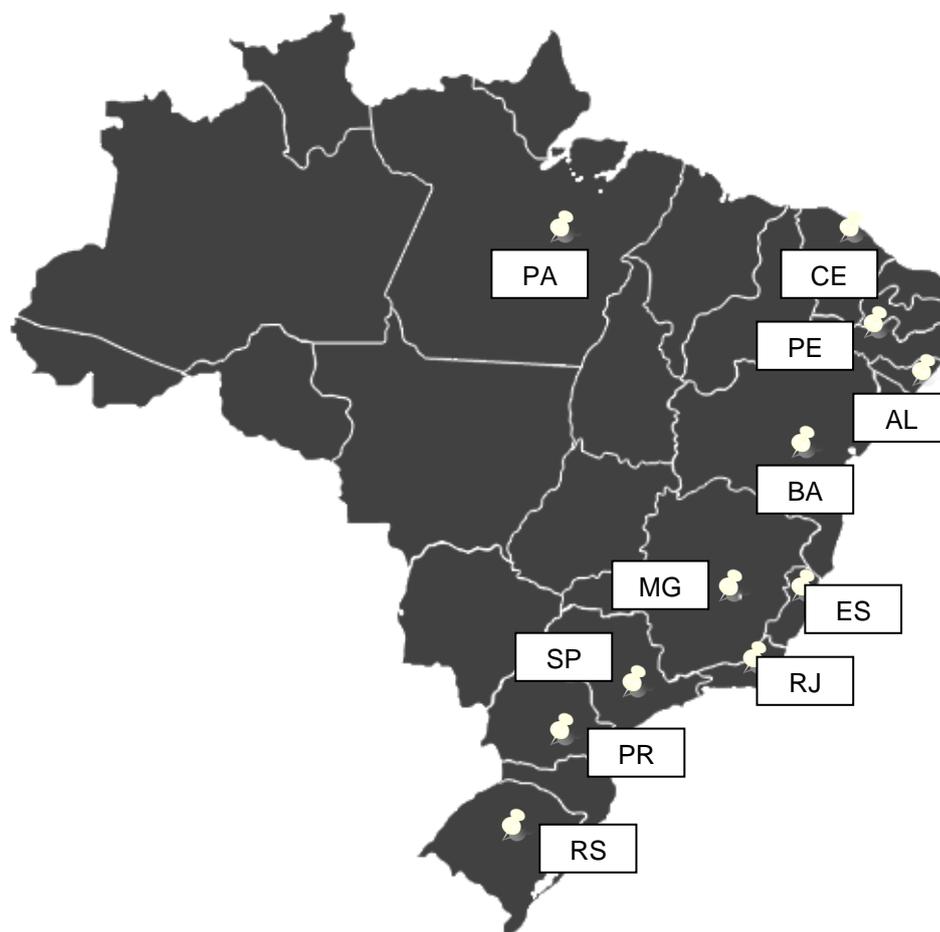


FIGURA 2 – 11 ESTADOS PRONASCI – 2008

FONTE: A autora (2014).

Ao longo de seu período de execução⁸⁸, os demais estados da federação e novos municípios foram incorporados ao PRONASCI⁸⁹. Por fim, ao todo, o Programa teve ações executadas em 23 estados e 166 municípios brasileiros. É necessário apontar que a incorporação destes novos entes federados não se ateuve ao texto da Lei nº 11.530/2007, que instituiu o Programa, pois a lei

⁸⁸ O PRONASCI foi executado entre os anos de 2008 e 2012 conforme previsto na Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007 (BRASIL, 2007). A partir de 2011, suas ações foram incorporadas ao Fundo Nacional de Segurança Pública e lançadas em editais específicos sem articulação com a execução do Programa.

⁸⁹ A relação completa de estados e municípios integrantes do Programa encontra-se no Apêndice 2.

determinava que o PRONASCI seria executado em “regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos” (BRASIL, 2007).

Quatro consórcios municipais de segurança pública foram criados com o objetivo de captação dos recursos disponibilizados pelo Programa⁹⁰. No estado do Rio Grande do Sul, foram criados dois consórcios: Consórcio Público da Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE) e Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí (CIS/CAÍ) reunindo 23 municípios cada. O Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região (CISMEL) formado por 8 municípios do estado do Paraná. No estado do Rio de Janeiro foi criado o Consórcio Público do Médio Vale do Paraíba do Sul (CISEGCI) reunindo 13 municípios.

A entrada no Programa se dava por meio de assinatura de Termo de Cooperação Federativa. Para tanto, o ente federado deveria aceitar as condições previstas no Artigo 6º da Medida Provisória nº 384/07 (BRASIL, 2007) a saber:

- a) participação na gestão e compromisso com as diretrizes do programa;
- b) compartilhamento das ações e das políticas de segurança, sociais e de urbanização;
- c) comprometimento de efetivo policial nas ações para pacificação territorial, no caso dos Estados e do Distrito Federal;
- d) disponibilização de mecanismos de comunicação e informação para mobilização social e divulgação das ações e projetos do programa; e
- e) apresentação de plano diretor do sistema penitenciário, no caso dos Estados e do Distrito Federal.

Em um prazo máximo de 30 dias após a assinatura o ente federado deveria formar um grupo de trabalho para interlocução com o MJ e criar um Gabinete de Gestão Integrada (Municipal – GGI-M – ou Estadual – GGI-E). No caso dos municípios o Gabinete de Gestão Integrada teria a seguinte composição (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008 c, p. 6):

- a) Prefeito Municipal;

⁹⁰ A relação de Consórcios e dos municípios que integraram o PRONASCI está disposta no Apêndice 3.

- b) Autoridades municipais responsáveis pela segurança pública e defesa social;
- c) Autoridades municipais responsáveis pelas ações sociais preventivas;
- d) Autoridades policiais estaduais que atuam no município: polícia civil, militar e corpo de bombeiro;
- e) Representantes do Ministério da Justiça: coordenador estadual do PRONASCI, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal; e
- f) Secretário Executivo do GGI-M.

Em cartilha de orientação para municípios, signatários do PRONASCI, o Ministério da Justiça (2008c, p. 6) esclarece que o “GGI-M é uma rede que atua para propor ações integradas e promove o intercâmbio de informações e experiências, alimentando o sistema de planejamento e de políticas municipais preventivas de segurança pública”. O Gabinete deveria funcionar como uma instância colegiada de deliberação e coordenação do PRONASCI no município.

O Ministério da Justiça recomendava, em 2008, que os municípios adotassem a seguinte estrutura para funcionamento do Gabinete⁹¹:

- a) Pleno GGI-M, instância superior e colegiada com funções de coordenação e deliberação.
- b) Secretaria Executiva responsável pela gestão e execução das deliberações do GGI-M e pela coordenação das ações preventivas do PRONASCI.
- c) Observatório de Segurança Pública com funções de organizar e analisar os dados sobre a violência e a criminalidade local, a partir das fontes públicas de informações e de monitorar a efetividade das ações de segurança pública no município.
- d) Estrutura de formação, organizada através de telecentros que serão implantados ou desenvolvidos com o apoio do Ministério da Justiça.

⁹¹ A atuação dos GGI-Ms foi regulamentada pela Portaria nº 1, do Ministério da Justiça, publicada em 16 janeiro de 2014, que institui as diretrizes nacionais orientadoras dos Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública.

- e) Sistema de vídeo monitoramento que será implementado ou desenvolvido com o apoio do Ministério da Justiça.

Os gabinetes municipais e estaduais deveriam funcionar como uma estrutura de gestão local das ações pactuadas com o Ministério da Justiça e como um fórum para debate da política de segurança pública. Os GGIs atuariam na promoção de ações conjuntas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade.

A adesão ao PRONASCI credenciava estados e municípios para o recebimento dos recursos do Programa. Com orçamento de R\$ 6,707 bilhões até o ano de 2012, o Programa representava, até então, um investimento inédito em segurança pública pelo governo federal. Nas palavras do ministro Tarso Genro:

Nós conseguimos, junto ao presidente da República, uma garantia de drenagem de recursos inédita na história da relação da União com a segurança pública, que está configurada nos programas e projetos do Pronasci e que envolve R\$ 1,3 bilhão, aproximadamente, por ano, durante quatro anos, tudo aprovado pelo Congresso nacional na LDO. Essa concepção, depois, foi transformada em 94 projetos e ações – ações institucionais, propostas de projeto de lei e projetos de implementação pelos estados e pelos municípios. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 30).

As ações do Programa seriam executadas mediante convênio firmado entre o ente federado e a união. No caso das regiões Sul e Sudeste, o ente federado respondia por uma contrapartida financeira de 2% do valor total do projeto. Nas demais regiões, a contrapartida era de 1% do valor total do projeto.

Para ter acesso aos recursos, os municípios, estados e OSCIPs deveriam elaborar propostas que atendessem às diretrizes do PRONASCI. As propostas eram enviadas ao Ministério da Justiça e avaliadas pelo corpo técnico da SENASP. Caso fossem aprovadas, as propostas eram submetidas ao Conselho Gestor do PRONASCI e se fossem novamente aprovadas, receberiam os recursos solicitados.

A participação das OSCIPs indica, de acordo com Souza (2011, p,1) uma alteração na formulação e execução das políticas nacionais de segurança pública:

A tendência das políticas da segurança pública no país na última década assinala uma mudança de rumo das políticas públicas, que aos poucos deixam de ser pautadas apenas pela estrutura política de interesses das

unidades federadas para serem mediadas por outras instâncias do poder público e da sociedade civil (SOUZA, 2011, p. 1).

Os primeiros projetos, apresentados no ano de 2008, foram elaborados a partir de modelos encaminhados, pelo MJ, à estados e municípios. De acordo com o ministro Tarso Genro, o apoio do Ministério à elaboração de propostas pelos demais entes tinha como objetivo garantir a adequação destas propostas ao Programa:

[...] São projetos induzidos por nós. Nós instituímos um pressuposto de enquadramento. O projeto que é apresentado por uma prefeitura, se ele quiser ter o privilégio de ter recursos assegurados pelo Pronasci, ele tem que ser adequado à concepção do Pronasci e ao elenco de projetos que nós apresentamos na lei, às formatações internas dos convênios. O que é que muda, por exemplo, em relação ao sistema anterior? Uma prefeitura vem aqui e pede carro e armamento para a sua Guarda Municipal. Nós dizemos: 'Nós damos, mas os carros têm que ser típicos para uso em policiamento comunitário, e o armamento tem que ser não letal, adequado a esse tipo de policiamento. Se você apresentar um projeto com essas características e instituir um policiamento comunitário na sua região, você vai ter o dinheiro. Se não, não vai'. Há uma inversão da demanda. A demanda é feita da União sobre o estado e sobre o município. A política até então era, simplesmente, responder às demandas espontâneas que vinham dos estados e dos municípios, conforme se tivesse recurso ou não. Chegava aqui a Polícia Militar de Pernambuco e dizia: 'Olha, eu preciso de 50 metralhadoras'. 'Vamos ver se dá. Dá! Está aqui o dinheiro'. Aprovado no Conselho Nacional de Segurança Pública. Agora não. O que nós damos, prioritariamente, são recursos para investimentos nos projetos cuja natureza está afinada com o Pronasci. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 35-36).

Para que as propostas atendessem aos objetivos do Ministério, os municípios e estados tiveram acesso às propostas elaboradas por outros entes e receberam a recomendação de adaptá-las à sua realidade. Nas palavras do ministro: "[...] Inclusive, nós ajudamos alguns municípios, e alguns estados até, a fazer projetos. 'Olha isso aqui é um projeto de Pernambuco. Estuda ele, adapta à tua região e apresenta, porque isso aqui tem a marca Pronasci'". (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 36).

Encarregada da gestão dos convênios firmados pelo Ministério da Justiça desde o advento do FNSP, a SENASP atuou no PRONASCI, nos anos de 2008 a 2010, como operadora do Programa e não foi responsável pela execução dos projetos. No caso dos anos iniciais do Programa, o processo decisório sobre a distribuição dos recursos não dependia exclusivamente da SENASP.

A coordenação do Programa ficou a cargo da Secretaria Executiva do PRONASCI, estrutura administrativa criada pelo ministro Tarso Genro para gestão do Programa. Cabia à Secretaria “a atribuição de implementar, acompanhar e gerir as políticas do Programa, bem como subsidiar a tomada de decisões por parte do Comitê Gestor” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

O Comitê Gestor, formado pela Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, Secretaria Executiva do PRONASCI, Secretaria de Assuntos Legislativos e Departamento Penitenciário Nacional, era responsável por autorizar a descentralização de recursos destinados ao Programa.

A Secretaria Executiva do PRONASCI, subordinada diretamente ao Gabinete do Ministro da Justiça, dividia-se em oito coordenações, ilustradas na FIGURA 3. A Portaria nº. 1576, de 21 de setembro de 2007 que dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa e dá outras providências estabeleceu que:

Cada coordenação executiva será responsável, dentro de sua área de atuação, pela avaliação, monitoramento, controle social e critérios adicionais de execução e gestão do PRONASCI, em conjunto com os Ministérios, órgãos e demais entidades federais nele envolvidos, bem como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios participantes, sob a coordenação do Ministério da Justiça, atentando para o cumprimento das condições que os entes federados devem cumprir para a aderir ao Programa (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

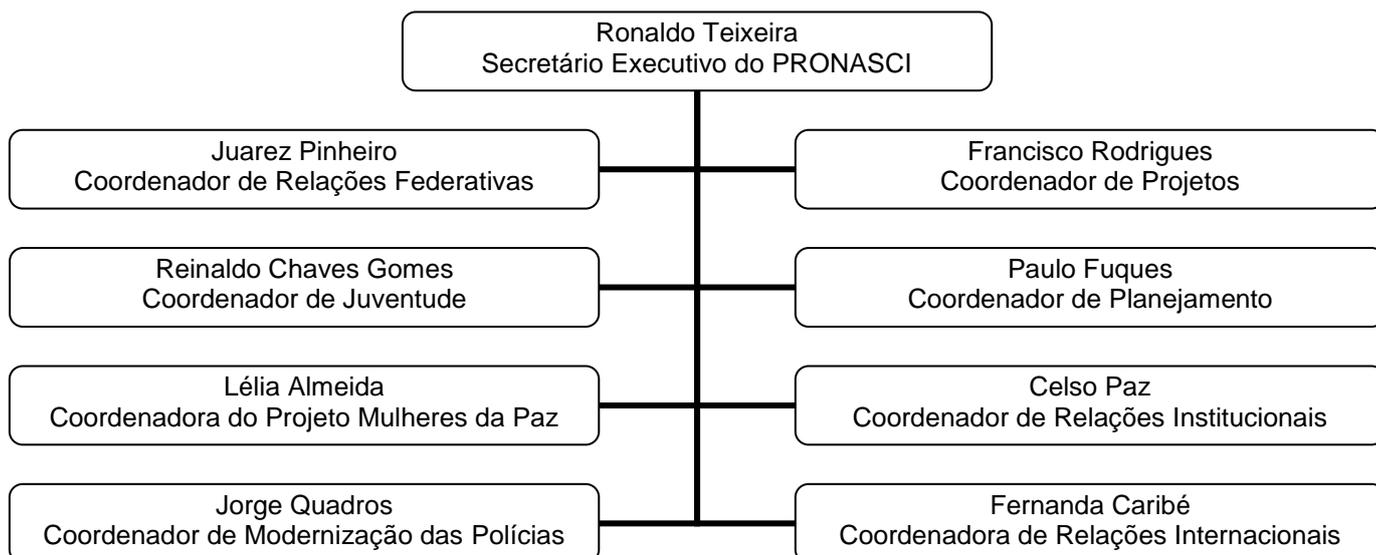


FIGURA 3 – Organograma da Secretaria Executiva do PRONASCI

FONTE: A autora (2014).

De acordo com depoimento do ministro Tarso Genro depois da criação da Secretaria Executiva, “às vezes havia impasses, porque era uma estrutura atípica dentro do Ministério, subordinada diretamente a mim” (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 35). Estes impasses diziam respeito ao relacionamento desta estrutura com a SENASP. Como registra Ricardo Balestreri⁹², secretário nacional de segurança pública à época, a SENASP não participou ativamente nem mesmo da construção do Programa:

Na verdade, bem no início, o Pronasci não chamou a Senasp. Essa é a verdade. Ainda que houvesse um ordenamento do ministro nesse sentido, acho que pelas coisas práticas da vida, bem no início, bem no embrião, o Pronasci começou a ser construído por uma equipe que não tinha envolvimento direto com segurança pública. O que, evidentemente, iria acabar se apresentando como um problema. Não se consegue produzir um programa de segurança pública dessa envergadura sem trazer os especialistas, os atores da segurança pública. Mas isso ocorreu por pouco tempo, acredito, por dois ou três meses. Obviamente, as necessidades de incorporar os saberes acumulados da área de segurança pública acabaram se evidenciando. Esse período inicial correspondeu a uma fase em que a Senasp estava profundamente envolvida com os Jogos Pan-Americanos, que foram muito bem-sucedidos, mas que, na minha avaliação, foram um erro estratégico, porque acabaram consumindo as principais energias da Senasp. O sucesso do Pan-Americano teve um preço muito alto do ponto de vista da desestruturação da Senasp como ente indutor de políticas públicas. Porque praticamente todos os quadros foram para o Rio de Janeiro cuidar do Pan-Americano. É claro que seria impossível sermos irresponsáveis com o Pan-Americano. Respeito a decisão tomada à época. Eu era diretor da área de ensino da Senasp, fui minoritário em relação à decisão, mas respeito. No entanto, acho que ela desestruturou, de fato, a Senasp. Praticamente, do alto *staff* da Senasp, quem permaneceu em Brasília cuidando do Pronasci fui eu. Fiquei praticamente como único representante da Senasp na estruturação do Pronasci. Afinal, o grupo do Pronasci descobriu que precisava chamar a Senasp. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 132-133).

Ainda segundo Balestreri, em pouco tempo, a Secretaria Executiva do PRONASCI distribuiu a execução do Programa e suas responsabilidades dentre as secretarias do Ministério da Justiça e a SENASP tornou-se o “braço executivo” do Programa:

O Pronasci foi evoluindo, e se resolveu por um formato que acabou, corretamente, privilegiando mais as unidades executoras. Aquilo que iríamos fazer de forma exclusiva na coordenação do Pronasci, acabamos distribuindo horizontalmente, como responsabilidade, para as

⁹² Em entrevista à FGV no dia 14 de janeiro de 2009 em Brasília.

secretarias já tradicionalmente instituídas pelo Ministério da Justiça. Tanto que hoje, seguramente, mais de 60% da execução do Pronasci passam pela Senasp. O que é perfeitamente compreensível, uma vez que o Pronasci é um programa de segurança com cidadania, e a Senasp tem a seu encargo o direcionamento de programas relacionados à segurança. Nós temos hoje, na Senasp, uma atuação muito fraterna com o secretário-executivo do Pronasci, professor Ronaldo Teixeira, somos, digamos assim, o principal braço executivo que ele tem. Quando eu disse que executamos R\$ 1,42 bilhão, estou somando quase R\$ 700 mil do Pronasci e mais os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, que continuamos executando. Temos hoje duas ordens de financiamento para os nossos programas, o Fundo Nacional de Segurança, já anteriormente instituído, e grande parte dos recursos do Pronasci. A maior parte dos recursos do Pronasci passa pela nossa Secretaria. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 133-134).

A existência de uma nova estrutura administrativa no Ministério da Justiça e um orçamento expressivo foram apontadas como inovações trazidas pelo PRONASCI na execução de uma política nacional de segurança pública. Para além destas questões, o Programa foi apresentado, pelo governo federal, como uma mudança de paradigma por associar ações de prevenção e repressão à violência e à criminalidade numa mesma proposta.

O novo paradigma de segurança pública consiste no fortalecimento institucional do Estado para atuar preventivamente. É uma nova concepção de atuação policial, com o objetivo de fortalecer os laços comunitários e criar condições para o acesso a políticas públicas sociais. A implementação deste novo paradigma de segurança pública é uma necessidade, para garantir nossa segurança jurídica e política. Apenas assim será possível promover um projeto de inclusão e recoesão social no país (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p. 5)

3.2 JOVENS, MULHERES E POLÍCIA: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA?

Em cartilha de divulgação do PRONASCI, produzida pelo Ministério da Justiça, a centralidade da juventude para a política nacional de segurança é apresentada do seguinte modo:

Os índices de mortalidade por causas não naturais e os números de prisões de jovens mostram que a juventude brasileira está sofrendo mais do que qualquer outra faixa etária, as consequências da incapacidade do Estado brasileiro em garantir as condições básicas para o desenvolvimento da cidadania. Neste quadro, muitas concepções de juventude compreendem o jovem ou como um fator de desestabilização da segurança na sociedade ou então como mera vítima de uma situação social, sem qualquer protagonismo, por também não

compreender o seu papel na construção da segurança pública na sociedade. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p.4).

O Programa foi estruturado a partir da premissa de que a juventude brasileira é, simultaneamente, quem sofre e quem produz a violência vivenciada nos grandes centros urbanos brasileiros. Tal afirmação se sustentaria caso fossem apresentados dados estatísticos sobre o Sistema de Justiça Criminal que apontassem o índice superior de crimes cometidos por jovens em comparação às demais faixas etárias. Não há nos diversos documentos produzidos pelo Ministério da Justiça para divulgação do PRONASCI nenhum registro quanto aos índices de criminalidade no Brasil.

Quanto à vitimização da juventude, os dados disponibilizados na última edição do Mapa da Violência, ilustrados na TABELA 13, apontam que, entre 2007 e 2012, 166.890 jovens entre 15 e 24 anos foram vítimas de homicídio no Brasil (WAISELFISZ, 2014).

TABELA 13 – NÚMERO DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO - POPULAÇÃO JOVEM POR UF - BRASIL – 2007/2012 (continua)

| UF | NÚMERO DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO – POPULAÇÃO JOVEM | | | | | | |
|--------------------|--|-------|-------|-------|-------|-------|-----------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2007-2012 |
| Acre | 70 | 75 | 77 | 73 | 74 | 102 | 471 |
| Alagoas | 1.100 | 1.147 | 1.113 | 1.294 | 1.332 | 1.228 | 7.214 |
| Amapá | 114 | 142 | 108 | 167 | 121 | 164 | 816 |
| Amazonas | 432 | 481 | 538 | 631 | 791 | 728 | 3.601 |
| Bahia | 2.131 | 2.965 | 3.386 | 3.505 | 3.149 | 3.484 | 18.620 |
| Ceará | 1.067 | 1.137 | 1.199 | 1.491 | 1.568 | 2.325 | 8.787 |
| Distrito Federal | 500 | 527 | 596 | 509 | 530 | 564 | 3.226 |
| Espírito Santo | 1.011 | 1.111 | 1.172 | 1.034 | 1.007 | 981 | 6.316 |
| Goiás | 777 | 949 | 909 | 1.038 | 1.171 | 1.476 | 6.320 |
| Maranhão | 608 | 699 | 775 | 822 | 810 | 945 | 4.559 |
| Mato Grosso | 375 | 428 | 468 | 466 | 457 | 531 | 2.725 |
| Mato Grosso do Sul | 333 | 340 | 356 | 280 | 304 | 287 | 1.900 |
| Minas Gerais | 2.342 | 2.195 | 2.050 | 1.950 | 2.238 | 2.503 | 13.278 |
| Pará | 1.258 | 1.637 | 1.721 | 1.948 | 1.756 | 1.803 | 10.123 |
| Paraíba | 464 | 555 | 714 | 834 | 916 | 906 | 4.339 |
| Paraná | 1.767 | 1.928 | 2.070 | 1.974 | 1.761 | 1.850 | 11.350 |

FONTE: WAISELFISZ, (2014). Adaptado pela autora.

TABELA 13 – NÚMERO DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO - POPULAÇÃO JOVEM POR UF - BRASIL – 2007/2012 (conclusão)

| UF | NÚMERO DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO – POPULAÇÃO JOVEM | | | | | | |
|---------------------|--|--------|--------|--------|--------|--------|-----------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2007-2012 |
| Pernambuco | 2.698 | 2.612 | 2.279 | 1.959 | 1.925 | 1.808 | 13.281 |
| Piauí | 199 | 203 | 211 | 207 | 232 | 276 | 1.328 |
| Rio de Janeiro | 3.470 | 2.870 | 2.606 | 2.703 | 2.244 | 2.260 | 16.153 |
| Rio Grande do Norte | 317 | 408 | 451 | 445 | 591 | 643 | 2.855 |
| Rio Grande do Sul | 1.124 | 1.192 | 1.076 | 966 | 1.002 | 1.137 | 6.497 |
| Rondônia | 210 | 211 | 230 | 227 | 187 | 228 | 1.293 |
| Roraima | 47 | 37 | 52 | 53 | 39 | 69 | 297 |
| Santa Catarina | 325 | 397 | 423 | 376 | 386 | 408 | 2.315 |
| São Paulo | 2.970 | 2.790 | 2.767 | 2.500 | 2.344 | 2.712 | 16.083 |
| Sergipe | 298 | 315 | 329 | 357 | 376 | 477 | 2.152 |
| Tocantins | 95 | 116 | 125 | 168 | 160 | 177 | 841 |
| BRASIL | 26.102 | 27.467 | 27.801 | 27.977 | 27.471 | 30.072 | 166.890 |

FONTE: WAISELFISZ, (2014). Adaptado pela autora.

No que diz respeito aos crimes cometidos por jovens, as estatísticas produzidas pelo DEPEN e disponibilizadas no Portal do Ministério da Justiça informam que em dezembro de 2007, dentre os 348.133 indivíduos encarcerados, 110.956 eram jovens entre 18 a 24 anos. Já em dezembro de 2012, o sistema penitenciário brasileiro somava 482.073 indivíduos encarcerados, destes 143.470 eram jovens⁹³. Não há, entretanto, informações sobre os crimes cometidos por estes jovens e sendo assim, não é possível, considerando os dados disponíveis, afirmar que são estes jovens os responsáveis pela “desestabilização da segurança na sociedade”.

Quanto aos jovens que cumprem medidas privativas de liberdade no sistema socioeducativo, levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que, no ano de 2012, dentre os 20.532 indivíduos internados no SINASE, 9% (1.963 jovens) respondem pelo crime de homicídio:

Os números apontam que foram registrados 1.963 atos infracionais equivalentes ao crime de homicídio em todo o país em 2012. Para efeitos de comparação, no mesmo ano foram registrados 47.094 homicídios no país, segundo o 7º Anuário do FBSP. Portanto, apenas 4% dos homicídios praticados no Brasil – país que possui uma das maiores taxas de homicídio do mundo – foram cometidos por menores de 18 anos internados no sistema socioeducativo (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014, p. 106).

⁹³ Dos 110.956 jovens encarcerados, em dezembro de 2007, 105.764 eram do sexo masculino e 5.192 eram do sexo feminino. Em dezembro de 2012, dos 143.470 jovens encarcerados, 136.525 eram do sexo masculino e 6.945 do sexo feminino.

Referindo-se a sobrevalorização da presença dos adolescentes como autores de crimes violentos, técnicos do IPEA esclarecem que:

Os números mostram que isto não corresponde à realidade. O que ocorre, regularmente, é uma maior exposição e repercussão na mídia de episódios violentos envolvendo adolescentes o que leva a sociedade a acreditar que estão mais violentos ou são insuficientemente atingidos por ações penalizadoras. Quando se fala em jovens como principais vítimas e autores, muitas vezes se incluem os adolescentes, o que é válido somente para algumas análises. (FERREIRA, 2009, p. 195).

Partindo da afirmação da violência juvenil como uma questão de segurança pública, o Ministério da Justiça destacou, dentre as 94 ações do PRONASCI, o projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO) – ação 62 – como uma ação destinada a atender jovens de 15 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade social e exposição à violência.

É o projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável. Vai cuidar dos jovens expostos à violência doméstica e urbana, ou que vivam nas ruas. A ajuda virá por meio da integração desses jovens em atividades culturais, esportivas e educacionais, com o apoio de psicólogos, educadores e assistentes sociais, que identificarão o melhor caminho para cada adolescente (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008c, p. 8)

Os jovens, moradores dos territórios que concentravam a execução das demais ações PRONASCI, eram selecionados por sua identificação como “aqueles em situação infracional ou no caminho de situação infracional” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p.5). Na proposta do Programa, estes indivíduos, por conta das características atribuídas a juventude⁹⁴ e de sua situação de marginalidade social, caminhariam numa linha tênue entre a prática concreta da criminalidade e a possibilidade efetiva de realizá-la num futuro próximo.

De acordo com Zaqueu Teixeira, a seleção dos jovens, atendendo aos critérios estabelecidos pelo PRONASCI, teria impacto na redução dos índices de violência e criminalidade a médio ou longo prazo. Sobre esse perfil, ele indica que:

⁹⁴ Como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, os jovens são comumente reconhecidos impulsivos, emocionalmente instáveis, egocêntricos e irresponsáveis, ou seja, como indivíduos que não hesitam em colocar-se em situações de risco.

Se você pensar nos jovens que se enquadram no ProJovem⁹⁵, o número é muito alto, mas apenas um número muito reduzido é de jovens do Protejo, do Pronasci. Se eu coloco no Pronasci o jovem que está desempregado, está procurando emprego, mas não está no crime, eu estou desvirtuando o programa. Se eu pego um jovem que não está batendo na delegacia, não está batendo no Conselho Tutelar, não é aquele de quem a Mulher da Paz diz 'aquele garoto ali dá problema para todo mundo, vive numa família desestruturada', **se eu não consigo capturar o jovem certo**, eu vou ter apenas um programa social como tantos outros. O exemplo de um 'primo' do Protejo é o ProJovem Urbano. Porque você pega o garoto que está fora de tudo, está batendo no crime, e traz ele para o programa, coloca-o em programas sociais, culturais, esportivos; como ele já não se interessa mais pela escola, você faz uma qualificação, um treinamento para ele ganhar em cidadania; o seu objetivo, enquanto gestor do Protejo, é colocá-lo na escola, para que ele possa fazer a passagem dele para o ProJovem Urbano. Se ele não for aplicado nessa concepção, o Pronasci não vai dar certo, porque ele não é só um programa social. É um programa de segurança pública e também um programa social. É preciso ter a compreensão dessa dimensão. Senão o Pronasci vai ser mais um programa social, não vai impactar, a médio e longo prazo, na redução da violência ou da criminalidade. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 183-184, grifo meu).

Retoma-se, nesse ponto, a observação quanto ao PRONASCI e sua correlação com a proposta do Instituto Cidadania para as ações de segurança pública no governo Luiz Inácio Lula da Silva. No documento Projeto de Segurança Pública para o Brasil, o Instituto afirma:

Para que se compreenda a dinâmica em que tantas vidas estão sendo prematuramente sacrificadas [em referência aos homicídios sofridos por jovens], é preciso reunir os seguintes ingredientes: (a) acolhimento familiar, comunitário e escolar deficientes; (b) falta de perspectivas de integração social plena; (c) ausência do Estado nos territórios urbanos pauperizados; (d) constituição, nas periferias, vilas e favelas, do varejo do tráfico de armas e drogas como fonte de recrutamento para atividades ilegais; (e) desdobramento do tráfico em ampla variedade de práticas criminais, graças à disponibilidade de armas. Esses fatores combinados, afetando segmentos da juventude pobre, fazem com que determinados grupos – certamente, uma minoria – sejam atraídos pela sedução do tráfico e se liguem à organização criminosa. Com triste frequência, essa ligação condenará parte significativa desses jovens a um itinerário de delinqüência e à morte precoce e violenta (INSTITUTO CIDADANIA, 2002, p. 6).

⁹⁵ Teixeira refere-se ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Lançado em 2005 pelo Ministério da Educação, o Projovem, como apresentado no QUADRO 2 no primeiro capítulo deste trabalho, atende jovens entre 18 e 24 anos que completaram a quarta série mas não concluíram a oitava série do Ensino Fundamental e que não tem emprego com carteira profissional assinada. O programa reúne cursos para elevação da escolaridade e qualificação profissional e estimula a prática de atividades sociais e comunitárias. Os participantes recebem bolsa auxílio no valor de R\$ 100,00, e em até seis parcelas, mediante comprovação de 75% de frequência às aulas.

A correlação entre as propostas citadas acima se dá pelo fato de que o PROTEJO, assim como a publicação do Instituto Cidadania, identifica a pobreza como premissa para entrada no mundo da criminalidade. A solução proposta ao problema apontado pelo governo federal é a inserção dos jovens pobres em programas de qualificação profissional.

A identificação dos jovens seria realizada por integrantes do Projeto Mulheres da paz; por equipe multidisciplinar contratada para acompanhar a execução do projeto; por assistentes sociais; por conselheiros tutelares; por agentes do Programa Saúde da Família ou por indicação de parceiros do ente federado responsável pela execução do projeto ou do Ministério da Justiça, como por exemplo, Ministério Público ou Vara da Infância e Juventude.

Após processo de seleção, os jovens participariam de um percurso sócio-formativo cuja estrutura foi estabelecida pela Coordenação do PROTEJO e executada pelos gestores locais. O percurso tinha uma carga horária de 800 horas, divididas em 2 ciclos:

1º Ciclo (440 h):

- a) 320h de oficinas educacionais, culturais e esportivas
- b) 80h de informática
- c) 30h de atividades complementares
- d) 10h de reuniões pedagógicas

2º Ciclo (360h):

- a) 273h de desenvolvimento de projetos locais e acompanhamento psicoterapêutico
- b) 72h de informática
- c) 15h de reuniões pedagógicas

No 1º ciclo, os jovens deveriam ter presença mínima de 75% nas oficinas propostas. Após os dois primeiros meses do 1º ciclo, os jovens, em idade escolar, que não estivessem matriculados nas redes de ensino municipal ou estadual deveriam retornar à educação formal.

Assim como o PROJÓVEM, o PROTEJO também oferecia aos jovens o pagamento de bolsa no valor de R\$ 100,00 durante a realização do percurso

social formativo. A frequência às atividades do Projeto garantiria o recebimento do benefício pelo período de um ano⁹⁶. Zaqueu Teixeira assinalou, em depoimento à Fundação Getúlio Vargas que:

Na terceira fase do programa, que é a de Segurança e Convivência, veio a contribuição de outros ministérios. Porque se eu pego o jovem do Protejo, e quero reinseri-lo na sociedade, para fazer isso eu vou utilizar os programas sociais, culturais e educacionais, e vou trabalhar com os ministérios parceiros. Para que eu tenho o Esporte e Lazer na Cidade em parceria com o Ministério do Esporte? Para que, na área delimitada como Território de Paz, o jovem do Protejo exerça atividades esportivas monitoradas. Eu tenho o Ponto de Cultura para que o jovem possa ser acompanhado nas atividades culturais. Porque **senão fica só o pagamento da bolsa, sem ocupar o tempo ocioso daquele jovem**. A finalidade é ocupar o tempo dele com atividades culturais, esportivas, buscando reinseri-lo na escola e fazer a passagem para o Programa de Segurança e Convivência, que significa ter aquele local pacificado, a realidade urbana transformada, com a redução da violência naquele espaço. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 182).

De acordo com a Coordenação Nacional do PROTEJO, o percurso social formativo tinha como objetivo a formação de jovens responsáveis pela disseminação da cultura de paz em suas comunidades e envolvia a prática de atividades culturais, esportivas e educacionais sob a forma de oficinas. Ocupando 320 horas do 1º ciclo de formação, as oficinas abordavam os seguintes temas: adaptação, atividades psicossociais, construção do percurso social formativo individualizado, violências, autoestima e estética, corpo e sexualidades, família e paternidade responsável, meio ambiente, mitos, direitos humanos (abordagem em gênero, raça, sexualidade e juventude), classes sociais, mídia, estado e sociedade, cidadania (formação sócio jurídica), protagonismo juvenil, segurança pública e sistema penal, drogas e redução de danos, projeto comunitário (rito de passagem) e prática cidadã (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

Embora fosse apontada como uma ação voltada para o protagonismo juvenil, o projeto, formulado pela Secretaria Executiva do PRONASCI, constituiu-se como um modelo a ser reproduzido pelos entes responsáveis por sua execução. As oficinas, como descrito acima, apresentam temas pré-determinados pela Coordenação do PROTEJO. Havia, portanto, uma pequena margem para que os executores do projeto o adaptassem às temáticas locais.

⁹⁶ A Caixa Econômica Federal foi responsável pelo pagamento dos benefícios. O pagamento era feito por meio de um cartão personalizado, com a logomarca do PRONASCI.

Por conta da estrutura do projeto, os jovens selecionados não participavam da concepção ou do planejamento do PROTEJO. Sendo assim, os jovens tornavam-se objetos e não sujeitos da ação. Trata-se, portanto, de uma política com jovens e não de uma política para jovens (CASTRO, 2008, p.11).

Orientado pela premissa de que o jovens oriundos de comunidades pobres e violentas, definidas no âmbito do Programa como Territórios de Paz, precisam de novas perspectivas, oferecidas pelo governo federal, para que se desviem da rota criminalidade, seja pela inserção no mercado de trabalho ou pela construção da cultura de paz, como preconizada pela Secretaria Executivo do PRONASCI, o logotipo escolhida pelo Ministério da Justiça representa a ação PROTEJO como o “caminho do bem”:



FIGURA 4 – LOGOTIPO PROTEJO

Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2007).

O logotipo foi encaminhado pelo Ministério da Justiça aos municípios, Estados e OSCIPs responsáveis pela execução do projeto. Este deveria ser, obrigatoriamente, utilizado nos materiais produzidos pelos entes para divulgação do Programa. Na FIGURA 5 são apresentados dois cartazes que divulgavam a etapa de seleção de jovens para o projeto.



FIGURA 5 – CARTAZES PROTEJO

Fonte: PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA (2010); GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (2010).

No primeiro cartaz, do município de Feira de Santana na Bahia, destaca-se a afirmação de que o projeto é voltado para jovens em conflito com a lei. Embora esta seja de fato a premissa do Programa e da ação em questão, ao explicitar o critério de seleção para participação na ação, os jovens participantes são expostos e recebem o carimbo de jovens criminosos.

No enfoque proposto pelo Ministério da Justiça, iniciaria com o processo de seleção do PROTEJO uma concorrência por jovens que caso não fossem recrutados pelo governo federal, seriam recrutados pelo crime organizado. Nesse sentido, é exemplar a apresentação deste ponto de vista pelo Instituto Cidadania:

cumprir disputar menino a menino com o tráfico, competindo pelo recrutamento de cada jovem vulnerável à cooptação criminosa, oferecendo-lhe pelo menos as mesmas vantagens, materiais e simbólico-afetivo-psicológicas, que o crime oferece: por um lado, capacitação para o mercado de trabalho, emprego, acesso aos bens de consumo; por outro, acolhimento, experiências alternativas de

pertencimento, instrumentos de autoconstituição subjetiva e de promoção da autoestima, meios de restauração de sua visibilidade social (indissociáveis de valores positivos, vinculados à cultura da paz e da sociabilidade solidária) (INSTITUTO CIDADANIA, 2002, p. 12).

Já no segundo cartaz, do município de Alvorada no Rio Grande do Sul, destaca-se a expressão “todo brasileiro terá orgulho de morar em um território de paz” que denota a percepção do local de execução do projeto como um território que, até a chegada do projeto, não despertaria o sentimento de orgulho em seus moradores. Trata-se de um território em guerra que será pacificado por meio da execução do Programa proposto pelo Governo.

A execução do PROTEJO deveria ocorrer de forma articulada com a ação 61 denominada Mulheres da Paz. Observa-se que na Medida Provisória nº. 384 de 20 de agosto de 2007 e no projeto de lei enviado ao Congresso, a ação foi denominada, pelo Ministério da Justiça, de Mães da Paz. Durante o trâmite do projeto no Senado, o nome da ação foi alterado para Mulheres da Paz. Sobre este processo, Sorj e Gomes (2011, p. 152) esclarecem que:

Ao longo de um processo disputado de articulações políticas, o projeto ganhou outras estruturas e conotações, que giram em torno da tensão mães *versus* mulheres. A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM), a partir de um viés feminista, identificou que o projeto, configurado como estava para promover a ação das mães junto aos jovens, tinha como pressuposto central a imagem e o papel de “mães/cuidadoras” das mulheres. A SPM posicionou-se contrariamente a isso e defendeu que o projeto deveria promover o “empoderamento” das mulheres, o que significaria “tirá-las do lugar de cuidadoras”. A SPM sugeriu, então, que o programa deveria se chamar “Lideranças da Paz”, o que, além de contemplar a meta de “empoderamento”, admitiria também a possibilidade de inclusão de homens como operadores locais, enfraquecendo, assim, a associação entre o feminino e os cuidados. Este último ajuste não foi contemplado, e o programa ganhou o nome final de “Mulheres da Paz”.

A ação foi definida como um projeto de capacitação de lideranças femininas para atuação como mediadoras sociais, contribuindo para a construção e o fortalecimento de redes de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem jovens e adolescentes (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: 2009).

As Mulheres da Paz seriam responsáveis pela identificação e acompanhamento de jovens em “situação de risco infracional ou criminal”⁹⁷ em suas comunidades e encaminhamento dos mesmos para o PROTEJO ou demais projetos do Programa.

Ao analisar a execução orçamentária do PRONASCI, enfocando as questões de gênero e de “raça”, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) criticou a ausência de uma política específica para combater a violência de gênero. Segundo o Instituto:

O programa Mulheres da Paz ignora, no entanto, o fato de que as próprias mulheres muitas vezes são vítimas de múltiplas formas de violência, que violam seus direitos. Entendemos que afirmar a cidadania das mulheres é um elemento fundamental ao enfrentamento da violência e que o Programa não pode usar as mulheres como mero instrumento de pacificação das relações sociais, ou do bem-estar dos outros. Antes de tudo, é preciso afirmar e proteger os direitos das mulheres para que elas possam colaborar na proteção e afirmação dos direitos dos outros (INESC, 2010, p. 58).

Na perspectiva do projeto as mulheres eram identificadas pela associação com a maternidade, pela capacidade de proteger e resgatar jovens. Sendo assim, eram utilizadas como instrumentos para o fim que se pretendia, ou seja, para manter os jovens pobres afastados do crime. Tal perspectiva foi explicitada pelo secretário executivo do PRONASCI, Ronaldo Teixeira, em entrevista à FGV:

Há momentos curiosos. Há um projeto, por exemplo, que foi identificado numa conversa do ministro [Tarso Genro] com o MV Bill. A consolidação da tese do Mulheres da Paz se deu quando o Bill e o Celso Ataíde disseram que a mãe é uma referência que o tráfico não enfrenta. Se a mãe buscar o guri lá na esquina e tirar do tráfico, o traficante não reage. Ele respeita a figura da mãe. Então, há momentos assim que são muito significativos. A ministra Dilma, quando me encontra, chama-me de ‘Minha mãe da Paz’. E pede para eu me orgulhar do gênero. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 70).

Para realizar a seleção das participantes do projeto nos territórios PRONASCI, os convenentes poderiam contratar, com recursos dos convênios firmados, fundações educacionais, universidades, OSCIPs e empresas

⁹⁷ Expressão utilizada, pelo Ministério da Justiça, em múltiplos materiais de divulgação para caracterizar os jovens que integrariam as ações do PRONASCI.

privadas⁹⁸. Para participar da seleção, as candidatas deveriam atender os seguintes critérios: pertencer às redes sociais ou de parentesco dos jovens foco do PRONASCI; ter idade mínima de 18 anos; ter cursado, no mínimo, até a quarta série do ensino fundamental ou comprovar capacidade de leitura e escrita; ser residente nas comunidades das regiões indicativas do PRONASCI; ter capacidade de representar interesses coletivos e participação comunitária atuante e possuir renda familiar de até 2 salários mínimos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: 2009).

As mulheres selecionadas participariam de processo de capacitação de 150 horas/aula divididas em 4 módulos: 1º módulo – 60 horas/aula em 1 mês e 2º, 3º e 4º módulos – 30 horas/aula - nos meses subsequentes. Os temas dos módulos, definidos pelo Coordenação Nacional do Projeto Mulheres da Paz, eram: Acesso à justiça (direitos humanos e mediação de conflitos); Lei Maria da Penha; apoio psicossocial; ações do PRONASCI e conhecimentos de informática.

As participantes deveriam cumprir um mínimo de 75% da carga horária dos quatro módulos para que iniciassem a atuação como Mulheres da Paz e recebessem benefício mensal no valor de R\$ 190,00⁹⁹. A continuidade do recebimento do benefício era condicionada ao cumprimento das seguintes atividades: visitas domiciliares; promoção de reuniões e realização de palestras oficinas.



FIGURA 6 – INTEGRANTES DO PROJETO MULHERES DA PAZ

Fonte: BRASIL (2012).

⁹⁸ A seleção de participantes do Projeto Mulheres da Paz, assim como a seleção de participantes do PROTEJO, era divulgada por meio de edital e o processo incluía a análise de fichas de cadastro preenchidas pelos candidatos à seleção e a realização de entrevistas.

⁹⁹ Assim como no PROTEJO, a Caixa Econômica Federal foi responsável pelo pagamento do benefício às participantes do Projeto.

A participação nas atividades de “resgate” e “reeducação” dos jovens e das jovens e adolescentes, com vistas a sua reintegração na família e na comunidade foi descrita, pelo Ministério da Justiça e pela SENASP (2009) como um dos objetivos do Projeto Mulheres da Paz. Nas palavras de Luís Paulo Barreto Teles, a associação entre o papel exercido pelas Mulheres da Paz no Programa e a juventude, novamente percebida como criminosa, se dava do seguinte modo:

Do outro lado, qual era o desafio? Pescar o jovem, resgatar o jovem. Como fazer isso? Tem que entrar na favela. Então, vamos planejar um projeto em que alguém possa buscar esse jovem. Quem, em geral, pode buscar? São as mães. São as mulheres que estão dentro da favela e que sabem qual é o garoto que já está começando a praticar delitos, pequenos furtos, a ser aviãozinho do tráfico. Então, vamos naquela mãe, ou naquela mulher. E aí criamos o projeto Mulheres da Paz. São mulheres que vão lá, identificam aqueles garotos, não para entrega-los à polícia, mas para permitir que eles, a partir dali, sejam resgatados pelo Pronasci e envolvidos num projeto social ou de capacitação, desmontando assim essa cadeia de crimes. Esse garoto, em geral, está com o pai preso, está com o pai morto ou desaparecido. Então o Estado entra junto com as mães e começa um processo de recuperação social. Dá um percurso formativo àquele jovem. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 157).

Na prática, a articulação entre as duas ações dependia da existência, simultânea, dos dois convênios numa mesma localidade. No decorrer da execução do programa¹⁰⁰, a principal dificuldade enfrentada para realização da proposta do projeto Mulheres da Paz era a ausência do projeto PROTEJO ou a realização do mesmo em outro período.

Ao analisar a execução do Projeto Mulheres da Paz, em Salvador/BA, Rocha e Tavares (2014, p. 298) apontam que:

A falha na execução das ações [descompasso na execução das ações PROTEJO e Mulheres da Paz] abriu espaço para problemas ainda maiores. Foi gerado um grande desconforto e insegurança entre as mulheres, pois para elas não estava claro qual seria a sua real função. Iriam encaminhar que jovens, se já estava ocorrendo uma seleção dos participantes do Protejo antes das mediadoras concluírem sua formação? Afinal, de acordo com o previsto para a atuação dessas mulheres, elas deveriam participar ativamente do processo seletivo, o que não foi possível nas turmas formadas no estado, devido à demora em executar o Projeto *Mulheres da Paz*.

¹⁰⁰ A execução físico-financeira do Programa é analisada no CAPÍTULO 4 deste trabalho.

Por outro lado, as pesquisadoras indicam que as participantes eram apontadas como deladoras, dedos-duros, em boatos que circulavam nos locais de execução do projeto. O que “demonstra tanto a ausência de planejamento como a inexistência de um esquema positivo de comunicação e divulgação detalhada e cuidadosa do programa para a sociedade, mas, principalmente, para a comunidade local” (ROCHA; TAVARES, 2014, p. 298).

A percepção das Mulheres da Paz como “deladoras” ou “dedos-duros” reforçava-se pela presença da polícia como parte do trinômio (jovens, mulheres e polícia) que configurava a execução do Programa nos territórios PRONASCI. A articulação entre estes elementos se daria, de acordo com a proposta do Ministério da Justiça, pela ótica do policiamento comunitário.

O policiamento comunitário é definido, pelo MJ, como “um conceito de segurança pública que se baseia na interação constante entre a corporação policial e a população. Os policiais comunitários farão a ronda na mesma região e serão capacitados em temas como direitos humanos, ética, cidadania – construindo assim, uma relação de confiança com a população” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009a). Entretanto, a formação em direitos humanos ou a interação com a população, práticas que não são homogêneas entre as diferentes polícias dos estados brasileiros, não configuram, em si, numa mudança de postura por parte do efetivo policial que até então, como apontado no primeiro capítulo deste trabalho, teve uma relação conflituosa e violenta com jovens pobres moradores de áreas de periferias dos grandes centros urbanos.

A adoção da filosofia de policiamento comunitário ou policiamento de proximidade indica a preocupação em adequar-se às novas expectativas e pressões impostas pela sociedade à área de segurança pública pois como assinala Souza (2011, p. 1):

No período [de retomada da democracia], as instituições policiais foram submetidas a um processo de mudanças que refletiu tanto a consciência de que a democracia exige uma polícia eficiente e ao mesmo tempo respeitadora de direitos, quanto às necessidades e pressões sociais por ações mais firmes diante da sensação de crescimento da criminalidade, sobretudo urbana (SOUZA, 2011, p. 1).

A persistências das ações policiais truculentas e das violações de direitos humanos nos lembram do descompasso das mudanças que não são operadas na estrutura das instituições como aponta MORAES (2008, p. 10):

Esta *tropa* encontra-se assim não porque não tenha sido treinada para tratar de modo civilizado e correto com a população, não porque tenha faltado aulas de direitos humanos ou de resolução e mediação de conflitos. A *tropa* foi treinada, por intermédio da internalização da cultura institucional, para ser exatamente o que é, por meio de práticas e atitudes que não precisam de explicação, encerram uma *racionalidade* própria e são capazes de resistir às tentativas de mudanças ou re-significar as propostas de mudanças sem a produção de mudanças efetivas no caráter da instituição.

Trata-se, portanto de uma mudança que é processada num discurso que policializa as políticas sociais e aponta para um novo relacionamento entre a polícia e os moradores de áreas marcadas pela pobreza e pela violência criminal e policial (SILVA, 2011), mas que não promove alterações na estrutura da instituição. Ou seja, a prática discursiva não rompe com a vivência cotidiana nos bairros de periferia historicamente marcada pela violência e abuso de poder.

Para evidenciar que, no caso PRONASCI, a mudança na atuação das forças policiais limitou-se ao discurso, o Instituto de Estudos Socioeconômicos ressaltou, ao analisar a execução orçamentária do Programa, que :

[...] O Pronasci não possui nenhuma ação explícita de redução da violência das forças policiais (incluindo as execuções sumárias e a tortura). Não existem ações estruturais de reforma das polícias, como a desmilitarização da Polícia Militar e a unificação da Polícia Civil com a Polícia Militar. Ou seja, o Programa não possui ações claramente orientadas a alterar o caráter ainda repressivo, não-cidadão, militarizado e fragmentado das forças policiais no país (INESC, 2010, p. 29).

Este discurso, como indica Silva (2014, p. 31), por fim, politiza a função da polícia. Neste contexto:

A atividade policial contra o crime assume um protagonismo (em seu lado positivo ou negativo, como veremos) que pode ser qualificado como descabido em uma democracia. A dimensão agregadora das rotinas policiais, de prestação de ajuda e cuidados sociais de emergência, some da atenção coletiva e torna-se um resíduo minguante da prática dos agentes. Recentemente, ela tem reaparecido, porém envolvida em uma roupagem perigosamente politizada, como uma espécie de pedido de desculpas pelo arbítrio com que se processa o domínio territorial, na forma de promoção de festas de debutantes, aulas de violão ou capoeira, etc. (SILVA, 2014, p. 31).

Nos materiais de divulgação do Programa foi enfatizada a presença dos policiais como executores da política e como responsáveis pela entrada inicial nos territórios PRONASCI para que, após repressão das atividades criminosas, se tornasse possível a realização das ações sociais como o PROTEJO e Mulheres da Paz. A FIGURA 7 reproduz imagem utilizada em um desses materiais. Nota-se que há uma tentativa de “infantilizar” a imagem da polícia e reforçar a noção de proximidade da polícia com os moradores dos territórios selecionados pelo Programa.



FIGURA 7 – ILUSTRAÇÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2009a).

O Programa previu a destinação de recursos para construção de postos de policiamento comunitário nas localidades de efetivação do PRONASCI e para a formação dos profissionais de segurança pública em, ao menos, 17 matérias¹⁰¹. Para além das ações que garantiam a aquisição de equipamentos infra-estruturais e sistemas de gestão para as instituições de segurança pública, a principal ação do Programa voltada para a polícia foi chamada de Bolsa Formação – ação 15/94.

O Bolsa Formação consistia em um auxílio mensal de R\$ 443,00 para policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais, agentes penitenciários e

¹⁰¹Ação 20 a 36 e ação 38 dispostas no QUADRO 5, p. 107-109.

peritos que recebessem salários de até R\$ 1.700,00¹⁰². Para acessar o benefício, o profissional de segurança pública não poderia ter sido condenado pela prática de infração administrativa grave ou não possuir condenação penal nos últimos cinco anos e deveria participar de cursos de formação *online* oferecidos por meio da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP). A frequência e conclusão dos cursos *online* eram condições obrigatórias para o recebimento do benefício.

Assim como no caso da operacionalização das propostas do FNSP, como visto no capítulo anterior, a participação da polícia nas atividades do PRONASCI não se limitou ao recebimento de benefícios e a pactuação de ações estruturais.

Os policiais também foram, por intermédio das secretarias municipais ou estaduais de segurança pública, executores das propostas pactuadas e acompanharam, em algumas localidades, o desenvolvimento das atividades de projetos como Mulheres da Paz e PROTEJO *in loco*.

Sendo assim, resta observar que a política nacional de segurança pública proposta pelo PRONASCI consolida o processo de policialização de políticas públicas pois:

se apoia num outro tipo de controle social que nominaremos como perverso por ter uma forma e conteúdo policialesco e que tem na policialização das políticas públicas sua forma mais acabada, uma vez que sob a justificativa da inclusão e proteção social e que assim é percebida por inúmeros atores sociais, acabam, na prática, por produzir ou intensificar a segregação e criminalização das populações e indivíduos que são os destinatários das políticas públicas (MORAES; KULAITIS: 2013, p. 1).

A justificativa para a presença ostensiva da polícia nos “territórios” abrangidos pelo programa ou ação em questão é produzida por meio da associação entre pobreza e violência. Neste contexto, a repressão violenta dos moradores destes territórios é apontada como condição para a realização de ações e programas sociais.

¹⁰² Os estados e municípios que pactuaram a proposta do Bolsa Formação comprometeram-se à incorporar o benefício nos salários dos profissionais de segurança após o término do Programa.

3.3 TERRITÓRIO DE PAZ: O CONTROLE POLICIAL COMO CONDIÇÃO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Ao aderir o PRONASCI, os municípios deveriam indicar, seguindo critérios objetivos como o índice de homicídios e o contingente de população jovem, os locais em que o Programa seria executado. Estes locais passavam a ser identificados como territórios¹⁰³ PRONASCI e concentrariam as atividades dos convênios firmados com o Ministério da Justiça.

Na medida em que apresentassem um conjunto de ações do PRONASCI, os territórios recebiam a denominação de Território de Paz. De acordo com o ministro Tarso Genro, “o Território de Paz é o território onde todos os projetos cabíveis naquele espaço estão funcionando de maneira harmônica, de acordo com as peculiaridades regionais” (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 34). Não há clareza quanto ao número exato de ações que tornariam um território PRONASCI num território de paz pois tal informação não foi localizada nos materiais produzidos pelo Ministério da Justiça.

Para o secretário executivo do PRONASCI, o conceito de Território de Paz originava-se de leituras do geógrafo Milton Santos sobre a relação entre o meio técnico e o meio natural:

Este é um conceito originário de leituras do Milton Santos. O maior geógrafo do Brasil analisa a existência de um novo meio, o meio

¹⁰³ Nos mandatos consecutivos de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República, a expressão “território” apareceu em diferentes programas do governo federal. Com diferentes escopos e até mesmo definições da expressão, os programas sinalavam para a delimitação de um espaço ou de espaços geográficos com características semelhantes no qual ou no quais se concentrariam as ações do programa em questão. Para além do PRONASCI, é possível apontar o exemplo do Programa Territórios da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Criado em 2008, o Programa tem “como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básico de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento de um território sustentável. Ações relacionadas aos desenvolvimento social, à organização social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infra-estrutura, e ações fundiárias estão sendo articuladas nesses Territórios com participação social e a integração entre Governo Federal, Estados e Municípios” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME: 2015). Outro exemplo é o Programa Territórios Digitais. Criado em 2008, o programa é coordenado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério de Desenvolvimento Agrário com a parceria entre órgãos do Governo Federal, estados, municípios, entidades públicas e sociedade civil. De acordo com a página do Programa na Internet, “por meio da instalação de Casas Digitais em comunidades rurais, o projeto Territórios Digitais faz inclusão social a partir da inclusão digital, ampliando o exercício da cidadania a assentados da reforma agrária, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, entre outras conquistas” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: 2015).

técnico-científico informacional, a contrastar com o meio natural. O exemplo ajuda: para vir à FGV, no Rio de Janeiro, conceder esse depoimento, saí do meu apartamento, entrei em um carro com ar-condicionado, trafeguei pelo asfalto até chegar ao aeroporto e embarcar no avião. Aqui no Rio, mais carros, mais asfalto, mais técnica. Por último, o elevador que me fez chegar ao andar onde me encontro. O que se opõe a isso é o meio natural: a estrada de chão batido, as ruas sem esgoto, a encosta do morro com moradias de risco, a poeira, a área ocupada desordenadamente. A partir desses conceitos do Milton Santos, derivam outros. No meio técnico, temos a zona luminosa; no meio natural, a zona opaca. Viveriam, na zona luminosa, os fortes, e na opaca, os fracos. O tempo rápido seria o tempo dos fortes que vivem no meio técnico, na zona luminosa; o tempo lento, o tempo dos fracos no meio natural, na zona opaca. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 64).

A fala de Ronaldo Teixeira aponta para a naturalização de uma imagem anacrônica das favelas e periferias como um lugar suspenso no tempo e no espaço e culpabiliza os indivíduos pela ausência de políticas e equipamentos públicos nesse espaço:

O Território de Paz resulta dessa análise conceitual aplicada às áreas identificadas pelo Pronasci como áreas de risco. O Território de Paz é, antes de tudo, uma área de conflito no meio natural, na zona opaca. Ali estão os fracos no seu tempo lento. O que o Pronasci faz, ao instituir o Território de Paz, é aproximar os dois meios, jogar luz sobre a zona opaca, possibilitar que o fraco ganhe força. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 64-65).

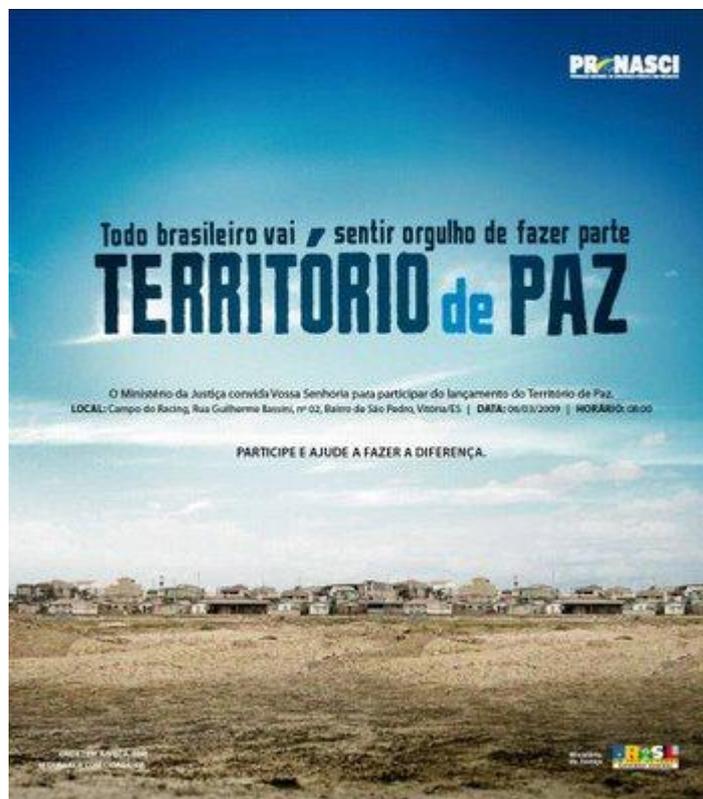


FIGURA 8 – CARTAZ TERRITÓRIO DE PAZ
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (2009).

É curioso observar na FIGURA 8 que a fotografia utilizada para ilustrar o cartaz de divulgação da cerimônia de lançamento de um Território de Paz na cidade de Vitória, no Espírito Santo, apresenta este espaço como um deserto com algumas casas que aparecem duplicadas na imagem como se não existisse qualquer tipo de variedade na construção ou aparência dessas moradias. Não há na imagem a presença de qualquer tipo de aparelho público seja de saúde, educação ou lazer. Há, portanto, a representação de um vazio que, como “zona opaca, necessita da chegada de “luz”, ou seja, da intervenção do poder público.

Na prática, a expressão Território de Paz referia-se, no desenvolvimento do Programa, ao lançamento, em um ato político, de um conjunto de ações do PRONASCI num determinado bairro ou região com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou de seus representantes, do ministro de Estado da Justiça, de governadores e políticos locais e das instituições de segurança pública. Foram lançados 21 Territórios de Paz, nas seguintes localidades, entre os anos de 2009 e 2010 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010):

- a) Santo Amaro – Recife/PE;
- b) Complexo do Alemão – Rio de Janeiro/RJ;
- c) Zap 5 – Rio Branco/AC;
- d) Itapoã – Brasília/DF;
- e) São Pedro – Vitória – ES;
- f) Benedito Bentes – Maceió/AL;
- g) Bom Jesus – Porto Alegre/RS;
- h) Tancredo Neves – Salvador/BA;
- i) Guajuviras – Canoas/RS;
- j) Guamá e Terra Firme – Belém/PA;
- k) Grande Bom Jardim – Fortaleza/CE;
- l) Grande Vargas – Sapucaia do Sul/RS;
- m) Parque Primavera – Esteio/RS;
- n) Vila Anair – Cachoeirinha/RS;
- o) Cidade de Deus – Rio de Janeiro/RJ;
- p) Vila Paim – São Leopoldo/RS;
- q) Santo Afonso – Novo Hamburgo/RS;

- r) Umbu – Alvorada/RS;
- s) Cohab – Guaíba/RS;
- t) Alvarenga – São Bernardo do Campo/SP
- u) Guatupê – São José dos Pinhais/PR.

Em discurso na cerimônia de lançamento do Território de Paz no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que:

O Pronasci, na verdade, deveria se chamar não apenas programa de Segurança Pública, porque ele é infinitamente maior do que isso. A polícia estará aqui, porque é necessário ter a polícia mesmo que a gente estivesse em paz. É preciso que tenha policiais para evitar eventuais problemas que tem em toda e qualquer comunidade do mundo. Mas a polícia que vai atuar aqui vai ser uma polícia mais companheira das pessoas que trabalham aqui. Nós não queremos mais aquela polícia que aparece de quando em quando, sem saber tratar quem é bom e quem não é bom, tratando todo mundo como se fosse inimigo.[...] Este é um programa completo de cidadania, não é apenas para combater a violência. É para trazer para cá a cidadania, a dignidade, o respeito e a esperança de vocês poderem viver um pouco melhor (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: 2008).



FIGURA 9 – LANÇAMENTO DE TERRITÓRIO DE PAZ – RIO DE JANEIRO

FONTE: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2008).

A lógica de ocupação policial e militar de um território para que sejam realizadas em seguida ações sociais e de prevenção à violência, presente no

PRONASCI, como assinalado no discurso do presidente Lula, é estrutural no programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPS), no Rio de Janeiro, política de segurança contemporânea ao Programa¹⁰⁴, como apontado anteriormente. A policialização das atividades sociais que compõem o Programa torna-se um elemento indispensável em sua execução.

Contribuindo com a discussão sobre a demarcação de um território nas políticas de segurança pública, Machado da Silva, em artigo intitulado Afinal, qual é a das UPPs?, analisa a distribuição das UPPs em diversas localidades no Rio de Janeiro e indica que:

A simples ideia de que estas áreas precisam ser pacificadas indica que os moradores, em conjunto, são vistos com extrema desconfiança, seja pelo restante da população urbana, seja pelas instituições de manutenção da ordem pública. Guerra e paz são referências binárias que tipificam amigos/inimigos, presença/ausência de perigo, sem maiores refinamentos classificatórios. Assim pouco importa que os moradores dessas áreas estejam longe de ser todos pobres e miseráveis, e que constituam na realidade, uma população bastante heterogênea, que abriga apenas uma ínfima minoria de criminosos (SILVA, 2010, p. 4).

Sendo assim, Silva (2010) aponta que a promoção da cultura de paz, como denominada pelos formuladores de políticas de segurança pública, em territórios de pobreza encobre o controle das “classes perigosas”, por meio da violência. Entretanto, não se trata de ignorar a existência de “redutos de criminalidade”, como preconiza o jargão policial, mas de compreender que estes estão inscritos em comunidades e não o contrário. A noção de guerra contra o crime ou mesmo da pacificação de comunidades toma o território a ser ocupado como um bloco homogêneo.

Em outro contexto, a análise do que Wacquant (2001) denomina de política estatal de criminalização das consequências da miséria aponta que, nos Estados Unidos, os serviços sociais vão sendo transformados em instrumentos de vigilância e controle das novas “classes perigosas”, em especial da juventude.

¹⁰⁴ A 1ª UPP foi instalada no morro Santa Marta ou Dona Marta, em Botafogo, em novembro de 2008.

Por fim, a prisão estabelece-se uma espécie de *continuum* destino da população negra e jovem proveniente dos guetos¹⁰⁵. Constitui-se o que o autor identifica como ditadura sobre os pobres caracterizada pela deslegitimação das instituições legais e judiciárias; a escalada da criminalidade violenta, dos abusos policiais (dirigidos à população jovem, negra e pobre), a criminalização dos pobres, a utilização de práticas ilegais de repressão, a obstrução generalizada ao princípio da legalidade e a distribuição desigual e não equitativa dos direitos de cidadania. O Estado convertido à ideologia do mercado total diminui suas prerrogativas nas frentes social e econômica e reforça sua atuação na área de segurança e na justiça criminal. Diante deste quadro:

A penalidade neoliberal [conjunto das práticas, instituições e discursos relacionados à pena e, sobretudo, à pena criminal] apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um “mais Estado” policial e penitenciário o “menos Estado” econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo (WACQUANT, 2001, p.7).

A associação entre pobreza e violência, não é, portanto exclusiva do Brasil. Sua presença na formulação de políticas públicas de segurança é a justificativa, como dito anteriormente, para a presença ostensiva da polícia nos “territórios” abrangidos pelo programa ou ação em questão e a repressão violenta de seus moradores como condição para a realização de ações e programas sociais. Trata-se da identificação, por meio da metáfora da guerra contra o crime, de um território que precisa ser pacificado para que seus moradores alcancem a condição de cidadãos.

Ainda estamos muito aferrados a uma concepção de segurança pública que concebe o espaço social pacificado como livre de crime e de violência, mas a discussão atual aponta para a gestão permanente da segurança a partir de mecanismos de governo, pensados em sua complexidade e em suas múltiplas interfaces com outras políticas públicas e com a sociedade civil. Trata-se, portanto, de uma expectativa de mudança de paradigma no cenário atual da jovem democracia brasileira, de um novo contrato social em que segurança e desenvolvimento caminham na mesma direção (SOUZA, 2011, p. 20).

Na cartilha Território de Paz, material em formato de história em quadrinhos produzido pelo Ministério da Justiça, a primeira página ilustrada traz a

¹⁰⁵ Cabe lembrar que no PRONASCI caso não seja possível “resgatar” o jovem, ou seja, desviá-lo da rota da criminalidade, é prevista a construção de estabelecimentos penais destinados à separação da pessoa presa por idade 18 e 24 anos e delito cometido.

imagem de um alto falante que anuncia: “Atenção moradores! A sua comunidade está se transformando em um Território de Paz e vai contar agora com muitas ações de segurança e projetos sociais”. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p. 5).

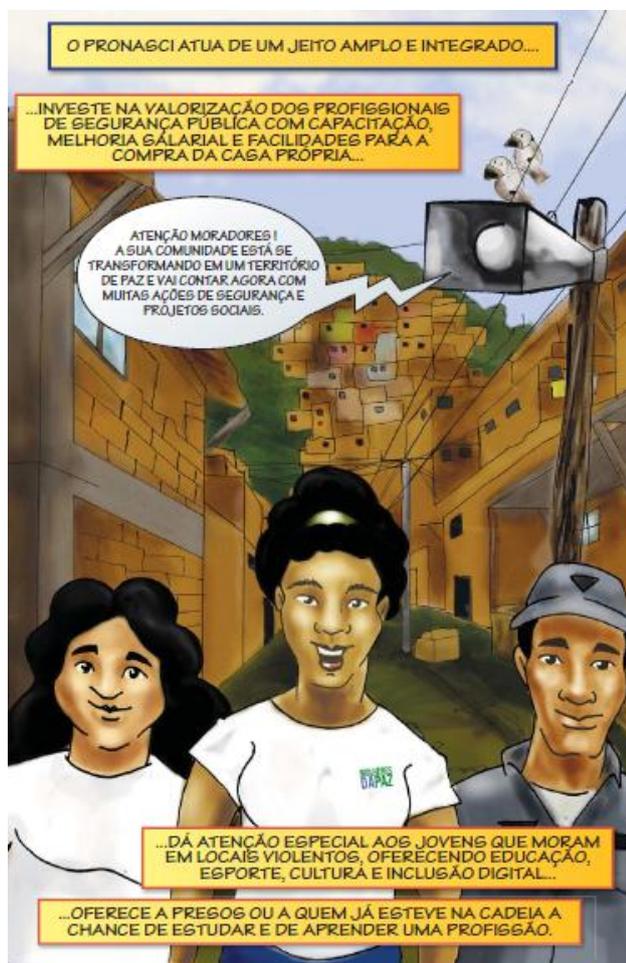


FIGURA 10 – CARTILHA TERRITÓRIO DE PAZ - A ENTRADA NA COMUNIDADE

Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2009, p. 8).

A imagem retirada da Cartilha nos remete a um território que até a chegada do Programa encontrava-se conflagrado e que necessita de controle policial para que programas e projetos de assistência social, esporte, educação e cultura se tornem acessíveis à população. Sobre a necessidade de pacificação dos territórios PRONASCI, Ricardo Balestreri ressalta que:

Os caminhos não são ainda tão claros, mas eles vão se clarificando no andar do trabalho. A velha máxima, o caminhante é que não há caminho, se faz caminho caminhando. E nós estamos caminhando. É claro que sabemos suficientemente o que queremos, mas também, do ponto de vista da clarificação detalhada, nós vamos clarificando ao

caminhar, junto com as comunidades, com as polícias, com os bombeiros, com os guardas municipais, e assim por diante. Com os gestores públicos. O que é que nós temos, por exemplo, para pacificar territórios? Nós sabemos que em alguns territórios é preciso uma primeira entrada de maior força da polícia. Maior força nunca significa vitimização de inocentes. Se você usar as armas adequadas, as técnicas adequadas e as informações antecedentes adequadas, **você pode fazer uma entrada de força cirúrgica, que não vai ferir os pobres trabalhadores já tão feridos e abandonados**, que são, praticamente, a totalidade das pessoas que moram nos lugares pobres. Convenhamos que os bandidos são uma minoria ínfima. Então, nós não podemos criminalizar a pobreza. Os pobres são cidadãos heroicamente honestos, de forma geral. (FERREIRA; BRITTO, 2010, p. 138-139, grifo meu).

Ainda que a entrada da polícia nos territórios PRONASCI tenha sido realizada com “força cirúrgica”, o que a realização destas operações policiais expressa é a percepção deste espaço como um reduto de problemas sociais e de violência:

Os moradores desses bairros sentem que eles e seus filhos têm pouco futuro, além da miséria e da exclusão a que parecem destinados no presente. Acrescente-se a esse sentido de cercamento social a raiva sentida pelos jovens urbanos sem emprego, como resultado da mácula que afeta os habitantes das áreas urbanas decadentes, à medida em que seus bairros são identificados como instáveis solos de cultivo de ‘problemas sociais’ (WACQUANT, 1993).

É necessário enfatizar que o recorte do PRONASCI, para além da faixa etária, identifica também os moradores das áreas de periferias como alvo das políticas públicas de segurança pública, ou seja, como vítimas e/ou responsáveis pela violência. Como resultado desta identificação, a população, tomada pelo estado de medo, dirige seu preconceito, raiva e intolerância para aqueles que são apontados, nos dados oficiais, como responsáveis pela violência, ou seja, para a população jovem moradora das periferias destes centros urbanos. É, em especial aos jovens moradores dos territórios PRONASCI, que se dirige o processo de criminalização da pobreza. Torna-se necessário esclarecer que nem todo jovem pobre está envolvido com a criminalidade (ABRAMOVAY, 2010, p. 45).

Na mesma cartilha do MJ sobre o Território de Paz observa-se a ambiguidade da percepção do jovem como criminoso e como vítima da criminalidade. A protagonista da história em quadrinhos é Dona Juju, uma líder comunitária selecionada para participar do projeto Mulheres da Paz.

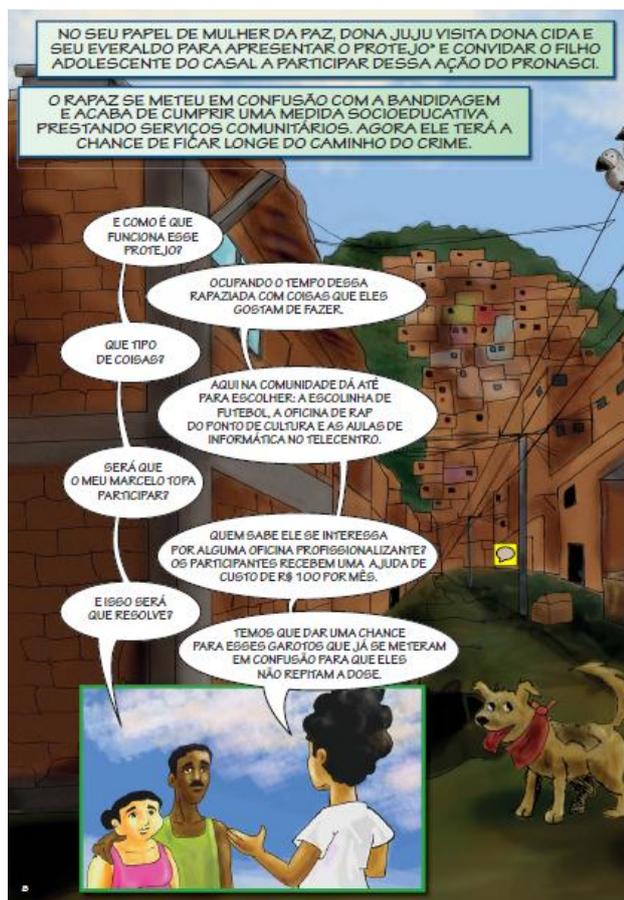


FIGURA 11 – CARTILHA TERRITÓRIO DE PAZ – CARACTERIZAÇÃO DO JOVEM PROTEJO

Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2009, p. 8).

Na história em quadrinhos, ao abordar uma família cujo filho “se meteu em confusão com a bandidagem” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009, p. 8), Dona Juju oferece a participação do jovem no PROTEJO como uma alternativa à trajetória criminosa. Destaca-se que, sem a participação nas oficinas do projeto, parece inevitável que o jovem envolva-se em nova confusão: “temos que dar uma chance para esses garotos que já se meteram em confusão para que eles não repitam a dose” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009b, p. 8).

Retoma-se neste ponto, a discussão dos termos que orientam a leitura do Programa neste trabalho, pois uma política pública que aponta os jovens moradores de periferia como responsáveis pela violência e a criminalidade resta por produzir um efeito contrário ao do anunciado pela própria política, ou seja, agravando os problemas sociais que pretendiam amenizar ou resolver e produzindo medo, insegurança e mecanismos que alimentam esse sentimento

entre a população. Para os jovens atingidos por ela, resta a identificação como “classe perigosa”.

Considerando que nem todos os bairros da cidade se tornaram “territórios de paz”, podemos inferir que a seleção das localidades que receberam ações PRONASCI corresponde à seleção dos espaços da cidade em que a concessão da cidadania só é possível por meio de um efetivo controle policial, ou seja, através da policialização das políticas públicas e de um controle social que se evidencia como do tipo perverso.

4 A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PRONASCI: OS VALORES DA PROPOSTA DE SEGURANÇA COM CIDADANIA

A análise dos dados referentes à execução orçamentária, objeto deste capítulo, apresenta-se como uma relevante ferramenta para a compreensão da instrumentalização dos princípios que orientaram a elaboração do PRONASCI e dos efeitos produzidos por esta política nacional de segurança pública.

Entre os anos de 2008 e 2012 foram firmados 783 convênios e 23 termos de parceria no âmbito do Programa¹⁰⁶. Ao todo foram assinados, 394 convênios com estados, 389 com municípios e 23 com OSCIPs. A distribuição dos convênios e termos de parceria, ao longo do período analisado, é ilustrado no GRÁFICO 4:

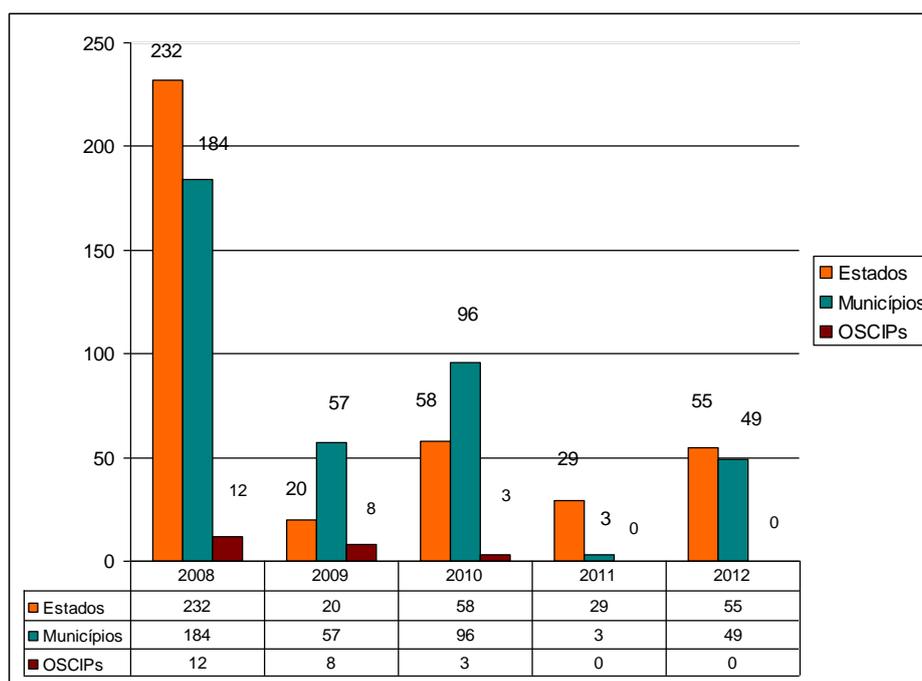


GRÁFICO 4 – NÚMERO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS PELO PRONASCI– 2008-2012

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

¹⁰⁶ De acordo com levantamento realizado na aba destinada ao Acesso à Informação no portal do Ministério da Justiça na *Internet*. A relação completa dos convênios analisados encontra-se nos Apêndices 4, 5 e 6.

4.1 O OLHAR DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PRIMEIROS ANOS DE EXECUÇÃO DO PRONASCI (2008 – 2009)

Os dois primeiros anos de execução do PRONASCI - 2008 e 2009 - foram monitorados e avaliados pela Fundação Getúlio Vargas¹⁰⁷. Em documento sobre o primeiro ano de execução do Programa, elaborado e publicado pela FGV, De início, observa-se, a significativa demanda quando da solicitação de recursos ao Ministério da Justiça. Em 2008, o número de propostas apresentadas pelos estados e município foi aproximadamente quatro vezes maior do que o número de propostas aprovadas pelo Conselho Gestor do PRONASCI, conforme ilustrado na TABELA 14.

TABELA 14 – PROJETOS APRESENTADOS E APROVADOS – ESTADOS E MUNICÍPIOS – PRONASCI - 2008

| ENTE FEDERADO | PROJETOS APRESENTADOS | PROJETOS APROVADOS |
|---------------|-----------------------|--------------------|
| Estados | 893 | 230 |
| Municípios | 688 | 185 |
| TOTAL | 1581 | 415 |

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2009). Adaptado pela autora.

Essa demanda frustrada ainda que possa estar, ao menos em parte, relacionada a questões de ordem técnica, como a elaboração do projeto ou capacidade institucional para execução dos projetos, informa que a demanda por ações de segurança pública em esfera local foi subestimada pelo Governo Federal.

A divulgação do número de propostas enviadas ao Ministério da Justiça, feita pela FGV limitou-se ao volume correspondente ao primeiro ano do

¹⁰⁷ Contratada pelo Ministério da Justiça, pelo valor de R\$ 7.550.000,00 (sete milhões e quinhentos e cinquenta mil reais), a FGV produziu e publicou dois documentos sobre o Programa intitulados Pronasci em perspectiva (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2008) e Pronasci em números (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

Programa. Considerando que os dados disponíveis no Portal de Transparência do Ministério da Justiça apresentam apenas os convênios e termos de parceria firmados, não estão elementos para analisar a continuidade da relação entre projetos apresentados e projetos aprovados. Não obstante, com a maior divulgação do Programa em questão e o início efetivo de sua execução, supõe-se que o número de projetos apresentados por estados, municípios e OSCIPS tenha crescido entre 2009 e 2012.

Quanto à natureza das propostas aprovadas, a FGV apresenta gráfico, reproduzido na FIGURA 12, em que são demonstrados os percentuais de recursos recebidos por ação do PRONASCI no ano de 2008.

GRÁFICO 8

Ações aprovadas pelo Comitê Gestor em termos percentuais do volume de recursos – 2008



Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

50

FIGURA 12 – GRÁFICO FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – AÇÕES APROVADAS PELO COMITÊ GESTOR EM TERMOS PERCENTUAIS DO VOLUME DE RECURSOS – 2008.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2009, p. 50).

No primeiro ano de execução do Programa, 6 ações concentraram 87% dos recursos disponibilizados pelo Programa. São elas: Aquisição de equipamentos (Ação 7) – 46,5%; Fortalecimento às ações de prevenção à violência (Ação 76) – 19,6%; PROTEJO (Ação 61) – 9,7%; Mulheres da Paz (4,9%); Laboratório de tecnologia em lavagem de dinheiro (Ação 42) – 3,2% e Central de Inteligência (Ação 12) – 3,2%. Considerando as ações em destaque, observa-se que, no ano de 2008, 52,9% do valor investido pelo Ministério da Justiça foi direcionado a ações de repressão à criminalidade e 34,2% foram direcionados a ações de prevenção.

Em análise sobre as políticas públicas voltadas a juventude, técnicos do IPEA avaliam que “talvez o maior mérito do PRONASCI esteja precisamente em conciliar os conceitos de repressão e prevenção e aliar políticas de segurança pública com políticas sociais” (AQUINO e ANDRADE, 2009, p. 213). No entanto, é possível avaliar que a conciliação proposta pelo Programa não se efetivou na aplicação de recursos do PRONASCI. As ações de repressão receberam maior volume de recursos que as ações de prevenção à criminalidade.

Cabe destacar que 20% do valor total investido, pelo Ministério da Justiça, em ações de prevenção foi destinado a ação Bolsa Formação, iniciativa de educação à distância para capacitação de profissionais de segurança em diversos temas¹⁰⁸. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, “a Lei Orçamentária de 2008 (antes de ser alterada pelos créditos) e a Lei Orçamentária de 2009 priorizam a concessão de bolsas, em cerca de R\$600 milhões, sendo esta a ação mais importante do Programa” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009, p. 7). Depreende-se desse apontamento que esse investimento não atingiu diretamente o foco étário ou social do Programa.

¹⁰⁸ Para ter acesso aos recursos da ação Bolsa Formação o estado ou município deveria aderir ao projeto por meio de um Termo de Adesão e Cooperação, que será efetivado pela transferência direta de renda. Em cartilha sobre a ação, “os profissionais de segurança pública que atenderem as condições exigidas pelo projeto devem se cadastrar e requerer a bolsa no sistema Nacional do Projeto Bolsa Formação - SisFor - por meio do site do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br/pronasci). O profissional de segurança pública que atender aos requisitos e tiver seu cadastro homologado pelo Gestor Estadual/Municipal receberá no endereço constante na base do cadastro, cartões magnéticos personalizados emitido pela Caixa Econômica Federal. O recebimento da Bolsa Formação poderá ser renovado anualmente, desde que o beneficiário realize um novo curso de educação continuada ou comprove sua permanência nos cursos técnicos de graduação tecnológicos, de especialização, mestrado e presenciais” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008d, p. 10-11).

A centralidade do projeto Bolsa Formação nos investimentos realizados pelo Ministério da Justiça no âmbito do PRONASCI foi sublinhada pelo INESC:

A evolução dos gastos com as ações do Pronasci apontam que uma única iniciativa, a do projeto Concessão de Bolsa Formação, apresentou uma execução orçamentária em torno de 90%. Estes dados comprovam que o Programa, até o momento, está reduzido a uma política de aumento de renda para os agentes de segurança, o que não garante o cumprimento dos objetivos traçados e muito menos do indicador proposto. Será que somente profissionais mais bem pagos podem garantir a redução da taxa de homicídios? Ou reduzir a violência contra as mulheres? (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2010, p. 72).

As informações sobre a execução orçamentária da ação Bolsa Formação disponibilizadas pelo Portal Siga Brasil¹⁰⁹, na página do Senado Federal na internet, foram compiladas pelo Tribunal de Contas da União em relatório de auditoria da ação e consolidam o argumento do INESC de que o PRONASCI limitou-se à uma política de transferência de renda para os profissionais de segurança pública.

TABELA 15 - DESPESA LIQUIDADADA BOLSA FORMAÇÃO – 2008- 2011

| Ação | Despesa Liquidada 2008 | Despesa Liquidada 2009 | Despesa Liquidada 2010 | Despesa Liquidada Agosto/2011 |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|-------------------------------|
| Concessão de Bolsa Formação | R\$ 154.197.363 | R\$ 688.212.254 | R\$ 662.000.000 | R\$ 369.716.013 |
| Percentual sobre o total executado do PRONASCI | 15% | 56% | 46% | 88% |

FONTE: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (2011, p. 3). Adaptado pela autora

O levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas (2009, p. 21-23) aponta quais foram as ações que não receberam aporte de recursos no primeiro ano de efetivação do PRONASCI. São elas: Ampliação da capacidade de mobilização da segurança pública e Implantação de sistema de segurança eletrônica nos estabelecimentos penitenciários¹¹⁰; Construção de estabelecimentos penais destinados à separação de pessoa presa por idade

¹⁰⁹ O SIGA Brasil é um sistema que reúne informações sobre orçamento público com vistas a ampliar e facilitar o acesso ao SIAFI e às demais bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. É possível acessar o sistema por meio da página do Senado Federal na internet: <<http://www.senadofederal.gov.br/orcamento/sigabrasil>>.

¹¹⁰ Não há ação PRONASCI corresponde ao projeto descrito pela FGV.

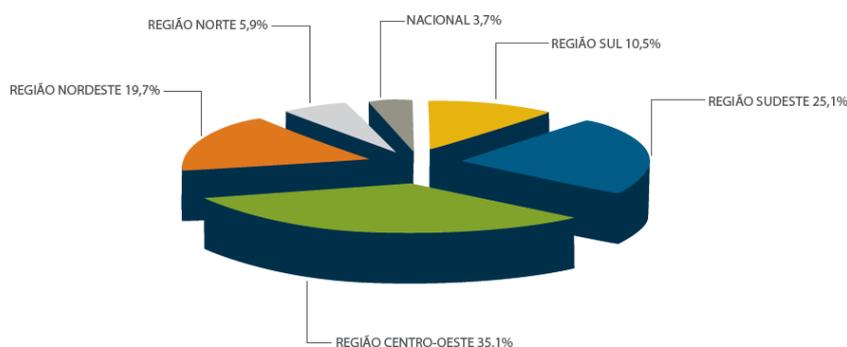
entre 18 e 24 anos e delito cometido (Ação 2); Construção de módulos de saúde nos estabelecimentos penais (Ação 3); Controle de rodovias (Ação 8); Formação continuada dos agentes penitenciários estaduais (Ação 33), Recuperação e construção de equipamentos públicos desportivos (Ação 47); Brasil Alfabetizado nas prisões (Ação 68); Formação de educadores para PROEJA prisional (Ação 71); Pintando a liberdade (Ação 72); Pintando a Cidadania (Ação 73); Implementação de cursos preparatórios para ENEM – Sistema Penal (Ação 74); Elaboração do diagnóstico e apoio à implementação de projetos de economia solidária (Ação 77); Projeto de mutirão para assistência jurídica (Ação 78); Implantação de museus comunitários em áreas de alta criminalidade no Brasil (Ação 86); Telecentros para inclusão digital (Ação 88) e Esporte e lazer na cidade (Ação 89).

É possível verificar que dentre as 17 ações que não foram executadas pelo Ministério da Justiça em 2008, 10 dizem respeito à políticas voltadas ao sistema penitenciário. Sendo assim, de início, não houve investimento nas ações de reestruturação do sistema penitenciário.

Quanto à distribuição de recursos por região, a FGV indica, como ilustrado na FIGURA 13, que as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste receberam os maiores percentuais de recurso respectivamente 35,1%, 25,1% e 19,7%.

GRÁFICO 2

PRONASCI - Percentual de valores empenhados por região em 2008



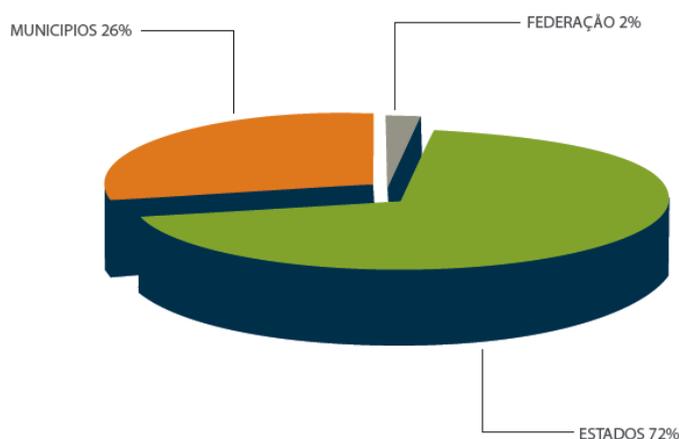
Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

FIGURA 13 – GRÁFICO FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – PRONASCI – PERCENTUAL DE VALORES EMPENHADOS POR REGIÃO EM 2008

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2009, p. 27).

No ano de 2008, por conta da realização da I Conferência Nacional de Segurança Pública com Cidadania¹¹¹, todos os estados da federação tiveram acesso aos recursos do PRONASCI. Segundo a Fundação, o Distrito Federal recebeu cerca de 30% dos recursos descentralizados pelo Ministério da Justiça.

Na figura 14, o gráfico produzido pela FGV explicita a distribuição dos recursos do PRONASCI, em 2008, por ente federado. De acordo com a Fundação, 72% dos recursos do Programa foram executados pelos estados; 26% pelos municípios e 2% foram destinados a projetos executados pela União. A centralidade dos estados na implementação do Programa corresponde à centralidade da ação de aquisição de equipamentos para instituições de segurança pública. Desse modo, as polícias civis e militares dos estados brasileiros foram as principais beneficiárias do Programa em seu primeiro ano.



Fonte: SIMAP. Elaboração: FGV Projetos

GRÁFICO 4

Destinação de recursos do PRONASCI para os entes da federação - 2008

FIGURA 14 – GRÁFICO FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO PRONASCI PARA OS ENTES DA FEDERAÇÃO - 2008

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2009, p. 41).

¹¹¹ A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública foi realizada, em Brasília, entre os dias 27 e 30 de agosto. A realização da etapa nacional foi precedida por etapas municipais, etapas estaduais e conferências livres.

Por fim, a Fundação Getúlio Vargas, nos documentos publicados em 2008 e 2009, não analisa os princípios que estruturam o Programa e limita-se a apontar que:

O Ministério da Justiça, com a implementação do PRONASCI, dobrou seu potencial de investimento e ampliou em várias vezes sua capilaridade e capacidade de descentralização de recursos e, por conseguinte, de induzir políticas públicas na área de Segurança Pública nos demais Entes Federados. Porém, ficou claro que a estrutura administrativa que suporta o Programa não acompanhou esse incremento, sendo necessária a organização de estrutura administrativa compatível com o volume de recursos necessários para operacionalização do Programa. A questão de pessoal é bastante importante e impacta diretamente a possibilidade de monitoramento e avaliação do Programa, quer pela total falta de efetivo para acompanhar as ações, quer pela pouca quantidade de pessoal qualificado para avaliar as políticas públicas. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009, p. 59).

Em documento intitulado *Pesquisa de percepção da população sobre o PRONASCI, Cidadania, Segurança e suas instituições nos Territórios da Paz*, a FGV apresenta resultados de pesquisa realizada em seis Territórios da Paz do Programa, entre 24 de junho e 3 de julho de 2009:

- a) Acre – ZAP 5 – Santa Inês
- b) Alagoas – Benedito Bentes
- c) Distrito Federal – Itapõa
- d) Espírito Santo – São Pedro
- e) Pernambuco – Santo Amaro
- f) Rio de Janeiro – Complexo do Alemão – Nova Brasília.

Dentre as questões respondidas pelos 2.850 entrevistados, destaca-se a seguinte pergunta: “Em sua opinião, quais são os problemas mais frequentes em sua comunidade? (FGV, 2009a, p.9)”. As respostas dos entrevistados, ilustradas no GRÁFICO 5 indicam que as principais preocupações dos mesmos estão relacionadas à matéria de infra-estrutura urbana: Asfaltamento, Saneamento básico, Coleta de lixo e Iluminação pública.

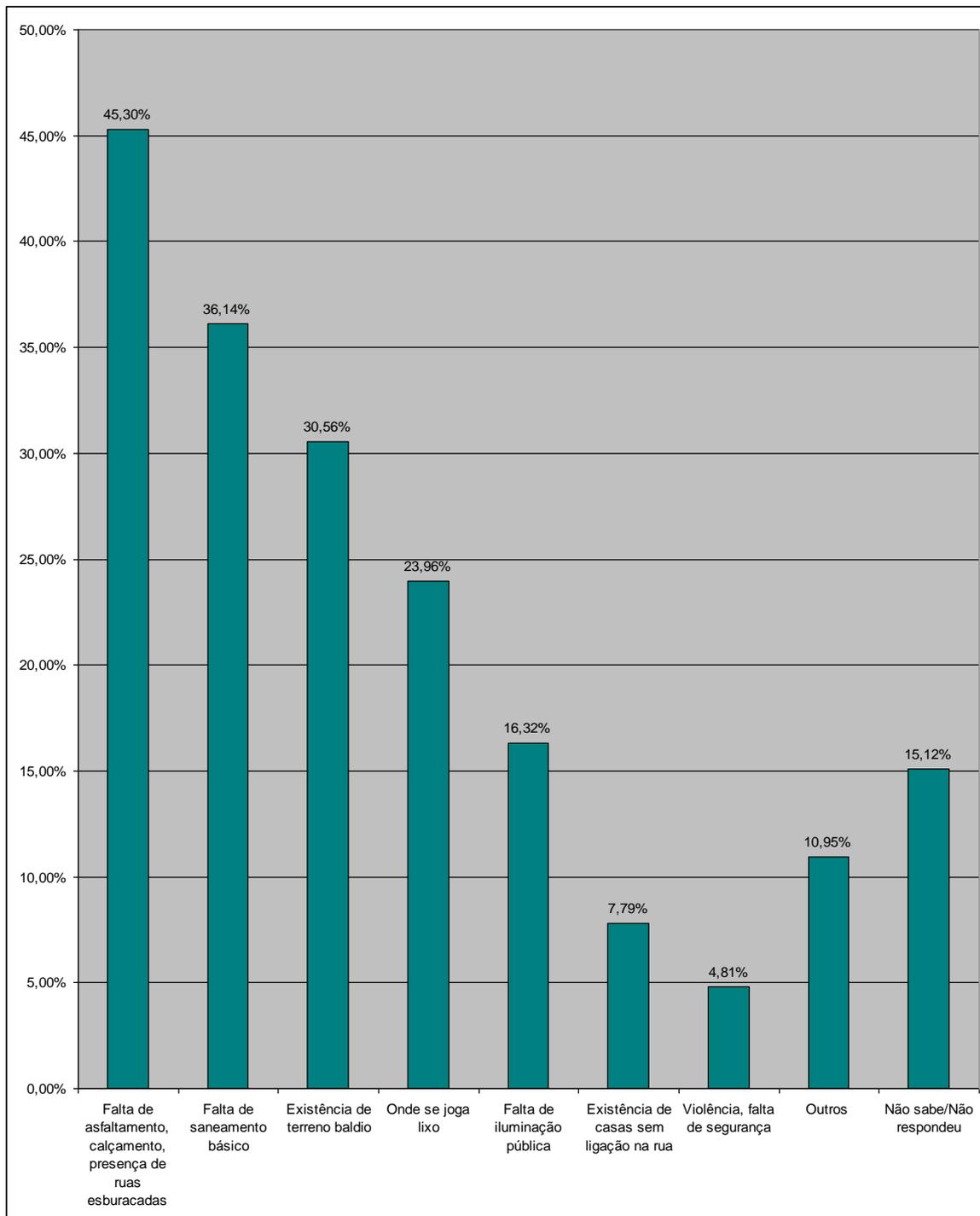


GRÁFICO 5 - PROBLEMAS MAIS FREQUENTES EM SUA COMUNIDADE – TERRITÓRIOS DE PAZ

FONTE: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2009a, p. 9).

Nota-se que a questão Violência/Falta de segurança aparece na fala de apenas 4,81% dos entrevistados. Para fins de análise, as respostas à questão levantada pela FGV denotam que em um território indicado como violento pelo Ministério da Justiça a segurança pública não é um problema relevante para os moradores desta comunidade. Evidencia-se, novamente, a construção de um território violento.

Circunscrita aos primeiros anos de existência do Programa, a análise da Fundação Getúlio Vargas não acompanhou o desenvolvimento das atividades do PRONASCI nos anos que se seguiram. Entretanto, os dados disponibilizados pelo Ministério da Justiça em seu Portal de Transparência na *internet* permitem a continuidade da avaliação dessas atividades.

4.2 A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PRONASCI (2008 – 2012): SOBRE A RELAÇÃO COM OS HOMÍCIDIOS JUVENIS

Com orçamento previsto de R\$ 1.406.000.000,00 por ano, no período compreendido entre 2008 e 2011 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p. 14), o PRONASCI investiu nesse período R\$ 1.028.476.648¹¹² em projetos executados por estados, municípios e OSCIPs.

A distribuição dos recursos investidos pelo Ministério da Justiça não ocorreu de modo contínuo ao longo do período analisado. Como demonstrado na TABELA 14, dos 27 estados brasileiros, apenas 13 receberam recursos durante os cinco anos de execução do Programa, 9 receberam recursos por quatro anos e 5 estados obtiveram financiamento, no âmbito do PRONASCI, apenas em três anos. As quantias recebidas também sofreram variações significativas ano a ano.

No primeiro ano de distribuição de recursos pelo Programa foi transferida aos estados a quantia de R\$ 334.935.021,28. Nos anos subsequentes, os recursos corresponderam, em média, à 24% do valor investido no primeiro ano de programa e não ultrapassaram a quantia de R\$ 87.687.988,89. Somados os quatro últimos anos de execução do Programa representaram um gasto de R\$ 314.472.451,32.

¹¹² O valor total de investimento foi contabilizado por meio das informações disponíveis no Portal de Transparência do Ministério da Justiça.

TABELA 16 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PRONASCI POR UF – 2008 – 2012 - conclusão

| UF | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|----|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| AC | R\$ 14.733.006,96 | R\$ 3.324.415,37 | R\$ 5.368.739,17 | R\$ 3.500.000,00 | R\$ 599.320,51 |
| AL | R\$ 19.587.150,67 | ---- | R\$ 6.150.531,72 | ---- | R\$ 40.406.815,21 |
| AM | R\$ 98.505,00 | R\$ 203.864,50 | R\$ 620.000,00 | R\$ 3.499.650,00 | R\$ 1.413.501,20 |
| AP | R\$ 100.000,00 | R\$ 496.000,00 | R\$ 5.000.000,00 | R\$ 1.603.356,88 | R\$ 600.000,00 |
| BA | R\$ 37.004.319,02 | R\$ 9.900.000,00 | R\$ 4.950.000,00 | R\$ 990.000,00 | R\$ 1.898.504,58 |
| CE | R\$ 9.225.474,00 | R\$ 817.745,36 | R\$ 845.107,49 | ---- | R\$ 562.820,95 |
| DF | R\$ 37.991.624,16 | R\$ 7.158.888,89 | R\$ 2.914.575,85 | R\$ 1.350.220,06 | R\$ 16.225.762,28 |
| ES | R\$ 6.913.879,04 | ---- | R\$ 382.317,60 | ---- | R\$ 1.391.588,55 |
| GO | R\$ 56.010.947,55 | R\$ 1.180.045,35 | R\$ 2.391.260,38 | ---- | R\$ 1.979.981,15 |
| MA | R\$ 18.781.172,00 | ---- | R\$ 608.695,36 | R\$ 1.050.000,00 | R\$ 1.333.204,61 |
| MG | R\$ 3.104.268,00 | R\$ 8.348.640,41 | R\$ 10.288.236,49 | R\$ 2.113.244,72 | R\$ 1.248.664,71 |
| MS | R\$ 100.000,00 | ---- | R\$ 4.745.780,75 | R\$ 4.481.533,92 | R\$ 599.929,65 |
| MT | R\$ 100.000,00 | ---- | R\$ 8.227.824,89 | R\$ 5.408.520,11 | R\$ 1.583.684,43 |
| PA | R\$ 3.409.645,03 | ---- | R\$ 3.140.622,87 | R\$ 1.949.820,90 | R\$ 533.435,76 |
| PB | R\$ 150.000,00 | ---- | R\$ 494.386,63 | ---- | R\$ 588.435,76 |
| PE | R\$ 30.247.325,98 | ---- | R\$ 8.109.638,66 | R\$ 997.540,51 | R\$ 413.820,00 |
| PI | R\$ 100.000,00 | ---- | R\$ 650.000,00 | R\$ 1.258.054,47 | R\$ 600.000,00 |
| PR | R\$ 7.356.503,00 | R\$ 8.107.011,86 | R\$ 1.480.584,25 | R\$ 5.089.473,73 | R\$ 1.553.984,75 |
| RJ | R\$ 16.354.275,64 | R\$ 27.262.884,88 | R\$ 489.930,82 | R\$ 12.000.000,00 | R\$ 2.370.305,44 |
| RN | R\$ 3.100.00,00 | ---- | R\$ 5.649.719,06 | ---- | R\$ 593.230,43 |
| RS | R\$ 27.034.260,06 | R\$ 8.917.267,26 | R\$ 466.793,33 | R\$ 6.193.473,76 | R\$ 1.504.325,31 |
| RO | R\$ 100.000,00 | R\$ 277.200,00 | R\$ 1.652.958,40 | R\$ 3.500.000,00 | R\$ 583.393,35 |
| RR | R\$ 99.000,00 | R\$ 170.116,00 | R\$ 800.000,00 | R\$ 2.376.952,40 | R\$ 599.400,00 |
| SC | R\$ 149.939,10 | R\$ 300.000,00 | R\$ 3.000.000,00 | R\$ 4.360.270,48 | R\$ 1.560.954,06 |
| SP | R\$ 42.883.725,47 | R\$ 1.931.707,20 | R\$ 4.264.295,48 | ---- | R\$ 585.198,94 |
| SE | R\$ 100.000,00 | ---- | R\$ 2.901.460,32 | ---- | R\$ 1.462.505,61 |
| TO | R\$ 100.000,00 | R\$ 299.970,00 | R\$ 2.094.529,37 | R\$ 631.449,72 | R\$ 2.942.401,43 |
| | R\$ 334.935.021,28 | R\$ 78.695.757,08 | R\$ 87.687.988,89 | R\$ 62.353.561,66 | R\$ 85.735.142,74 |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados pela autora.

Nos cinco anos de execução do Programa os recursos recebidos pelos estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e pelo Distrito Federal, quando somados, correspondem à 62% do valor total investido pelo Ministério da Justiça. Os 38% restantes do valor total investido foram divididos pelos demais estados. Os estados da Paraíba, do Piauí e de Roraima receberam, nessa ordem, o menor percentual de recursos do PRONASCI.

Considerando que a incidência de homicídios foi tomada como indicador para a seleção dos integrantes do Programa e a juventude foi qualificada como foco do mesmo, torna-se relevante analisar a distribuição dos recursos em relação ao índice de homicídios na população jovem. Sendo assim, a TABELA 17 apresenta os estados brasileiros de acordo com sua posição na distribuição dos

recursos do PRONASCI, ou seja, de acordo com a ordem que ocupam nessa distribuição e do mesmo modo, em sua posição por conta da taxa média de homicídios na população jovem a cada 100.000 habitantes.

TABELA 17 – RANKING – RECURSOS RECEBIDOS E TAXA MÉDIA DE HOMICÍDIOS
POPULAÇÃO JOVEM – 2008-2012

| UF | TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS 2008 – 2012 | POSIÇÃO | TAXA MÉDIA DE HOMICÍDIOS POPULAÇÃO JOVEM 2008-2012 | POSIÇÃO |
|----|---|---------|--|---------|
| AC | R\$ 27.525.482,01 | 9º | 37,74 | 24ª |
| AL | R\$ 66.144.497,60 | 1º | 137,8 | 1ª |
| AM | R\$ 5.835.520,70 | 23º | 61,10 | 14ª |
| AP | R\$ 7.799.356,88 | 20º | 69,82 | 8ª |
| BA | R\$ 54.742.823,60 | 5º | 81,12 | 4ª |
| CE | R\$ 11.451.147,80 | 14º | 63,06 | 12ª |
| DF | R\$ 65.641.071,24 | 2º | 73,76 | 7ª |
| ES | 8.687.785,19 | 19º | 111,36 | 2º |
| GO | R\$ 61.562.324,43 | 3º | 67,06 | 10ª |
| MA | R\$ 21.779.071,97 | 12º | 41,42 | 20ª |
| MG | R\$ 25.103.054,33 | 10º | 41,64 | 19ª |
| MS | R\$ 9.927.244,38 | 15º | 47,52 | 18ª |
| MT | R\$ 15.320.030,32 | 13º | 54,66 | 16ª |
| PA | R\$ 9.033.524,56 | 18º | 78,44 | 5ª |
| PB | R\$ 1.232.822,39 | 27º | 74,92 | 6ª |
| PE | R\$ 39.768.325,15 | 8º | 86,36 | 3ª |
| PI | R\$ 2.608.054,47 | 26º | 25,04 | 25ª |
| PR | R\$ 23.587.557,59 | 11º | 69,26 | 9ª |
| RJ | R\$ 58.477.396,78 | 4º | 64,54 | 11ª |
| RN | R\$ 9.342.949,49 | 17º | 56,24 | 15ª |
| RS | R\$ 44.116.119,72 | 7º | 39,92 | 21ª |
| RO | R\$ 6.113.551,75 | 21º | 48,04 | 17ª |
| RR | R\$ 4.045.468,40 | 25º | 38,10 | 22ª |
| SC | R\$ 9.371.163,64 | 16º | 23,88 | 27ª |
| SP | R\$ 49.664.927,09 | 6º | 24,42 | 26ª |
| SE | R\$ 4.463.965,93 | 24º | 62,68 | 13ª |
| TO | R\$ 6.068.350,52 | 22º | 37,76 | 23ª |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. WAISELFISZ (2013). Dados agrupados pela autora.

Nota-se que, dentre os 27 estados brasileiros, foi observada correlação entre a posição quanto à distribuição de recursos e quanto à incidências de homicídios juvenis em 6 estados, a saber, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraná, Piauí e Rio Grande do Norte¹¹³.

¹¹³A correlação entre as posições ocupadas foi estabelecida pela diferença máxima de três pontos, acima ou abaixo, entre as posições na distribuição de recursos e no índice de homicídios, em relação aos demais estados.

Não há correlação entre os recursos recebidos e o índice de homicídios nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins indicando que o volume de recursos investidos foi superior ou inferior frente à situação de violência vivida nesses estados.

Existem casos extremos de disparidade entre os valores investidos e a situação de violência, sofrida pela população jovem nos estados analisados. Os estados de Espírito Santo, Pará e Paraíba estão entre os 10 estados com maior taxa de homicídios juvenis, ocupando respectivamente, a 2^a, 5^a e 6^a posição. No entanto, receberam um pequeno volume de recursos na comparação nacional, ocupando respectivamente, a 19^a, 18^a e 27^a posição.

Em contraposição, os estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo receberam grande volume de recurso mas ocupam, nessa ordem, a 20^a e 26^a posição no ranking da taxa média de homicídios entre a população jovem. Sendo assim, a situação de violência vivida nesses estados não exigia, de acordo com a lógica do Programa, um investimento tão significativo por parte do Ministério da Justiça. Vale lembrar que, no caso analisado, o investimento feito em um estado ocorre em detrimento dos demais.

Os dados da tabela em questão apontam que, embora a incidência de homicídios tenha sido adotado como indicador para a seleção dos integrantes do Programa, este critério não permaneceu como norteador da distribuição dos recursos. Posto que os estados que apresentavam as maiores taxas, a exceção dos estados de Alagoas, Pernambuco, da Bahia, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, não foram priorizados na aplicação do orçamento do PRONASCI.

Outrossim, o investimento do Governo Federal nos estados não resultou, no período analisado, em diminuição da incidência de homicídios juvenis. Se tomarmos os três estados que receberam maior volume de recursos do Programa – Alagoas, Distrito Federal e Goiás, verificaremos, como ilustra o GRÁFICO 5, que entre os anos de 2008 e 2012, não houve significativa queda da taxa de homicídios na população jovem.

No caso específico do estado de Alagoas, que recebeu um investimento do Governo na ordem de R\$ 66.144.497,60, o índice de homicídios na população

jovem por 100 mil habitantes era de 125,3 em 2008 e de 138,3 em 2012, indicando um aumento de aproximadamente 10% na taxa de homicídios de jovens no período analisado.

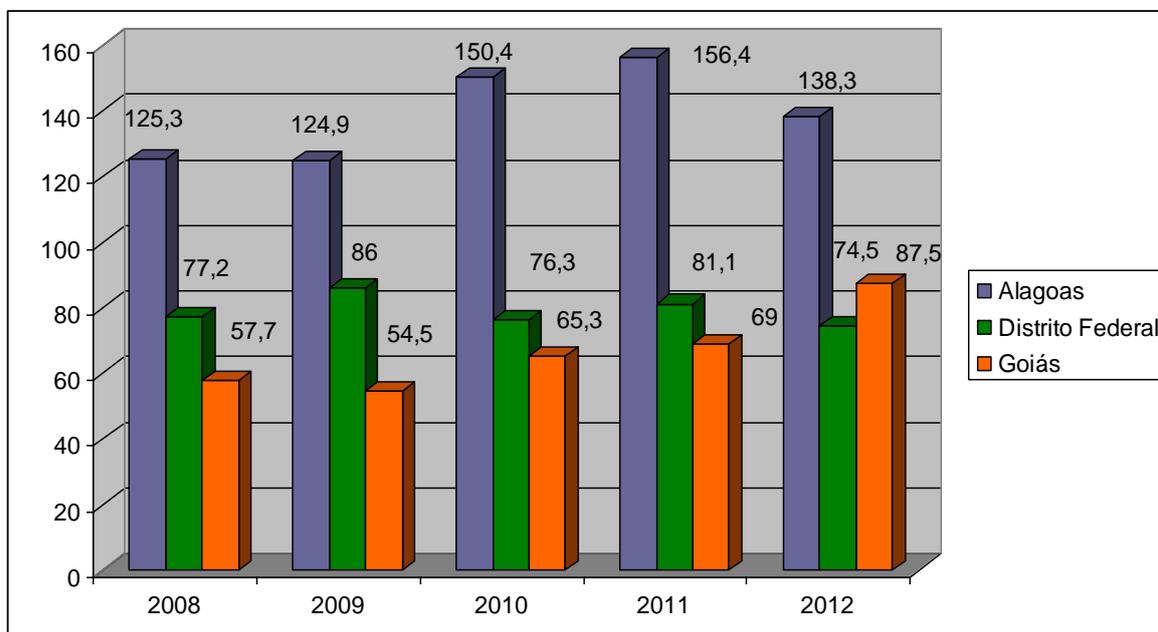


GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIO – POPULAÇÃO JOVEM – ALAGOAS, DISTRITO FEDERAL E GOIÁS – 2008-2012

FONTE: WAISEFILSZ (2013). Adaptado pela autora.

Quanto a distribuição de recursos do PRONASCI entre os entes federados, a TABELA 18 explicita que houve maior concentração de recursos nas ações executadas pelos Estados. Essas ações, por conta da atribuição constitucional de gestão estadual das polícias militares e civis, estariam em sua maioria relacionadas às atividades desses órgãos. Os recursos executados por municípios concentrariam, como tem sido o desenho institucional da política nacional de segurança pública, as ações de prevenção.

TABELA 18 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PRONASCI POR ENTE – 2008-2012

| ENTE | RECURSOS RECEBIDOS | PERCENTUAL |
|------------|----------------------|------------|
| Estados | R\$ 649.407.471,65 | 63% |
| Municípios | R\$ 353.010.080,81 | 34% |
| OSCIPs | R\$ 26.059.095,80 | 3% |
| TOTAL | R\$ 1.028.476.648,26 | 100% |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados pela autora.

O volume de recursos empenhados pelo Ministério da Justiça, no âmbito da execução do PRONASCI, pode ser considerado um marco histórico na descentralização de recursos. Não há precedentes na história do Ministério da Justiça quanto ao repasses de recursos a estados e municípios. Entretanto, para avaliar a concretização dos objetivos propostos pelo Programa é necessária a avaliação dos investimentos por ação como indicado na próxima seção deste trabalho.

4.3 DADOS CONSOLIDADOS SOBRE O INVESTIMENTO NAS AÇÕES PRONASCI (2008 – 2012)

4.3.1 Proteção de Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO e Mulheres da Paz

Apresentado, pelo Ministério da Justiça, como a principal ação do PRONASCI voltada à juventude, o PROTEJO foi executado por 52 municípios¹¹⁴ entre 2008 e 2010¹¹⁵. Ao todo foram firmados 53 convênios com os municípios brasileiros¹¹⁶ totalizando um investimento de R\$ 49.087.212, 66.

¹¹⁴ A saber: Alvorada/RS; Arapiraca/AL; Araucária/PR; Cabo Frio/RJ; Cachoeirinha/RS; Campinas/SP; Campos dos Goytacazes/RJ; Canoas/RS; Cariacica/ES; Cismel/PR; Colombo/PR; Curitiba/PR; Diadema/SP; Embu Guaçu/SP; Esteio/RS; Feira de Santana/BA; Fortaleza/CE; Garanhuns/PE; Governador Valadares/MG; Gravataí/RS; Guaíba/RS; Ilhéus/BA; Imperatriz/MA; Itabuna/BA; Itapeverica da Serra/SP; Itapevi/SP; Jandira/SP; Linhares/ES; Marabá/PA; Novo Hamburgo/RS; Osasco/SP; Passo Fundo/RS; Petrolina/PE; Pinhais/PR; Porto Alegre/RS; Rio de Janeiro/RJ; Santa Luzia/MG; Santana do Parnaíba/SP; Santo André/SP; São Bernardo do Campo/SP; São Leopoldo/RS; São Mateus/ES; Sapucaia do Sul/RS; Serra/ES; Sobral/CE; Taboão da Serra/SP; Teixeira de Freitas/BA; Toledo/PR; Viana/ES; Vila Velha/ES; Vitória de Santo Antão/PE e Vitória/ES.

¹¹⁵ Em 2011, não foi firmado nenhum convênio no âmbito do PROTEJO. No ano seguinte, 2012, por orientação da SENASP, a execução da ação foi condicionada à execução em conjunto da

TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS – PROTEJO – MUNICÍPIOS – 2008-2012

| MUNICÍPIOS | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------|----------|
| Número de convênios firmados | 21 | 11 | 21 | 0 | 0 |
| Valor de repasse | R\$ 14.506.162,18 | R\$ 20.921.254,33 | R\$ 13.659.796,15 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados pela autora.

Dois convênios PROTEJO foram executados pelas OSCIPS Viva Comunidade do Rio de Janeiro e Soluções Eficazes e Criativas em Políticas Públicas (SABER) do Distrito Federal. O convênio com o Viva Comunidade foi firmado em 2008 e recebeu recursos no valor de R\$ 683. 316,44. Já o convênio firmado com a SABER, em 2009, representou um investimento de R\$ 4.440.083,88. O montante de recursos executados pelas OSCIPs somou R\$ 5.123.400,32.

Quanto aos estados, foram assinados 13 convênios com Acre, Alagoas (2 convênios), Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro (3 convênios), Sergipe e Tocantins totalizando um investimento de R\$ 33.396.776,97. A distribuição dos valores recebidos pelos estados entre 2008 e 2012 encontra-se na TABELA 18.

TABELA 20 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS – PROTEJO – ESTADOS – 2008-2012

| ESTADOS | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|------------------------------|-------------------|------------------|----------|----------|------------------|
| Número de convênios firmados | 9 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Valor de repasse | R\$ 22.591.982,92 | R\$ 8.458.184,07 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 2.346.609,98 |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados pela autora.

Confirma-se na análise dos recursos distribuídos para estados que o ano de 2011 foi um ano nulo para o PROTEJO pois não houve investimento na ação nesse período. No ano de 2012, apenas os estados tiveram acesso aos recursos do PROTEJO, ainda que em pequeno número e valor investido.

Em resumo, a ação PROTEJO foi executada do seguinte modo:

ação Mulheres da Paz. Os projetos PROTEJO/Mulheres da Paz foram conveniados por meio de edital próprio publicado pela Secretaria.

¹¹⁶ O município de São Bernardo do Campo/SP executou o projeto nos anos de 2008 e 2009.

TABELA 21 – RESUMO – PROTEJO – 2008-2012

| ENTE | NÚMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS | VALOR DE REPASSE |
|------------|------------------------------|-------------------|
| Municípios | 53 | R\$ 49.087.212,66 |
| OSCIPS | 2 | R\$ 5.123.400,32 |
| Estados | 13 | R\$ 33.396.776,97 |
| TOTAL | 68 | R\$ 87.607.389,95 |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados pela autora.

Os convênios PROTEJO representaram menos de 10% do total de convênios executados pelo PRONASCI e de modo algum ocuparam um lugar central na realização do Programa contrariando o que foi preconizado pelo Ministério da Justiça quando da divulgação do PRONASCI.

Em artigo, em livro intitulado *Construindo Política com a Juventude PRONASCI/PROTEJO*, os gestores¹¹⁷ da ação PROTEJO na SENASP fazem um retrospecto da execução desta ação e informam que:

A partir do projeto PROTEJO é possível aferir resultados significativos no que tange à redução dos índices de vulnerabilidade e violência em seus territórios de atuação, além de elevação no índice de letramento e preparação técnica para o mundo de trabalho. Por outro lado, há resultados imensuráveis, que são explicitados, em tempo mais mediato, na atitude de quem participou do projeto e na melhoria das relações interpessoais e sociais (MÜLLER; COSTA e NUNES, 2011, p. 34).

Contrariando a afirmação dos gestores quanto à redução dos índices de vulnerabilidade e violência nos territórios PRONASCI, é preciso observar que não houve decréscimo no número de homicídios de jovens no período de 2008 a 2012¹¹⁸. Portanto, após a efetivação do Programa, chega-se a conclusão de que os jovens brasileiros continuam a ser aqueles que mais morrem e continuam faltando elementos para afirmar que são aqueles que mais matam.

¹¹⁷ Neusa Muller Pivatto é ex-coordenadora nacional do Projetos PROTEJO e Mulheres da Paz e, a época do lançamento do livro, integrante da Coordenação dos Territórios de Paz no Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança – SENASP – Ministério da Justiça. Neri da Costa também atuou coordenador nacional do Projeto PROTEJO na Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP – Ministério da Justiça. Brunner Titonelli Nunes foi membro da Coordenação dos Projetos PROTEJO e Mulheres da Paz no Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança – SENASP – Ministério da Justiça. As informações sobre a atuação dos autores na SENASP conta da apresentação dos autores na referida obra.

¹¹⁸ Em 2007, 26.102 jovens foram vítimas de homicídio e em 2012, 30.072 jovens foram assassinados no Brasil (WAISELFSZ, 2014).

Assim como o PROTEJO, o projeto Mulheres da Paz também não ocupou um lugar central na execução do Programa. Em princípio, o projeto deveria ser executado como apoio ao PROTEJO. Entretanto, apenas 24 municípios tiveram oportunidade de executar ambas ações¹¹⁹.

Ao todo 34 municípios assinaram convênios para realização do Projeto Mulheres da Paz no período compreendido entre 2008 e 2012¹²⁰. Nos anos de 2010 a 2012, a ação não recebeu nenhum investimento. O montante de investimentos na ação foi de R\$ 22.942.722,98.

TABELA 22 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS – MULHERES DA PAZ – MUNICÍPIOS – 2008-2012

| MUNICÍPIOS | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|------------------------------|------------------|-------------------|----------|----------|----------|
| Número de convênios firmados | 15 | 20 | 0 | 0 | 0 |
| Valor de repasse | R\$ 8.175.266,53 | R\$ 14.767.456,45 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados pela autora.

Em 2008 e 2009 foram firmados 12 convênios para efetivação da ação Mulheres da Paz com 9 estados¹²¹.

TABELA 23 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS – MULHERES DA PAZ – ESTADOS – 2008-2012

| ESTADOS | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|------------------------------|-------------------|------------------|----------|----------|----------|
| Número de convênios firmados | 11 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Valor de repasse | R\$ 12.891.000,00 | R\$ 6.976.376,15 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados pela autora.

¹¹⁹ Isto é: Alvorada/RS; Araucária/PR; Cachoeirinha/RS; Canoas/RS; Cariacica/ES; Curitiba/PR; Diadema/SP; Esteio/RS; Fortaleza/CE; Gravataí/RS; Novo Hamburgo/RS; Passo Fundo/RS; Porto Alegre/RS; Rio de Janeiro/RJ; Santa Luzia/MG; Santo André/SP; São Bernardo do Campo/SP; São Leopoldo/RS; Sapucaia do Sul/RS; Serra/ES; Taboão da Serra/SP; Viana/ES; Vila Velha/ES e Vitória/ES.

¹²⁰ A saber: Alvorada/RS; Araucária/PR; Bagé/RS; Cachoeirinha/RS; Canoas/RS; Cariacica/ES; Contagem/ES; Curitiba/PR; Diadema/SP; Esteio/RS; Ferraz de Vasconcelos/SP; Fortaleza/CE; Gravataí/RS; Guaíba/RS; Guarulhos/SP; Novo Hamburgo/RS; Passo Fundo/RS; Piraquara/PR; Pirenópolis/GO; Porto Alegre/RS; Rio de Janeiro/RJ; Santa Luzia/MG; Santo André/SP; São Bernardo do Campo/SP; São José dos Pinhais/PR; São Leopoldo/RS; Sapucaia do Sul/RS; Serra/ES; Taboão da Serra/SP; Uberaba/MG; Vacaria/RS; Viana/ES; Vila Velha/ES e Vitória/ES. Bem como no caso do PROTEJO, o município de São Bernardo do Campo/SP assinou dois convênios para execução do Mulheres da Paz. O primeiro em 2008 e o segundo em 2009.

¹²¹ 4 convênios foram firmados com o governo do estado do Rio de Janeiro. Os demais estados são: Acre; Alagoas, Bahia; Distrito Federal; Goiás; Maranhão; Pará e Pernambuco.

Não foram firmados, no período analisado, convênios da ação Mulheres da Paz com OSCIPS. Ao todo foram executados 46 convênios e investidos R\$ 42.810.099,13 conforme demonstrado na TABELA 24

TABELA 24 – RESUMO – MULHERES DA PAZ – 2008-2012

| ENTE | NÚMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS | VALOR DE REPASSE |
|------------|------------------------------|-------------------|
| Municípios | 35 | R\$ 22.942.722,98 |
| Estados | 11 | R\$ 19.867.376,15 |
| TOTAL | 46 | R\$ 42.810.099,13 |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados pela autora.

Em 2008, o Ministério da Justiça aprovou 12 propostas de profissionalização das integrantes do Projeto Mulheres da Paz. Os convênios intitulados Cidadania feminina, trabalho e renda foram executados pelos municípios de Diadema/SP; Fortaleza/CE; Piraquara/PR; São Bernardo do Campo/SP; Taboão da Serra/SP; Viana/ES e Vila Velha/ES e pelos estados do Acre, Alagoas, Bahia, Distrito Federal e Maranhão. Ao todo foram investidos na ação R\$ 3.962.123,12. Para além destes convênios, no mesmo ano, foram firmados 3 convênios que faziam referência a formação de mulheres. São eles: Mulher, sociedade e contemporaneidade, com o município de Serra/ES; Mulheres em ação – formação de jovens multiplicadoras, com o município de Fortaleza/CE e Segurança Cidadã em Recife: Mulher e Empreendimento, com o município de Recife/PE.

A partir de 2012, a SENASP passou a publicar editais para que os municípios, estados e Distrito Federal apresentem propostas para execução conjunta dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO¹²². Após o primeiro edital,

¹²² No ANEXO I do referido edital, a SENASP informa que “os convênios celebrados entre o Ministério da Justiça e municípios, estados e o Distrito Federal para a execução dos Projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, terão como objeto comum a seleção e capacitação de mulheres para atuação nas comunidades que constituem áreas conflagradas, com vistas à construção e fortalecimento das redes sociais de prevenção e enfrentamento à violência, bem como a promoção do atendimento aos adolescentes e jovens, com idade entre 15 e 24 anos, que estejam em situação de vulnerabilidade familiar e social ou de violência, envolvidos na criminalidade e com drogas. Sendo assim, o convênio atenderá dois públicos prioritários: mulheres e jovens. Os Projetos Mulheres da Paz e Protejo integram um único termo de convênio devendo cumprir cronograma conjunto na execução das atividades. Nesta perspectiva, ambos os Projetos são metas do mesmo termo de convênio a ser firmado. Tal orientação visa, além de buscar a qualificação e maior eficácia no desenvolvimento dos projetos, atender o que determina a Lei 11.530 de 24 de outubro de 2007, em seu artigo 8º-D, além de otimizar os recursos investidos” (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2012).

publicado em 18 de abril de 2012, foram aprovadas 12 propostas dos municípios de: Betim/MG; Canoas/RS; Cariacica/ES; Diadema/SP; Jandira/SP; Lauro de Freitas/BA; Linhares/ES; Novo Hamburgo/RS; São José dos Pinhais/PR; São Leopoldo/RS; Uberaba/MG e Vitória/ES. O valor total de repasse para execução dos projetos foi R\$ 8.147.997,12.

A execução conjunta dos projetos tinha por objetivo garantir a articulação entre as ações e conseqüentemente, a integração das atividades realizadas pelas Mulheres da Paz e pelos jovens que participavam do PROTEJO.

4.3.2 Aquisição de equipamentos para instituições de segurança pública

Conforme disposto no APÊNDICE 4, a ação 07 do PRONASCI trata da aquisição de equipamentos infra-estruturais e sistemas de gestão para profissionais, instituições de segurança pública e estruturação de corregedorias e ouvidorias. Executada por estados e municípios, a ação previa a disponibilização de recursos para aquisição de viaturas, motocicletas, coletes balísticos, armas letais e não letais, computadores, impressoras e monitoramento eletrônico, a serem distribuídos nas delegacias de polícia, batalhões da polícia militar e bases de guardas municipais, bem como a estruturação dos gabinetes de gestão integrada municipal.

Nos cinco anos de execução do PRONASCI, a ação 07 foi objeto de 83 convênios pactuados com municípios¹²³ e de 243 convênios celebrados com estados e o distrito federal. Ao todo, como ilustrado na TABELA 25, foram assinados 326 convênios e investidos R\$ 377.317.927,33.

¹²³ São eles: Alagoinhas/BA; Aparecida de Goiânia/GO; Aracaju/SE; Araraquara/SP; Araucária/PR; Bagé/RS; Belém/PA (4 convênios); Cachoeirinha/RS; Campo Grande/MS; Ceará Mirim/RN; Cismel/PR; Codó/MA; Contagem/MG; Corumbá/MS; Curitiba/PR (2 convênios); Diadema/SP(2 convênios); Dourados/MS; Duque de Caxias/RJ; Fazenda Rio Grande/PR; Formosa/GO; Fortaleza/CE (2 convênios); Foz do Iguaçu/PR; Goiânia/GO; Guarulhos/SP; Juazeiro do Norte/CE; Juazeiro/BA; Lauro de Freitas/BA; Macaé/RJ; Maceió/AL (2 convênios); Maracanaú/CE; Maranguapes/CE; Marechal Deodoro/AL (2 convênios); Maringá/PR (2 convênios); Mesquita/RJ (2 convênios); Montes Claros/MG; Natal/RN; Nova Lima/MG; Novo Hamburgo/RS (2 convênios); Osasco/SP; Paranaguá/PR; Pinhais/PR; Piracicaba/SP; Pirapora do Bom Jesus/SP; Porto Alegre/RS (3 convênios); Ribeirão das Neves/MG; Rio de Janeiro/RJ (3 convênios); Salvador/BA; São Bernardo do Campo/SP (3 convênios); São José dos Pinhais/PR; São Leopoldo/RS (4 convênios); São Lourenço da Mata/PE; São Luiz/MA; São Mateus/ES; São Paulo/SP (3 convênios); Sobral/CE; Taboão da Serra/SP; Uberaba/MG; Vacaria/RS (2 convênios) e Vitória/ES.

TABELA 25 – RESUMO – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS – 2008-2012

| ENTE | NÚMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS | VALOR DE REPASSE |
|------------|------------------------------|--------------------|
| Municípios | 83 | R\$ 83.181.012,98 |
| Estados | 243 | R\$ 294.136.914,35 |
| TOTAL | 326 | R\$ 377.317.927,33 |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados pela autora.

Para fins de análise, os convênios que tinham como objeto a estruturação dos gabinetes de gestão integrada, executados foram relacionados na TABELA 26. Foram celebrados 87 convênios com 86 municípios¹²⁴ e 1 convênio com o Distrito Federal.

TABELA 26 - RESUMO – ESTRUTURAÇÃO DE GGI – 2008-2012 - continua

| ENTES | ANO/ NÚMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS | | |
|------------------|-----------------------------------|------------------|-------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 |
| Municípios | 55 | 12 | 16 |
| Estados | 1 | - | - |
| Valor de repasse | R\$ 48.177.538,08 | R\$ 9.807.264,66 | R\$ 35.111.332,13 |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados pela autora.

TABELA 26 - RESUMO – ESTRUTURAÇÃO DE GGI – 2008-2012 - conclusão

| ENTES | ANO/ NÚMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS | | |
|------------------|-----------------------------------|----------------|-------------------|
| | 2011 | 2012 | TOTAL |
| Municípios | 2 | 2 | 87 |
| Estados | - | - | |
| Valor de repasse | R\$ 3.564.000,00 | R\$ 602.077,70 | R\$ 96.281.765,59 |

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados pela autora.

¹²⁴ A saber: Alvorada/RS; Ananindeua/PA; Anápolis/GO; Araraquara/SP; Araucária/PR; Bagé/RS; Belém/PA; Belo Horizonte/MG; Betim/MG; Cabo de Santo Agostinho/PE; Cachoeirinha/RS; Camaçari/BA; Camaragibe/PE; Campinas/SP; Canoas/RS; Cariacica/ES; Caruaru/PE; Caxias do Sul/RS; Cidade Ocidental/GO; Consórcio Cismel/PR; Consórcio Alminorte/RS; Contagem/MG; Cristalina/GO; Cruz Alta/RS; Curitiba/PR; Diadema/SP; Duque de Caxias/RJ; Estância Velha/RS; Esteio/RS (2 convênios) ; Feira de Santana/BA; Ferraz Vasconcelos/SP; Formosa/GO; Fortaleza/CE; Foz do Iguaçu/PR; Goiânia/GO; Gravataí/RS; Guaíba/RS; Guarulhos/SP; Ibirité/MG; Imperatriz/MA; Itaboraí/RJ; Itaguaí/RJ; Itapevi/SP; Jaboatão dos Guararapes/PE; Lauro Freitas/BA; Luiziana/GO; Maceió/AL; Maracanã/CE; Nilópolis/RJ; Novo Gama/GO; Novo Hamburgo/RS; Osasco/SP; Passo Fundo/RS; Petrópolis/RJ; Pirapora do Bom Jesus/SP; Piraquara/PR; Ponta Grossa/PR; Porto Alegre/RS; Recife/PE; Ribeirão das Neves/MG; Rio Claro/SP; Rondonópolis/MT; Salvador/BA; Santa Cruz do Sul/RS; Santa Luzia/MG; Santa Maria/RS; São Bernardo do Campo/SP; São Gonçalo/RJ; São José dos Pinhais/PR; São Leopoldo/RS; São Luiz/MA; Sapucaia do Sul/RS; Serra/ES; Simões Filho/BA; Sorocaba/SP; Taboão da Serra/SP; Taquara/RS; Teresópolis/RJ; Vacaria/RS; Vargem Grande Paulista/SP; Varginha/MG; Venâncio Aires/RS; Viamão/RS; Viana/ES; Vila Velha/ES e Vitória/ES.

O exame da execução, entre 2008 e 2012, das ações: 07 – Aquisição de equipamentos e estruturação de equipamentos; 61 – Mulheres da Paz e 62 – PROTEJO indica, como ilustra o GRÁFICO 7, a centralidade das ações de repressão à violência na efetivação do Programa.

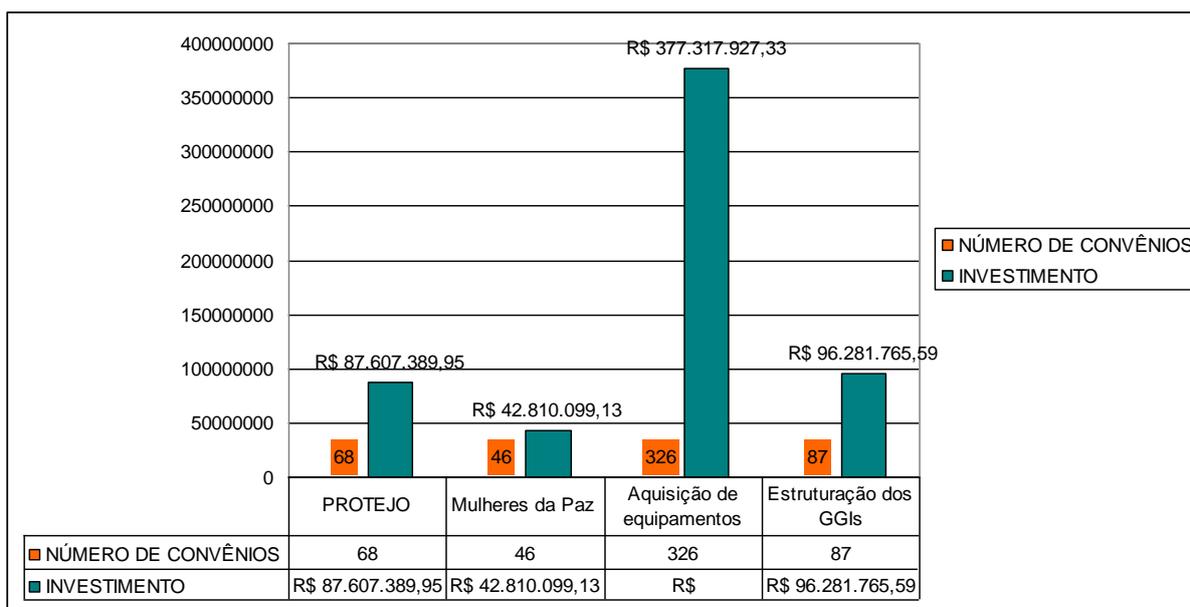


GRÁFICO 7 – ANÁLISE COMPARADA DAS AÇÕES PRONASCI 07, 61 E 62 – 2008-2012

FONTE: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Adaptado pela autora.

Havia, portanto, um desequilíbrio na realização de um novo paradigma, na área de segurança pública, que buscava articular ações de prevenção e repressão à criminalidade e à violência como previsto na Lei nº. 11.530, de 24 de outubro de 2007. A dificuldade em ater-se à proposta legal do Programa também acarretou em outros obstáculos à sua concretização como política pública.

Desde o início de sua efetivação o PRONASCI apresentou dificuldades de execução em todo o país. Os principais empecilhos enfrentados por estados e municípios para executarem os convênios celebrados com o Ministério da Justiça foram: a fragmentação dos recursos no tempo e espaço¹²⁵, a ausência de definição de critérios de seleção de propostas e do acompanhamento da execução das mesmas, o fluxo de relacionamento e comunicação com o

¹²⁵ Ver TABELA 16, p. 171.

Ministério da Justiça¹²⁶ e a aplicação de modelos de projetos constituídos pela Secretaria Executiva do Programa nas realidades locais. Sobre a questão da aplicação de modelos federais as realidades locais, Sposito e Carrano (2003, p. 31) observam que:

Projetos e programas são concebidos na esfera federal – por servidores públicos e agentes de organizações sociais não-governamentais consorciadas – e executados por municípios que, ansiosos por verbas federais não questionam, diretrizes, métodos e metas pré-fabricadas.

A aceitação das diretrizes e modelos formulados pelo Ministério da Justiça impõe-se como condição para acesso aos recursos descentralizados pelo governo federal. No entanto, o choque com diretrizes, métodos e metas pré-fabricadas ocorre na execução, pelos entes federados, das ações pactuadas com o governo federal, momento em que o modelo de descentralização de recursos e da concepção de uma política nacional, encontra sua aplicação prática, em escala local, e, portanto, com pequeno espaço para ajustes.

A ausência de continuidade no aporte de recursos, como demonstrado anteriormente, foi um fator que dificultou o fomento de uma política local de segurança pública a partir da execução de projetos do PRONASCI. Do mesmo modo, a dispersão dos recursos também impediu a consolidação do Programa como uma política de estado. Em seu relatório de gestão, elaborado no primeiro ano de execução do PRONASCI, a SENASP conclui que:

As ações tomadas atualmente como prioritárias na segurança pública ainda deixam intocado o principal problema a ser trabalhado: milhares de pessoas no Brasil, principalmente homens de 15 a 25 anos de idade, por total falta de condições dignas de vida, fizeram da ação criminosa sua profissão. Este problema nos obriga a promover uma ampliação do leque de instituições a fazerem parte do SUSP, pois as polícias não podem ser vistas como as únicas organizações responsáveis pelos problemas de segurança pública. É preciso promover uma ampliação dos responsáveis por esta área incluindo outras organizações

¹²⁶ De acordo com a Fundação Getúlio Vargas: “Existe uma demanda por melhoria da comunicação do MJ com os demais entes federados, para um maior esclarecimento dos conceitos estruturantes do PRONASCI, bem como de suas ações. Isso também é válido para a sociedade civil, que, como ator importante nas ações do programa, necessita incorporar os seus conceitos nas práticas cotidianas de suas políticas. Uma maior divulgação, baseada no entendimento dos pressupostos do programa, é central para ampliar a participação em torno de suas ações, como também de sua legitimação junto à sociedade. Esses canais de divulgação mais fortes, estruturados com os entes federados e à sociedade, permitirão o fortalecimento dos GGIs e a apresentação de novos projetos mais focados com a lógica do PRONASCI. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2008, p. 101).

governamentais (lazer, trabalho, saúde, educação, infra-estrutura urbana, etc.) e também não governamentais e a própria sociedade. Neste contexto, a SENASP tem uma importância fundamental para a melhoria da situação da segurança pública no Brasil, promovendo o reforço do papel dos policiais, bombeiros e guardas como protagonistas de uma cultura democrática, inclusiva e de promoção de direitos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008a, p. 59).

Em 2010, foram propostas, pela SENASP, mudanças na gestão do Programa buscando atingir as metas estabelecidas pelo PRONASCI em sua concepção. Na avaliação da SENASP, o desenho organizacional do Programa deveria ser melhorado por meio da definição de critérios de seleção para as propostas apresentadas por estados e municípios e de indicadores de acompanhamento da execução dos convênios firmados. Do mesmo modo, a articulação entre as ações deveria ser orientada por uma lógica de intervenção nos territórios selecionados. Por fim, a Secretaria indicava a necessidade de que fosse retomada a síntese legal do PRONASCI, qual seja a intervenção em áreas conflagradas de grandes centros urbanos. Portanto, as ações do Programa deveriam limitar-se às capitais brasileiras e suas regiões metropolitanas. A avaliação da SENASP encontra ressonância em análise produzida pelo INESC:

Apesar de sua concepção inovadora, o Pronasci se mostra insuficiente para enfrentar o quadro complexo da violência instalada no País. Isto porque sua concepção inicial, traduzida na lei que o criou, foi abandonada ao se projetar as ações e os projetos que deveriam colocar em práticas as ideias concebidas. Além disso, os constantes problemas de gestão, principalmente de articulação entre os órgãos envolvidos no Programa, impediram que houvesse uma execução orçamentária pelo menos razoável do que foi programado (INESC, 2010, p. 72).

A partir de então a distribuição dos recursos do PRONASCI, previstos em orçamento, foi disciplinada pela publicação de editais para recebimentos de propostas que indicavam a habilitação dos proponentes, as ações disponíveis, os recursos orçamentários e as diretrizes para elaboração de propostas, entre outras informações. É a partir deste momento que o PRONASCI perde sua força como principal Programa na área de Segurança Pública.

4.4 O PRONASCI NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

A expansão dos projetos executados pelo PRONASCI para as regiões metropolitanas de todos os estados da federação foi prevista em parágrafo único do Artigo 9º da Lei 11.530 e deveria ocorrer até o ano de 2012. De acordo com este documento, os projetos que deveriam ser ampliados são: Reservista-Cidadão; Proteção de Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO; Mulheres da Paz e Bolsa-Formação.

De início, é importante observar que o projeto Reservista-Cidadão, destinado à capacitação de jovens oriundos do serviço militar obrigatório, para atuação como agentes comunitários nas localidades abrangidas pelo PRONASCI, não teve execução físico-financeira no período compreendido entre os anos de 2008 e 2012.

Em seguida, é necessário atentar para o fato de que a execução do Programa foi atravessada pela eleição presidencial no ano de 2010. A eleição, vencida pela candidata Dilma Rousseff, garantiu a manutenção do Partido dos Trabalhadores no governo federal, mas não assegurou a continuidade das políticas públicas até então em andamento.

O início do governo de Dilma Rousseff, no ano de 2011, foi marcado, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, pela avaliação técnica dos projetos em execução no governo Luís Inácio Lula da Silva. No caso do PRONASCI foram levantados os dados quanto à execução físico-financeira de suas 94 ações.

No mesmo ano, a Secretaria Executiva do PRONASCI, unidade gestora criada dentro da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, foi extinta. Sob a gestão da SENASP as ações do Programa passaram a ser incorporadas, como ações isoladas, nos editais do FNSP e há significativa diminuição em torno da publicidade ou divulgação do Programa.

Este fato confirma o que indica Cano (2006, p.146) ao observar que:

Os planos nacionais estão sujeitos a vai-e-vem, atrasos ou paradas e podem entrar em colapso ou perder a força rapidamente quando mudam as condições políticas. De fato, a maioria dos programas demonstra uma preocupante falta de continuidade.

A partir deste ano, o Programa deixa de fato de existir como um corpo unificado de ações. Alegando um corte financeiro como justificativa para a paralisação das atividades do PRONASCI, Regina Miki, secretária nacional de segurança, no governo Dilma Rousseff, declarou que: “toda política tem um momento de elaboração e não foi diferente com o Pronasci. A vinda do Pronasci para dentro da secretaria nacional significa que foi uma política aprovada no seu conceito” (LIMA; JINKINGS, 2012).

Em entrevista para a Revista Carta Capital, o ex-secretário nacional de segurança pública, Ricardo Balestreri foi questionado sobre o “esvaziamento” do Programa e afirmou:

Isso não se sustentou em 2011. Do ponto de vista dos investimentos, o Pronasci foi reduzido à metade. Mesmo assim, com recursos oriundos de ações de 2010, praticamente não houve investimento em segurança pública no ano passado. Aconteceu algo infelizmente muito presente na história brasileira: a de descontinuidade entre governos, mesmo sendo o atual e o antecessor de uma mesma linha ideológica. Percebemos hoje que o Pronasci não foi um programa de Estado e sim um programa de governo. As áreas tecnocráticas nunca engoliram a iniciativa, por considerá-la cara. Reconheço a competência da secretária Regina Miki, que me substituiu, mas infelizmente o Estado não implementa políticas com base apenas em competências individuais. É preciso que haja cobertura de um grupo de apoio. Também considero a presidenta Dilma uma gestora de extrema competência. Apesar disso, ela necessita de um aconselhamento feito não apenas pela tecnocracia econométrica. No lugar de desconstruir as políticas do governo anterior, que se aperfeiçoe ou corrija, mas com continuidade aos avanços do governo Lula, inclusive com reconhecimento internacional na ONU e na OEA (ALVES FILHO, 2012).

Ao invés de dar continuidade ao PRONASCI, no ano de 2011, o Ministério da Justiça assumiu a coordenação junto com o Ministério da Saúde, do Programa Crack, é possível vencer!. O Programa, integrante do Plano Integrado de Enfretamento ao Crack e outras Drogas, conta com a participação dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Educação e reúne um conjunto de ações destinadas aos usuários de drogas “visando a oferecer aos grupos de risco irrestrito apoio em todas as suas necessidades, contribuindo, desta forma, para a redução dos índices de consumo de drogas” (BRASIL, 2012). As ações do Programa estão organizadas em três eixos: Prevenção, Cuidado e Autoridade. O eixo Prevenção faz referência às estratégias voltadas a prevenção ao uso de drogas por meio de ações de educação, de informação e capacitação. As estratégias de ampliação da oferta e qualificação

de serviços de saúde para tratamento e atenção aos usuários e seus familiares integram o eixo de Cuidado. Sob responsabilidade do Ministério da Justiça, mais especificamente da SENASP, o eixo Autoridade seria responsável pela efetivação de ações de enfrentamento ao tráfico e ao crime organizado e policiamento ostensivo em locais de concentração de uso de crack, associado ao acompanhamento destes por meio de videomonitoramento.

Para além das ações voltadas para a repressão do uso de drogas em locais públicos e ao narcotráfico, em 27 de junho de 2012, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo lançou o Programa Brasil Mais Seguro que foi apresentado no Estado de Alagoas como uma tentativa de redução do número de homicídios no Brasil. O Programa é composto por três eixos de atuação: a melhoria da investigação de mortes violentas, por meio de investimentos em tecnologia, o fortalecimento do policiamento ostensivo e comunitário e o controle das armas e assim como o Programa Crack, é possível vencer!, é executado mediante a assinatura de termos de cooperação com estados e municípios.

Os dois novos programas coordenados pelo Ministério evidenciam a ruptura com a proposta de *segurança pública com cidadania* do PRONASCI. Há, em seus conteúdos, um deslocamento das ações de prevenção, apresentadas como elemento inovador no discurso acerca do PRONASCI, para as ações de repressão a criminalidade, em especial, a criminalidade violenta.

No governo Dilma Rousseff, O PRONASCI não é referenciado, como se pretendia, como responsável por impulsionar o surgimento de uma política nacional de combate da mortalidade e criminalidade da juventude. Tal fato é explicitado no prefácio à edição do Mapa da Violência publicado em 2013, elaborado pela secretária nacional de juventude, Severine Carmem Macedo:

[...] os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades. A violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros usufrua dos avanços sociais e econômicos alcançados na última década, e revela um inesgotável potencial de talentos perdidos para o desenvolvimento do país. O problema também revela uma experiência negativa que já marca toda uma geração de jovens brasileiros: pesquisa recente da Secretaria Nacional de Juventude aponta que 51% dos jovens ouvidos, em todos os estados, em cidades de pequeno, médio e grande porte, em todos os estratos sociais, já perderam uma pessoa próxima de forma violenta. Como uma primeira resposta ao problema, o governo federal lançou o Plano Juventude Viva – Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra, uma

iniciativa que busca ampliar direitos e prevenir a violência que atinge a juventude brasileira. O Plano constitui-se como oportunidade inédita de diálogo e articulação entre ministérios, municípios, estados e sociedade civil no enfrentamento da violência, em especial àquela exercida sobre os jovens negros, e na promoção de sua inclusão social em territórios atingidos pelos mais altos índices de vulnerabilidade [...] (WAISELSFISZ, 2013, p. 9).

O Plano Juventude Viva – Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude, é anunciado como uma “primeira resposta” do governo federal à violência que assola a juventude brasileira e como uma “oportunidade inédita” de articulação entre União, entes federados e sociedade no enfrentamento à violência em territórios vulneráveis. A divulgação do Plano e as tratativas para assinatura de um Pacto Nacional pela Vida da Juventude Negra tiveram início no ano de 2013. Os projetos PROTEJO e Mulheres da Paz foram listados como parte dos programas e ações do Plano.

De modo geral, quanto à efetivação de políticas públicas voltadas à juventude no governo Dilma Rousseff é possível observar como disposto no QUADRO 6, que há embora exista um número menor de políticas voltadas a juventude (18 no total) quando comparados aos governos Fernando Henrique Cardoso (19 políticas) e Luís Inácio Lula da Silva (22 políticas). No entanto, há um maior número de programas sob a gestão da Secretaria Nacional de Juventude se comparado aos programas executados no governo Luís Inácio Lula da Silva.

PROJETO RONDON

(Ministério da Defesa e Ministério da Educação)

O Projeto Rondon foi criado originalmente em 1967. Retomado no Governo Fernando Henrique Cardoso por meio do programa Comunidade Solidária, o programa foi regulamentado pelo Governo Luís Inácio Lula da Silva em 2005 e permanece em vigência no Governo Dilma Rousseff. Trata-se de um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades pobres e ampliem o bem-estar da população. O Projeto Rondon é realizado em parceria com diversos Ministérios e tem o apoio das Forças Armadas, que proporcionam o suporte logístico e a segurança necessários às operações. Conta, ainda, com a colaboração dos Governos Estaduais, das Prefeituras Municipais e de empresas socialmente responsáveis.

EM VIGÊNCIA.

QUADRO 6 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO DILMA ROUSSEFF - 2011 – (continua)

FONTE: A autora.

| |
|---|
| <p>PROGRAMA SOLDADO CIDADÃO (Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Defesa)</p> <p>O principal objetivo do programa, criado em 2004, é auxiliar os militares que estão prestes a se desligar das Forças Armadas a encontrar uma ocupação. Os cursos são gratuitos e ministrados em parceria com instituições como o SENAI e o SENAC e outras entidades ligadas ao ensino profissional e técnico. Os cursos são realizados no horário do expediente e duram dois meses, com carga mínima de 160 horas. Como a demanda pelas vagas do Soldado Cidadão é maior do que a oferta, a participação nos cursos acaba servindo como prêmio para militares com boa conduta ou que tenham condição econômica mais precária.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |
| <p>PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (Ministério da Educação)</p> <p>Instituído em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, em parcerias com estados e municípios, com o atendimento prioritário a municípios que apresentem alta taxa de analfabetismo. A partir de 2008, o Programa passou a distribuir, a título de doação, obras didáticas para as entidades parceiras, visando contribuir com o processo de alfabetização de pessoas com idades a partir de 15 anos.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |
| <p>ESCOLA ABERTA (Ministério da Educação e UNESCO)</p> <p>Criado a partir de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e a UNESCO, o Programa Escola Aberta, implantado em 2004, incentiva e apóia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. O objetivo do programa é que as escolas ofereçam aos sábados e/ou domingo atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda dirigidas aos estudantes e à população do entorno.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |
| <p>PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI (Ministério da Educação)</p> <p>Criado pelo Governo Federal em 2004, o PROUNI concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |
| <p>PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO - PNLEM (Ministério da Educação)</p> <p>Implantado em 2004, o PNLEM prevê a distribuição de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o País. O Catálogo para a escolha do livro pelos professores é enviado às escolas em forma impressa e a escolha dos livros é feita por meio da internet. Progressivamente o programa tem universalizado a distribuição de livros didáticos para o ensino médio desde 2006.</p> <p>EM VIGÊNCIA.</p> |

PROJETO JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE
(Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente)

O Programa Juventude e Meio Ambiente surgiu em 2005 como uma estratégia do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental para estimular, ampliar e potencializar o debate e a ação socioambiental das juventudes brasileiras. Foi formulado a partir de uma pesquisa realizada em 2004/2005 com mais de 150 jovens integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Até 2010, foram realizados quatro encontros nacionais de Jovens pelo Meio Ambiente e atividades de articulação com a Rede de Jovens pelo Meio Ambiente. Em 2012, o programa foi reformulada por meio de consulta pública.

EM VIGÊNCIA.

**PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AO ENSINO MÉDIO –
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA**
(Ministério da Educação)

Instituído em 2006, o programa destina-se a jovens e adultos trabalhadores e tem por objetivo a elevação do nível de escolaridade (Ensino Fundamental e Ensino Médio) de seus integrantes por meio de cursos de educação profissional técnica.

EM VIGÊNCIA.

PROJETO NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (Projovem) INTEGRADO
(Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério do Trabalho e Emprego)

Lançado em 2008 e portanto remanescente do Governo Luís Inácio Lula da Silva, o Projovem Integrado surgiu da união de outros seis programas voltados para a juventude: o próprio Projovem (executado pela Secretaria Nacional de Juventude até 2011 e sob responsabilidade do Ministério da Educação a partir de 2012); Agente Jovem (Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Saberes da Terra e Escola de Fábrica (Ministério da Educação); Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego). Com a integração, o Projovem passou a atuar com as modalidades Projovem Urbano (Ministério da Educação); Projovem Campo (Ministério da Educação); Projovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome) e Projovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). Os objetos do Projovem são: a reintegração de jovens à escola, a qualificação profissional e a oferta de ações de cidadania, esporte, cultura e lazer.

EM VIGÊNCIA.

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC
(Ministério da Educação)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O PRONATEC busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

EM VIGÊNCIA.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF JOVEM
(Ministério do Desenvolvimento Agrário)

Trata-se de uma linha de crédito lançada em 2004 e destinada a jovens agricultores entre 16 e 29 anos. Para obter os recursos, o interessado deve ter concluído ou estar cursando o último ano em Centros Familiares Rurais de Formação por Alternância ou Escola Técnica Agrícola de nível médio.

EM VIGÊNCIA.

PROGRAMA CULTURA VIVA
(Ministério da Cultura)

Criado no governo Luís Inácio Lula da Silva, em 06 de julho de 2004, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva surgiu para estimular e fortalecer no país rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura. O programa viabiliza recursos para instalação dos Pontos de Cultura apoiando a aquisição de material multimídia e a realização das iniciativas culturais voltadas à população de baixa renda, em especial, jovens de 17 a 29 anos. O objetivo é fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e escolas priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.

EM VIGÊNCIA.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO
(Ministério do Esporte)

Criado em 2003, o programa Segundo Tempo tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

EM VIGÊNCIA.

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA (PRONASCI)
(Ministério da Justiça)

Criado em 2007, o PRONASCI tinha suas ações dirigidas para jovens entre 15 e 24 anos, identificados, pelo Ministério da Justiça, como aqueles em situação infracional ou no caminho de situação infracional: adolescentes em conflito com a lei, jovens oriundos do serviço militar obrigatório, jovens presos, jovens egressos do sistema penitenciário e jovens em situação de descontrole familiar grave. Estes jovens não estariam integrados aos demais programas sociais do governo federal. O programa reunia um conjunto de 94 ações executadas em parcerias com estados, municípios e com diferentes ministérios. A partir de 2011, algumas ações do Pronasci foram incorporadas às linhas de financiamento do Fundo Nacional de Segurança Pública.

EM VIGÊNCIA.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – BENEFÍCIO VARIÁVEL JOVEM
(Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

Criado em 2008, o Benefício Variável Jovem é uma modalidade do Programa Bolsa Família e destina-se aos adolescentes de 16 e 17 anos, com o objetivo de estimular a sua permanência na escola. O benefício é pago às famílias beneficiárias do Programa, no mesmo cartão das demais modalidades, no valor de R\$ 30,00 por adolescente e limitado até dois beneficiários por família.

EM VIGÊNCIA.

PLANO JUVENTUDE VIVA
(Secretaria Nacional de Juventude)

O Plano Juventude Viva, lançado em 2012, é uma iniciativa do governo Dilma Rousseff, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR). O Plano reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos.

EM VIGÊNCIA.

PROGRAMA ESTAÇÃO JUVENTUDE
(Secretaria Nacional de Juventude)

O Programa Estação Juventude oferece diversos serviços para promover a inclusão e emancipação dos jovens. São espaços espalhados pelo Brasil que contam com gestores capacitados para fornecer informações e desenvolver atividades que facilitem o acesso dos jovens a serviços e políticas públicas que atendam às suas necessidades. Os principais objetivos do programa são: ampliar o acesso de jovens de 15 a 29 anos – sobretudo aqueles que vivem em áreas vulnerabilizadas – a políticas, programas e ações que assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua capacidade de inclusão e participação social; oferecer tecnologia social para o desenvolvimento de Políticas para Juventude permanentes e criar redes para emancipação da juventude, em especial para os jovens de territórios com dificuldades de garantia de acesso aos direitos.

EM VIGÊNCIA.

PARTICIPATÓRIO – OBSERVATÓRIO PARTICIPATIVO DA JUVENTUDE
(Secretaria Nacional da Juventude)

Executado a partir de 2012, o Participatório – Observatório Participativo da Juventude é um espaço virtual interativo voltado à produção do conhecimento sobre/para a juventude brasileira, com participação e mobilização social.

EM VIGÊNCIA.

QUADRO 6 - AÇÕES PARA JUVENTUDE GOVERNO DILMA ROUSSEFF - 2011 – (conclusão)
FONTE: A autora.

Embora esteja listado no QUADRO 6, o PRONASCI sustenta-se, no Governo Dilma Rousseff, apenas como um lastro de ações como os projetos PROTEJO e Mulheres da Paz. Considerando o recorte de tempo proposto neste trabalho, as ações voltadas à juventude, a partir de 2012, não foram analisadas.

Na próxima seção deste trabalho, a discussão acerca do PRONASCI é retomada e concluída a partir de sua relação com o processo de policialização das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não acreditamos que a juventude seja 'produtora' de violência. As novas gerações mais que fatores determinantes da situação de nossa sociedade, são um resultado da mesma, espelho onde a sociedade pode descobrir suas esperanças de futuro e também seus conflitos, suas contradições e, por que não, seus próprios erros.

Júlio Jacobo Waiselsfisz

O ponto de partida da estruturação do PRONASCI foi a percepção da juventude como vítima e produtora da violência que assolava o país em meados de 2007. Os jovens, pobres e moradores de áreas de periferia, nos grandes centros urbanos, necessitavam, na proposta do governo federal, de apoio para desviar-se da rota da criminalidade.

É oportuno retomar, neste momento, as questões que nortearam a construção deste trabalho. Como as construções oficiais da juventude e da violência pelas políticas públicas difundidas pela SENASP se articulam com as práticas de gestão de segurança pública? E os quais os resultados dessa articulação para a definição do peso dos processos de vitimização e de criminalização do jovem?

Para responder à primeira questão foi empreendido um exercício de reconstrução dos programas e políticas os pressupostos que expressavam a vitimização ou criminalização da juventude.

Após a análise do material de pesquisa levantado ao longo de quatro anos, foi possível verificar de que, na prática, as políticas públicas de segurança, propostas e/ou financiadas pelo Ministério da Justiça, expressam a percepção da juventude pobre, moradora das áreas de periferia dos grandes centros urbanos, como uma potencial ameaça à ordem social.

Ao afirmar a existência de uma juventude violenta e homicida, o Estado empreendeu uma tentativa de justificar a violência sofrida pelos jovens, violência que foi sistematicamente assinalada em todas as edições do *Mapa da Violência* desde 1998, e o estabelecimento de um intenso controle policial das áreas de periferias denominadas de territórios violentos.

(...) Em termos de políticas públicas, devem ser considerados os dados das pesquisas que apontam para a persistência de práticas discriminatórias da segurança, denotada pela grande proporção de negros e pobres presentes nas delegacias, detenções e prisões, e nas estatísticas sobre letalidade nas ações da polícia. As políticas de

segurança nos fazem crer que os jovens da periferia, desempregados, com baixa escolaridade e sem perspectiva de ascensão social, são potencialmente criminosos e, por isso, são presos ou mortos pelas instituições de segurança. As políticas de segurança têm insistido na repressão ao varejo da droga. O medo e a insegurança resultantes de políticas de segurança que não contemplam quesitos mínimos de eficácia e de respeito aos direitos dos cidadãos são terrenos fértil ao endurecimento do penal ou ao aumento da demanda por segurança privada. Os efeitos disso são preocupantes, pois assinalam o aumento dos gastos do poder público com segurança e a degradação generalizada do espaço público (SOUZA, 2011, p. 15).

A centralidade da violência juvenil na pauta das políticas de segurança pública encontra, portanto, respaldo no medo e na insegurança e consolida a associação entre pobreza, juventude e violência ao institucionalizar o reconhecimento dos jovens como “classe perigosa”. Para Bourdieu, a construção de um discurso público objetivo permite a descoberta de uma realidade, de uma identidade social instituída pelo trabalho político de representação. Nas palavras do autor:

O trabalho político de representação (em palavras ou teorias, mas, também, em manifestações, em cerimônias ou em qualquer outra forma de simbolização das divisões ou das oposições) traz a objetividade de um discurso público ou de uma prática exemplar, uma maneira de ver e de viver o mundo social até aí relegada para o estado de disposição prática ou de experiência tácita e muitas vezes confusa (mal-estar, revolta, etc.); permite, assim, aos agentes, descobrirem uns nos outros propriedades comuns, para além da diversidade das situações particulares que isolam, dividem e desmobilizam, e de construir a sua identidade social na base de traços ou de experiências que pareçam incomparáveis enquanto faltou o princípio de pertinência própria a constituí-las em índices de pertença a uma mesma classe (BOURDIEU, 1998, p. 138-139).

Uma vez instituída, a durabilidade de representação instituída depende da possibilidade de aproximá-la à realidade, ignorando certos aspectos e valorizando outros para que a teoria instituída se torne objetiva e auto-explicável (BOURDIEU, 1998, p. 146).

No caso da identificação da juventude violenta, tal representação se sustenta na ausência de estatísticas, divulgadas com regularidade e com níveis satisfatórios de confiança, sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro que indiquem, entre outras informações, o percentual de jovens entre 18 e 24 anos que

cumprem pena por conta da prática de homicídio¹²⁷. Os dados produzidos, pelo Ministério da Justiça apresentam problemas metodológicos que impedem a afirmação categórica dos jovens como responsáveis pelo alto de índice de homicídios registrados.

Em relatório de acompanhamento e análise das políticas sociais, o IPEA cita estatísticas produzidos pelo Ministério da Justiça sobre a participação dos jovens em atividades criminosas:

O levantamento do MJ supracitado comprova a alta participação de jovens nos crimes que são relatados à polícia. As pessoas com idade entre 18 e 24 anos foram as mais freqüentemente identificadas como infratores por homicídio doloso (17,56 ocorrências por 100 mil habitantes), lesões corporais dolosas (387,74), tentativas de homicídio (22,32), extorsão mediante seqüestro (0,34), roubo a transeunte (218,23), roubo de veículo (20,24), estupro (14,57) e posse e uso de drogas (41,96). Por sua vez, os jovens de 25 e 29 anos apareceram como os principais infratores para o crime de tráfico de drogas (24,47) (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008, p. 14)

O IPEA não faz referência em seu texto às ressalvas metodológicas do documento que são explicitadas pelo Ministério da Justiça:

Tendo em vista os aspectos inerentes ao fluxo de elaboração dos boletins de ocorrência, ao analisarmos os dados produzidos a partir das estatísticas oficiais e apresentados aqui neste relatório não podemos deixar de levar em conta dois fatores importantíssimos: Primeiro – A subnotificação de ocorrências junto aos órgãos de segurança pública varia de intensidade entre as diferentes regiões espaciais aqui analisadas (municípios, estados e regiões geográficas). Segundo – Variações no volume de ocorrências registradas também resultam do nível de desenvolvimento dos sistemas de coleta e registro de informações criminais das organizações policiais. Assim, as diferenças nas taxas de vítimas e agressores de diferentes regiões aqui apresentadas podem estar indicando, menos uma diferença no nível de incidência entre estas regiões e mais uma diferenciação nos níveis de subnotificação e desenvolvimento dos sistemas de coleta e registro das organizações policiais. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2006, p. 4).

As informações compiladas pelo Ministério, em 2006, dependiam dos dados, produzidos em diferentes metodologias, enviados pelos estados. No caso específico do documento citado pelo IPEA, intitulado *Perfil das vítimas e agressores das ocorrências registradas pelas polícias civis: janeiro de 2004 a*

¹²⁷ Em nenhum dos materiais produzidos pelo Ministério da Justiça para divulgação do PRONASCI há referência a qualquer estatística oficial quanto à participação dos jovens no número de homicídios registrados no Brasil entre os anos de 2007 e 2012.

dezembro de 2005, os estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande Sul, de Santa Catarina e de São Paulo não disponibilizaram informações que permitissem a identificação da faixa etária das vítimas e dos autores das ocorrências que registraram, como ilustrado na FIGURA 15, retirada do corpo do documento do MJ.

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública



Situação da Informação dos Dados no Módulo de Ocorrências Criminais e Atividades Policiais por Unidade da Federação em 2004.

| Unidade da Federação | Seção | | | | | |
|----------------------|---------------|---------------|--------------------|---------------|---|--|
| | Vítimas | | Autores/Infratores | | Ocorrências Segundo Instrumento ou Meio Utilizado | Atividades de Polícia e Outras Informações |
| | Faixa Etária | Raça | Faixa Etária | Raça | | |
| Acre | Informado | Não Informado | Informado | Não Informado | Informado | Informado |
| Alagoas | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Amazonas | Informado | Não Informado | Informado | Não Informado | Informado | Informado |
| Amapá | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Bahia | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Ceará | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Distrito Federal | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Espírito Santo | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Goiás | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Maranhão | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Minas Gerais | Informado | Não Informado | Informado | Não Informado | Informado | Informado |
| Mato Grosso do Sul | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Mato Grosso | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Pará | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Paraíba | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Pernambuco | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Piauí | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Paraná | Informado | Informado | Informado | Informado | Não Informado | Informado |
| Rio de Janeiro | Não Informado | Não Informado | Não Informado | Não Informado | Não Informado | Não Informado |
| Rio Grande do Norte | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Rondônia | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Roraima | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |
| Rio Grande do Sul | Não Informado | Não Informado | Não Informado | Não Informado | Não Informado | Não Informado |
| Santa Catarina | Informado | Informado | Não Informado | Não Informado | Não Informado | Informado |
| Sergipe | Informado | Não Informado | Informado | Não Informado | Informado | Informado |
| São Paulo | Não Informado | Não Informado | Não Informado | Não Informado | Não Informado | Informado |
| Tocantins | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado | Informado |

Fonte: Ministério da Justiça - MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASPI/Secretarias Estaduais de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa.

FIGURA 15 – SITUAÇÃO DA INFORMAÇÃO DOS DADOS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS POR ESTADOS

Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, (2006, p. 7)

Se tomarmos apenas o registro de ocorrências de homicídios dolosos no período analisado verificaremos de acordo com as indicações do documento que foram registrados, no Brasil, um total de 40.975 e que desse total, 15.040 homicídios dolosos ocorreram em São Paulo (7.276); Rio de Janeiro (5.994); Rio Grande do Sul (1.352) e Santa Catarina (418). Ou seja, a questão, não levantada pelos técnicos do IPEA, é se a ausência de informação precisa sobre cerca de 37% das ocorrências invalida a caracterização da faixa etária entre 18 e 24 anos

com as pessoas “mais freqüentemente identificadas como infratores por homicídio doloso”.

Quanto à faixa etária de 15 a 17 anos, parcela integrante da juventude, dados publicados recentemente invalidam a hipótese de que os jovens são os principais responsáveis pelos homicídios como demonstrado na FIGURA 16. Publicada, em 14 de outubro de 2014, reportagem publicada no jornal Gazeta do Povo, apontou que, considerando os dados disponíveis, é possível afirmar que os adolescentes respondem apenas por 3% do número de homicídios no Brasil:

Com uma taxa de 25,2 homicídios por 100 mil habitantes, o Brasil é o 16.º país mais violento do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Os adolescentes, entretanto, não são os principais responsáveis por esse quadro. De 2012 até setembro de 2014, 136 homicídios e latrocínios foram imputados a menores de 18 anos em Curitiba – apenas 8,7 % do total de casos da cidade. Em todo o país, esse percentual foi de 3% em 2012 – último ano com dados disponíveis. (MARCHIORI; POMPEO, 2014).

VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL

Entre 2012 e 2014, a quantidade de homicídios cometidos por adolescentes em Curitiba representou 8,7% do total de casos da cidade.

| | autoría de homicídios geral | adoles. | % |
|-------|--------------------------------|---------|------|
| 2012 | 597 | 36 | 6,0 |
| 2013 | 530 | 39 | 7,4 |
| 2014* | 440 | 61 | 13,9 |

*até 30 de setembro

BRASIL

Em todo o país, os homicídios cometidos por adolescentes representam 3% do total de crimes dessa natureza registrados em 2012.

| | autoría de homicídios geral | adolescentes | % |
|------------------|--------------------------------|--------------|---|
| Pernambuco | 3.313 | 268 | 8 |
| Espírito Santo | 1.693 | 135 | 8 |
| Tocantins | 371 | 28 | 8 |
| Paraíba | 1.528 | 101 | 7 |
| Santa Catarina | 816 | 53 | 6 |
| Rio G. do Sul | 2.363 | 143 | 6 |
| Mato G. do Sul | 679 | 37 | 5 |
| Roraima | 166 | 9 | 5 |
| Piauí | 544 | 26 | 5 |
| Paraná | 3.464 | 155 | 4 |
| Minas Gerais | 4.535 | 198 | 4 |
| Ceará | 3.840 | 165 | 4 |
| São Paulo | 6.314 | 222 | 4 |
| Sergipe | 883 | 26 | 3 |
| Mato Grosso | 1.070 | 30 | 3 |
| Distrito Federal | 1.031 | 27 | 3 |
| Rondônia | 523 | 12 | 2 |
| Pará | 3.261 | 61 | 2 |
| Goiás | 2.725 | 50 | 2 |
| Alagoas | 2.046 | 36 | 2 |
| Amazonas | 1.317 | 21 | 2 |
| Amapá | 251 | 4 | 2 |
| Bahia | 5.936 | 85 | 1 |
| Rio G. do Norte | 1.121 | 12 | 1 |
| Rio de Janeiro | 4.589 | 46 | 1 |
| Maranhão | 1.749 | 13 | 1 |
| Acre | 209 | 0 | 0 |
| Brasil | 56.337 | 1.963 | 3 |

Fontes: Delegacia do Adolescente Infrator de Curitiba, 49ª Vara Judicial, Sistema de Registros Policiais, Cense e Secretaria de Direitos Humanos.
Infografia: GP.

FIGURA 16 – HOMÍCIDIOS COMETIDOS POR ADOLESCENTES - 2012

FONTE: GAZETA DO POVO (2014).

A partir da leitura do contexto brasileiro, na área de segurança pública, Moraes (2006, p. 11) conclui que:

Considerando os dados relativos aos homicídios e encarceramento dos jovens pobres, negros e de regiões periféricas, assim como as relações cotidianas entre este mesmo grupo e as polícias, marcadas por alto grau de violência e desconfiança, encontramos o que efetivamente têm sido as políticas públicas disponíveis e aplicadas a esta população: repressão, prisão e extermínio (MORAES, 2006, p. 11).

Não obstante a ausência de dados que consolidem a afirmação dos jovens como responsáveis pela violência, é a partir desta identificação que políticas públicas como o PRONASCI produzem:

outro tipo de controle social que nominaremos como perverso por ter uma forma e conteúdo policialesco e que tem na policialização das políticas públicas sua forma mais acabada, uma vez que sob a justificativa da inclusão e proteção social e que assim é percebida por inúmeros atores sociais, acabam, na prática, por produzir ou intensificar a segregação e criminalização das populações e indivíduos que são os destinatários das políticas públicas (MORAES; KULAITIS, 2013, p. 1).

O controle social perverso se expressa na policialização das políticas públicas destinadas à juventude e no controle dos territórios ocupados pelas “classes perigosas”. A realização destas políticas públicas, como é o caso do PRONASCI, analisado nesta tese, produz e intensifica a dinâmica de marginalização que pretendiam combater e lançam sobre a juventude um estigma que os identifica como criminosos ou futuros criminosos que habitam áreas marcadas pela pobreza e pela violência. Aos jovens pobres resta a incessante luta contra os processos de marginalização e criminalização e o exercício de uma cidadania mediada pela polícia.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivência, ciudadanía y nueva condicion juvenil. **Última Década**. Nº 16, CIDPA, Viña Del Mar, Mar. 2002. p. 117-152.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 5/6. ANPED, 1997. p. 25-36.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2011.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2011a. p. 37-72.

ABRAMOVAY, Miriam *et. al.* **Gangues, galeras, chegados e rappers: Juventude, Violência e Cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ABRAMOVAY, Miriam *et. al.* Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). Aspectos teóricos e metodológicos. In: _____. **Gangues, Gênero e Juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos**. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. P. 25-70.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. ProJovem Urbano no âmbito das políticas públicas de juventude. In: _____. **Mostra, Jovem!: rompendo invisibilidades. Perfil e Percepções dos participantes da 1ª Mostra de Produções do ProJovem Urbano**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. ProJovem Urbano, 2010a. p. 43-55.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Vivências da Violência. In: _____. **Mostra, Jovem!: rompendo invisibilidades. Perfil e Percepções dos participantes da 1ª Mostra de Produções do ProJovem Urbano**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. ProJovem Urbano, 2010b. p. 193-209.

ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia-PSI**, n. Abril/Junho, p. 7-8, 2002.

ADORNO, Sérgio. A delinquência juvenil em São Paulo: mitos, imagens e fatos. **Pro-posições**. Vol. 13, nº. 3 (39). Campinas: set/dez, 2002. p.45-70.

ALVES FILHO, Francisco. Ricardo Balestreri. Tecnoctatas não veem a relação entre segurança pública e desenvolvimento. **Carta Capital**. São Paulo, Fev. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/0hQ4WF>>. Acesso em 9 out 2013.

ALVAREZ, Marcos César. Controle Social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**. 18(1). São Paulo: 2004. p. 168-176.

AQUINO, Luseni. Introdução. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 23-35.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. São Paulo: FAPESP, 2000.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Prefácio. In: SOUZA, Marcilene Lena Garcia de (org.). **Juventude, Violência, Cidadania e Políticas Públicas em Curitiba e Região Metropolitana**. Curitiba: Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, 2013. p. 9-11.

BANCO MUNDIAL. **Jovens em situação de risco no Brasil**. Volume I Achados relevantes para as Políticas Públicas (Policy Briefing). Brasília: Banco Mundial, 2007.

BARREIRA, César (coord.). **Ligado na galera: Juventude, Violência e Cidadania na cidade de Fortaleza**. Brasília: UNESCO, 1999.

BATISTA, Vera Malaguti. Drogas e criminalização da juventude pobre. In: _____. **Difíceis ganhos fáceis**. Drogas e Juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 81-131.

BERLATTO, Fábila. **Controle social perverso: análise de uma política de segurança pública**. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do programa Território de Paz no Complexo do Alemão**. Brasília: 2008. Não publicado. Disponível em: <<http://goo.gl/dhLDkH>>. Acesso em: 20 abr 2015.

BOURDIEU, Pierre. A "juventude" é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. Fieldwork in philosophy. In: _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.22-26

BOURDIEU, Pierre. Descrever e prescrever. As condições de possibilidade e os limites da eficácia política. In: _____. **O que falar quer dizer**. Portugal, Lisboa: Difel, 1998. p. 135-147.

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In : _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo : Perspectiva, 2001 . p. 183-202.

BOURDIEU, Pierre. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. In: _____. **A produção da crença**. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002. p. 113-190.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2011. p. 129-148.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2007. Coleção Saraiva de legislação.

BRASIL. Decreto n. 2315, de 04 de setembro de 1997. Altera dispositivos do Decreto nº. 1.796, de 24 de janeiro de 1996, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 4 set de 1997. Disponível em: < <http://goo.gl/Kpiy9h>> Acesso em 17 fev 2014.

_____. Emenda Constitucional nº. 65, de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13 jul de 2010. Disponível em: < <http://goo.gl/ITwFwj> > Acesso em 24 fev 2014.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1999. Altera dispositivos do Decreto nº 1.796, de 24 de janeiro de 1996, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 set de 1997. Disponível em: < <http://goo.gl/j8MYkb> >. Acesso em 17 mar 2013.

_____. Lei n. 10.748, de 22 de outubro de 2003. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 out de 2003. Disponível em: < <http://goo.gl/bGyU0A> >. Acesso em 14 mar 2013.

_____. Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 30 jun de 2005. Disponível em: < <http://goo.gl/IBCiFm> >. Acesso em 10 mar 2014.

_____. Lei n. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 fev de 2001. Disponível em: < <http://goo.gl/mVDXct> >. Acesso em 23 ago 2012.

BRASIL. Lei n. 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 out de 2007. Disponível em: < <http://goo.gl/YWtGYy> >. Acesso em 23 ago 2012.

_____. Medida Provisória n. 384, de 20 de agosto de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 ago de 2007. Disponível em: < <http://goo.gl/X0PQ6E>>. Acesso em 23 ago 2012.

_____. Portaria Interministerial MP/MF/MCT Nº 127, de 29 de maio de 2008. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto Nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 30 maio de 2008. Disponível em: < <http://goo.gl/rjx9UW>>. Acesso em 23 ago 2012.

_____. **Integrantes do Projeto Mulheres da Paz**. Brasil: 2012. Disponível em: < <http://goo.gl/d3t2wt>>. Acesso em 18 abr 2014.

_____. **Portal do Programa Crack, é possível vencer**. Disponível em: < <http://goo.gl/Eli21E> >. Acesso em 23 agosto 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 1, de 14 de janeiro de 2010. Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 14 jan de 2010. Disponível em: < <http://goo.gl/EtJOXa> >. Acesso em 23 ago 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CANO, Ignacio. Políticas de Segurança Pública no Brasil: Tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**. [online] Número 5. Ano 3. 2006. p. 136-155.

CARRANO, Paulo. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011. p. 235-253.

CASTRO, João Paulo Macedo. **A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública**. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museu Nacional, 2009.

_____. **Protagonismo juvenil e os novos modelos de políticas públicas**. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, BA, junho de 2008. Disponível: < <http://goo.gl/12jM0b>>. Acesso em 23 ago 2012.

COELHO, Edmundo Campos. A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade. In: _____. **A oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 255-287.

COORDENAÇÃO DE PROJETOS DO PRONASCI. **Planilhas localidades PRONASCI**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007. Não publicado.

COSTA, Arthur; GROSSI, Bruno. Relações intergovernamentais e segurança pública: uma análise do Fundo Nacional de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 1. Edição 1. São Paulo: 2007. p. 6-20.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os jovens de Winston Parva. In: _____. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 134-164.

FERREIRA, Helder *et al.* Juventude e políticas de segurança pública no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 193-219.

FERREIRA, Marieta de Moraes; BRITTO, Ângela (orgs.). **Segurança e cidadania: memórias do Pronasci: depoimentos ao Cpdoc/FGV**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FORACCHI, Marialice Mencarini. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira, 1972.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência**. In: _____. III Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009, p. 54-63.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/mtR1Lt>> . Acesso em 17 de abril de 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **PRONASCI em perspectiva**. Brasília: FGV, 2008.

_____. **PRONASCI em números**. Brasília: FGV, 2009.

_____. **Pesquisa de percepção da população sobre o PRONASCI, Cidadania, Segurança e suas instituições nos Território da Paz**. Brasília: FGV, 2009a.

GIRALDI, Renata. **Folha Online**. Estamos com mania de torcer pela desgraça, diz Lula. 20 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/FQ2YMH>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Lançamento de Território de Paz**. Disponível em: <<http://goo.gl/zNAeTO>>. Acesso em 18 abr 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Cartaz de Seleção do PROTEJO**. Disponível em: <<http://goo.gl/zNAeTO>>. Acesso em 18 abr 2014.

GROPPO, Luís Antônio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última Década**. Nº 33, CIDPA, Viña Del Mar, Dez. 2010. p. 11-26.

GUSSO, R. B. **Eu previno, tu reprimes**: uma análise da política criminal ofertada pelo PRONASCI por meio do programa PROTEJO, no município de Curitiba/PR. 385 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná. Paraná, Curitiba, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População jovem no Brasil: a dimensão demográfica**. Disponível em: <<http://goo.gl/IXcmB4>>. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Acesso em 21 março 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010. Educação. Resultados da Amostra**. Disponível em: <<http://goo.gl/t8KCrV>>. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Acesso em 21 março 2014.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto de Segurança Pública para o Brasil**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/gnefD2>> Acesso em 15 abril 2014.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Segurança Pública e Cidadania**. Uma análise orçamentária do PRONASCI. Brasília: INESC, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/sDevnq>>. Acesso em 18 jan 2016.

INSTITUTO LULA. **História**. São Paulo: Instituto Lula, 2015. Disponível em: <<http://www.institutolula.org.br/historia>> Acesso em 16 de abril de 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Política social e desenvolvimento. A juventude como foco. In: _____. **Políticas sociais acompanhamento e análise**. Nº 15. Brasília: IPEA, março/2008.

KLIKSBERG, Bernardo. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. **RAP**. 40(5). Rio de Janeiro : Set./Out. 2006. p. 909-42.

KOWARICK, Lúcio. Considerações finais: Vulnerabilidade socioeconômica e civil em bairros populares. In: _____. **Viver em risco**. Sobre a vulnerabilidade econômica e civil. São Paulo: Ed.34, 2009. p. 277-301.

LASSANCE, Antônio. Brasil: jovens de norte a sul. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2011. p. 73-82.

LIMA, Luciana; JINKINGS, Daniella. Balestreri defende retomada do Pronasci como prioridade para segurança pública. **Agência Brasil**. Brasília, 01 janeiro 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/eMVDNc>>. Acesso em 9 out 2013.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita. **Sociologia da Juventude I**, da Europa de Marx à América Latina de hoje, Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 69-94. Tradução de Octávio Alves Velho.

_____. O problema das gerações. In: MANNHEIM, Karl. *Sociologia do conhecimento*. V. II. Porto: Res Editora, 1990. p. 115-176.

MARCHIORI, Raphael. **Em 5 anos, PR aplicou só um terço do investimento previsto em segurança**. Gazeta do Povo. Curitiba, 14 agosto 2012. Vida e Cidadania. Disponível em: <<http://goo.gl/xrloVN>>. Acesso em 23 agosto 2012.

MARCHIORI, Raphael; POMPEO, Carolina. **Um em cada dez homicídios em Curitiba é cometido por adolescente**. Gazeta do Povo. Curitiba, 14 outubro 2014. Vida e Cidadania. Disponível em: <<http://goo.gl/xrloVN>>. Acesso em 14 outubro 2014.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventude es más que una palabra. In: C, Humberto J. Cumbides; TOSCANO, María Cristina Laverde; H, Carlos Eduardo Valderrama. **Viviendo a toda**: Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Bogotá: Siglo del hombre Editores, 1998. p. 3-21.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Territórios Digitais**. Brasília: 2015. Não publicado. Disponível em: <<http://goo.gl/yK533>>. Acesso em 20 abr 2015.

DS. **Territórios de Cidadania**. Brasília: 2015. Não publicado. Disponível em: <<http://goo.gl/XdmYfF>>. Acesso em 20 abr 2015.

MIKI, Regina. A política de segurança pública no Brasil. In: Guerra, Antônia Márcia de Araújo et al. (orgs). **Construindo Política com a Juventude**. São Paulo: NTC-PUC/SP, 2011. p.27.

MINAYO, Maria Cecília de S. *et. al.* **Fala Galera**: Juventude, Violência e Cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: 2000.

_____. **Sistema Único de Segurança Pública**. Brasília: 2003. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em: 07 jul 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria Nº 1.576, de 21 de setembro de 2007, que dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 setembro de 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/rjx9UW>>. Acesso em 23 ago 2012.

_____. **Percurso social formativo PROTEJO.** Brasília: 2007. Não Publicado.

_____. **Logo PROTEJO.** Brasília: 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/Uq8aNn>>. Acesso em 18 abr 2014.

_____. **Um novo paradigma para segurança pública.** Brasília: 2008. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em 14 set. 2011.

_____. **Relatório de Gestão.** Brasília: 2008a. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em 14 set. 2011.

_____. **Manual de Convênio.** Brasília: 2008b. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em 14 set. 2011.

_____. **PRONASCI Um Programa de Todos:** do governo federal, mobilizando estados e municípios e sociedade e cada cidadão. Brasília: 2008c. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em 14 set. 2011.

_____. **Bolsa Formação.** Conheça os benefícios para profissionais de segurança pública. Brasília: 2008d. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em 14 set. 2011.

_____. **Relatório final da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.** Brasília: 2009.

_____. **Policiamento Comunitário.** Brasília: 2009a. Não publicado.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Guia para a prevenção do crime e da violência.** Brasília: 2005. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em: 14 set. 2011.

_____. **Perfil das Práticas cadastradas no Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade.** Brasília: 2005a. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em: 13 mar 2013.

_____. **Perfil das vítimas e agressores das ocorrências registradas pelas polícias civis:** janeiro de 2004 a dezembro de 2005. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.

_____. **Projeto Mulheres da Paz.** Brasília: 2009. Não publicado.

_____. **Manual de orientações aos proponentes para elaboração de propostas via SICONV nas ações Mulheres da Paz e PROTEJO Edital/2012.** Brasília: 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/ddDx6f>>. Acesso em 23 agosto 2012.

MISSE, Michel. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. In: PAIVA, Vanilda; SENTO-SÉ, João Trajano (orgs.). **Juventude em conflito com a lei.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007. P. 191-200.

MISSE, Michel. Sobre a construção do crime no Brasil: Esboço de uma interpretação. In: _____ (org.). **Acusados e acusadores:** estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2008. p. 13-32.

MORAES, Pedro R. B. **Juventude, medo e violência.** Curitiba: IPARDES, 2006. Disponível em:< <http://goo.gl/xOpA9g> >. Acesso em: 23 set. 2011.

MORAES, Pedro R. B; PESCAROLLO, Joyce K. **Quem tem medo dos jovens?** Revista Igualdade. V. 42, Curitiba: 2008. p. 21-46.

MORAES, Pedro R. B; KULAITIS, Letícia F.M. Controle social perverso e a policialização das políticas públicas: o caso da Segurança com Cidadania. In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes,1, 2013. Araraquara. **Anais Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas:** aproximando agendas e agentes. Disponível em: <<http://goo.gl/4kxH8T>> . Acesso em: 12 mar. 2015.

MÜLLER, Neusa Pivatto; COSTA, Neri da; NUNES, Bruner Titonelli. Projeto PROTEJO: Articulando o compromisso do jovem com a sua história e a sociedade! In: Guerra, Antônia Márcia de Araújo et al. (orgs). **Construindo Política com a Juventude.** São Paulo: NTC-PUC/SP, 2011. p. 28-34.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.** Brasília: MTE, 2011.

OPAS. Organização Panamericana de Saúde. **La Salud del adolescente y el joven em las Americas.** nº 489. Washigton, DC, 1985.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude. Alguns Contributos. **Análise social.** Vol. XXV (105-106). Lisboa: 1990. p. 139-165.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **Cartaz de Seleção PROTEJO.** Feira de Santana: 2010. Disponível em: < <http://goo.gl/zNAeTO>>. Acesso em 18 abr 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Cartaz Território de Paz.** Vitória: 2009. Disponível em: < <http://goo.gl/zNAeTO>>. Acesso em 18 abr 2014.

PROERD BRASIL. Apresentação. Disponível em: < <http://goo.gl/sXbXSU>>. Acesso em: 09 mar 2015

RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial e imprensa. O caso da Favela Naval. **São Paulo em Perspectiva**. 13 (4). São Paulo: 1999, p. 28-41.

ROCHA, Fabiana dos Santos; TAVARES, Márcia Santana. Projeto Mulheres da Paz: uma mirada de gênero. **Revista Políticas Públicas**. V. 18, n. 1. São Luís: 2014, p. 293-305.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: 1998. p. 731-752.

SALLAS, Ana Luísa Fayet *et al.* Segurança Pública. IN: _____. **Os jovens de Curitiba: desencantos e esperanças, juventude, violência e cidadania**. Brasília: UNESCO, 1999. p. 281-301.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A práxis liberal e a cidadania regulada. In: _____. **Décadas de espantos e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p. 1- 30.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS *et al.* **Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Guia para a prevenção do crime e da violência**. Brasília: 2005. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em: 14 set. 2011.

_____. **Relatório de Gestão**. Brasília: 2008. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em 14 set. 2011.

_____. **Anexo I**. Diretrizes Nacionais Projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/YyHVaj>>. Acesso em 14 set. 2011.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 43-69.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. As várias faces das UPPs. **Ciência Hoje**. Vol. 46, Nº. 276. São Paulo: novembro, 2010. p. 34-39.

_____. Afinal, qual é a das UPPs? **Boletim do Observatório das Metrôpoles**. Rio de Janeiro: 18 de março de 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/YxDnhl>>. Acesso em: 06 out. 2011.

_____. **Os jovens e o policiamento nas favelas cariocas, hoje**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/scky1o>>. Acesso em 19 abr. 2014.

_____. O controle do crime violento no Rio de Janeiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, Ano 6, n. 67, p. 6-7, 2013.

_____. Violência e ordem social. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 26-34.

SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luis Carlos. **MAPAS**. Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade. Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública. (Relatório do Projeto) IBASE/Action Aid-Brasil/Fundação Ford, dez. 2005. Disponível em: <www.ibase.br>. Acesso em: 30 nov. 2013.

SINGER, Paul. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2011. p. 27-35.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**. Vol. 21. Nº. 61. São Paulo: set/dez, 2007. p. 77 – 97.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da “Nova Cidadania”: O Programa Mulheres da Paz. **Sociologia e Antropologia**. v.01.02. Rio de Janeiro: 2011. p. 147 – 164.

SOUZA, Bruno César Grossi de. **Orçamento e Segurança Pública**. Um Estudo de Caso do Fundo Nacional de Segurança Pública. 122f. Trabalho de Especialização. (Especialização em Orçamento e Políticas Públicas) - Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Políticas Públicas e a área da segurança no Brasil. Debate em torno de um novo paradigma, Comunicação apresentada no **35º Encontro Anual da Anpocs**. GT 38 – Violência, criminalidade e punição no Brasil. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/TC2JQn>>. Acesso em: 16 fev 2015. p.1-32.

SOUZA, Maria Julieta Nunes de; COMPANS, Rose. Espaços urbanos seguros. A temática da segurança no desenho da cidade. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**. V.11. Nº. 1. Rio de Janeiro: 2009. p. 9-24.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil**. Desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Nº. 24. Rio de Janeiro: set/out, 2003. p. 16 – 39.

TELES, Nair; FREITAS, Rafael. Políticas públicas e juventude no Brasil. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**.

Fundação Oswaldo Cruz. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. p. 189-209.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de auditoria PRONASCI/Bolsa-Formação**. TC 008.143/2011-0. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Kahdss>>. Acesso em: 16 set 2015.

UNESCO. **Políticas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

UNVPA. Fundo de Populações das Nações Unidas. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento**. 2ª ed. Brasília: UNVPA, 2010.

WACQUANT, Loïc. **O retorno do recalcado**. Violência urbana, “raça” e dualização em três sociedades avançadas. Conferência plenária pronunciada no 17º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro de 1993.

_____. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Punir os pobres**. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freire Bastos, 2001a.

_____. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos**. Nº. 80. São Paulo: março 2008. p. 9-19

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência contra os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

_____. **Mapa da violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004.

_____. **Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2013.

_____. **Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil**. Brasília : Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.

ZALUAR, Alba. **O condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993.

_____. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, Hermano (org.). **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 17-57.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos avançados**. Vol. 21. Nº. 61. São Paulo: set/dez, 2007. p. 31-49.

APÊNDICES

| | |
|---|------------|
| APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003-2010)..... | 214 |
| APÊNDICE 2 - ESTADOS E MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PRONASCI..... | 241 |
| APÊNDICE 3 - CONSÓRCIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRANTES DO PRONASCI..... | 246 |
| APÊNDICE 4 - DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI..... | 249 |
| APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012)..... | 264 |
| APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012)..... | 295 |
| APÊNDICE 7 - TERMOS DE PARCERIA PRONASCI – (2008 – 2012)..... | 327 |

APÊNDICE 1

CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E
JUVENTUDE (2003 – 2010)

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|-----------------------|------------------|--|
| 2003 | 043/2003 | Minas Gerais | R\$ 4.745.437,00 | Implementação de política inovadora e prevenção social da criminalidade e da violência, prevenção a inserção de jovens na criminalidade e a redução da incidência de homicídios cometidos por jovens em unidades estaduais. |
| | 088/2003 | Amapá | R\$ 612.000,00 | Implementação do Projeto Mirim em 15 localidades, objetivando redução dos índices de envolvimento de adolescentes em situação de violência. |
| 2004 | 015/2004 | Rio de Janeiro/RJ | R\$ 200.000,00 | Projeto de prevenção da violência, por meio de capacitação profissional dos servidores da guarda municipal, visando o desenvolvimento da cultura junto aos jovens das comunidades atendidas. |
| | 019/2004 | Macapá/AP | R\$ 596.763,25 | Aquisição de equipamentos e material permanente, material de consumo, contratação de serviços, capacitação dos profissionais da guarda municipal, com o foco de formá-los para serem agentes da cidadania, visando capacitar e equipar o efetivo da guarda municipal, e atuar com ações de prevenção da violência entre os membros da guarda e a sociedade em geral, principalmente jovens e adolescentes. |
| | 056/2004 | Fazenda Rio Grande/PR | R\$ 220.389,60 | Aquisição de equipamentos para a guarda municipal comunitária, na realização de um diagnóstico para pesquisa e avaliação da dinâmica da violência no município e elaboração de um Plano Municipal de Segurança Urbana, na capacitação dos profissionais da guarda municipal e na implantação de oficinas de prevenção à violência junto aos jovens da comunidade. |
| | 061/2004 | Mandirituba/PR | R\$ 186.688,88 | Aquisição de equipamentos e material permanente, material de consumo, contratação de serviços e na realização de diagnóstico para uma pesquisa e avaliação da dinâmica da violência no município, o qual norteará a elaboração de um plano municipal de segurança urbana, que irá orientar, futuramente, os investimentos e ações de prevenção da violência, na implantação de oficinas de prevenção junto aos jovens da comunidade. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|------------------------|------------------|--|
| 2004 | 084/2004 | Estado de São Paulo | R\$ 27.040,00 | Aquisição de equipamentos e serviços para o programa Jovens Construindo a Cidadania. |
| | 109/2004 | Estado de Minas Gerais | R\$ 256.632,84 | Aquisição de equipamentos e material permanente, material de consumo e contratação de serviços, visando a realização de atividades com crianças e adolescentes, no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. |
| | 112/2004 | Estado de Alagoas | R\$ 1.202.825,50 | Aquisição de mobiliário, de equipamentos de informática e audiovisual, material de consumo e de expediente para a realização de oficinas com atividades educacionais, esportivas e culturais junto aos jovens de escolas públicas. |
| | 117/2004 | Estado do Amazonas | R\$ 450.000,00 | Aquisição de equipamentos de informática e audiovisual, mobiliário, material esportivo, uniformes, material didático e fornecimento de alimentação, para realização de atividades de prevenção em saúde, educação, esporte, lazer, prática de ações cívicas e profissionalizantes com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade criminal. |
| | 122/2004 | Estado do Piauí | R\$ 90.000,00 | Aquisição de instrumentos musicais, equipamentos esportivos, uniformes e realização de aulas orientadoras, bem como a implantação de oficinas esportivas, culturais e de lazer, visando à prevenção da violência de forma geral, envolvendo diretamente crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e criminal, buscando a recuperação de valores éticos, morais e sócio-familiares. |
| | 123/2004 | Estado do Piauí | R\$ 31.500,00 | Aquisição de equipamentos esportivos e uniformes bem como a implantação de oficinas esportivas junto a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e criminal. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|------------------------------|----------------|--|
| 2004 | 127/2004 | Estado do Maranhão | R\$ 596.300,00 | Aquisição de equipamentos e material permanente, material de consumo e contratação de serviços visando a expansão do Projeto Bombeiro Mirim, que prevê a realização de oficinas junto às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade criminal. |
| | 140/2004 | Estado de Minas Gerais | R\$ 400.000,00 | Aquisição de equipamentos, material permanente e contratação de serviços, visando diminuir a violência, a criminalidade e prevenir o uso de drogas por crianças e adolescentes no Estado, mediante aulas no seu ambiente escolar, reunindo família, polícia e escola; e auxiliar os pais mediante o esclarecimento quanto às drogas e o fortalecimento da estrutura familiar. |
| 2005 | 007/2005 | Estado do Mato Grosso | R\$ 289.932,00 | Execução de ações de responsabilização com eficiência, no enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil; capacitar agentes de responsabilização do sistema judicial; realizar campanha de articulação das ações da rede de proteção; realizar campanha de desarticulação da rede de exploração sexual; potencializar as políticas públicas dirigidas ao enfrentamento da violência, exploração e abuso sexual, já existentes nas localidades onde serão implantados os Centros, oferecendo suporte técnico complementar; sensibilizar e conscientizar a comunidade local; implementar políticas de incentivo à denúncia do crime de violência, abuso e exploração sexual. |
| | 008/2005 | Estado do Mato Grosso do Sul | R\$ 160.806,23 | Implantação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, Conselhos Comunitários de Segurança Pública, Núcleo de Estudo e Prevenção da Violência da SEJUSP/MS e ações de combate ao Tráfico de Seres Humanos, visando a diminuição da vulnerabilidade criminal junto a crianças, adolescentes e jovens, assim como o enfrentamento ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual comercial, e ainda, dá continuidade ao trabalho de prevenção ao uso de substâncias psicoativas. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|-------------------|----------------|---|
| 2005 | 047/2005 | Estado do Sergipe | R\$ 133.551,27 | Fortalecimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas nas Escolas (PROERD), do Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual (Projeto Viver), do Programa de Proteção à Criança e Adolescentes e o da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, visando reduzir o consumo de drogas entre as crianças e adolescentes, intensificar a integração entre a polícia militar, instituições de ensino e a comunidade, bem como garantir um acolhimento de melhor qualidade às vítimas de violência sexual. |
| | 058/2005 | Distrito Federal | R\$ 471.584,70 | Expansão do Programa Segurança Comunitária no Distrito Federal, do Picasso Não Pichava, da Companhia de Teatro Pátria Amada e do Esporte à Meia Noite, visando aumentar a participação da comunidade nas soluções de problemas de segurança pública, evitar que jovens se envolvam com a criminalidade e com o uso de drogas, diminuir a depredação de patrimônios públicos e privados e desenvolver atividades esportivas e palestras educativas. |
| | 061/2005 | Estado do Acre | R\$ 151.140,60 | Continuidade do Projeto – Música, Escola, Polícia e Família – realizado na Escola Berta Vieira Andrade e ampliar o mesmo para as Escolas Estaduais Glória Perez e Antônia Fernandes, prevenindo a violência e a criminalidade, especialmente nas áreas de risco onde há envolvimento de jovens na faixa etária de 12 a 20 anos, formando cidadãos através do ensino da música. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|-------------------|----------------|---|
| 2005 | 068/2005 | Estado de Roraima | R\$ 135.218,66 | Reaparelhamento das Unidades Especializadas de atendimento à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher – DDM), de proteção à infância e a juventude (Delegacia de Defesa da Infância e Juventude – DDIJ) e de investigações de crime contra a vida (Delegacia Geral de Homicídios), visando fornecer condições para atuarem nas investigações de crimes e fornecer um atendimento digno à população. |
| | 073/2005 | Estado do Acre | R\$ 90.296,02 | Projeto Educacional Adolescente Cidadão Consciente – PROACC, oferecendo atividades educacionais a adolescentes que estejam cursando o segundo ciclo (5ª a 6ª séries) do Ensino Fundamental da rede pública estadual da Cidade de Boa Vista, através de lições ministradas por policiais civis, visando a redução da violência praticada por adolescentes e impedir que eles sejam recrutados pela comunidade criminosa. |
| | 085/2005 | Serra/ES | R\$ 128.024,62 | Equipar um veículo tipo ônibus, com equipamento de som e iluminação, para a realização itinerante de atividades culturais, desenvolver oficinas de hip hop, teatro e cidadania e capacitar as lideranças e representantes comunitários, que participarão da coordenação de atividades, na didática das oficinas, visando levar atividades culturais e cidadania aos jovens de 15 a 24 anos em 15 bairros com maiores índices de homicídios. |
| | 086/2005 | Cuiabá/MT | R\$ 300.661,38 | Implementação de ações integradas para a consolidação de uma política municipal de segurança de redes de proteção à população, por meio de um programa de redução da violência, que se destina ao atendimento aos jovens, familiares e escola, sendo necessário para tanto, dotar a guarda municipal de equipamentos necessários a sua atuação além de proporcionar aos profissionais a capacitação adequada para a melhoria do atendimento à comunidade. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|--------------------|----------------|---|
| 2005 | 094/2005 | Rio Branco/AC | R\$ 349.657,60 | Fortalecimento dos trabalhos voltados ao combate à criminalidade buscando integrar atividades de conscientização da população, participação de jovens e crianças no processo formador, visando reduzir o índice de crimes e violência na cidade como um todo, buscando a promoção da qualidade de vida da população. |
| | 103/2005 | Várzea Paulista/SP | R\$ 277.606,80 | Capacitação dos guardas municipais e formação de guardas multiplicadores, visando a redução dos índices de criminalidade, desenvolvendo uma política de segurança pública efetiva e melhorando o atendimento à comunidade, para que possam solucionar os problemas de maneira pacífica e para que estejam aptos a atuar junto aos jovens e estudantes no combate ao uso da droga. |
| | 104/2005 | Caxias do Sul/RS | R\$ 646.613,82 | Desenvolvimento de ações ligadas à formação e capacitação dos guardas municipais, e a prevenção em segurança pública, visando a redução dos índices de violência, preparando a guarda municipal e agentes de cidadania em agentes mediadores de conflitos e vulnerabilidades, bem como motivadores da convivência pacífica e democrática, prevenindo, por meio de medidas sócio-educativas, as ações delituosas da população infanto-juvenil. |
| | 134/2005 | São José/SC | R\$ 632.445,20 | Equipamento e na capacitação dos profissionais da guarda municipal, visando a redução da criminalidade, bem como a implementação de ações que reduzam a vulnerabilidade criminal de crianças, adolescentes e jovens mais suscetíveis a situações de violência. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|--------------------|----------------|---|
| 2005 | 166/2005 | Corumbá/MS | R\$ 317.132,00 | Desenvolvimento dos projetos: Guardião escolar, Incentivo à Cultura, Vigilância Eletrônica e Prevenção e Proteção ao Meio Ambiente, visando fortalecer os trabalhos voltados à prevenção da violência e criminalidade, buscando integrar atividades de conscientização da população, participação de jovens e crianças no processo formador. |
| | 168/2005 | Franco da Rocha/SP | R\$ 240.000,00 | Reorganização e aparelhamento da guarda municipal, visando dar condições de funcionamento aos integrantes, para que estejam aptos ao desenvolvimento de ações voltadas à prevenção da violência e criminalidade, assim como possibilitar aos adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade criminal, atividades produtivas, possibilitando inserção social e novas perspectivas de vida. |
| | 178/2005 | Paudalho/CE | R\$ 206.366,22 | Instalar uma estrutura de melhor atendimento e segurança à população, assim como aos visitantes, turistas e romeiros, estimulando o trabalho e o desenvolvimento de moradores das comunidades, por meio de seus líderes comunitários, ocupando o tempo ocioso dos jovens, capacitando a guarda municipal para atuar de forma preventiva nas ações e atividades de controle de locais públicos e de atendimento à população, oferecendo oficinas de prevenção à violência para lideranças comunitárias e membros de comunidades em situação de risco, desenvolvendo permanente atuação da guarda municipal nas escolas públicas do município visando prevenir e orientar sobre o assunto de drogas e outros. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|---------------------------|----------------|---|
| 2005 | 181/2005 | Estado do Ceará | R\$ 296.998,47 | Reforma da Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente – DECECA e a construção da Delegacia da Criança e do Adolescente – DCA na cidade de Fortaleza, visando dotar as unidades especializadas no atendimento à criança e ao adolescente de estruturas físicas adequadas à realização de suas atividades. |
| | 182/2005 | Pesqueira/PE | R\$ 105.288,48 | Promover parcerias, com a mobilização da comunidade, além de favorecer o desenvolvimento de programas da área de segurança, visando o enfrentamento à violência, a inclusão do jovem em programas e buscando a integração junto às famílias dos apenados lotados no recém inaugurado presídio de segurança máxima, bem como estruturar o Conselho Municipal de Segurança, para que seja utilizada como ferramenta para a promoção de segurança e prevenção do grupo jovem vulnerável. |
| | 186/2005 | São Sebastião/SP | R\$ 173.640,00 | Desenvolvimento de ações sociais de segurança urbana, visando a redução da criminalidade, qualificação do quadro funcional do Conselho e melhor relacionamento deste com a população jovem em situação de risco social. |
| 2006 | 005/2006 | Vargem Grande Paulista/SP | R\$ 125.880,00 | Capacitação dos guardas municipais para atuarem na segurança escolar, visando reduzir o envolvimento dos jovens em situações de risco, realizando uma cobertura coesa e ampla no atendimento de unidades escolares, ampliando o foco de atendimento com excelência de qualidade e respeito, criando uma maior aproximação com a comunidade, a fim de desenvolver uma rede de proteção social ao jovem e adolescente. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|--------------|----------------|--|
| 2006 | 007/2006 | Itupeva/SP | R\$ 112.100,00 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades de prevenção da violência e criminalidade, sendo também necessária a aquisição de alguns equipamentos que auxiliem seus profissionais no dia-a-dia, implementação de políticas públicas articuladas, visando à inclusão social e a redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes da rede municipal de ensino. |
| | 008/2006 | Catanduva/SP | R\$ 96.800,00 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades de prevenção da violência e criminalidade, sendo também necessária a aquisição de alguns equipamentos que auxiliem seus profissionais no dia-a-dia, implementação de políticas públicas articuladas (saúde, educação, assistência social, segurança, entre outras), visando à inclusão social e a redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes. |
| | 010/2006 | Ibiúna/SP | R\$ 125.623,60 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades de prevenção da violência e criminalidade, sendo também necessária a aquisição de alguns equipamentos que auxiliem seus profissionais no dia-a-dia, implementação de políticas públicas articuladas (saúde, educação, assistência social, segurança, entre outras), visando à inclusão social e a redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes. |
| | 020/2006 | Olinda/PE | R\$ 230.226,14 | Modernização da Guarda Municipal, por meio do seu reaparelhamento e da capacitação para requalificação dos guardas municipais, bem como promover oficinas de prevenção à violência junto às comunidades e seus líderes, visando a redução da vulnerabilidade criminal de crianças, adolescentes e jovens |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|----------------------------|----------------|--|
| 2006 | 024/2006 | Varginha/MG | R\$ 105.928,00 | Capacitação adequada da Guarda Municipal, para que esta esteja apta a enfrentar e propor atividades diante desta nova perspectiva de atuação na prevenção da violência e criminalidade, sendo também necessária a aquisição de equipamentos que auxiliem os profissionais nas atividades do dia-a-dia e a implantação do projeto “grêmio em forma” que abordará as mais diferentes temáticas, visando a inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal de jovens da rede municipal de ensino. |
| | 034/2006 | Pirapora/MG | R\$ 74.200,00 | Reestruturação e qualificação da Guarda Municipal proporcionando conhecimento técnico – baseado na Matriz Curricular Nacional para a Formação de Guardas Municipais – dos profissionais da Guarda, que atuarão na fiscalização dos serviços prestados a comunidade, na atuação preventiva nas escolas e passeios públicos, na integração com as polícias estaduais e com a população, priorizando o aspecto da participação comunitária na implantação das atividades de redução da vulnerabilidade criminal de crianças, adolescentes e jovens. |
| | 036/2006 | Americana/SP | R\$ 108.400,00 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na atuação na prevenção da violência e criminalidade, visando à inclusão social e a redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes da rede municipal de ensino. |
| | 037/2006 | Maracanaú/CE | R\$ 66.720,00 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na atuação na prevenção da violência e criminalidade, visando à inclusão social e a redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes. |
| | 038/2006 | Jaboatão dos Guararapes/PE | R\$ 391.321,46 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na atuação na prevenção da violência e criminalidade, visando à inclusão social e a redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|---------------|----------------|--|
| 2006 | 041/2006 | Guaíra/SP | R\$ 19.466,64 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na atuação na prevenção da violência e criminalidade, visando à inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes da rede municipal de ensino. |
| | 042/2006 | Bayeux/PB | R\$ 128.538,75 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na atuação na prevenção da violência e criminalidade, visando ampliar as ações desenvolvidas pelo Município, coibindo o transporte de drogas ilícitas, bem como ampliar as ações preventivas que vem sendo realizadas junto a crianças, adolescentes e jovens inseridos na rede escolar municipal. |
| | 044/2006 | Rio Bonito/RJ | R\$ 151.936,00 | Qualificação e modernização da Guarda Municipal, bem como a realização de ações comunitárias integradas junto à comunidade, na prevenção do envolvimento de jovens na criminalidade. |
| | 050/2006 | Juazeiro/BA | R\$ 87.765,75 | Capacitação adequada da Guarda Municipal, para que esta esteja apta a enfrentar e propor atividades de prevenção da violência e criminalidade, sendo também necessária a aquisição de alguns equipamentos que auxiliem seus profissionais nas atividades do dia-a-dia, implementação de políticas públicas articuladas (saúde, educação, assistência social, segurança, entre outras), visando a inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal de crianças, adolescentes e jovens. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|-----------------|----------------|---|
| 2006 | 052/2006 | Trindade/PE | R\$ 84.119,00 | Estruturar e capacitar os integrantes do Conselho Municipal, assim como desenvolver atividades voltadas a capacitação de lideranças comunitárias, de prevenção da violência e criminalidade para jovens em situação de vulnerabilidade e capacitação de agentes a atuarem junto às famílias localizadas nos bairros com maior situação de risco, bem como reduzir a vulnerabilidade criminal. |
| | 053/2006 | Belford Roxo/RJ | R\$ 159.530,00 | Capacitar adequadamente sua Guarda Municipal, para que esteja apta a enfrentar e propor atividades diante desta nova perspectiva de atuação na prevenção da violência e criminalidade, sendo também necessário a aquisição de alguns equipamentos que auxiliem seus profissionais nas atividades do dia-a-dia, visando reduzir a vulnerabilidade criminal de crianças, adolescentes e jovens. |
| | 064/2006 | Cascavel/PR | R\$ 145.912,00 | Capacitar a Guarda Municipal, para que esteja apta a enfrentar e propor atividades diante da nova perspectiva de atuação na prevenção da violência e criminalidade, bem como aquisição de alguns equipamentos que auxiliem os profissionais nas atividades do dia-a-dia, afim de reduzir a vulnerabilidade criminal de crianças, adolescentes e jovens. |
| | 083/2006 | Estado do Piauí | R\$ 48.870,00 | Projeto Esportes ao anoitecer, oferecendo práticas esportivas, principalmente noturnas a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e criminal, com acompanhamento de monitor capacitado, buscando orientá-lo para novas oportunidades, visando a redução da violência praticadas por jovens e adolescentes, impedindo que eles sejam recrutados pela comunidade criminosa. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|-------------------------|----------------|---|
| 2006 | 124/2006 | Boa Vista/RR | R\$ 125.000,00 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na atuação na prevenção da violência e criminalidade, visando à inclusão social e a redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes. |
| | 130/2006 | Dourados/MS | R\$ 106.227,00 | Qualificação dos profissionais da Guarda Municipal, ampliação do trabalho do pelotão escolar da GM, fazendo com que sua atuação seja maior e mais segura para os guardas que nele trabalham e no desenvolvimento de ação preventiva mais efetiva junto aos jovens de comunidade carente no município. |
| | 131/2006 | São José de Ribamar/MA | R\$ 82.647,94 | Capacitar adequadamente a Guarda Municipal, para que esta esteja apta a enfrentar e propor atividades diante da nova perspectiva de atuação na prevenção da violência e criminalidade, aquisição de equipamentos para que auxiliem seu profissionais nas atividades do dia-a-dia e realização de oficinas juntos aos jovens, visando a inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal. |
| | 137/2006 | Campo Limpo Paulista/SP | R\$ 102.304,00 | Capacitação adequada da Guarda Municipal, para que esta esteja apta a enfrentar e propor atividades de prevenção da violência e da criminalidade, sendo também necessária a aquisição de alguns equipamentos que auxiliem seus profissionais nas atividades do dia-a-dia, implementação de políticas públicas articuladas (saúde, educação, assistência social, segurança, entre outras), visando a inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal de crianças, adolescentes e a comunidade. |
| | 139/2006 | Caucaia/CE | R\$ 109.540,34 | Capacitação adequada da Guarda Municipal, para que esta esteja apta a enfrentar e propor atividades de prevenção da violência e criminalidade, sendo também necessária a aquisição de alguns equipamentos que auxiliem seus profissionais nas atividades do dia-a-dia, implementação de políticas públicas articuladas (saúde, educação, assistência social, segurança, entre outras), visando a inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal de crianças, adolescentes e a comunidade. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|---------------------|----------------|--|
| 2007 | 004/2007 | Itapevi/SP | R\$ 278.482,08 | Capacitação adequada da Guarda Municipal, para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na atuação na prevenção da violência e criminalidade, sendo também necessária a aquisição de alguns equipamentos que auxiliem seus profissionais nas atividades do dia-a-dia, implementação de políticas públicas articuladas (saúde, educação, assistência social, segurança, entre outras), visando a inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes. |
| | 005/2007 | Jandira/SP | R\$ 132.912,00 | Capacitação adequada da Guarda Municipal, para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na atuação na prevenção da violência e criminalidade, sendo também necessária a aquisição de alguns equipamentos que auxiliem seus profissionais nas atividades do dia-a-dia, implementação de políticas públicas articuladas (saúde, educação, assistência social, segurança, entre outras), visando a inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes. |
| | 017/2007 | Balneário Pinhal/RS | R\$ 104.640,40 | Implementar um Rede Municipal de Apoio em prol da Segurança Pública, promovendo um espaço de capacitação para o desenvolvimento individual e coletivo de competências, por meio da criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, sobretudo com a capacitação de jovens (agentes multiplicadores) e mobilização social da comunidade, para prevenir e coibir a violência. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|------------------|----------------|--|
| 2007 | 020/2007 | Itaboraí/RJ | R\$ 141.263,20 | Capacitar adequadamente a Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades diante da perspectiva de atuação na prevenção da violência e criminalidade, bem como ministrar oficinas de prevenção, das mais diferentes temáticas, visando a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens, afim de diminuir os índices de violência e criminalidade. |
| | 021/2007 | Nova Friburgo/RJ | R\$ 159.468,00 | Capacitar adequadamente a Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades diante da perspectiva de atuação na prevenção da violência e criminalidade, bem como ministrar oficinas de prevenção, das mais diferentes temáticas, visando a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens, afim de diminuir os índices de violência e criminalidade. |
| | 033/2007 | Conchal/SP | R\$ 132.352,00 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na atuação na prevenção da violência e da criminalidade, bem como aquisição de equipamentos e material permanente, visando a inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal de jovens e adolescentes. |
| | 041/2007 | Iperó/SP | R\$ 202.400,00 | Desenvolvimento de ações voltadas à aquisição de equipamentos, capacitação dos integrantes da Guarda Municipal e a implementação de ações voltadas para a prevenção da violência e criminalidade, bem como a integração que permita a utilização das informações e recursos para a gestão das políticas públicas, visando o melhor atendimento à população, assim como a redução da violência e criminalidade junto aos jovens do Município. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|--------------------------|----------------|--|
| 2007 | 042/2007 | São Bernardo do Campo/SP | R\$ 352.000,00 | Implementação de ações integradas e investimento na área de segurança urbana, bem como a prevenção da violência e criminalidade, visando abordar temas como prevenção ao uso e abuso de drogas, educação no trânsito e educação ambiental, a jovens da 4ª e 6ª séries. |
| | 043/2007 | Capivari/SP | R\$ 115.184,00 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na perspectiva da prevenção da violência, bem como a aquisição de equipamentos e material permanente e a implantação de oficinas de prevenção ao uso de drogas das mais diferentes temáticas, visando a inclusão social e a redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes. |
| | 044/2007 | Batatais/SP | R\$ 228.141,92 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na perspectiva da prevenção da violência, bem como a aquisição de equipamentos e material permanente que auxiliem seus profissionais nas atividades diárias; implantação de oficinas de prevenção ao uso de drogas das mais diferentes temáticas, visando a inclusão social e a redução da vulnerabilidade criminal de crianças e adolescentes. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|-------------|------------------|---|
| 2007 | 048/2007 | Sorocaba/SP | R\$ 265.362,40 | Capacitação da Guarda Municipal para que esteja apta a enfrentar e propor atividades na prevenção da violência e da criminalidade, como oficinas de prevenção das mais diferentes temáticas, bem como aquisição de equipamentos e material permanente, visando à inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal de jovens e adolescentes. |
| | 054/2007 | Côcos/BA | R\$ 107.425,18 | Capacitação adequada da Guarda Municipal, para que esta esteja apta a enfrentar e propor atividades de prevenção da violência e criminalidade, sendo também necessária a aquisição de alguns equipamentos que auxiliem seus profissionais nas atividades do dia-a-dia, implementação de políticas públicas articuladas (saúde, educação, assistência social, segurança, entre outras), visando a inclusão social e redução da vulnerabilidade criminal de crianças, adolescentes e a comunidade. |
| | 062/2007 | Mariana/MG | R\$ 279.280,00 | Investir na ampliação da estrutura da Guarda Municipal, treinamento e capacitação profissional e intervenções de prevenção primária junto as comunidades, por meio de oficinas e programas de incentivo em prol de, principalmente, jovens em situação de riscos. |
| | 088/2007 | Recife/PE | R\$ 1.566.130,50 | Implantação e monitoramento de ações de prevenção à violência e criminalidade, implantação de um centro de atendimento a grupos sociais vulnerabilizados, visando dar atendimento e encaminhamento adequado às vítimas de violência, com objetivo de cessar a violência a que estas pessoas estão submetidas; implementar políticas públicas criativas de prevenção, especialmente voltadas para a juventude; ampliar o projeto de segurança nas escolas, assim como possibilitar maior qualificação e melhores condições de atuação da Guarda Municipal. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|-----------------------|----------------|--|
| 2007 | 108/2007 | Estado do Acre | R\$ 324.015,00 | Promoção de campanha preventiva de combate à violência intrafamiliar e o uso de drogas, junto a crianças e adolescentes, em escolas e municípios, no intuito de formar cidadãos através de atividades recreativas, culturais e desportivas, visando melhorar o rendimento escolar, a auto-estima e desenvolver potencialidades, assim como trabalhar questões relativas ao desenvolvimento de atividades coletivas, com estabelecimento de regras e convivência harmônica. |
| | 142/2007 | Aracaju/SE | R\$ 450.000,00 | Qualificação e modernização da Guarda Municipal de acordo com a Matriz Curricular, bem como a aquisição de veículos, equipamentos, realização de treinamento, material de consumo para realização das oficinas, visando o desenvolvimento de Ações de Prevenção de violência, com o objetivo de aproximação dos profissionais da Guarda e a comunidade, e em especial com os jovens, como uma das formas de prevenir o envolvimento desses jovens com práticas delituosas. |
| | 145/2007 | Itapira/SP | R\$ 148.432,00 | Implantação de um conjunto de ações integradas na prevenção da violência e criminalidade, com a qualificação e modernização da Guarda Municipal, bem como o desenvolvimento de ações educativas, visando estabelecer valores saudáveis para crianças e adolescentes por meio de oficinas interativas, proporcionando assim qualidade de vida à comunidade. |
| | 147/2007 | Indaiatuba/SP | R\$ 371.674,00 | Reaparelhamento da Guarda Municipal proporcionando melhoria nas condições de trabalho aos profissionais bem como o desenvolvimento de atividades voltadas à prevenção da violência e criminalidade junto a crianças e adolescentes, assegurando o desenvolvimento de uma convivência cidadã no município, promovendo uma cultura de paz que gere qualidade de vida e reduza os índices de violência. |
| | 163/2007 | Estado do Mato Grosso | R\$ 287.958,86 | Implantação de oficinas de geração de emprego e renda para crianças, adolescentes e jovens, especialmente que estejam em situação de vulnerabilidade criminal, buscando reduzir os índices de violência e criminalidade a que estes jovens estão submetidos. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|--------------------------|----------------|--|
| 2007 | 166/2007 | Estado do Espírito Santo | R\$ 361.032,00 | Instituir atendimento ao público infanto-juvenil em situação de risco pessoal e social, dentro da comunidade escolar no município de Aracruz, visando a redução do comportamento agressivo e, conseqüentemente, os índices de cometimento de ato infracional por adolescentes. |
| | 178/2007 | Estado do Amapá | R\$ 131.769,60 | Implementação de atividades sociais, cívicas, esportivas, culturais, que por meio de orientação, auxiliem a crianças e adolescentes a refletirem sobre a temática da violência, visando a diminuição da vulnerabilidade de crianças e adolescentes e que possibilitem sua integração com a sua família, com a escola e um bom convívio com a sociedade. |
| | 179/2007 | Estado do Amapá | R\$ 131.164,30 | Estruturação da Coordenadoria de Segurança Comunitária, oferecendo à comunidade muito mais fundamentos para a execução de trabalhos voltados para a prevenção da violência, buscando trabalhar o enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil, ao consumo de drogas, na formação de multiplicadores de cidadania. |
| | 184/2007 | Estado do Amazonas | R\$ 205.425,00 | Capacitação e aperfeiçoamento de policiais militares, preparando-os para o exercício da docência, os quais serão responsáveis pela aplicação do PROERD, que será desencadeado em escolas estaduais e municipais de ensino fundamental, que de certa forma contribuíra para o fortalecimento da formação de crianças e adolescentes em situação de risco, bem como implementação do currículo voltado especificamente para os pais de alunos. |
| | 187/2007 | Estado da Paraíba | R\$ 265.500,00 | Realização de campanhas para a prevenção da violência contra a mulher, crianças e adolescentes, incentivando a população a participar da elaboração de atividades de prevenção. |
| | 197/2007 | Estado de Roraima | R\$ 251.100,00 | Divulgação das ações sociais, como a ampliação dos Programas Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD e o Adolescente Cidadão Consciente – PROACC, com a capacitação de crianças e adolescentes na prevenção primária ao abuso de drogas e redução da violência da rede pública e privada do ensino fundamental, possibilitando o aumento do número de alunos atendidos. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|-----------------------|------------------|---|
| 2007 | 201/2007 | Estado do Maranhão | R\$ 133.020,90 | Oferecer aos adolescentes e jovens da região metropolitana de São Luís, a oportunidade de completar sua educação, por meio do desempenho de práticas suplementares ao processo educacional, facultando aos mesmos um desenvolvimento moral, social e físico, preparando-os para o exercício pleno da cidadania. |
| | 213/2007 | Estado de Tocantins | R\$ 88.060,50 | Realização de campanhas de prevenção da violência contra grupos minoritários, em especial crianças e adolescentes, visando incentivar a população a participar da elaboração de atividades de prevenção. |
| | 222/2007 | Macapá/AP | R\$ 400.000,00 | Capacitação profissional dos integrantes da Guarda Municipal, bem como o seu aparelhamento para dar suporte para o desenvolvimento das atividades e implementação de um conjunto de ações integradas investindo na área de segurança urbana e prevenção da criminalidade, principalmente entre jovens e adolescentes. |
| | 223/2007 | Porto Alegre/RS | R\$ 2.326.000,00 | Realizar os Jogos Gaúchos de Verão, bem como promover a formação de jovens participantes e seus familiares em cursos de capacitação para o mercado de trabalho. |
| | 236/2007 | Natal/RN | R\$ 493.859,80 | Modernização da guarda municipal, implantação de políticas públicas urbanas voltadas para a prevenção da violência contra a mulher e na capacitação de jovens para que saiam da violência para uma boa convivência em sociedade, promovendo uma cultura de paz, afim de reduzir os índices de criminalidade. |
| | 237/2007 | São João de Meriti/RJ | R\$ 197.873,60 | Capacitação dos guardas municipais, no aprimoramento da infra-estrutura da Guarda e contratação de serviços que auxiliarão esses profissionais na qualificação do embasamento teórico, bem como a atuação na prevenção da violência direcionada ao público mais vulnerável, os jovens, atuando nas escolas municipais, na proteção ao meio ambiente e na prevenção aos acidentes de trânsito, visando o melhor atendimento à população. |
| | 248/2007 | Estado do Maranhão | R\$ 169.609,24 | Realizar prevenção primária entre adolescentes e jovens, proporcionando a participação da comunidade nas atividades de planejamento, definição de prioridade, implementação e execução das ações preventivas. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|-------------------------|------------------|---|
| 2007 | 251/2007 | Estado de Minas Gerais | R\$ 953.080,00 | Trabalhar a Prevenção à Criminalidade a partir da integração dos Órgãos de Defesa Social, principalmente buscando a intensificação da atuação preventiva por parte da polícia de Minas Gerais e a inclusão social da juventude com foco na prevenção. |
| | 261/2007 | Vinhedo/SP | R\$ 247.772,00 | Implementação de ações integradas para a consolidação de uma política municipal de segurança de redes de proteção à população, por meio de um programa de prevenção à violência e a criminalidade na redução da violência, que se destina ao atendimento aos jovens e aos pais, sendo necessária dotar a Guarda Municipal de equipamentos necessários a sua atuação além de proporcionar aos profissionais a capacitação adequada. |
| | 265/2007 | Rio de Janeiro/RJ | R\$ 1.992.931,70 | Capacitação dos guardas municipais, no aprimoramento da infra-estrutura da Guarda e a contratação de serviços que auxiliarão esses profissionais na qualificação do embasamento teórico, bem como a atuação na prevenção da violência direcionada ao público mais vulnerável, os jovens, atuando nas escolas municipais, na proteção ao meio ambiente e na prevenção aos acidentes de trânsito, visando o melhor atendimento à população. |
| | 273/2007 | Esteio/RS | R\$ 69.246,80 | Capacitar jovens alistados e dispensados do serviço militar obrigatório e em situação de vulnerabilidade social e criminal para atuar na implementação de ações de prevenção à violência e criminalidade, junto às escolas públicas e privadas existentes no município. |
| | 358/2007 | São Fco de Itabapona/RJ | R\$ 42.145,20 | Capacitar adequadamente a Guarda Municipal, para que esteja apta a enfrentar e propor atividades diante desta nova perspectiva de atuação da violência e criminalidade, sendo também necessária a aquisição de alguns equipamentos que auxiliem seus profissionais nas atividades do dia-a-dia, visando reduzir a vulnerabilidade criminal de crianças, adolescentes e jovens. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|--------------------------|----------------|--|
| 2008 | 002/2008 | Rio Branco/AC | R\$ 378.600,39 | Aquisição de bens e capacitação de pessoal, para fortalecimento das ações de combate à violência no trânsito e prevenção de violência infanto-juvenil, visando conscientizar e mobilizar jovens do município para a construção de uma cultura de paz de valorização da vida, formando multiplicadores que disseminarão tais valores em seu ambiente de convívio social. |
| | 323/2008 | Estado de Rondônia | R\$ 232.133,60 | Implementação de ações preventivas e educativas, com enfoque na população jovem, por meio da realização de treinamento para crianças e adolescentes com informações básicas de preservação do meio ambiente, proteção de vidas e bens, formação de noções de saúde e higiene, ensinamentos básicos de prevenção contra incêndio e pânico, evasão organizada de local sinistrado e assepsia de ferimentos leves, dentre outros fundamentos, retirando esses jovens do risco da marginalidade. |
| | 404/2008 | Estado do Tocantins | R\$ 248.475,56 | Reforma e ampliação da Delegacia da Mulher, Infância e Juventude de Porto Nacional, visando propiciar à população, bem como os policiais civis que lá atuam, uma melhor infra-estrutura, fazendo com que os serviços prestados sejam melhor qualificados. |
| | 412/2008 | Estado de Mato Grosso | R\$ 221.000,00 | Diminuição da violência por e contra a criança e o adolescente contribuindo para aquisição de saúde, disciplina, lazer e entretenimento além da promoção de sociabilidade e integração. |
| | 421/2008 | Estado de Santa Catarina | R\$ 741.699,28 | Potencialização da redução da demanda de drogas por meio da aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, visando ensinar e aprofundar os conhecimentos dos policiais militares, quanto as drogas lícitas e ilícitas, bem como técnicas pedagógicas adequadas para ministrarem aulas para crianças, adolescentes e pais e/ou responsáveis. |
| | 422/2008 | Estado de Santa Catarina | R\$ 102.336,70 | Potencialização da redução da violência por meio da aplicação do Programa Jovens de Atitude Já, visando capacitar jovens como multiplicadores na prevenção às drogas e a violência, bem como fortalecer a interação entre a Polícia e a Comunidade, propiciando assim um clima de parceria e confiança. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|--------------------------|------------------|---|
| 2008 | 423/2008 | Estado de Sergipe | R\$ 509.747,85 | Estruturação e operacionalização do programa Educacional de Resistência as Drogas e Violência, visando a capacitação de instrutores, a fim de aumentar o efetivo e disponibilizar o atendimento desta demanda quanto à formação de jovens e adultos na prevenção das drogas e violência. |
| | 427/2008 | Estado da Paraíba | R\$ 702.398,40 | Implementação dos programas "Marchando para o Futuro sem drogas" e "Bombeiros na Escola" visando reduzir os índices de criminalidade e violência nas comunidades por meio de atividades esportivo-sociais e ações de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas entre adolescentes e jovens carentes em estado de vulnerabilidade social, bem como levar noções básicas a esses jovens a cerca de como prevenir acidentes, despertando a importância da prevenção. |
| | 482/2008 | Estado de Santa Catarina | R\$ 157.486,00 | Aquisição de equipamentos permanentes e de consumo para as Corporações do Corpo de Bombeiros Militar das cidades selecionadas, visando oferecer capacitação aos jovens das comunidades carentes. |
| | 518/2008 | Estado do Piauí | R\$ 480.741,50 | Aquisição de equipamentos permanentes e de consumo com objetivo de oferecer as crianças e adolescentes carentes acesso a atividade esportivas e voltadas para a inclusão digital, com acompanhamento de monitores devidamente capacitados, dando assistência necessária que esses jovens e adolescentes precisam para livrá-los das armadilhas existentes nas ruas. |
| 2009 | 083/2009 | Camaragibe/BA | R\$ 1.406.433,00 | Estruturar uma brigada comunitária da Guarda Municipal, através da aquisição de equipamentos e material permanente e da capacitação dos Guardas Municipais, bem como implantar o Projeto Jovem de Atitude, por meio da realização de diversos cursos para os jovens em situação de risco social, visando ampliar a capacidade de atendimento da GM e a redução do envolvimento de jovens em atos infracionais. |
| | 105/2009 | Mangaratiba/RJ | R\$ 117.571,58 | Modernização da guarda municipal, por meio do reaparelhamento e capacitação, e desenvolver ações de prevenção junto à população, visando reduzir os índices de violência e criminalidade por meio das ações preventivas e educativas, voltadas prioritariamente para crianças e adolescentes. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|---------------------------|----------------|--|
| 2009 | 146/2009 | Amparo/SP | R\$ 739.223,64 | Qualificar e reestruturar a Guarda Civil Municipal de Amparo para permitir uma maior integração dos órgãos parceiros na promoção da segurança do município, para redução dos indicadores de violência e de criminalidade no Município. Redução do uso de álcool e de drogas. Recuperação de indivíduos em conflito com a Lei. Oferecer oportunidade de uma vida saudável aos nossos jovens. Melhoria na qualidade de vida das famílias, em especial dos jovens. |
| 2010 | 588/2010 | Estado do Ceará | R\$ 265.800,00 | Capacitar moradores de centros urbanos e operadores da segurança pública com vistas à implementação de um conjunto de intervenções parceiras voltadas à promoção da Segurança Pública com Cidadania, dando suporte às práticas de policiamento comunitário e segurança participativa, otimizando assim a prevenção à violência em setores e grupos vulneráveis. Fortalecer/Expandir/Qualificar a atuação de programas estratégicos de suporte comunitário para difusão de uma Segurança Cidadã: Conselhos Comunitários de Defesa Social, PROERD Ciranda pela Vida (valorização da vida e prevenção às drogas na juventude em áreas prioritárias de atuação), Jovem Bombeiro Voluntário (voluntariado jovem em prol da cidadania e defesa civil). |
| | 648/2010 | Luís Eduardo Magalhães/BA | R\$ 404.511,03 | Cooperação de partícipes, podendo ser definido pelas suas metas, são elas: 1. Habilitar a guarda municipal com equipamentos para que ela possa ser instrumento eficaz na prevenção da violência e criminalidade construção de uma cultura de paz. 2. Habilitar a guarda municipal com capacitação necessária para que ela possa ser instrumento eficaz na prevenção da violência e da criminalidade e na construção de uma cultura de paz. 3. Realizar oficinas de prevenção e estímulo à cidadania com os jovens. 4. Realizar campanha de prevenção às drogas com participação de diversas instituições municipais. |
| | 652/2010 | São José/SC | R\$ 803.200,00 | Dotar a Guarda Municipal de São José/SC de equipamentos de proteção e para o desenvolvimento de ações de prevenção a violência e criminalidade com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade à violência e criminalidade. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-----------|------------------------|----------------|---|
| 2010 | 666/2010 | Ilhéus/BA | R\$ 534.000,00 | Implantar o projeto PROTEJO no Município de Ilhéus, visando atender adolescentes e jovens com idade entre 15 e 24 anos, que estejam inseridos em pelo menos uma das seguintes situações: egressos do sistema prisional, expostos à violência doméstica e/ou urbana, em cumprimento de medidas sócio-educativas ou de penas alternativas, em situação de rua e vítimas da criminalidade, residentes em áreas de atuação do PRONASCI e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos. |
| | 667/2010 | Teixeira de Freitas/BA | R\$ 356.000,00 | Implantar o projeto PROTEJO no Município de Teixeira de Freitas, BA, visando atender adolescentes e jovens com idade entre 15 e 24 anos, que estejam inseridos em pelo menos uma das seguintes situações: egressos do sistema prisional, expostos à violência doméstica e/ou urbana, em cumprimento de medidas sócio-educativas ou de penas alternativas, em situação de rua e vítimas da criminalidade, residentes em áreas de atuação do PRONASCI e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos. |
| | 695/2010 | Feira de Santana/BA | R\$ 712.000,00 | Implantar o projeto PROTEJO ¹²⁸ no Município de Feira de Santana, BA, visando atender adolescentes e jovens com idade entre 15 e 24 anos, que estejam inseridos em pelo menos uma das seguintes situações: egressos do sistema prisional, expostos à violência doméstica e/ou urbana, em cumprimento de medidas sócio-educativas ou de penas alternativas, em situação de rua e vítimas da criminalidade, residentes em áreas de atuação do PRONASCI e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos. |
| | 738/2010 | Mossoró/RN | R\$ 395.633,20 | Modernizar a Guarda Municipal através da aquisição de equipamentos permanentes e operacionais, a realização de curso de formação e capacitação e o desenvolvimento de oficinas de música para adolescentes em conflito com a lei, pautando suas ações na formação de uma Guarda Cidadã. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIOS FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) - continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

¹²⁸ O Projeto Proteção de Jovens em Territórios Vulneráveis - PROTEJO, ação integrante do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, é apresentado e discutido no terceiro capítulo do presente trabalho.

| ANO | DOCUMENTO | PARTÍCIPE | REPASSE | OBJETO |
|------|-------------------------|-----------------------|------------------|---|
| 2010 | 740/2010 | Goiana/PE | R\$ 445.500,00 | Aparelhamento e modernização da Guarda Municipal de Goiana por meio da aquisição de equipamentos, realização de capacitação dos guardas, confecção de diagnóstico e plano de segurança, implantação do Conselho Municipal de Segurança, bem como a implantação do Projeto Guarda Jovem, com o propósito de ampliar a participação da juventude e da sociedade nas políticas locais de prevenção à violência e ao uso de drogas. |
| | 740/2010 ¹²⁹ | Estado de Mato Grosso | R\$ 2.027.037,00 | Implementar ações de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas por crianças e adolescentes, em parceria com a comunidade e instituições públicas afetas ao tema, coibindo também a venda de bebidas alcoólicas para menores de idade. |
| | 745/2010 | Tamandaré/PE | R\$ 300.000,00 | Modernização da Guarda Municipal de Tamandaré, realização de capacitação dos seus agentes, realização de diagnóstico e planejamento visando à prevenção e redução da criminalidade e o fortalecimento do Conselho Municipal de Segurança Pública, com vistas a ampliar a participação da juventude e da sociedade nas políticas locais de prevenção à violência e ao uso de drogas. |
| | 747/2010 | Bonito/PE | R\$ 300.000,00 | Elaborar o plano de prevenção à violência municipal, criar o Conselho Municipal de Segurança, estruturar e capacitar a Guarda Municipal e jovens em vulnerabilidade para desenvolvimento de políticas públicas de segurança para a prevenção da violência e da criminalidade, de forma transversal com o desenvolvimento local. |
| | 749/2010 | Águas Belas/PE | R\$ 301.338,00 | Modernizar e ampliar a capacidade de atendimento da Guarda Municipal na realização de ações comunitárias de forma qualificada e integrada com os operadores de defesa social e a sociedade, com foco na prevenção à violência e à criminalidade. Aparelhamento e modernização da Guarda Municipal de Águas Belas por meio da aquisição de equipamentos, realização de capacitação dos guardas, confecção de diagnóstico e plano de segurança, bem com a implantação de ações integradas e preventivas com jovens em situação de vulnerabilidade social. |

APÊNDICE 1 - CONVÊNIO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE (2003 – 2010) – conclusão.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

¹²⁹ A numeração dos convênios firmados por Goiana/PE e pelo Estado do Mato Grosso/MT com a SENASP encontra-se duplicada no Portal de Transparência do Ministério da Justiça. Sendo assim, ambos convênios são numerados como 740/2010.

APÊNDICE 2

ESTADOS E MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PRONASCI

| ESTADO (UF) | MUNICÍPIO |
|--------------------|--|
| Acre | Brasiléia Cruzeiro do Sul Rio Branco |
| Alagoas | Maceió |
| Bahia | Camaçari Juazeiro Lauro de Freitas Salvador Simões Filho |
| Ceará | Fortaleza Juazeiro do Norte Maranguape Maracanaú Sobral |
| Distrito Federal | Brasília |
| Espírito Santo | Cariacica Serra Viana Vila Velha Vitória |
| Goiás | Águas Lindas de Goiás Anápolis Aparecida de Goiânia Catalão Cidade Ocidental Cristalina Formosa Goiânia Inhumas Itumbiara Luziânia Novo Gama Planaltina Pirenópolis Porangatu Rio Verde Senador Canedo Trindade |
| Maranhão | São Luís |
| Mato Grosso | Cuiabá Paranatinga Rondonópolis |
| Mato Grosso do Sul | * |

APÊNDICE 2 – ESTADOS E MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PRONASCI – continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora

| ESTADO (UF) | MUNICÍPIO |
|----------------|---|
| Minas Gerais | Belo Horizonte Betim Contagem Ibirité Governador Valadares Montes Claros Ribeirão das Neves Santa Luzia Uberaba Varginha |
| Pará | Ananindeua Castanhal Belém do Pará |
| Pernambuco | Cabo de Santo Agostinho Jaboatão dos Guararapes Olinda Paulista Recife |
| Paraná | Almirante Tamandaré Araucária Cascavel Colombo Curitiba Fazenda Rio Grande Foz do Iguaçu Maringá Pinhais Piraquara Ponta Grossa São José dos Pinhais |
| Piauí | * |
| Rio de Janeiro | Belford Roxo Duque de Caxias Itaboraí Itaguaí Macaé Magé Marica Mesquita Nilópolis Niterói Nova Iguaçu Petrópolis Queimados Rio de Janeiro São João de Meriti São Gonçalo Teresópolis |

APÊNDICE 2 – ESTADOS E MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PRONASCI – continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora

| ESTADO (UF) | MUNICÍPIO |
|---------------------|---|
| Rio Grande do Norte | Ceará Mirim Natal |
| Rio Grande do Sul | Alvorada Bagé Cachoeirinha Canoas Caxias do Sul Cruz Alta Esteio Gravataí Guaíba Novo Hamburgo Passo Fundo Pelotas Porto Alegre Rio Grande Santa Cruz do Sul Santa Maria Santa Rosa São Borja São Leopoldo Sapucaia do Sul Taquara Vacaria Venâncio Aires Viamão |
| Rondônia | * |
| Sergipe | Aracaju Nossa Senhora do Socorro |
| Santa Catarina | * |

APÊNDICE 2 – ESTADOS E MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PRONASCI – continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora

| ESTADO (UF) | MUNICÍPIO |
|-------------|---|
| São Paulo | Araraquara Campinas Carapicuíba Cotia Diadema Embu das Artes Embu Guaçu Estância Hidromineral de Poá Ferraz Vasconcelos Guararema Guarujá Guarulhos Itapeçerica da Serra Itapevi Itaquaquecetuba Jandira Jundiaí Osasco Pirapora do Bom Jesus Rio Claro Santana de Parnaíba Santo André São Bernardo do Campo São Carlos São Paulo Sorocaba Sumaré Suzano Taboão da Serra Vargem Grande Paulista |
| Tocantins | Palmas |

APÊNDICE 2 – ESTADOS E MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PRONASCI – conclusão.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora.

NOTA: * Os estados de Rondônia e Santa Catarina assinaram de Termo de Cooperação Federativa e integraram o PRONASCI entretanto, nenhum de seus municípios se tornou signatário do Programa.

APÊNDICE 3

CONSÓRCIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRANTES DO PRONASCI

| CONSÓRCIO | ESTADO (UF) | MUNICÍPIOS INTEGRANTES |
|---|-------------------|--|
| Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região (CISMEL) | Paraná | Arapongas Bela Vista do Paraíso Cambé Ibiporã Jataizinho Londrina Rolândia Sertanópolis Tamarana |
| Consórcio Público do Médio Vale do Paraíba do Sul Fluminense (CISEGCI) | Rio de Janeiro | Barra do Pirai Barra Mansa Itatiaia Pinheiral Pirai Porto Real Quatis Resende Rio Claro Rio das Flores Valença Vassouras Volta Redonda |
| Consórcio Público da Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE) | Rio Grande do Sul | Arroio do Sal Balneário Pinhal Capão da Canoa Cativari do Sul Caraá Cidreira Dom Pedro de Alcântara Itati Imbé Mampituba Maquiné Morrinhos do Sul Mostardas Osório Palmares do Sul Santo Antônio da Patrulha Tavares Terra de Areia Torres Tramandaí Três Cachoeiras Três Forquilhas Xangri-lá |

APÊNDICE 3 – CONSÓRCIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRANTES DO PRONASCI –
continua.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora

| CONSÓRCIO | ESTADO (UF) | MUNICÍPIOS INTEGRANTES |
|---|-------------------|--|
| Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí – CIS/CAÍ | Rio Grande do Sul | Alto Feliz Barão Bom Princípio Broeheir Capela de Santana Feliz Harmonia Linha Nova Maratá Montenegro Parei Novo Poço das Antas Portão Salvador do Sul São José do Hortêncio São José do Sul São Pedro da Serra São Sebastião do Caí São Vendelino Tabaí Tupandi Vale Real Westfália |

APÊNDICE 3 – CONSÓRCIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRANTES DO PRONASCI – conclusão.

FONTE: Portal de Transparência – Ministério da Justiça (2013). Adaptado pela autora

APÊNDICE 4

DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|--|---|
| 1. Construção de estabelecimentos penais femininos. | Construir estabelecimentos penais femininos estaduais, implementando um novo modelo de gestão penitenciária que promova efetivamente a reintegração social da pessoa presa e combata a reincidência criminal no país. |
| 2. Construção de estabelecimentos penais destinados à separação da pessoa presa por idade 18 e 24 anos e delito cometido. | Construir estabelecimentos penais estaduais, implementando um novo modelo de gestão penitenciária que promova efetivamente a reintegração social da pessoa presa e combata a reincidência criminal no país. |
| 3. Construção de módulos de saúde nos estabelecimentos penais. | Dotar os estabelecimentos penais estaduais de módulos adequados para a atenção à saúde. |
| 4. Construção de módulos de educação (sala de aula, biblioteca e laboratório de informática). | Dotar os estabelecimentos penais estaduais de espaços adequados para a atenção à saúde e para a oferta de educação, incluindo bibliotecas e salas de informática. |
| 5. Implantação de Núcleos de Polícia Comunitária – 106 Núcleos distribuídos nas 11 RMs / por ano. | Implantar nas Regiões Metropolitanas do PRONASCI Núcleos de Polícia Comunitária, de forma a consolidar a atuação dos profissionais de segurança pública a partir desta filosofia de atuação policial, buscando que estes profissionais estejam mais próximos da comunidade, interagindo e debatendo sobre os problemas locais, assim como buscando as soluções de forma conjunta. |
| 6. Recuperação Física para sede da Força Nacional de Segurança com aquartelamento de tropa. | Manutenção da Força Nacional com sede própria e efetiva de 400 integrantes prontos para responder a qualquer solicitação de Estado conveniado. |
| 7. Aquisição de equipamentos infra-estruturais e sistemas de gestão para profissionais, instituições de segurança pública e estruturação de corregedorias e ouvidorias (Estados e municípios). | Aquisição de viaturas, motocicletas, coletes balísticos, armas letais e não letais, computadores, impressoras e monitoramento eletrônico, a serem distribuídos nas delegacias de polícia, batalhões da polícia militar e bases de guardas municipais, bem como a estruturação dos gabinetes de gestão integrada municipal. |
| 8. Controle de Rodovias (Projeto Unidades Operacionais). | Redução do custo social decorrente dos acidentes de trânsito em rodovias federais nas 11 regiões metropolitanas apontadas pelo Pronasci, além da redução quantitativa e qualitativa de acidentes e da redução da criminalidade. |
| 9. Construção de centros de agressores – Lei Maria da Penha | Os Centros de Educação e reabilitação do Agressor deve ser um espaço de combate á impunidade, mas principalmente deverá ser um espaço para educar para uma cultura de paz e construção da cidadania por meio de ações globais e atendimento interdisciplinar: psicológico, social, jurídico, de orientação e informação aos homens agressores. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|--|---|
| 10. Elaboração, diagnóstico e implementação do plano municipal de segurança pública. | Contribuir para o incremento da efetividade da ação de segurança pública em nível municipal, centrada no estabelecimento de metas a partir de planejamento estratégico cientificamente fundamentado e no contínuo aperfeiçoamento das ações e políticas executadas a partir do monitoramento dos resultados alcançados. |
| 11. Construção de canis para cães farejadores. | Construção de cinco canis regionais para cães farejadores, para utilização dos profissionais de segurança pública estaduais, a partir de uma doutrina nacional do emprego de cães farejadores de drogas, explosivos e busca de pessoas em áreas colapsadas. |
| 12. Implantação de Central de Inteligência. | Estruturar uma Central de Inteligência, a qual dará suporte para os Núcleos de Inteligência a todos os Estados da Federação e o Distrito Federal, dando suporte ao desbaratamento de organizações criminosas. Cabe ressaltar que, pela natureza da atividade, não é possível não atender a todas as unidades da Federação, tendo em vista que o crime organizado está ramificado em todo o país. |
| 13. Implantação de Sistema de Segurança Eletrônica nos Estabelecimentos Penitenciários. | Melhorar a segurança eletrônica dos estabelecimentos penitenciários com ações de monitoramento, controle e repressão ao ingresso de materiais proibidos ou ilegais e bloqueio da utilização de equipamentos de radiocomunicação no interior das unidades penais, com vistas ao isolamento efetivo dos presos. |
| 14. Implantação da Escola Superior da Polícia Federal | Realizar altos estudos e pesquisas em segurança pública, bem como capacitar policiais de outros segmentos, nacionais ou estrangeiros, proporcionando formação específica em determinada área de conhecimento, tendo como referência a doutrina da Polícia Federal brasileira. |
| 15. Programa Bolsa-Formação destinado à qualificação profissional dos membros das polícias militares, civis, bombeiros, agentes penitenciários e dos peritos criminais de baixa renda. | Contribuir para a melhoria das condições de vida dos profissionais de segurança pública, valorizando suas profissões e criando condições favoráveis para o incremento da eficiência policial no desempenho de suas atividades. |
| 16. Implementação do programa nacional de habitação para policiais civis e militares, e bombeiros militares. | Pactuar junto à Caixa Econômica Federal a disponibilização de uma linha de crédito habitacional para policiais civis e militares e bombeiros militares, com rendimento de até 04 salários mínimos, que residem em áreas de vulnerabilidade social e não esteja em estágio probatório, sem residência própria, que possam, com a linha de crédito, adquirir imóveis residenciais, coibindo circunstâncias de constrangimento e risco à integridade física destes profissionais, em razão de sua profissão. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|--|---|
| 17. Programa de auxílio à saúde de policiais civis, militares, bombeiros, agentes penitenciários e familiares | Proporcionar atenção integral à saúde do profissional de segurança pública e sua família, considerando suas peculiaridades ocupacionais. |
| 18. Ampliação e consolidação da Rede Nacional de Educação a Distância. | Promover o acesso dos profissionais de segurança pública aos processos de aprendizagem, bem como a inclusão digital por meio dos tele-centros. Ampliação e interiorização da Rede EAD para 200 municípios selecionados, a partir de critérios como: população, efetivo e incidência criminal. |
| 19. Ampliação e consolidação da Rede de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP. | Promover a graduação e pós-graduação em segurança pública para profissionais da área, por meio do credenciamento de Instituições de Ensino Superior. |
| 20. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública / atendimento a grupos vulneráveis. | Capacitar e qualificar os profissionais de segurança pública para o atendimento a grupos vulneráveis, vítimas de violência, em razão de: gênero, crianças e adolescentes, idosos, gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, portadores de deficiência e de sofrimento psíquico, negros, índios e demais grupos vulneráveis. |
| 21. Formação e Aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública em policiamento comunitário e resolução pacífica de conflitos. | Capacitação de policiais civis e militares, guardas municipais e bombeiros militares, com vistas a implantar uma nova filosofia de trabalho, baseada na parceria com a comunidade, em interface interativa, objetivando melhores resultados na prevenção da violência e criminalidade. |
| 22. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública / seminários, simpósios e jornadas de direitos humanos. | Apoiar e promover a educação qualificada e continuada de segurança pública e órgãos periciais; identificar e propor novas metodologias e técnicas voltadas ao aprimoramento das atividades de segurança pública e órgãos periciais; difundir os princípios dos direitos humanos, propondo um novo paradigma para a atuação policial. |
| 23. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública no uso de tecnologias não-letais e uso proporcional da força. | Capacitação e aperfeiçoamento de policiais militares e civis, e guardas municipais com vistas ao emprego de tecnologias não-letais, como forma de desenvolver um novo paradigma de emprego do uso da força. Garantir a integridade física seja do policial e do guarda municipal, bem como dos cidadãos/ãs (inclusive daquele envolvido na ocorrência) é o objeto maior de toda a operação. |
| 24. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública / sistemas de comando de incidentes para as instituições de segurança pública. | O Sistema de Comando de Incidentes (SCI) é um modelo de gerenciamento desenvolvido para comando, controle e coordenação em resposta a uma situação de emergência, tendo como objetivo a estabilização do incidente e a proteção da vida, da propriedade e do meio ambiente. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|---|---|
| 25. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública / Inteligência policial. | Capacitar os profissionais de inteligência policial que integram o Subsistema de Inteligência em Segurança Pública para identificação e aplicação de procedimentos básicos em produção do conhecimento, contra-inteligência e operações em inteligência, objetivando a integração e a uniformização da linguagem e peculiaridades técnicas utilizadas nesta atividade. |
| 26. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública na área de perícias de local. | Ofertar vagas em cursos de capacitação para peritos de local de crime, qualificando-os em investigação de cena de crime, em coleta de amostras (impressões digitais, vestígios de origens diversas, fluídos biológicos etc), visando a difusão de uma metodologia a ser empregada em nível nacional. |
| 27. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública na área de perícias de DNA. | Ofertar vagas em cursos de especialização em genética forense e cursos práticos avançados para perito, visando aumentar a quantidade de peritos especialistas em exames de DNA, para trabalharem nos laboratórios criminais (regional e estadual), com o objetivo de multiplicar a cultura de utilização do DNA como instrumento de investigação e prova. |
| 28. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública na área de perícias de toxicologia e química forense. | Ofertar vagas em cursos de capacitação para peritos, em nível básico, intermediário e avançado, visando qualifica-los em exames de toxicologia e química para trabalharem nos laboratórios e Institutos de Medicina Legal ou Institutos de Criminalística, com o objetivo de melhorar e padronizar os procedimentos analíticos em nível nacional. |
| 29. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública na área de perícias de entomologia forense. | Ofertar vagas em cursos de capacitação em entomologia forense e fornecer aos alunos conhecimentos teóricos e práticos nos aspectos relacionados ao reconhecimento da diversidade de insetos de interesse para as ciências forenses. Noções sobre a prática da entomologia forense no campo, noções sobre o estudo da sucessão da fauna cadavérica e suas aplicações. |
| 30. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública na área de perícia médico legal. | Ofertar vagas em cursos de capacitação para médicos legistas em técnicas de necropsia, lesões corporais, coleta de amostras para exames de DNA, coleta de amostras para exames toxicológicos e outras, visando qualificá-los nas diversas técnicas, com o objetivo de melhorar e padronizar os procedimentos em nível nacional, de acordo com a Proposta de Padronização dos Serviços de Medicina Legal do País, elaborada pelo grupo de trabalho do DEPRO/SENASP/MJ. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|---|---|
| 31. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública na área de perícia em fonética forense. | Ofertar vagas em cursos de capacitação para peritos, visando qualificá-los em perícias de análise de conteúdo fonográfico, verificação de autenticidade e verificação de locutor, propiciando a criação de padrões de exames a serem aplicados em nível nacional. |
| 32. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública / guardas municipais. | Apoiar e promover a educação qualificada e continuada dos profissionais das guardas municipais, bem como identificar e propor novas metodologias e técnicas voltadas ao aprimoramento das suas atividades. |
| 33. Formação superior (tecnólogo) para os agentes penitenciários. | Capacitar os agentes penitenciários estaduais, por meio do oferecimento de um curso de tecnólogo específico em gestão e segurança penitenciária. |
| 34. Formação continuada dos agentes penitenciários estaduais. | Capacitar os servidores penitenciários estaduais em direitos humanos, gestão e planejamento, gerenciamento de crises, armamento e tiro e inteligência penitenciária, qualificando sua intervenção nos estabelecimentos penais e implementando um novo modelo de gestão penitenciária no país. |
| 35. Formação e Aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública / condutores de cães farejadores. | Formar 600 profissionais de segurança pública como condutores de cães farejadores de drogas, explosivos e busca de pessoas em áreas colapsadas, visando o aprimorando e a padronização do emprego de cães na atividade de segurança pública, por meio da elaboração de uma doutrina nacional. A emprego dos cães tem maior efetividade na localização dos itens destacados, sendo que, necessariamente, reduz eventuais práticas de atos inadequados na localização de drogas e explosivos, sendo que, na localização de pessoas, possibilita o resgate de forma ágil, aumentando as possibilidades de encontrar as pessoas com vida. |
| 36. Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública na área de perícias de balística forense. | Ofertar vagas em cursos de capacitação em microcomparação balística para aumentar a quantidade de peritos especialistas neste mister, que consiste em conhecer as características das armas de fogo, dos projetis e estojos, assim como a identificação imediata dos mesmos – tipos de raiamento e impressões relacionadas a microscopia comparativa. Conceitos e fundamentos da microcomparação balística, assim como fatores que interferem no confronto balístico. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|---|--|
| 37. Estruturação da Ouvidorias de Polícia | Fortalecer a Ouvidoria de Polícia enquanto órgão externo da atividade policial, autônoma e independente, para receber denúncias da prática de atos ilegais e arbitrários imputados a policiais civis e militares, peritos criminais e bombeiros militares, assim como agentes penitenciários, acompanhando a apuração dos fatos. A Ouvidoria de Polícia também deve propor atividades pró-ativas, no sentido de prevenir a ocorrência destas práticas, por meio da proposição de políticas públicas de formação e valorização profissional, adequação de práticas e rotinas, realização de pesquisas de avaliação, entre outros. |
| 38. Formação e Aperfeiçoamento para investigação criminal destinado a corregedores de polícia. | Capacitar e qualificar os profissionais de segurança pública que atuam nas Corregedorias de Polícia no exercício de suas funções investigativas. |
| 39. Campanha de Desarmamento. | Promoção de campanha nacional de desarmamento e pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo. |
| 40. Desenvolvimento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas | Coordenar, no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça, o desenvolvimento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas –; e implementar as ações e metas específicas sob responsabilidade do Ministério da Justiça previstas no Plano. |
| 41. Apoio ao Desenvolvimento de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas | Apoiar os Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades da sociedade civil, organismos internacionais e outros parceiros na instalação e desenvolvimento de núcleos multisetoriais de enfrentamento ao tráfico de pessoas, fortalecendo a atuação conjunta e articulada entre todas as esferas de governo e a sociedade civil. |
| 42. Ampliação da capacidade instalada de análise de informações no combate à lavagem de dinheiro para temas afetos à corrupção e recuperação de ativos identificados no judiciário. | Desenvolver e implementar métodos e ferramentas que permitam identificar tipologias de ilícitos administrativos e penais, relacionados à corrupção nos estados, ampliando a capacidade do Laboratório. |
| 43. Criação de Vagas para Polícia Federal | Fortalecer o controle de fronteiras. |
| 44. Programa Nacional de Capacitação e Treinamento em Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) | Capacitar agentes públicos e privados em tipologias, metodologias e ferramentas tecnológicas para a prevenção e o combate à corrupção, lavagem de dinheiro o planejamento e execução de operações e investigações voltadas ao corte do fluxo financeiro das organizações criminosas e recuperação de ativos. |
| 45. Criação de Fundo de Ativos Ilícitos Recuperados. | Criar um fundo para administração e manutenção de ativos ilícitos recuperados, para retorno à sociedade apoiando projetos sociais voltados aos públicos das áreas de atenção do PRONASCI. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|---|--|
| 46. Corte do fluxo financeiro do crime organizado. | Obtenção de provas no exterior para instrução de investigações e processos instaurados no Brasil relacionados a casos de organizações criminosas e corrupção e lavagem de dinheiro, bem como viabilizar a indisponibilização e a recuperação de ativos ilícitos destas organizações. |
| 47. Recuperação e construção de equipamentos públicos desportivos | Considerando a natureza do Pronasci é fundamental que hajam equipamentos públicos desportivos em quantidade suficiente e em condições de utilização principalmente pelo público alvo do Pronasci. |
| 48. Estruturação com equipamentos para os Conselhos Comunitários de Segurança Pública. | A capacitação e a preparação das lideranças comunitárias são fundamentais para a implantação dos conselhos comunitários, habitando-os para o exercício da cidadania e da participação nos temas da segurança pública. Num segundo momento, é necessária a aquisição de equipamentos para a consecução dos trabalhos dos Conselhos. Os equipamentos auxiliarão nas atividades de gestão dos Conselhos e elaboração de projetos pelo próprio Conselho em parceria com órgãos públicos e privados. |
| 49. Implementação de cursos de formação de agentes comunitários sobre o sistema de segurança pública e mediação de conflitos. | Para efetiva participação popular é necessária a mobilização da comunidade por meio de sua capacitação, a qual pode ocorrer em eventos rápidos, em finais de semana, tais como fóruns ou workshops, nos quais seriam distribuídas cartilhas sobre como criar e manter um conselho comunitário, com ideias a serem implementadas e formas de levantamento de soluções, baseadas no modelo SARA (IARA= Identificação, Análise, Resposta e Avaliação), implementados pelo POP (Policiamento Orientado para o Problema). |
| 50. Prestação de serviço gratuito por meio da Central de Atendimento Telefônico Nacional do Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas denominada "VIVA VOZ – INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES SOBRE DROGAS". | Nos cinquenta e três municípios intensificar as ações de divulgação da Central de Atendimento Telefônico Nacional do Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas denominada "VIVA VOZ – INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES SOBRE DROGAS" que presta, por meio de telefone, aconselhamento reativo especializado para a prevenção universal e seletiva do uso de substâncias psicoativas, indicando recursos da comunidade para atendimento a usuários, dependentes e seus familiares, bem como aplicando Intervenção Breve motivacional, informações sobre drogas, seus efeitos no organismo e orientações para a comunidade. |
| 51. Formação e Aperfeiçoamento para investigação criminal destinado a corregedores de polícia. | Capacitar e qualificar os profissionais de segurança pública que atuam nas Corregedorias de Polícia no exercício de suas funções investigativas. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|---|--|
| 52. Monitoramento cidadão | Formação em direitos do consumidor. |
| 53. Geração consciente | Capacitar jovens multiplicadores, nas áreas de risco, para o exercício dos seus direitos, manutenção da sua integridade e sentimento de pertencimento. Para tanto, pretende-se, por meio da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, a formação de multiplicadores que serão representados por lideranças jovens na comunidade. A capacitação desses jovens abrangerá formação teórica e aplicada sobre seus direitos de consumidores para que, em momento posterior, esse conhecimento seja difundido entre os demais jovens da comunidade. |
| 54. Capacitação de Magistrados, Promotores e Defensores Públicos em Direitos Humanos | Formar parceria com as Escolas Superiores para capacitação de profissionais do sistema de justiça (membro Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública) em temas de direitos humanos e criminologia, com foco segurança pública e defesa das garantias individuais. |
| 55. Formação de Núcleos de Justiça Comunitária | Programa de empoderamento social para conscientização em direitos e cidadania, formação de mediadores comunitários e promoção da coesão social, com foco em regiões com maiores índices de violência. |
| 56. Emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em consonância com a Lei Federal nº 11.473/07. | Manutenção da Força Nacional de Segurança Pública com 400 profissionais em condições de emprego permanente, sediados em Brasília, e outros 600 profissionais mobilizáveis nos seus Estados a qualquer momento, mediante solicitação do Governo Federal. |
| 57. Capacitação em ações sobre Prevenção do Uso Indevido de Drogas e da Violência para 15.000 (quinze mil) Conselheiros Municipais em todo o Brasil na modalidade de Educação a Distância – EaD | Habilitar os Conselheiros Municipais para atuar na prevenção da violência e do uso indevido de drogas favorecendo a identificação de recursos comunitários, a criação, a articulação e o fortalecimento de uma rede de apoio integrada. |
| 58. Implantação de núcleos especializados nas Defensorias Públicas | Instalação de núcleos especializados em infância e adolescência nas Defensorias Públicas Estaduais que ainda não contam com esses núcleos. |
| 59. Espaços Urbanos Seguros | Promover a segurança por meio da integração social entre os espaços urbanos e as ações sociais, buscando dessa forma a redução dos índices de violência. |
| 60. Recuperação e construção de equipamentos e espaços urbanos/Plano Diretor | Recuperação e Programa Habitar Brasil BID/OGU (Obras que já estavam em andamento; obras que foram ou estão para ser iniciadas já e que foram efetivamente incluídas no PAC) e Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|--|---|
| 61. Mulheres da Paz | Capacitar lideranças comunitárias chamadas “Mulheres da Paz” que irão atuar em suas comunidades locais, construindo uma rede com outras mulheres e familiares envolvidas com jovens em situação de risco social e em conflito com a lei, com o objetivo de resgatar para estes Programas, em suas comunidades, jovens que estão impedidos de atuar nos Programas Sociais do Governo, por terem sido aliciados pelo tráfico e pela criminalidade. A formação destes grupos de mães tem papel decisivo no processo da prevenção criminal e da reintegração do jovem na sociedade, já que estas mulheres, importantes lideranças locais, atuam como verdadeiras agentes da paz e da valorização da vida. |
| 62. PROTEJO – Proteção de Jovens em Território Vulnerável | Diagnóstico, mobilização e sensibilização dos jovens em situação de descontrole familiar, para a inserção em programas sociais, nas áreas do programa. A sensibilização terá forte eixo cultural, com objetivo de elevação da auto-estima, resgate do sentimento de pertencimento e planejamento individual do percurso social formativo. As oficinas terão duração de até 8 meses, prazo em que o jovem deve ser inserido nos demais programas sociais para a realização do seu percurso social formativo. Durante todo o percurso, o jovem será acompanhado por assistentes sociais e terá auxílio de bolsa no valor de R\$ 100,00 mês. |
| 63. Reservista Cidadão | Identificação de jovens egressos do serviço militar obrigatório, residentes em áreas infra-urbanas estabelecidas pelo Pronasci, para a inclusão em projetos de prática cidadã, com o intuito de identificar e sensibilizar outros jovens para o percurso social e formativo, convivência pacífica e a prevenção ao uso de drogas. Jovens serão capacitados em 320h, para a prática cidadã, em oito meses, com acompanhamento de assistentes sociais e pedagogos. |
| 64. Construção e equipagem de Unidades do Sistema Nacional de atendimento sócio-educativo. | Apoiar a construção, a equipagem e a reforma das unidades de internação e semiliberdade nos parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), atuando no sentido de extinguir o atual modelo “FEBEM” das unidades, amiúde marcado por uma arquitetura prisional. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|---|--|
| 65. Formação de Redes Juvenis - Diálogo Juvenil, Segurança e Convivência. | Apoiar e promover a formação de redes de diálogo juvenil com segurança pública no intuito de identificar e propor novas metodologias e técnicas voltadas ao aprimoramento das atividades de segurança pública, no que tange a elaboração de pesquisas e diálogos sobre a condição juvenil nas áreas do Pronasci, formação dos operadores de segurança pública, na abordagem e no diálogo permanente com o público juvenil. A ação propõe a contratação de consultoria especializada, realização de seminários, encontros, congressos, conferências, bem como a elaboração de publicações referentes ao tema. |
| 66. Desenvolvimento de Mecanismos de Informação Juvenil. | Apoiar e promover mecanismos de informação juvenil nas áreas do Pronasci, com o intuito de fortalecer e integrar as ações destinadas a juventude, fortalecendo o processo social formativo do jovem em situação de alta vulnerabilidade. Articular e publicizar oportunidades e projetos juvenis das instituições públicas e sem fim lucrativos e enviar informações qualitativas relativas ao Pronasci. A ação propõe a contratação de consultoria especializada, realização encontros, capacitação de agentes, bem como a elaboração de publicações referentes ao tema. |
| 67. Elaboração de pesquisas e diagnósticos sobre a condição juvenil e violência nos territórios no Pronasci | Apoiar e promover pesquisas e diagnósticos sobre a condição juvenil e violência nos territórios no Pronasci, realizando entrevistas com as lideranças comunitárias das regiões de ação do Pronasci. Estabelecer o diagnóstico social que procure ouvir jovens lideranças que tenham influência na comunidade, propondo um diálogo direto com os principais atores destas comunidades selecionadas no Pronasci. Verificar a adesão e o grau de conhecimento da população juvenil e dos próprios gestores locais sobre as ações vinculadas ao tema e identificar com mais rapidez eventuais falhas pontuais do programa. O diagnóstico atinge lideranças comunitárias, e jovens líderes que influenciam o local de sua moradia, de sua escola, do seu trabalho e que sejam referência dentro das comunidades. A ação propõe a contratação de consultoria especializada e a elaboração de publicações referentes ao tema. |
| 68. Brasil Alfabetizado nas prisões | Promover a reintegração da pessoa presa, garantindo a efetivação do direito à educação. |
| 69. PROJOVEM Prisional | Realização do Programa PROJOVEM em estabelecimentos penitenciários. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|---|--|
| 70. Proeja prisional | Promover a reintegração da pessoa presa, garantindo a efetivação do direito à educação, combinando elevação de escolaridade com profissionalização. |
| 71. Formação de educadores para Proeja prisional. | Capacitar educadores para atuar no Proeja prisional. |
| 72. Pintando a Liberdade | O Projeto Pintando a Liberdade tem como objetivo ajudar na ressocialização e profissionalização dos detentos do sistema carcerário brasileiro com a utilização da mão-de-obra destes na produção de material esportivo. Os detentos integrantes do processo percebem pelo labor, obtendo a remição de um dia em sua pena, a cada três trabalhados. |
| 73. Pintando a Cidadania | Fazer inclusão social de pessoas residentes em comunidades reconhecidamente carentes, oportunizando-as a possibilidade de ganho mensal concernente à fabricação de itens esportivos. |
| 74. Implementação de cursos preparatórios para o Enem – Sistema Prisional. | Facilitar a reintegração social das pessoas privadas de liberdade, garantindo a efetivação do direito à educação e ofertando uma revisão do ensino médio e uma preparação para o acesso ao ensino superior. |
| 75. Apoio ao Programa Saúde da Família – PSF | O Programa Saúde da Família é uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais freqüentes, e na manutenção da saúde desta comunidade. |
| 76. Fortalecimento e Apoio às ações de prevenção à violência nas áreas selecionadas pelo Pronasci | Apoiar ações de prevenção à violência e criminalidade nas áreas infra-urbanas indicadas pelo Pronasci. Apoio a entidades do poder público e sem fins lucrativos e movimentos sociais no desenvolvimento de ações de prevenção à violência e disseminação da cultura da paz. |
| 77. Elaboração do diagnóstico e apoio à implementação de projetos de economia solidária para famílias nas regiões do Pronasci, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário - Economia Solidária | Elaborar e propor medidas para a articulação de Políticas de Finanças Solidárias, para o preso e sua família, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|---|--|
| 78. Assistência jurídica integral ao preso e familiares pela defensoria pública | Prestação do serviço de assistência jurídica integral e gratuita aos presos pela Defensoria Pública, exercendo a defesa jurídica nos processos de execução penal, informações aos detentos e seus familiares sobre a situação prisional de cada um dos internos, bem como outras medidas judiciais cabíveis para a tutela jurídica integral. Visitas semanais dos defensores aos estabelecimentos prisionais. |
| 79. Formulação de um novo marco legal: Regulamentação dos Conselhos Tutelares e Abolição dos Castigos Físicos | Formular, acompanhar o trâmite e aprovar dois Projetos de Lei que visem regulamentar a atuação dos Conselhos Tutelares e abolir os castigos físicos contra crianças e adolescentes (violência doméstica). |
| 80. Brasil Alfabetizado | Programa para jovens, desenvolvidos por instituições públicas, privadas ou sem fins lucrativos, com o MEC que viabiliza, por meio de repasse de recursos, as condições para que as instituições possam desenvolver a tarefa de ensinar a ler e escrever. |
| 81. Educação Profissional de Jovens e Adultos (PROEJA) | Proporcionar aos jovens que não tiveram acesso a educação profissional na idade regular, a possibilidade de integração social por meio da educação profissional ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. |
| 82. Implementação de cursos preparatórios para o ENEM – Territórios de Descoesão Social | Garantir a efetivação do direito à educação e ofertando uma revisão do ensino médio e uma preparação para o acesso ao ensino superior. |
| 83. Modernização de bibliotecas públicas | Transformar as bibliotecas brasileiras em centros culturais que promovam adequadamente a relação do brasileiro com a leitura. A intenção dessa linha de ação é potencializar essas unidades como centros culturais, articulando a dimensão escrita da cultura brasileira com as dimensões tradicionais, populares, as diversidades regionais e as linguagens contemporâneas, via cultura digital e audiovisual, a partir da disponibilização de recursos para aquisição de livros, equipamentos de informática, aparelhos de audiovisual, digitalização de conteúdos, integração de acervos e disponibilização e intercâmbio dessas bibliotecas, tornando-as um dispositivo contemporâneo de promoção sociocultural. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|---|---|
| 84. Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura | Ampliar e garantir o acesso das comunidades mais excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural. |
| 85. Implantação de Pontos de Leitura | Esta ação visa identificar bibliotecas comunitárias como Pontos de Leitura, que hoje necessitam de um apoio sistemático por parte do poder público, em termos de disponibilização de recursos para renovação de acervos, segundo as especificidades regionais do País - e equipamentos que promovam o uso cultural de computadores e Internet. Os Pontos de Leitura se articularão com os Pontos de Cultura, do Programa Cultura Viva, atuando em rede, promovendo sinergia, empoderamento e economia de recursos. Os Pontos de Leitura também receberão atenção do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) - programa responsável pela formação de mediadores de leitura, capazes de transformar essas bibliotecas em centros culturais, tornando-as unidades vivas. |
| 86. Implantação de 11 museus comunitários em áreas de alta criminalidade no Brasil. | Incentivar as práticas sociais com respeito à memória coletiva com vistas à criação de museus como instâncias relevantes para o desenvolvimento das funções educativas e formativa. |
| 87. Efetivação da Lei Maria da Penha | Implementação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Delegacias Especializadas e Núcleos Especializados na Defensoria Pública. |
| 88. Telecentros para inclusão digital. | Formar núcleos de inclusão digital, para a oferta de cursos e treinamentos presenciais e à distância, informações e serviços nas áreas selecionadas pelo Pronasci. |
| 89. Esporte e Lazer na Cidade | Estabelecer políticas que atendam à população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, prioritariamente entre 17 e 29 anos reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas, com vista a melhoria da qualidade de vida e resgate da auto-estima. |
| 90. Implementação do Plano de Comunicação | Mobilização de todos os segmentos da sociedade, por meio de diversas ações de comunicação – jornalismo, publicidade e relações públicas – para gerar a adesão e a participação no Pronasci. |
| 91. Contratação de consultores | Contratação de 123 consultores. Essas contratações deverão ser feitas por meio de Organismos Internacionais. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – continua.

Fonte: A autora (2015).

| AÇÃO | OBJETIVO DA AÇÃO |
|--|--|
| 92. Contratação de 159 assistentes sociais | Contratação de 159 assistentes sociais para fazerem parte das equipes multidisciplinares que atuarão nas regiões/municípios indicados. Estas contratações deverão ser feitas por meio de organizações internacionais. |
| 93. Gestão do Pronasci | Garantir a implementação das ações do Pronasci. Acompanhar e avaliar o Pronasci, bem como as ações individualmente. |
| 94. Programa Bolsa-Formação destinado à qualificação profissional dos membros das polícias militares, civis, bombeiros, agentes penitenciários e dos peritos criminais de baixa renda. | Contribuir para a melhoria das condições de vida dos profissionais de segurança pública, valorizando suas profissões e criando condições favoráveis para o incremento da eficiência policial no desempenho de suas atividades. |

APÊNDICE 4 – DESCRIÇÃO DAS 94 AÇÕES PRONASCI – conclusão.

Fonte: A autora (2015).

Nota: O quadro foi formulado a partir da compilação das informações disponíveis nos materiais de divulgação do Programa Nacional de Segurança Pública e no Portal do Ministério da Justiça na Internet. As descrições das ações 15 e 94 se repetem na divulgação das ações do PRONASCI.

APÊNDICE 5

CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012)

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|------------------|---------------|------------------|
| 2008 | AC | Mulheres da Paz | R\$ 571.826,60 | R\$ 5.718,26 | R\$ 577.544,86 |
| | | Integração dos Sistemas de Informação do Departamento de Inteligência | R\$ 807.840,00 | R\$ 8.160,00 | R\$ 816.000,00 |
| | | Projeto Curso de Isolamento e Preservação de Local de Crime | R\$ 107.635,83 | R\$ 1.087,23 | R\$ 108.723,06 |
| | | Reaparelhamento das Polícias: Armas Letais, Não Letais e Equipamentos de Proteção Individual | R\$ 699.806,25 | R\$ 7.068,75 | R\$ 706.875,00 |
| | | Reaparelhamento e Modernização do Departamento de Inteligência da Polícia Civil | R\$ 724.650,50 | R\$ 7.319,50 | R\$ 731.970,00 |
| | | Estruturação do Núcleo de Apoio Psicossocial da Polícia Civil | R\$ 583.153,21 | R\$ 6.063,43 | R\$ 589.216,64 |
| | | Programa Nacional de Segurança Cidadã | R\$ 204.900,30 | R\$ 2.069,70 | R\$ 206.970,00 |
| | | Capacitação de Multiplicadores de Polícia Comunitária | R\$ 239.276,52 | R\$ 2.435,48 | R\$ 241.712,00 |
| | | Formação de Multiplicadores em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário | R\$ 197.233,76 | R\$ 2.104,38 | R\$ 199.338,14 |
| | | Música, Escola, Polícia e Família | R\$ 350.217,25 | R\$ 3.538,45 | R\$ 353.755,70 |
| | | PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 2.186.773,54 | R\$ 20.500,00 | R\$ 2.207.273,54 |
| | | Fortalecimento do Pelotão Fluvial e do Policiamento Motorizado da Polícia Civil e Militar | R\$ 6.876.553,00 | R\$ 69.460,00 | R\$ 6.946.013,00 |
| | | Cidadania Feminina, Trabalho e Renda - Mulheres da Paz | R\$ 394.367,20 | R\$ 3.983,50 | R\$ 398.350,70 |
| | | Implantação da Rede de Pontos de Cultura | R\$ 240.000,00 | R\$ 2.424,24 | R\$ 242.424,24 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|------------------|---------------|------------------|
| 2008 | AC | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 100.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 101.000,00 |
| | | Reforma e Ampliação do Centro Sócio-Educativo Feminino | R\$ 448.773,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 468.773,00 |
| 2008 | AL | Implementação da Infra-Estrutura das Corregedorias dos Órgãos Membros da SEDS/AL | R\$ 704.473,13 | R\$ 7.115,89 | R\$ 711.589,02 |
| | | Implementação da Ouvidoria da Secretaria de Estado da Defesa Social de Alagoas | R\$ 88.122,47 | R\$ 890,13 | R\$ 89.012,60 |
| | | Implementação do Centro Integrado de Operações da Defesa Social - CIODS/AL | R\$ 441.891,14 | R\$ 4.463,71 | R\$ 446.354,85 |
| | | Mulheres da Paz | R\$ 1.305.368,50 | R\$ 18.380,00 | R\$ 1.323.748,50 |
| | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 916.379,00 | R\$ 11.199,00 | R\$ 927.578,00 |
| | | Implantação de Bases Comunitárias de Segurança em Bairros de Maceió/AL | R\$ 838.670,31 | R\$ 8.471,41 | R\$ 847.141,72 |
| | | Inteligência Policial: a Base para Investigação na Perspectiva da Diminuição dos Índices de Criminalidade e Combate aos Crimes Organizado | R\$ 690.476,12 | R\$ 7.711,88 | R\$ 698.188,00 |
| | | Aquisição de Equipamentos, Armamento e Munições para a SEDS | R\$ 7.888.057,86 | R\$ 79.677,36 | R\$ 7.967.735,22 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIO PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.

FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|--|------|--|---|----------------|-------------------|
| 2008 | AL | Elevação da Auto-estima e Profissionalização das Mulheres da Paz | R\$ 193.265,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 195.265,00 |
| | | Criação e Implementação do Núcleo de Apoio Médico Psicossocial (NAMPS) | R\$ 394.673,54 | R\$ 8.054,56 | R\$ 402.728,10 |
| | | Aparelhamento da Diretoria Integrada de Operações Aéreas - DIOPAER | R\$ 6.025.773,60 | R\$ 60.866,40 | R\$ 6.086.640,00 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 100.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 101.000,00 |
| | AP | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 100.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 110.000,00 |
| | AM | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 98.505,00 | R\$ 995,00 | R\$ 99.500,00 |
| | BA | Capacitação de Corregedores | R\$ 153.252,00 | R\$ 1.548,00 | R\$ 154.800,00 |
| | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 1.673.334,55 | R\$ 16.902,37 | R\$ 1.690.236,92 |
| | | Aperfeiçoamento dos Profissionais de Segurança Pública em Direito Humanos | R\$ 1.572.516,00 | R\$ 15.884,00 | R\$ 1.588.400,00 |
| | 2008 | BA | Capacitação na Ação Qualificada de Atendimento aos Grupos Vulneráveis e aos Jovens Vítimas de Violência | R\$ 975.209,40 | R\$ 9.850,60 |
| Promoção e Capacitação aos Policiais Cíveis em Polícia Comunitária | | | R\$ 107.309,07 | R\$ 1.083,93 | R\$ 108.393,00 |
| Capacitação em Inteligência Policial | | | R\$ 160.974,00 | R\$ 1.626,00 | R\$ 162.600,00 |
| Mulheres da Paz | | | R\$ 1.073.380,60 | R\$ 10.842,20 | R\$ 1.084.222,80 |
| Auxílio à Saúde do Policial | | | R\$ 546.415,97 | R\$ 5.519,35 | R\$ 551.935,32 |
| Aquisição de Equipamentos Infraestruturais e Sistemas de Gestão para Profissionais, Instituições de Segurança Pública e Estruturação de Ouvidorias e Corregedorias | | | R\$ 19.741.948,43 | R\$ 197.419,48 | R\$ 19.939.367,91 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|------------------|------------------|------------------|
| 2008 | BA | Ampliação do Serviço Aeropolicial | R\$ 7.310.000,00 | R\$ 1.454.737,86 | R\$ 8.764.737,86 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 250.000,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ 253.000,00 |
| | | Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local Sustentável - Mulheres da Paz | R\$ 297.729,00 | R\$ 3.082,00 | R\$ 300.811,00 |
| | | Capacitação Comunitário de Policiais - Aquisição de Munições | R\$ 668.250,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 675.000,00 |
| | | Curso de Uso Progressivo da Força e Tecnologias Não-Letais | R\$ 974.000,00 | R\$ 10.462,90 | R\$ 984.462,90 |
| | | Construção da Unidade de Atendimento Sócio-educativo | R\$ 1.500.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 1.800.000,00 |
| | CE | Aquisição de Equipamentos Infraestruturais e Sistemas de Gestão | R\$ 8.000.000,00 | R\$ 160.000,00 | R\$ 8.160.000,00 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 200.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 205.000,00 |
| | | Capacitação de servidores das Corregedorias da Polícia Civil e Militar | R\$ 105.474,00 | R\$ 1.215,00 | R\$ 106.689,00 |
| | | Implantação da Academia Estadual de Segurança Pública | R\$ 920.000,00 | R\$ 79.988,45 | R\$ 999.988,45 |
| | DF | Programas Locais Território da Paz | R\$ 326.897,65 | R\$ 3.302,00 | R\$ 330.199,65 |
| | | Programas Locais Territórios da Paz | R\$ 276.936,55 | R\$ 2.800,00 | R\$ 279.736,55 |
| | | Aquisição de viaturas, equipamentos de informática, móveis, purificadores de água e aparelhos telefônicos | R\$ 5.000.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 5.050.000,00 |
| | | Programas Locais Território da Paz | R\$ 23.362,02 | R\$ 235,98 | R\$ 23.598,00 |
| | | Mulheres da Paz | R\$ 825.448,50 | R\$ 9.880,00 | R\$ 835.328,50 |
| | | Atenção e Controle em Tabagismo | R\$ 990.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 1.000.000,00 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|-------------------|----------------|-------------------|
| 2008 | DF | Aquisição de Viaturas para atender as necessidades da Região Administrativa de Itapoã/DF | R\$ 484.060,60 | R\$ 4.939,40 | R\$ 489.000,00 |
| | | Aquisição de Viaturas para atender as necessidades da Região Administrativas de Arapoanga/DF | R\$ 484.060,60 | R\$ 4.939,40 | R\$ 489.000,00 |
| | | Aquisição de Viaturas para atender as necessidades da Região Administrativa da Cidade de Estrutural/DF | R\$ 484.060,60 | R\$ 4.939,40 | R\$ 489.000,00 |
| | | Modernização e Reaparelhamento das Instituições de Segurança Públicas | R\$ 6.000.000,00 | R\$ 60.606,80 | R\$ 6.060.606,80 |
| | | Valorização do Policial e Adoção de Tecnologias não Letais | R\$ 6.752.460,93 | R\$ 68.206,68 | R\$ 6.820.667,61 |
| | | Construção da Academia da Polícia Civil | R\$ 11.540.724,00 | R\$ 116.572,97 | R\$ 11.657.296,97 |
| | | Companhia de Teatro Pátria Amada - CTPA | R\$ 307.556,54 | R\$ 3.106,63 | R\$ 310.663,17 |
| | | Programa Esporte à Meia noite | R\$ 770.185,48 | R\$ 7.876,52 | R\$ 778.062,00 |
| | | Programa Picasso Não Pichava | R\$ 672.977,50 | R\$ 9.302,10 | R\$ 682.279,60 |
| | | Corrida Orientada em Direção ao Futuro | R\$ 330.254,26 | R\$ 3.308,32 | R\$ 333.562,58 |
| | | Implantação do Gabinete de Monitoramento e Gestão Integrada da Região Administrativa de Itapoã/DF | R\$ 980.446,98 | R\$ 10.004,57 | R\$ 990.451,55 |
| | | Cidadania Feminina, Trabalho e Renda - Mulheres da Paz | R\$ 900.000,00 | R\$ 414.004,00 | R\$ 1.314.004,00 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 99.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 100.000,00 |
| | | Aquisição de cartuchos marcadores Simunition | R\$ 369.311,95 | R\$ 3.730,43 | R\$ 373.042,38 |
| | | Curso Superior de Tecnologia de Defesa Civil e Atendimento Pre-hospitalar | R\$ 373.880,00 | R\$ 3.738,80 | R\$ 377.618,80 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|------------------|---------------|------------------|
| 2008 | ES | Protegendo Vidas - Aquisição de equipamentos não-letais | R\$ 240.918,30 | R\$ 4.916,70 | R\$ 245.835,00 |
| | | Em nome da paz - Reparcelhamento da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo | R\$ 1.561.213,50 | R\$ 31.861,50 | R\$ 1.593.075,00 |
| | | Mapeando a Violência | R\$ 582.267,00 | R\$ 11.883,00 | R\$ 594.150,00 |
| | | Reestruturação da Polícia Interativa do Espírito Santo | R\$ 3.529.335,74 | R\$ 72.027,26 | R\$ 3.601.363,00 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 100.000,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 102.000,00 |
| | | Curso de Uso Progressivo da Força e Tecnologias Não-Letais | R\$ 900.144,50 | R\$ 18.370,30 | R\$ 918.514,80 |
| | GO | Mulheres da Paz | R\$ 1.478.668,00 | R\$ 15.000,00 | R\$ 1.493.668,00 |
| | | Rastreamento, Monitoramento De Viaturas | R\$ 1.728.094,50 | R\$ 17.455,50 | R\$ 1.745.550,00 |
| | | Estruturação da Gerência de Ensino Policial Técnico Científico | R\$ 760.395,24 | R\$ 7.603,95 | R\$ 767.999,19 |
| | | Estruturação dos Laboratórios do Instituto de Criminalística | R\$ 5.913.248,22 | R\$ 59.729,78 | R\$ 5.972.978,00 |
| | | Reestruturação e Modernização do Instituto Médico Legal Aristoclides Teixeira | R\$ 1.768.086,50 | R\$ 17.680,86 | R\$ 1.785.767,36 |
| | | Aquisição de Equipamento Hidráulico de Desencarceramento para o CBM/GO | R\$ 450.000,00 | R\$ 4.500,00 | R\$ 454.500,00 |
| | | Aquisição de Veículo de Resgate Pré-Hospitalar para o corpo de bombeiros militar do estado de Goiás no entorno do Distrito Federal. | R\$ 2.250.000,00 | R\$ 22.500,00 | R\$ 2.272.500,00 |
| | | Aquisição de veículos de prevenção e salvamento náutico para o corpo de bombeiros militar do estado de Goiás no Entorno do Distrito Federal | R\$ 240.000,00 | R\$ 2.400,00 | R\$ 242.400,00 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIO PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|------------------|---------------|------------------|
| 2008 | GO | Aquisição de veículos de salvamento e combate a incêndio para o corpo de bombeiros militar de Goiás no entorno do Distrito Federal-Goiás | R\$ 1.500.000,00 | R\$ 15.000,00 | R\$ 1.515.000,00 |
| | | Aquisição de Veículos de suporte avançado em ocorrências diversas para o corpo de Bombeiros Militar do estado de Goiás no Entorno do Distrito Federal | R\$ 1.820.000,00 | R\$ 18.200,00 | R\$ 1.838.200,00 |
| | | Aquisição de Veículos Transportador de Carga Seca com Guindastes para o Corpo de Bombeiros no Entorno do Distrito Federal-Goiás | R\$ 200.000,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 202.000,00 |
| | | Aquisição de Caminhão Baú para o corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás no entorno do Distrito Federal. | R\$ 250.000,00 | R\$ 2.500,00 | R\$ 252.500,00 |
| | | Projeto Aquisição de Veículos de salvamento tipo Guincho para o Corpo de Bombeiros Militar no Entorno do Distrito Federal. | R\$ 300.000,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ 303.000,00 |
| | | Projeto Aquisição de Equipamento de Proteção Individual para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás no Entorno do Distrito Federal. | R\$ 700.000,00 | R\$ 7.000,00 | R\$ 707.000,00 |
| | | Modernização do Serviço de Necropsiado Instituto Médico Legal de Goiânia | R\$ 1.649.228,13 | R\$ 16.492,28 | R\$ 1.665.720,41 |
| | | Aquisição de Veículos Adaptados para Transporte de Cadáveres | R\$ 2.692.800,00 | R\$ 27.200,00 | R\$ 2.720.000,00 |
| | | Montagem de Bibliotecas nos Núcleos Regionais de Polícia Técnico-Científica | R\$ 715.198,77 | R\$ 7.224,23 | R\$ 722.423,00 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.

FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|------------------|----------------|------------------|
| 2008 | GO | Projeto Aquisição de Veículo com Cesto Aéreo de duas lanças Articuladas para Salvamento e Combate a Incêndio para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás no Entorno do Distrito Federal. | R\$ 400.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 404.000,00 |
| | | Construção de 20 Bases Operacionais | R\$ 2.465.800,92 | R\$ 24.907,08 | R\$ 2.490.708,00 |
| | | Aquisição de Bens para 20 Bases Operacionais | R\$ 1.111.572,00 | R\$ 11.228,00 | R\$ 1.122.800,00 |
| | | Construção da Academia da Polícia Civil | R\$ 6.150.362,90 | R\$ 62.124,81 | R\$ 6.212.487,71 |
| | | Licenciamento de Software Oracle | R\$ 6.317.507,37 | R\$ 63.813,21 | R\$ 6.381.320,58 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 149.985,00 | R\$ 1.515,00 | R\$ 151.500,00 |
| | | Helicópteros - Polícia Civil | R\$ 5.000.000,00 | R\$ 192.000,00 | R\$ 5.192.000,00 |
| | | Helicópteros - Polícia Militar | R\$ 5.000.000,00 | R\$ 197.000,00 | R\$ 5.197.000,00 |
| | | Helicópteros - Corpo de Bombeiros | R\$ 5.000.000,00 | R\$ 197.000,00 | R\$ 5.197.000,00 |
| | MA | Estruturação dos Centros de Inclusão Digital Comunitários nas Áreas dos Batalhões da Região Metropolitana de São Luis | R\$ 475.170,55 | R\$ 4.799,70 | R\$ 479.970,25 |
| | | Esportes sem Drogas | R\$ 636.708,60 | R\$ 6.431,40 | R\$ 643.140,00 |
| | | Inclusão Digital nos Centros Integrados de Segurança Cidadã | R\$ 756.162,00 | R\$ 7.638,00 | R\$ 763.800,00 |
| | | Implantação da Ouvidoria da Segurança Pública do Estado do Maranhão | R\$ 134.117,58 | R\$ 1.354,72 | R\$ 135.472,30 |
| | | Integração de Informações Policiais, Inteligência e Gestão do Conhecimento do Sistema de Segurança Cidadã | R\$ 3.366.000,00 | R\$ 34.000,00 | R\$ 3.400.000,00 |
| | | Fortalecimento e estruturação dos Conselhos de Segurança Cidadã | R\$ 346.896,00 | R\$ 3.504,00 | R\$ 350.400,00 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIO PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|--|--|---|------------------|------------------|------------------|
| 2008 | MA | Mulheres da Paz | R\$ 1.217.251,53 | R\$ 12.295,47 | R\$ 1.229.547,00 |
| | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 959.626,80 | R\$ 9.693,20 | R\$ 969.320,00 |
| | | Capacitação em Tiro Defensivo na Preservação da Vida | R\$ 177.455,52 | R\$ 1.792,48 | R\$ 179.248,00 |
| | | Potencialização do Grupo Especial de Apoio às Escolas - Geape | R\$ 260.304,66 | R\$ 2.629,34 | R\$ 262.934,00 |
| | | Festa Legal | R\$ 694.896,84 | R\$ 7.019,16 | R\$ 701.916,00 |
| | | Capacitação em Direitos Humanos Aplicáveis à Função Policial | R\$ 208.016,82 | R\$ 1.017,68 | R\$ 209.034,50 |
| | | Instalação do Programa Jovens Construindo a Cidadania - JCC em Escolas das Áreas -Foco dos Territórios de Paz | R\$ 695.598,84 | R\$ 7.026,26 | R\$ 702.625,10 |
| | | Aparelhamento do Grupo Tático Aéreo | R\$ 7.444.800,00 | R\$ 75.200,00 | R\$ 7.520.000,00 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 150.000,00 | R\$ 1.516,00 | R\$ 151.516,00 |
| | | Aperfeiçoamento dos Profissionais do Sistema de Segurança Cidadã | R\$ 1.000.000,00 | R\$ 10.101,01 | R\$ 1.010.101,01 |
| | Cidadania Feminina, Trabalho e Renda - Mulheres da Paz | R\$ 258.166,26 | R\$ 2.607,74 | R\$ 260.774,00 | |
| | MT | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 200.000,00 |
| | MS | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 100.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 110.000,00 |
| | MG | Estruturação Logística da Corregedoria do CBMMG | R\$ 129.144,40 | R\$ 2.635,00 | R\$ 131.779,40 |
| Curso de Uso Progressivo da Força e Tecnologias Não-Letais | | R\$ 1.015.124,20 | R\$ 20.717,00 | R\$ 1.035.841,20 | |
| Aperfeiçoamento dos Profissionais de Segurança Pública | | R\$ 1.960.000,00 | R\$ 40.000,00 | R\$ 2.000.000,00 | |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|------------------|---------------|------------------|
| 2008 | PA | Rede de Agentes Voluntários da Cidadania e dos Direitos Humanos | R\$ 143.823,90 | R\$ 5.280,00 | R\$ 149.103,90 |
| | | Mulheres da Paz | R\$ 817.339,95 | R\$ 8.255,95 | R\$ 825.595,90 |
| | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 1.543.481,18 | R\$ 15.590,72 | R\$ 1.559.071,90 |
| | | Implantação d Núcleo de Polícia Comunitária no Bairro do Coqueiro | R\$ 117.500,00 | R\$ 1.175,00 | R\$ 118.675,00 |
| | | Implantação do Núcleo de Polícia Comunitária no Bairro do Tenoné | R\$ 117.500,00 | R\$ 1.175,00 | R\$ 118.675,00 |
| | | Implantação de Núcleo de Polícia Comunitária no Bairro da Cabanagem | R\$ 117.500,00 | R\$ 1.175,00 | R\$ 118.675,00 |
| | | Implantação de Núcleos de Polícia Comunitária no Bairro de Águas Lindas | R\$ 117.500,00 | R\$ 1.175,00 | R\$ 118.675,00 |
| | | Implantação do Núcleo de Polícia Comunitária no Bairro de Terra Firme | R\$ 117.500,00 | R\$ 1.175,00 | R\$ 118.675,00 |
| | | Implantação de Núcleos de Polícia Comunitária no Bairro de Guarmá | R\$ 117.500,00 | R\$ 1.175,00 | R\$ 118.675,00 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 200.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 220.000,00 |
| | PB | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 150.000,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 152.000,00 |
| | PR | Reaparelhamento de Equipamentos Infraestruturais | R\$ 680.924,62 | R\$ 6.880,50 | R\$ 687.805,12 |
| | | Segurança em Família | R\$ 408.212,81 | R\$ 8.330,87 | R\$ 416.543,68 |
| | | Projeto Aprender - Direitos Humanos | R\$ 179.146,87 | R\$ 3.656,06 | R\$ 182.802,93 |
| | | Escola Participativa - Direitos Humanos | R\$ 422.313,77 | R\$ 8.618,65 | R\$ 430.932,42 |
| | | Arte da Paz - PROTEJO | R\$ 1.615.691,31 | 32.973,30 | 1.648.664,61 |
| | | Ação Integrada de Atendimento Social para Combate à Violência Urbana - PC | R\$ 2.468.620,00 | 42.195,20 | 2.510.815,20 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.

FONTES: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|------------------|----------------|------------------|
| 2008 | PR | Aquisição de Equipamentos Tecnológicos Laboratoriais e Administrativos | R\$ 429.993,62 | R\$ 8.775,38 | R\$ 438.769,00 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 250.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 300.000,00 |
| | | Realização de Seminários de Direitos Humanos | R\$ 901.600,00 | R\$ 18.400,00 | R\$ 920.000,00 |
| | PE | Mulheres da Paz | R\$ 1.454.877,80 | R\$ 161.653,00 | R\$ 1.616.530,80 |
| | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável Juventude em Movimento | R\$ 7.395.098,40 | R\$ 74.698,00 | R\$ 7.469.796,40 |
| | | Corregedoria nas Ruas: Prevenindo e Reprimindo a Corrupção Policial | R\$ 945.721,10 | R\$ 9.553,00 | R\$ 955.274,10 |
| | | Ousar falar, Ousar Ouvir, do Litoral ao Sertão a Ouvidoria é uma Só - Ouvidoria Itinerante | R\$ 693.545,14 | R\$ 7.015,00 | R\$ 700.560,14 |
| | | Prevenção e Vigilância no Serviço Aeropolicial | R\$ 762.722,86 | R\$ 7.704,27 | R\$ 770.427,13 |
| | | Reaparelhamento das Unidades Policiais da Polícia Civil e da Polícia Militar | R\$ 8.574.878,71 | R\$ 86.614,94 | R\$ 8.661.493,65 |
| | | Criação dos Centros de Referência da Juventude | R\$ 1.214.911,11 | R\$ 12.271,89 | R\$ 1.227.183,00 |
| | | Modernização dos Centros de Planejamento dos Órgãos Operativos da SDS | R\$ 6.084.736,06 | R\$ 61.461,99 | R\$ 6.146.198,05 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 200.000,00 | R\$ 43.490,00 | R\$ 243.490,00 |
| | | Aperfeiçoamento dos Profissionais de Segurança Pública | R\$ 1.980.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 2.000.000,00 |
| | | Curso de Uso Progressivo da Força e Tecnologias Não-Letais | R\$ 940.834,80 | R\$ 9.408,34 | R\$ 950.243,14 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIO PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|------------------|----------------|------------------|
| 2008 | PI | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 100.000,00 | R\$ 1.062,00 | R\$ 101.062,00 |
| | RJ | Imagens do Povo | R\$ 590.790,90 | R\$ 12.612,00 | R\$ 603.402,90 |
| | | Espaços Urbanos Seguros | R\$ 3.479.158,70 | R\$ 298.361,60 | R\$ 3.777.520,30 |
| | | Mulheres da Paz | R\$ 3.390.160,50 | R\$ 361.600,00 | R\$ 3.751.760,50 |
| | | Mulheres da Paz - Morro da Providência | R\$ 507.678,50 | R\$ 42.000,00 | R\$ 549.678,50 |
| | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 5.634.061,30 | R\$ 389.938,70 | R\$ 6.024.000,00 |
| | | Espaços Urbanos Seguros - Morro da Providência | R\$ 510.888,90 | R\$ 10.500,00 | R\$ 521.388,90 |
| | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável Morro da Providência | R\$ 667.536,84 | R\$ 15.000,00 | R\$ 682.536,84 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 300.000,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 306.000,00 |
| | | Mulheres da Paz | R\$ 300.000,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 306.000,00 |
| | | Curso de Uso Progressivo da Força e Tecnologias Não-Letais | R\$ 974.000,00 | R\$ 19.479,60 | R\$ 993.479,60 |
| | RN | Segurança Cidadã - Polícia Comunitária | R\$ 3.000.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 3.030.000,00 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 100.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 110.000,00 |
| | RS | Implementação do Sistema de Polícia Judiciária - SPJ. Informatização dos Cartórios das Delegacias da Polícia Civil | R\$ 1.442.466,90 | R\$ 29.438,10 | R\$ 1.471.905,00 |
| | | Aquisição de Coletes Balísticos para Polícia Civil | R\$ 789.880,00 | R\$ 16.120,00 | R\$ 806.000,00 |
| | | Reaparelhamento da COGEPOL | R\$ 150.747,74 | R\$ 3.076,48 | R\$ 153.824,22 |
| | | Aquisição de Armas para a Polícia Civil do RS | R\$ 1.387.190,00 | R\$ 28.310,00 | R\$ 1.415.500,00 |
| | | Modernização do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre | R\$ 268.910,00 | R\$ 5.488,00 | R\$ 274.398,00 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|------------------|---------------|------------------|
| 2008 | RS | Reestruturação Física e Técnica da Assessoria Biopsicossocial | R\$ 98.002,74 | R\$ 2.000,05 | R\$ 100.002,79 |
| | | Instrumentalização e Modernização do Serviço de Assistência Social - SAS da Polícia Civil do RS | R\$ 311.918,36 | R\$ 6.365,68 | R\$ 318.284,04 |
| | | Reaparelhamento do 31º BPM (Guaíba) | R\$ 538.510,00 | R\$ 10.990,00 | R\$ 549.500,00 |
| | | Reaparelhamento da Corregedoria-Geral | R\$ 608.152,24 | R\$ 12.411,27 | R\$ 620.563,51 |
| | | Reaparelhamento da Inteligência do 3o. BPM (Novo Hamburgo) | R\$ 196.581,02 | R\$ 4.011,86 | R\$ 200.592,88 |
| | | Aquisição de Equipamentos para a Corregedoria do Instituto Geral de Perícias | R\$ 89.350,82 | R\$ 1.823,48 | R\$ 91.174,30 |
| | | Reaparelhamento do 3º BPM (Novo Hamburgo) | R\$ 532.190,00 | R\$ 28.010,00 | R\$ 560.200,00 |
| | | Reaparelhamento do 25º BPM (São Leopoldo) | R\$ 538.510,00 | R\$ 10.990,00 | R\$ 549.500,00 |
| | | Reaparelhamento do 17º BPM (Gravataí) | R\$ 538.510,00 | R\$ 10.990,00 | R\$ 549.500,00 |
| | | Reaparelhamento do 18º BPM (Viamão) | R\$ 538.510,00 | R\$ 10.990,00 | R\$ 549.500,00 |
| | | Reaparelhamento do 15º BPM (Canoas) | R\$ 1.362.775,00 | R\$ 71.725,00 | R\$ 1.434.500,00 |
| | | Reaparelhamento do 26º BPM (Cachoeirinha) | R\$ 538.510,00 | R\$ 10.990,00 | R\$ 549.500,00 |
| | | Aquisição de Viaturas para a Polícia Civil | R\$ 4.184.670,95 | R\$ 85.401,45 | R\$ 4.270.072,40 |
| | | Reaparelhamento do 34º BPM (Esteio) | R\$ 538.510,00 | R\$ 10.990,00 | R\$ 549.500,00 |
| | | Reaparelhamento do 24º BPM (Alvorada) | R\$ 538.510,00 | R\$ 10.990,00 | R\$ 549.500,00 |
| | | Reaparelhamento do 33º BPM (Sapucaia do Sul) | R\$ 538.510,00 | R\$ 10.990,00 | R\$ 549.500,00 |
| | | Corregedorias Móveis (Veículo Adaptado para Atividade de Inteligência) | R\$ 1.377.096,00 | R\$ 28.104,00 | R\$ 1.405.200,00 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIO PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|------------------|----------------|------------------|
| 2008 | RS | Polícia Itinerante do Comando de Policiamento da Capital (CPC) – Porto Alegre | R\$ 1.515.276,00 | R\$ 284.670,00 | R\$ 1.799.946,00 |
| | | Reaparelhamento do Serviço de Inteligência Policial e Análise Criminal (SIPAC) da Polícia Civil | R\$ 393.038,80 | R\$ 8.021,20 | R\$ 401.060,00 |
| | | Reaparelhamento das Agências do Sistema de Inteligência de Segurança Pública | R\$ 1.286.250,00 | R\$ 26.250,00 | R\$ 1.312.500,00 |
| | | Unidades Móveis da Polícia Civil | R\$ 926.438,10 | R\$ 18.906,90 | R\$ 945.345,00 |
| | | Posto Móvel Comunitário - 3o BPM (Novo Hamburgo) | R\$ 2.352.000,00 | R\$ 48.000,00 | R\$ 2.400.000,00 |
| | | Rede de Proteção: Identificação, Prevenção, Acolhimento e Encaminhamento de Mulheres; Crianças; Adolescentes e Idosos Vítimas de Violência | R\$ 82.398,79 | R\$ 1.681,61 | R\$ 84.080,40 |
| | | Helicópteros de Patrulhamento e Instrução | R\$ 2.156.000,00 | R\$ 44.000,00 | R\$ 2.200.000,00 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 250.000,00 | R\$ 5.104,00 | R\$ 255.104,00 |
| | | Prevenção e Repressão ao Uso de Drogas | R\$ 170.925,00 | R\$ 3.561,00 | R\$ 174.486,00 |
| | | Curso Avançado de Administração Policial Militar | R\$ 146.960,80 | R\$ 2.999,20 | R\$ 149.960,00 |
| | | Curso de Especialização em Políticas e Políticas e Gestão de Segurança Pública | R\$ 146.960,80 | R\$ 2.999,20 | R\$ 149.960,00 |
| | | Construção do Centro Sócio-educativo para Adolescentes em Conflito | R\$ 500.000,00 | R\$ 76.268,18 | R\$ 576.268,18 |
| | RO | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 100.000,00 | R\$ 40.030,40 | R\$ 140.030,40 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|-------------------|----------------|-------------------|
| 2008 | RR | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 99.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 100.000,00 |
| | SC | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 149.939,10 | R\$ 30.000,00 | R\$ 179.939,10 |
| | SP | Criação de Delegacia Participativa no 1º Distrito Policial - Campinas | R\$ 453.321,05 | R\$ 9.251,45 | R\$ 462.572,50 |
| | | Melhoramento na Estrutura da Delegacia da Infância e da Juventude | R\$ 278.982,48 | R\$ 5.693,52 | R\$ 284.676,00 |
| | | DELEGAL | R\$ 7.350.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 7.500.000,00 |
| | | Criação da Delegacia Especializada em Investigação de Homicídios Dolosos, Tentados ou Consumados, e de Roubo com Resultado de Morte, de Autoria Desconhecida, Praticados Contra Criança e Adolescentes | R\$ 148.852,00 | R\$ 3.038,00 | R\$ 151.890,00 |
| | | Aprimoramento da Capacidade de Ação dos Integrantes do Programa da Força Tática com a Dotação de Equipamentos de Proteção Balística | R\$ 7.179.627,00 | R\$ 146.523,00 | R\$ 7.326.150,00 |
| | | Atualização Tecnológica da Corregedoria para o Fortalecimento das Atividades de Controle Interno e de Polícia Judiciária | R\$ 743.969,99 | R\$ 15.743,00 | R\$ 759.712,99 |
| | | DIPOL | R\$ 5.880.000,00 | R\$ 120.000,00 | R\$ 6.000.000,00 |
| | | Aperfeiçoamento do Sistema de Supervisão da Matriz Operacional da Polícia Militar | R\$ 17.428.737,48 | R\$ 355.688,52 | R\$ 17.784.426,00 |
| | | Curso de Balística Forense à Distância | R\$ 165.816,00 | R\$ 3.384,00 | R\$ 169.200,00 |
| | | Curso de Local do Crime à Distância | R\$ 373.086,00 | R\$ 7.614,00 | R\$ 380.700,00 |
| | | Projeto Curso de Fonética Forense | R\$ 259.896,00 | R\$ 5.304,00 | R\$ 265.200,00 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|----------------|---------------|----------------|
| 2008 | SP | Projeto Curso de Etimologia Forense | R\$ 322.616,00 | R\$ 6.584,00 | R\$ 329.200,00 |
| | | Curso de Perícia Local | R\$ 165.816,00 | R\$ 3.384,00 | R\$ 169.200,00 |
| | | Projeto Curso de Perícia Médico Legal Módulo I | R\$ 322.616,00 | R\$ 6.584,00 | R\$ 329.200,00 |
| | | Projeto Curso de Perícia Médico Legal Módulo II | R\$ 259.896,00 | R\$ 5.304,00 | R\$ 265.200,00 |
| | | Modernização do Núcleo de Física do Instituto de Criminalística | R\$ 142.943,00 | R\$ 2.917,00 | R\$ 145.860,00 |
| | | Sistema Automático de Impressões Digitais à Seção de Identificação de Cadáveres da Divisão de Homicídios | R\$ 111.284,52 | R\$ 2.271,11 | R\$ 113.555,63 |
| | | Aquisição de Equipamentos para Montagem de Laboratório Gemológico no Núcleo de Física do Instituto de Criminalística | R\$ 313.185,95 | R\$ 6.391,55 | R\$ 319.577,50 |
| | | Curso de Vistoria de Identificação Veicular | R\$ 109.270,00 | R\$ 2.230,00 | R\$ 111.500,00 |
| | | Curso de Polícia Comunitária | R\$ 109.270,00 | R\$ 2.230,00 | R\$ 111.500,00 |
| | | Projeto Capacitação de Policiais Cíveis em Toxicologia e Química Forense | R\$ 103.635,00 | R\$ 2.115,00 | R\$ 105.750,00 |
| | | Projeto Curso de DNA Forense | R\$ 103.635,00 | R\$ 2.115,00 | R\$ 105.750,00 |
| | | Curso de Atividades de Inteligência à Distância | R\$ 103.635,00 | R\$ 2.115,00 | R\$ 105.750,00 |
| | | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 350.000,00 | R\$ 7.000,00 | R\$ 357.000,00 |
| | | Capacitação de Policiais Cíveis em Controle Policial Disciplinar | R\$ 103.635,00 | R\$ 2.115,00 | R\$ 105.750,00 |
| | TO | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 100.000,00 | R\$ 1.100,00 | R\$ 101.100,00 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|-------------------|----------------|-------------------|
| 2009 | AC | Implementação das ações do Pronasci nos municípios de Rio Branco, Brasília e Cruzeiro do Sul | R\$ 3.324.415,37 | R\$ 33.580,05 | R\$ 3.357.995,42 |
| | AP | Implementação, Estruturação e Reestruturação de Núcleos de Atenção Biopsicossocial | R\$ 496.000,00 | R\$ 71.422,20 | R\$ 567.422,20 |
| | AM | Elaboração da Profissiografia dos cargos base da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar e mapeamento de competências | R\$ 203.864,50 | R\$ 43.194,72 | R\$ 247.059,22 |
| | BA | Fortalecimento dos órgãos de Segurança Pública | R\$ 9.900.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 10.000.000,00 |
| | CE | Implementação/Estruturação de Núcleos Integrados de Atenção Biopsicossocial | R\$ 817.745,36 | R\$ 80.229,39 | R\$ 897.974,75 |
| | DF | Ampliação da capacidade operacional aérea da Polícia Militar | R\$ 7.158.888,89 | R\$ 72.312,01 | R\$ 7.231.200,90 |
| | GO | Realização de diagnóstico organizacional | R\$ 1.180.045,35 | R\$ 11.919,65 | R\$ 1.191.965,00 |
| | MG | Conferência Estadual no Âmbito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública | R\$ 300.000,00 | R\$ 6.150,00 | R\$ 306.150,00 |
| | | Aquisição de Helicóptero | R\$ 8.048.640,41 | R\$ 164.257,97 | R\$ 8.212.898,38 |
| | PR | Ampliação e fortalecimento da capacidade operacional do Serviço Aeropolicial. | R\$ 8.107.011,86 | R\$ 165.449,22 | R\$ 8.272.461,08 |
| | RJ | Ampliação da atividade de aviação de segurança pública da Polícia Militar | R\$ 11.828.324,66 | R\$ 241.394,39 | R\$ 12.069.719,05 |
| | | Mulheres da Paz | R\$ 6.976.376,15 | R\$ 464.660,89 | R\$ 7.441.037,04 |
| | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 8.458.184,07 | R\$ 528.245,63 | R\$ 8.986.429,70 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|------------------|----------------|------------------|
| 2009 | RS | Modernização e melhoria do atendimento médico e odontológico aos servidores da Brigada Militar | R\$ 1.018.467,26 | R\$ 20.785,05 | R\$ 1.039.252,31 |
| | | Implantação do Serviço Aéreo da Polícia Civil | R\$ 7.898.800,00 | R\$ 161.200,00 | R\$ 8.060.000,00 |
| | RO | Elaboração da Profissiografia dos cargos base da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar e mapeamento de competências | R\$ 277.200,00 | R\$ 2.800,00 | R\$ 280.000,00 |
| | RR | Elaboração da Profissiografia dos cargos base da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar e mapeamento de competências | R\$ 170.116,00 | R\$ 1.884,00 | R\$ 172.000,00 |
| | SC | Profissiografia e mapeamento de competências dos servidores de segurança pública | R\$ 300.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 360.000,00 |
| | SP | Valorização dos Profissionais e Operadores de Segurança Pública | R\$ 1.931.707,20 | R\$ 79.229,16 | R\$ 2.010.936,36 |
| | TO | Elaboração da profissiografia e mapeamento de competências dos cargos base da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar | R\$ 299.970,00 | R\$ 3.030,00 | R\$ 303.000,00 |
| 2010 | AC | Implantação do Disque Denúncia | R\$ 1.049.322,78 | R\$ 10.599,22 | R\$ 1.059.922,00 |
| | | Ampliação do Sistema de Videomonitoramento | R\$ 1.233.645,21 | R\$ 12.461,06 | R\$ 1.246.106,27 |
| | | Aparelhamento da Divisão de Repressão ao Entorpecentes da Polícia Civil | R\$ 508.262,62 | R\$ 5.133,97 | R\$ 513.396,59 |
| | | Aparelhamento aeronáutico do policiamento especializado de fronteira | R\$ 2.577.508,56 | R\$ 26.035,44 | R\$ 2.603.544,00 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|------------------|----------------|------------------|
| 2010 | AL | Reaparelhar o Corpo de Bombeiros Militar | R\$ 3.522.420,00 | R\$ 35.580,00 | R\$ 3.558.000,00 |
| | | Reequipamento do Centro de Pericias Forenses | R\$ 2.222.629,20 | R\$ 22.450,80 | R\$ 2.245.080,00 |
| | | Modernização e reaparelhamento da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico | R\$ 405.482,52 | R\$ 4.095,80 | R\$ 409.578,32 |
| | AP | Reaparelhar da Delegacia Especializada de Tóxico e Entorpecentes | R\$ 500.000,00 | R\$ 90.580,00 | R\$ 590.580,00 |
| | | Aparelhamento da aviação de segurança pública no Estado do Amapá para o Policiamento Especializado de Fronteira - PEFRON. | R\$ 4.500.000,00 | R\$ 282.060,00 | R\$ 4.782.060,00 |
| | AM | Reaparelhamento das Unidades de Polícia Especializadas no Combate ao Tráfico | R\$ 620.000,00 | R\$ 26.266,00 | R\$ 646.266,00 |
| | BA | Ampliação do serviço aeropolicial prestado pelo Grupamento Aéreo da PMBA | R\$ 4.950.000,00 | R\$ 60.300,00 | R\$ 5.010.300,00 |
| | CE | Capacitar moradores de centros urbanos e operadores da segurança pública | R\$ 265.800,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 269.800,00 |
| | | Reaparelhamento da Unidade Especializada no Combate ao Narcotráfico - DENARC | R\$ 579.307,49 | R\$ 6.000,00 | R\$ 585.307,49 |
| | DF | Reaparelhamento das Unidades Especializadas no Combate ao Narcotráfico | R\$ 323.235,42 | R\$ 3.265,00 | R\$ 326.500,42 |
| | | Terminais de radiocomunicação digital | R\$ 2.591.340,43 | R\$ 26.175,16 | R\$ 2.617.515,59 |
| | ES | Reaparelhamento da Delegacia de Tóxico e Entorpecentes | R\$ 382.317,60 | R\$ 7.802,40 | R\$ 390.120,00 |
| | GO | Reaparelhamento da Academia de Polícia Militar | R\$ 309.022,00 | R\$ 3.121,43 | R\$ 312.143,43 |
| | | Implementar e estruturar 13 unidades descentralizadas de Inteligência | R\$ 1.289.745,46 | R\$ 13.027,74 | R\$ 1.302.773,20 |
| | | Fortalecer a Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos | R\$ 792.492,92 | R\$ 8.004,98 | R\$ 800.497,90 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|------------------|----------------|------------------|
| 2010 | MA | Reaparelhamento do DENARC | R\$ 608.695,36 | R\$ 6.148,44 | R\$ 614.843,80 |
| | MT | Implementar ações de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas | R\$ 2.027.037,00 | R\$ 20.476,00 | R\$ 2.047.513,00 |
| | | Manter e ampliar as ações da Rede Cidadã | R\$ 2.970.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 3.000.000,00 |
| | | Reaparelhamento das Unidades Especializadas no Combate ao Narcotráfico | R\$ 702.217,89 | R\$ 7.093,11 | R\$ 709.311,00 |
| | | Aparelhamento aeronáutico CIOPAER | R\$ 2.528.570,00 | R\$ 220.412,00 | R\$ 2.748.982,00 |
| | MS | Implementação de Base Móvel de Policiamento Comunitário | R\$ 876.651,65 | R\$ 8.855,07 | R\$ 885.506,72 |
| | | Implementação na Polícia Militar da filosofia e praticas de policiamento comunitário | R\$ 840.559,10 | R\$ 8.490,50 | R\$ 849.049,60 |
| | | Reaparelhamento da Delegacia Especializada de Repressão a Entorpecentes | R\$ 500.000,00 | R\$ 5.050,50 | R\$ 505.050,50 |
| | | Estruturação da Coordenadoria-Geral de Policiamento aéreo | R\$ 2.528.570,00 | R\$ 27.306,00 | R\$ 2.555.876,00 |
| | MG | Reaparelhar e modernizar o Instituto Técnico Científico de Polícia | R\$ 561.843,14 | R\$ 18.060,00 | R\$ 579.903,14 |
| | | Ampliação e Reestruturação da Delegacia de Eventos | R\$ 2.098.022,36 | R\$ 42.816,78 | R\$ 2.140.839,14 |
| | | Implantar o serviço de Base Comunitária Móvel | R\$ 4.546.838,00 | R\$ 94.080,00 | R\$ 4.546.838,00 |
| | | Reestruturação do Núcleo de Atenção Psicossocial da Polícia Civil | R\$ 766.417,73 | R\$ 15.641,18 | R\$ 782.058,91 |
| | | Capacitação de Bombeiros Militares em curso de especialização latu sensu | R\$ 319.874,61 | R\$ 6.528,05 | R\$ 326.402,66 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|------------------|---------------|------------------|
| 2010 | MG | Capacitar policiais militares para atuar como gestores e operadores do serviço de Base Comunitária Móvel | R\$ 358.890,00 | R\$ 7.525,00 | R\$ 366.415,00 |
| | | Fortalecimento do Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil | R\$ 1.636.350,65 | R\$ 33.394,91 | R\$ 1.669.745,56 |
| | PA | Reaparelhamento das Unidades Especializadas no Combate ao Narcotráfico | R\$ 644.580,87 | R\$ 10.662,68 | R\$ 655.243,55 |
| | PA | Reaparelhamento da aviação de segurança pública do PEFRON | R\$ 2.496.042,00 | R\$ 27.800,00 | R\$ 2.523.842,00 |
| | PB | Reaparelhamento da Delegacia de Repressão a Entorpecentes | R\$ 494.386,63 | R\$ 6.000,00 | R\$ 500.386,63 |
| | PR | Aquisição de viaturas, tipo vans (bases móveis de policiamento comunitário) | R\$ 1.000.000,00 | R\$ 31.074,64 | R\$ 1.031.074,64 |
| | | Combate ao Crack | R\$ 480.584,25 | R\$ 9.807,84 | R\$ 490.392,09 |
| | PE | Implantação de uma solução de Rede Lógica para transmissão de dados, voz e imagem nos Órgãos Operativos da SDS (PMPE e PCPE) | R\$ 4.784.299,74 | R\$ 48.326,26 | R\$ 4.832.626,00 |
| | | Implementação da filosofia e práticas de Policiamento Comunitário | R\$ 2.870.861,24 | R\$ 28.998,60 | R\$ 2.899.859,84 |
| | | Combate ao Crack | R\$ 454.477,68 | R\$ 4.590,68 | R\$ 459.068,36 |
| | PI | Reaparelhamento da Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes | R\$ 650.000,00 | R\$ 57.920,00 | R\$ 707.920,00 |
| | RJ | Reaparelhamento da Delegacia ao Combate às Drogas | R\$ 489.930,82 | R\$ 9.998,59 | R\$ 499.929,41 |
| | RN | Reaparelhar e modernizar o Instituto Técnico Científico de Polícia | R\$ 5.180.990,74 | R\$ 52.333,24 | R\$ 5.233.323,98 |
| | | Reaparelhar as Delegacias de Narcóticos - DENARC | R\$ 468.728,32 | R\$ 4.758,07 | R\$ 473.486,39 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|------|---|---|------------------|------------------|
| 2010 | RO | Modernização do Laboratório Central de Polícia Técnica e Científica | R\$ 307.958,40 | R\$ 34.217,60 | R\$ 342.176,00 |
| | | Reaparelhar o Setor de Documentoscopia do Instituto de Criminalística | R\$ 845.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 855.000,00 |
| | | Reaparelhamento do Departamento de Narcóticos da Polícia Civil | R\$ 500.000,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 506.000,00 |
| | RR | Reaparelhamento da Delegacia de Repreensão a Entorpecentes da Polícia Civil | R\$ 800.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 810.000,00 |
| | SC | Aparelhamento aeronáutico PEFRON | R\$ 3.000.000,00 | R\$ 3.349.000,00 | R\$ 6.349.000,00 |
| | SP | Aquisição de microscópio eletrônico e varredura ambiental | R\$ 3.874.528,00 | R\$ 79.072,00 | R\$ 3.953.600,00 |
| | | Aquisição de equipamentos para o aprimoramento dos trabalhos de investigação e repressão ao tráfico de crack e drogas | R\$ 389.767,48 | R\$ 7.954,44 | R\$ 397.721,92 |
| | SE | Modernização da Divisão de Inteligência e Planejamento Policial | R\$ 2.406.500,91 | R\$ 24.308,09 | R\$ 2.430.809,00 |
| | | Reaparelhamento das Unidades Especializadas no Combate ao Narcotráfico | R\$ 494.959,41 | R\$ 4.999,59 | R\$ 499.959,00 |
| | TO | Modernização do atendimento social (veículos para transporte de cadáver) | R\$ 1.801.800,00 | R\$ 18.200,00 | R\$ 1.820.000,00 |
| | | Fortalecimento da Delegacia Especializada em Narcóticos | R\$ 292.729,37 | R\$ 2.956,86 | R\$ 295.686,23 |
| | 2011 | AC | Projetos Estruturantes de Fronteiras (PEFRON) | R\$ 3.500.000,00 | R\$ 35.353,54 |
| AP | | Projetos Estruturantes de Fronteiras (PEFRON) | R\$ 1.603.356,88 | R\$ 16.195,52 | R\$ 1.619.552,40 |
| AM | | Projetos Estruturantes de Fronteiras (PEFRON) | R\$ 3.499.650,00 | R\$ 35.350,00 | R\$ 3.535.000,00 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|------------------|----------------|------------------|
| 2011 | BA | Reestruturação e Fortalecimento do Sistema de Atenção Básica à Saúde dos Policiais Militares | R\$ 990.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 1.000.000,00 |
| | DF | Valorização Profissional dos agentes de segurança pública, mediante capacitação em Gestão estratégica de recursos humanos | R\$ 449.864,11 | R\$ 4.715,37 | R\$ 454.579,48 |
| | | Implantação do Programa de Prevenção e Tratamento do Estresse Ocupacional e do Transtorno de Estresse Pós-Traumático | R\$ 900.355,95 | R\$ 21.603,30 | R\$ 921.959,25 |
| | MA | Reaparelhamento do Sistema de Segurança Pública | R\$ 1.050.000,00 | R\$ 11.000,00 | R\$ 1.061.000,00 |
| | MT | Fortalecimento dos quatro pilares de qualidade de vida, saúde, social, profissional e afetiva, visando a valorização do servidor e a melhoria da qualidade do serviço público prestado | R\$ 985.790,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 995.790,00 |
| | | Projetos Estruturantes de Fronteiras (PEFRON) | R\$ 4.422.730,11 | R\$ 44.674,04 | R\$ 4.467.404,15 |
| | MS | Projetos Estruturantes de Fronteiras (PEFRON) | R\$ 4.481.533,92 | R\$ 45.470,65 | R\$ 4.527.004,57 |
| | MG | Fortalecimento das áreas de recrutamento e seleção dos órgãos de Defesa Social de Minas Gerais | R\$ 785.539,27 | R\$ 16.803,01 | R\$ 802.342,28 |
| | | Ampliação e Consolidação do Projeto MEDIAR | R\$ 1.327.705,45 | R\$ 27.096,03 | R\$ 1.354.801,48 |
| | PA | Projetos Estruturantes de Fronteiras (PEFRON) | R\$ 1.949.820,90 | R\$ 19.697,00 | R\$ 1.969.517,90 |
| | PR | Projetos Estruturantes de Fronteiras (PEFRON) | R\$ 5.089.473,73 | R\$ 103.866,81 | R\$ 5.193.340,54 |
| | PE | Implantação e Estruturação do Núcleo de Estudos e Gerenciamento de saúde e valorização profissional da PCPE. | R\$ 997.540,51 | R\$ 10.076,17 | R\$ 1.007.616,68 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|-------------------|----------------|-------------------|
| 2011 | PI | Implementar Estratégia de Valorização do Profissional de Segurança Pública com a criação do núcleo integrado de gestão estratégica dos recursos humanos | R\$ 630.856,11 | R\$ 7.000,00 | R\$ 637.856,11 |
| | | Implementar Estratégia de Valorização do Profissional de Segurança Pública com a criação do Núcleo Integrado de Atenção Biopsissocial | R\$ 627.198,36 | R\$ 7.580,00 | R\$ 634.778,36 |
| | RJ | Implementação dos Núcleos de Prevenção à violência e promoção da segurança nos territórios com UPPs | R\$ 12.000.000,00 | R\$ 408.164,00 | R\$ 12.408.164,00 |
| | RS | Implementar ações destinadas a promover valorização profissional e a saúde dos profissionais de segurança pública | R\$ 728.212,80 | R\$ 230.342,20 | R\$ 958.555,00 |
| | | Projetos Estruturantes de Fronteiras (PEFRON) | R\$ 3.489.488,66 | R\$ 71.215,00 | R\$ 3.560.703,66 |
| | | Implementar ações estaduais de enfrentamento à corrupção | R\$ 509.127,12 | R\$ 10.390,35 | R\$ 519.517,47 |
| | | Implementar ações de prevenção e atendimento a mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade | R\$ 1.276.207,50 | R\$ 26.045,06 | R\$ 1.302.252,56 |
| | | Implementação do Observatório de Segurança Pública | R\$ 190.437,68 | R\$ 4.603,58 | R\$ 195.041,26 |
| | RO | Projetos Estruturantes de Fronteiras (PEFRON) | R\$ 3.500.000,00 | R\$ 119.695,12 | R\$ 3.619.695,12 |
| | RR | Implantação do Programa de Auxílio à Saúde do Corpo de Bombeiros Militar | R\$ 626.952,40 | R\$ 6.332,85 | R\$ 633.285,25 |
| | | Projetos Estruturantes de Fronteiras (PEFRON) | R\$ 1.750.000,00 | R\$ 32.243,92 | R\$ 1.782.243,92 |
| | SC | Promover a valorização profissional e a saúde dos profissionais de segurança pública | R\$ 1.000.000,00 | R\$ 240.000,00 | R\$ 1.240.000,00 |
| | SC | Projetos Estruturantes de Fronteiras (PEFRON) | R\$ 3.360.270,48 | R\$ 69.981,00 | R\$ 3.430.251,48 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL | |
|------|----|--|--|----------------|-------------------|----------------|
| 2011 | TO | Implantação do Projeto Mais Saúde da Polícia Militar | R\$ 631.449,72 | R\$ 6.378,28 | R\$ 637.828,00 | |
| 2012 | AC | Reaparelhamento das unidades de perícia criminal do Estado do Acre | R\$ 599.320,51 | R\$ 6.053,74 | R\$ 605.374,25 | |
| | AL | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 705.712,80 | R\$ 7.279,85 | R\$ 712.992,65 | |
| | | Reestruturar o serviço de atendimento pré-hospitalar do Corpo de Bombeiros Militar | R\$ 1.746.678,00 | R\$ 17.644,00 | R\$ 1.764.322,00 | |
| | | Fortalecimento das Delegacias de Polícia Civil | R\$ 2.768.321,28 | R\$ 30.822,72 | R\$ 2.799.144,00 | |
| | | Expansão da implantação da filosofia do Policiamento Comunitário | R\$ 4.944.724,29 | R\$ 49.946,71 | R\$ 4.994.671,00 | |
| | | Aprimorar os trabalhos da perícia criminal oficial através do reaparelhamento dos Institutos de Criminalística, de Medicina Legal e de Identificação do Estado de Alagoas, além de serviços nesta Instituição. | R\$ 553.086,00 | R\$ 5.587,00 | R\$ 558.673,00 | |
| | | Implementação de ações de qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho, levantamento e gerenciamento de dados de vitimização e adoecimento dos operadores de Segurança Pública do Estado de Alagoas | R\$ 1.195.483,00 | R\$ 12.400,00 | R\$ 1.207.883,00 | |
| | | Estruturação do Sistema de Radiocomunicação Digital | R\$ 28.492.809,84 | R\$ 287.806,16 | R\$ 28.780.616,00 | |
| | | AP | Modernização de Informatização das pericias envolvendo crimes violentos, violência contra a mulher, criança e adolescente e nos crimes de informática na POLITEC | R\$ 600.000,00 | R\$ 12.186,09 | R\$ 612.186,09 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|------------------|---------------|------------------|
| 2012 | AM | Realização de cursos de especialização e capacitação e estruturação do Projeto PROCON | R\$ 813.501,20 | R\$ 8.784,00 | R\$ 822.285,20 |
| | | Estruturar os Institutos de Criminalística - IC, de Identificação - II e Médico Legal - IML pertencentes ao Departamento de Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil do Estado do Amazonas | R\$ 600.000,00 | R\$ 6.095,72 | R\$ 606.095,72 |
| | BA | Implantação e Estruturação do Centro de Reabilitação Profissional e Promoção da Segurança no Trabalho da Polícia Militar | R\$ 729.232,25 | R\$ 7.365,98 | R\$ 736.598,23 |
| | | Criação de programa de Qualidade de Vida e Desenvolvimento Pessoal dos profissionais de segurança pública | R\$ 575.272,33 | R\$ 10.000,00 | R\$ 585.272,33 |
| | | Aprimorar os trabalhos de perícias criminais na Região Metropolitana de Salvador | R\$ 594.000,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 600.000,00 |
| | DF | Incremento de equipamentos para Delegacias de Polícia das Ras e cidades satélites do entorno DF | R\$ 5.556.394,00 | R\$ 59.940,00 | R\$ 5.616.334,00 |
| | | Fortalecimento do Sistema de Inteligência da Polícia Civil do Distrito Federal | R\$ 6.840.752,73 | R\$ 70.700,00 | R\$ 6.911.452,73 |
| | | Modernização dos Laboratórios de perícia | R\$ 1.878.124,11 | R\$ 20.497,93 | R\$ 1.898.622,04 |
| | | Realização de oficinas de teatro itinerantes da Companhia de Teatro Pátria Amada nas Regiões Administrativas | R\$ 145.884,55 | R\$ 1.560,00 | R\$ 147.444,55 |
| | | Prevenir e enfrentar a violência e a criminalidade juvenil com a manutenção e o resgate da cidadania | R\$ 285.257,32 | R\$ 2.992,00 | R\$ 288.249,32 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--|------------------|---------------|------------------|
| 2012 | DF | Prevenir a criminalidade infanto-juvenil, o combate à pichação e atuar de forma preventiva em outras modalidades criminosas | R\$ 1.204.025,10 | R\$ 12.280,46 | R\$ 1.216.305,56 |
| | | Realização de atividades integradas, as quais compreendem o desencadeamento de operações de policiamento de proximidade pela Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Detran | R\$ 315.324,47 | R\$ 3.490,99 | R\$ 318.815,46 |
| | CE | Implantar sistema automatizado - equipamentos e software | R\$ 562.820,95 | R\$ 6.253,13 | R\$ 569.074,08 |
| | ES | Implantação do Programa de Saúde e Qualidade de Vida dos servidores de segurança pública | R\$ 814.889,60 | R\$ 16.630,40 | R\$ 831.520,00 |
| | | Modernização e potencialização dos serviços oferecidos pelo Laboratório de DNA Criminal da Superintendência de Polícia Técnico Científica da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. | R\$ 576.698,95 | R\$ 11.769,37 | R\$ 588.468,32 |
| | GO | Aprimorar os trabalhos da perícia criminal oficial | R\$ 1.979.981,15 | R\$ 20.019,31 | R\$ 2.000.000,46 |
| | MA | Implantação do Centro Integrado de Atenção Psicossocial | R\$ 795.650,60 | R\$ 8.036,87 | R\$ 803.687,47 |
| | | Estruturação da Seção de Genética Forense do Laboratório de Análises Forenses do Instituto de Criminalística de São Luís/MA | R\$ 537.554,01 | R\$ 5.429,84 | R\$ 542.983,85 |
| | MT | Fortalecimento das ações de Qualidade de Vida para os profissionais de segurança pública | R\$ 990.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 1.000.000,00 |
| | | Ampliar a eficiência, eficácia e a efetividade das atividades de perícias | R\$ 593.684,43 | R\$ 6.000,00 | R\$ 599.684,43 |
| | MS | Fortalecimento e estruturação da Perícia Criminal no Estado de Mato Grosso do Sul | R\$ 599.929,65 | R\$ 6.349,08 | R\$ 606.278,73 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|----------------|---------------|------------------|
| 2012 | MG | Fortalecimento das áreas relacionadas à Política de prevenção, tratamento e encaminhamento em casos de uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas | R\$ 694.673,16 | R\$ 14.177,00 | R\$ 708.850,16 |
| | | Aprimorar e estruturar o Instituto de Perícia do Estado de Minas Gerais | R\$ 553.991,55 | R\$ 11.305,95 | R\$ 565.297,50 |
| | PA | Aprimorar a Unidade Sede e Unidades do Interior do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves | R\$ 533.435,76 | R\$ 5.388,24 | R\$ 538.824,00 |
| | PB | Aprimorar a perícia oficial do Estado da Paraíba | R\$ 588.409,83 | R\$ 6.000,00 | R\$ 594.409,83 |
| | PI | Aprimorar e estruturar os Laboratórios do Instituto de Criminalística do Estado do Piauí com implantação do Laboratório de Informática Forense e de Química Forense | R\$ 600.000,00 | R\$ 6.100,00 | R\$ 606.100,00 |
| | PR | Implantar ações para redução dos riscos ocupacionais dos profissionais de segurança pública do Paraná, com vistas a promover a saúde e a valorização desses profissionais | R\$ 979.096,75 | R\$ 19.981,58 | R\$ 999.078,33 |
| | | Aprimorar os trabalhos da perícia criminal oficial | R\$ 574.888,00 | R\$ 11.732,41 | R\$ 586.620,41 |
| | PE | Aprimorar a Polícia Científica | R\$ 413.820,00 | R\$ 4.180,00 | R\$ 418.000,00 |
| | RJ | Implantação de Unidades Itinerantes do Serviço de Atenção a Saúde para assistência biopsicossocial dos profissionais de segurança pública | R\$ 985.829,13 | R\$ 20.118,96 | R\$ 1.005.948,09 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIO PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|----------------|----------------|------------------|
| 2012 | RJ | Implementação do Sistema de Prontuário Eletrônico | R\$ 806.130,81 | R\$ 233.747,50 | R\$ 1.039.878,31 |
| | | Reaparelhamento do Laboratório de Perícia de Informática Forense do Instituto de Criminalística Carlos Éboli da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. | R\$ 578.345,50 | R\$ 11.802,97 | R\$ 590.148,47 |
| | RN | Estruturar com recursos tecnológicos os serviços de perícia técnica do ITEP/RN na área de genética forense | R\$ 593.230,43 | R\$ 6.000,00 | R\$ 599.230,43 |
| | RS | Estruturar o Centro de Reabilitação Física e Psicológica para os Policiais Militares e Bombeiros | R\$ 928.137,98 | R\$ 114.191,66 | R\$ 1.042.329,64 |
| | RS | Aprimorar, qualificar e agilizar os trabalhos da perícia oficial | R\$ 576.187,33 | R\$ 11.761,15 | R\$ 587.948,48 |
| | RO | Fortalecimento das atividades de perícia criminal oficial com aquisição de equipamentos e aquisição de insumos para desenvolvimento da cadeia de custódia | R\$ 583.393,35 | R\$ 6.000,00 | R\$ 589.393,35 |
| | RR | Estruturação e fortalecimento da perícia criminal do estado de Roraima | R\$ 599.400,00 | R\$ 6.063,85 | R\$ 605.463,85 |
| | SC | Desenvolver um Programa de Prevenção e Acompanhamento à Dependência de álcool e outras drogas para profissionais de Segurança Pública | R\$ 980.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 1.000.000,00 |
| | | Realizar identificação humana por DNA com aplicação na área criminal, especialmente em crimes contra a vida e contra a liberdade sexual, através de técnicas modernas e econômicas, e dotar o Instituto Geral de Perícias | R\$ 580.954,06 | R\$ 11.856,21 | R\$ 592.810,27 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---|----------------|---------------|----------------|
| 2012 | SP | Aprimorar os trabalhos da perícia criminal oficial, através do reaparelhamento dos laboratórios da Superintendência da Polícia Técnico Científica | R\$ 585.198,94 | R\$ 11.942,84 | R\$ 597.141,78 |
| | SE | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 862.655,70 | R\$ 8.713,70 | R\$ 871.369,40 |
| | | Aprimorar os trabalhos da perícia criminal oficial através do aparelhamento do Instituto de Análises e Pesquisas Forense/IAPF | R\$ 599.849,91 | R\$ 6.059,09 | R\$ 605.909,00 |
| | TO | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 778.241,48 | R\$ 10.000,00 | R\$ 788.241,48 |
| | | Implementações de ações destinadas a promover a valorização profissional e a saúde dos bombeiros militares | R\$ 705.197,28 | R\$ 7.123,20 | R\$ 712.320,48 |
| | | Implementar ações destinadas a promover a valorização profissional, a saúde e qualidade de vida dos profissionais de segurança pública | R\$ 867.948,15 | R\$ 8.768,00 | R\$ 876.716,15 |
| | | Reaparelhamento dos Institutos de Criminalística, Identificação, Genética Forense e Médico Legal da Secretaria da Segurança Pública | R\$ 591.014,52 | R\$ 5.969,85 | R\$ 596.984,37 |

APÊNDICE 5 - CONVÊNIOS PRONASCI – ESTADOS - (2008 – 2012) – conclusão.

FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

NOTA: Dados agrupados pela autora.

APÊNDICE 6

CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012)

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL | |
|--|----|--------------|--|---|------------------|----------------|----------------|
| 2008 | AL | MACEIÓ | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 966.473,08 | R\$ 9.763,00 | R\$ 976.236,09 | |
| | | | Aparelhamento da Guarda Municipal | R\$ 680.296,60 | R\$ 6.872,00 | R\$ 687.168,60 | |
| | | | Formação da Guarda Municipal de Maceió | R\$ 589.505,40 | R\$ 5.954,60 | R\$ 595.460,00 | |
| | BA | CAMAÇARI | LAURO DE FREITAS | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 557.181,85 | R\$ 52.843,40 | R\$ 610.025,25 |
| | | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 879.294,76 | R\$ 8.881,76 | R\$ 888.176,52 |
| | | SALVADOR | SIMÕES FILHO | Modernização e Reaparelhamento da Guarda Municipal | R\$ 494.835,66 | R\$ 4.998,34 | R\$ 499.834,00 |
| | | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.032.623,54 | R\$ 20.347,60 | R\$ 997.830,14 |
| | | SIMÕES FILHO | Modernização da Guarda Municipal e Prevenção da Violência e da Criminalidade | R\$ 300.402,63 | R\$ 3.034,37 | R\$ 303.437,00 | |
| | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 845.582,29 | R\$ 8.541,26 | R\$ 854.123,55 | |
| | CE | FORTALEZA | Trilhos Urbanos | R\$ 721.571,40 | R\$ 7.288,60 | R\$ 728.860,00 | |
| | | | Mulheres em Ação - Formação de Jovens Multiplicadoras | R\$ 205.334,32 | R\$ 2.074,08 | R\$ 207.408,40 | |
| | | | Música - Tocando a Vida | R\$ 306.365,48 | R\$ 4.620,28 | R\$ 310.985,76 | |
| | | | Teatro Vivo | R\$ 162.181,80 | R\$ 1.638,20 | R\$ 163.820,00 | |
| | | | Formação de Agentes da Cidadania e Estruturação de CCDS no Grande Bom Jardim | R\$ 99.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 100.000,00 | |
| | | | Dança para a Vida | R\$ 255.500,00 | R\$ 7.282,00 | R\$ 262.782,00 | |
| Maracatú Estrela Bela | | | R\$ 252.697,50 | R\$ 2.552,50 | R\$ 255.250,00 | | |
| Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | | | R\$ 891.956,88 | R\$ 9.009,67 | R\$ 900.966,55 | | |
| Mulheres da Paz | | | R\$ 921.901,37 | R\$ 9.312,13 | R\$ 931.213,50 | | |
| Protejo - Jovem Cidadão | | | R\$ 624.512,59 | R\$ 6.308,21 | R\$ 630.820,80 | | |
| Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais de Segurança Pública / Guardas Municipais | | | R\$ 42.768,00 | R\$ 432,00 | R\$ 43.200,00 | | |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|-----------|--|--|------------------|------------------|------------------|
| 2008 | CE | FORTALEZA | Cidadania Feminina, Trabalho e Renda - Mulheres da Paz | R\$ 294.816,75 | R\$ 2.977,95 | R\$ 297.794,70 |
| | | MARACANAÚ | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.034.882,07 | R\$ 10.453,35 | R\$ 1.045.335,42 |
| | CARIACICA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 32.889,80 | R\$ 671,22 | R\$ 33.561,02 | |
| | | Diagnóstico e Pesquisa de Vitimização | R\$ 245.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 250.000,00 | |
| | | Mulheres da Paz | R\$ 495.549,74 | R\$ 10.113,26 | R\$ 505.663,00 | |
| | | Qualificação Social e Profissional | R\$ 243.833,80 | R\$ 4.976,20 | R\$ 248.810,00 | |
| | | PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 317.950,32 | R\$ 6.488,78 | R\$ 324.439,10 | |
| | SERRA | Formação de Lideranças Positivas em Gestão Social e Mediação e Resolução Pacífica de Conflitos | R\$ 270.832,80 | R\$ 5.527,20 | R\$ 276.360,00 | |
| | | Projeto de Qualificação Social e Profissional em Território de Descoesão Social | R\$ 106.315,30 | R\$ 2.169,70 | R\$ 108.485,00 | |
| | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 939.940,39 | R\$ 19.517,25 | R\$ 959.457,64 | |
| | | Estruturação do Conselho Comunitário de Segurança Pública | R\$ 7.496,46 | R\$ 152,99 | R\$ 7.649,45 | |
| | | Mulheres da Paz | R\$ 573.475,88 | R\$ 11.703,58 | R\$ 585.179,46 | |
| | | Guardiões do Mar | R\$ 46.132,52 | R\$ 941,48 | R\$ 47.074,00 | |
| | | PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 1.005.072,28 | R\$ 20.511,68 | R\$ 1.025.583,96 | |
| | SERRA | Mulher, Sociedade e Contemporaneidade | R\$ 256.760,00 | R\$ 5.240,00 | R\$ 262.000,00 | |
| | | Prevenção à Violência, Redução da Criminalidade e Promoção dos Direitos Humanos | R\$ 203.742,00 | R\$ 4.158,00 | R\$ 207.900,00 | |
| | VIANA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 32.889,80 | R\$ 671,22 | R\$ 33.561,02 | |
| | | Mulheres da Paz | R\$ 638.252,93 | R\$ 13.025,57 | R\$ 651.278,50 | |
| | | PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 317.950,32 | R\$ 6.488,78 | R\$ 324.439,10 | |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|---------------------|--------------|---|---|----------------|----------------|
| 2008 | ES | VIANA | Cidadania Feminina, Trabalho e Renda - Mulheres da Paz | R\$ 301.335,00 | R\$ 6.150,00 | R\$ 307.485,00 |
| | | VILA VELHA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 159.215,06 | R\$ 3.249,29 | R\$ 162.464,35 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 367.230,71 | R\$ 7.494,50 | R\$ 374.725,21 |
| | | | Protagonismo Político Juvenil | R\$ 128.742,40 | R\$ 2.627,40 | R\$ 131.369,80 |
| | | | PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 317.950,32 | R\$ 6.488,78 | R\$ 324.439,10 |
| | | | Cidadania Feminina, Trabalho e Renda - Mulheres da Paz | R\$ 303.359,00 | R\$ 6.191,00 | R\$ 309.550,00 |
| | | VITÓRIA | Mulheres da Paz | R\$ 810.360,53 | R\$ 16.537,97 | R\$ 826.898,50 |
| | | | Comitê da Paz | R\$ 355.118,68 | R\$ 7.247,32 | R\$ 362.366,00 |
| | | | Escola Popular de Comunicação Crítica | R\$ 324.710,00 | R\$ 36.000,00 | R\$ 360.710,00 |
| | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 780.725,33 | R\$ 15.933,17 | R\$ 796.658,50 |
| | | | PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 263.085,03 | R\$ 5.369,08 | R\$ 268.454,11 |
| | | | Atitude Jovem: Núcleo de Produção em Comunicação e Protagonismo Juvenil | R\$ 250.496,36 | R\$ 6.531,04 | R\$ 257.027,40 |
| | | | Construindo a Paz | R\$ 339.044,90 | R\$ 6.910,10 | R\$ 345.955,00 |
| | | GO | CIDADE OCIDENTAL | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 985.668,11 | R\$ 9.956,24 |
| | FORMOSA | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 985.668,11 | R\$ 9.956,24 | R\$ 995.624,35 |
| | LUZIÂNIA | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 985.668,11 | R\$ 9.956,24 | R\$ 995.624,35 |
| | NOVO GAMA | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 985.668,11 | R\$ 9.956,24 | R\$ 995.624,35 |
| | VALPARAÍSO DE GOIÁS | | Valvivo (Valparaíso Vivo) | R\$ 25.211,05 | R\$ 254,68 | R\$ 25.465,73 |
| | MT | RONDONÓPOLIS | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 891.956,85 | R\$ 9.009,67 | R\$ 900.966,52 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL | |
|------|----|--------------------|--|---|----------------|------------------|----------------|
| 2008 | MG | BELO HORIZONTE | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 929.534,25 | R\$ 18.970,09 | R\$ 948.504,34 | |
| | | | Implantação de Núcleos de Policiamento Comunitário em Vilas e Aglomerados de Belo Horizonte - Região Norte | R\$ 288.169,00 | R\$ 5.881,00 | R\$ 294.050,00 | |
| | | | Prevenção do Tráfego e Uso de Drogas no Interior dos Próprios Públicos Municipais | R\$ 45.080,00 | R\$ 920,00 | R\$ 46.000,00 | |
| | | BETIM | Juventude Melhor | R\$ 499.800,00 | R\$ 10.200,00 | R\$ 510.000,00 | |
| | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 958.459,12 | R\$ 19.561,00 | R\$ 978.020,12 | |
| | | CONTAGEM | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.394.967,77 | R\$ 28.468,72 | R\$ 1.423.436,49 | |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 461.894,05 | R\$ 9.426,40 | R\$ 471.320,45 | |
| | | | Implantação de Núcleo de Polícia Comunitária | R\$ 115.150,00 | R\$ 2.350,00 | R\$ 117.500,00 | |
| | | IBIRITÉ | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 863.298,22 | R\$ 34.446,66 | R\$ 897.744,88 | |
| | | | Elaboração do Plano Municipal de Segurança | R\$ 50.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 55.000,00 | |
| | | RIBEIRÃO DAS NEVES | Implantação de Dois Núcleos de Polícia Comunitária | R\$ 503.729,69 | R\$ 10.280,19 | R\$ 514.009,88 | |
| | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 159.215,07 | R\$ 3.249,28 | R\$ 162.464,35 | |
| | | SANTA LUZIA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 882.947,19 | R\$ 18.019,33 | R\$ 900.966,52 | |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 271.309,87 | R\$ 5.536,93 | R\$ 276.846,80 | |
| | | | PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 183.116,92 | R\$ 3.737,08 | R\$ 186.854,00 | |
| | | PA | ANANINDEUA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 961.564,32 | R\$ 9.615,64 | R\$ 971.179,96 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|---|----------------|---------------------|--|------------------|---------------|------------------|
| 2008 | PA | BELÉM | Estruturação de Equipes Móveis de Apoio Operacional da Corregedoria e Ouvidoria da Guarda Municipal de Belém | R\$ 292.542,00 | R\$ 4.916,70 | R\$ 297.458,70 |
| | | | Elaboração, Diagnóstico e Implementação do Plano Municipal de Segurança Urbana | R\$ 129.133,62 | R\$ 1.304,38 | R\$ 130.438,00 |
| | | | Implantação de Base Móvel de Guarda Comunitária | R\$ 31.144,22 | R\$ 314,58 | R\$ 31.458,80 |
| | | | Formação de Agentes Promotores de Segurança e Cidadania | R\$ 24.900,00 | R\$ 654,50 | R\$ 25.554,50 |
| | PR | ALMIRANTE TAMANDARÉ | Caminho da Paz | R\$ 144.632,02 | R\$ 2.951,68 | R\$ 147.583,70 |
| | | | Caminho da Paz | R\$ 143.084,60 | R\$ 2.920,10 | R\$ 146.004,70 |
| | | | Elaboração do Plano Municipal de Segurança | R\$ 29.400,00 | R\$ 600,00 | R\$ 30.000,00 |
| | | ARAUCÁRIA | Aquisição de Equipamentos de Infra-Estruturas | R\$ 537.584,88 | R\$ 10.971,12 | R\$ 548.556,00 |
| | | ARAUCÁRIA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 918.178,51 | R\$ 18.738,34 | R\$ 936.916,85 |
| | | | Estruturação do Conselho Comunitário de Segurança Pública | R\$ 5.671,79 | R\$ 115,76 | R\$ 5.787,55 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 483.141,25 | R\$ 9.860,02 | R\$ 493.001,27 |
| | | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 90.283,48 | R\$ 1.842,52 | R\$ 92.126,00 |
| | | | Capacitação de Guardas Municipais | R\$ 126.920,78 | R\$ 2.590,22 | R\$ 129.511,00 |
| | | COLOMBO | PROTEJO - Bombeiro Mirim | R\$ 939.680,16 | R\$ 19.177,14 | R\$ 958.857,30 |
| | | CURITIBA | Prevenção Comunitária | R\$ 1.054.150,00 | R\$ 21.600,00 | R\$ 1.075.750,00 |
| | | | Caravana do Bem | R\$ 458.590,00 | R\$ 9.690,00 | R\$ 468.280,00 |
| Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 939.460,05 | | R\$ 22.998,00 | R\$ 962.458,05 | | |
| Formação e Atuação das Guardas Municipais | R\$ 370.790,00 | | R\$ 0,00 | R\$ 370.790,00 | | |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|--|------------------|-------------------------|--|------------------|---------------|------------------|
| 2008 | PR | CURITIBA | Formação e Atuação das Guardas Municipais | R\$ 153.850,00 | R\$ 10.780,00 | R\$ 164.630,00 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 825.448,50 | R\$ 9.880,00 | R\$ 835.328,50 |
| | | | PROTEJO - Jovem Cidadão | R\$ 802.500,40 | R\$ 16.420,00 | R\$ 818.920,40 |
| | | | Sensibilização Comunitária | R\$ 14.110,00 | R\$ 292,00 | R\$ 14.402,00 |
| | | | Bola Cheia | R\$ 560.160,00 | R\$ 11.640,00 | R\$ 571.800,00 |
| | | PIRAQUARA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 175.619,27 | R\$ 3.584,82 | R\$ 179.204,09 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 293.323,07 | R\$ 5.986,18 | R\$ 299.309,25 |
| | | | Cidadania Feminina, Trabalho e Renda - Mulheres da Paz | R\$ 127.817,50 | R\$ 3.000,00 | R\$ 130.817,50 |
| | | | | | | |
| | PE | CABO DE SANTO AGOSTINHO | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 946.288,08 | R\$ 9.558,47 | R\$ 955.846,55 |
| | | | Plano Setorial de Segurança Urbana | R\$ 62.873,28 | R\$ 6.985,92 | R\$ 69.859,20 |
| | | JABOATÃO DOS GUARAPES | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 952.986,13 | R\$ 8.578,22 | R\$ 961.564,35 |
| | | RECIFE | Segurança Cidadã em Recife: Mulher e Empreendimento | R\$ 80.625,60 | R\$ 814,40 | R\$ 81.440,00 |
| | | | Segurança Cidadã em Recife: Juventude de Terreiros | R\$ 205.555,18 | R\$ 2.076,32 | R\$ 207.631,50 |
| | | | Ônibus da Cidadania | R\$ 592.664,29 | R\$ 5.986,51 | R\$ 598.650,80 |
| | | | Juventude Digital | R\$ 1.493.546,87 | R\$ 15.086,33 | R\$ 1.508.633,20 |
| | | | Restauração Artística de Fachada de Imóveis | R\$ 320.760,00 | R\$ 3.240,00 | R\$ 324.000,00 |
| | | | Jovem Multiplicador na Redução de Danos | R\$ 460.850,61 | R\$ 4.654,39 | R\$ 465.505,00 |
| | | | Formação nas Linguagens da Artes | R\$ 630.460,68 | R\$ 6.368,28 | R\$ 636.828,96 |
| Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.602.668,67 | | R\$ 16.188,57 | R\$ 1.618.857,24 | | |
| Segurança Cidadã em Recife: Formação de Agentes Públicos | R\$ 63.347,13 | R\$ 639,87 | R\$ 63.987,00 | | | |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIO PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL | |
|--------|---|-----------------|--|---|----------------|------------------|----------------|
| 2008 | RJ | DUQUE DE CAXIAS | Arte na Vida | R\$ 340.288,00 | R\$ 6.951,91 | R\$ 347.239,91 | |
| | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.000.035,55 | R\$ 20.408,89 | R\$ 1.020.444,44 | |
| | | ITABORAÍ | Arte na Vida | R\$ 297.022,22 | R\$ 6.061,68 | R\$ 303.083,90 | |
| | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.000.035,55 | R\$ 20.408,89 | R\$ 1.020.444,44 | |
| | | ITAGUAÍ | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.000.035,55 | R\$ 20.408,89 | R\$ 1.020.444,44 | |
| | | | Arte na Vida | R\$ 303.666,62 | R\$ 6.197,28 | R\$ 309.863,90 | |
| | | MACAÉ | Treinamento e Aperfeiçoamento Físico para Guardas Municipais de Macaé | R\$ 58.200,00 | R\$ 1.304,00 | R\$ 59.504,00 | |
| | | MESQUITA | Aquisição de Equipamentos para a Guarda Municipal de Mesquita e Aquisição de Sistema de Monitoramento e Vigilância por Câmeras em Locais Estratégicos do Município | R\$ 553.964,54 | R\$ 11.305,40 | R\$ 565.269,94 | |
| | | | Formação e Aperfeiçoamento da Guarda Municipal de Mesquita | R\$ 42.086,10 | R\$ 858,90 | R\$ 42.945,00 | |
| | | NILÓPOLIS | Arte na Vida | R\$ 297.022,22 | R\$ 6.061,68 | R\$ 303.083,90 | |
| | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.000.035,54 | R\$ 20.408,89 | R\$ 1.020.444,43 | |
| | | SÃO GONÇALO | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.000.035,54 | R\$ 20.408,89 | R\$ 1.020.444,43 | |
| | | RS | ALVORADA | Arte para uma Cultura de Paz | R\$ 467.247,52 | R\$ 6.482,24 | R\$ 473.729,76 |
| | | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 936.149,30 | R\$ 19.105,09 | R\$ 955.254,39 |
| | | | BAGÉ | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 975.711,86 | R\$ 19.912,49 | R\$ 995.624,35 |
| | | | CACHOEIRINHA | Agente Seguro | R\$ 178.362,94 | R\$ 3.640,06 | R\$ 182.003,00 |
| | | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 943.215,07 | R\$ 19.249,28 | R\$ 962.464,35 |
| CANOAS | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 942.793,64 | R\$ 19.240,68 | R\$ 962.034,32 | | | |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|-----------------|--|------------------|---------------|------------------|
| 2008 | RS | ESTÂNCIA VELHA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 573.886,06 | R\$ 11.711,96 | R\$ 585.598,02 |
| | | ESTEIO | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 949.477,26 | R\$ 19.377,09 | R\$ 968.854,35 |
| | | GRAVATAI | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 941.255,06 | R\$ 19.209,29 | R\$ 960.464,35 |
| | | GUAÍBA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 926.545,35 | R\$ 18.909,00 | R\$ 945.454,35 |
| | | NOVO HAMBURGO | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 882.947,21 | R\$ 18.019,34 | R\$ 900.966,55 |
| | | | Telecentro para a Qualificação e Aperfeiçoamento de Guardas Municipais | R\$ 88.905,60 | R\$ 1.814,40 | R\$ 90.720,00 |
| | | PORTO ALEGRE | Reposição de Equipamento e Oferecimento de Oficinas Culturais - Estúdio Multimeios da Restinga | R\$ 139.587,49 | R\$ 24.000,00 | R\$ 163.587,49 |
| | | | Aquisição de Equipamentos e Material de Consumo para o Núcleo de Ações Preventivas da Guarda Municipal | R\$ 110.262,00 | R\$ 2.260,00 | R\$ 112.522,00 |
| | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 891.631,23 | R\$ 18.213,09 | R\$ 909.844,32 |
| | | | Modernização das 11 áreas operacionais e ampliação do patrulhamento da Guarda Municipal | R\$ 734.811,30 | R\$ 16.000,00 | R\$ 750.811,30 |
| | | | Formação e Aperfeiçoamento da Guarda Municipal de Porto Alegre | R\$ 17.545,92 | R\$ 358,08 | R\$ 17.904,00 |
| | | SÃO LEOPOLDO | Programa Comunidade Segura | R\$ 1.109.618,04 | R\$ 22.645,27 | R\$ 1.132.263,31 |
| | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.045.706,35 | R\$ 21.340,95 | R\$ 1.067.047,30 |
| | | | Curso de Uso Progressivo da Força e Tecnologias Não-Letais | R\$ 559.741,70 | R\$ 11.423,30 | R\$ 571.165,00 |
| | | SAPUCAIA DO SUL | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 943.215,06 | R\$ 19.249,29 | R\$ 962.464,35 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|--|------------------|----------------------|--|------------------|---------------|------------------|
| 2008 | RS | VIAMÃO | Cidadania e Prevenção à Violência em Viamão | R\$ 345.642,20 | R\$ 5.782,00 | R\$ 351.424,20 |
| | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 149.667,32 | R\$ 3.054,43 | R\$ 152.721,75 |
| | | | Cidadania e Prevenção à Violência em Viamão | R\$ 93.030,00 | R\$ 1.860,00 | R\$ 94.890,00 |
| | SP | CAMPINAS | Jovem.com | R\$ 2.100.201,15 | R\$ 42.861,25 | R\$ 2.143.062,40 |
| | | | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.666.947,19 | R\$ 34.019,33 | R\$ 1.700.966,52 |
| | | | PROTEJO | R\$ 3.360.000,00 | R\$ 67.200,00 | R\$ 3.427.200,00 |
| | | DIADEMA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 880.781,42 | R\$ 17.975,12 | R\$ 898.756,54 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 510.894,05 | R\$ 10.426,40 | R\$ 521.320,45 |
| | | | Adolescente Aprendiz | R\$ 981.623,08 | R\$ 20.033,12 | R\$ 1.001.656,20 |
| | | | PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 1.421.664,44 | R\$ 29.013,56 | R\$ 1.450.678,00 |
| | | | Estruturação da Corregedoria e da Ouvidoria | R\$ 81.536,00 | R\$ 1.664,00 | R\$ 83.200,00 |
| | | | Cidadania Feminina, Trabalho e Renda - Mulheres da Paz | R\$ 299.308,50 | R\$ 6.109,00 | R\$ 305.417,50 |
| | | EMBU DAS ARTES | Sistema de Monitoramento por CFTV do Centro Expandido em Embu das Artes | R\$ 781.128,60 | R\$ 15.941,40 | R\$ 797.070,00 |
| | | EMBU GUAÇU | Proteção dos Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO | R\$ 255.953,27 | R\$ 5.223,54 | R\$ 261.176,81 |
| | | GUARULHOS | Mulheres da Paz | R\$ 501.295,48 | R\$ 10.230,52 | R\$ 511.526,00 |
| | | | Qualificação do Efetivo da Guarda Civil Municipal de Guarulhos e Desenvolvimento de Ações Sócio-Educativas | R\$ 208.945,80 | R\$ 4.264,20 | R\$ 213.210,00 |
| | | ITAPECERICA DA SERRA | Videomonitoramento | R\$ 781.128,60 | R\$ 15.941,40 | R\$ 797.070,00 |
| Proteção dos Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO | R\$ 1.141.410,64 | | R\$ 23.294,10 | R\$ 1.164.704,74 | | |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|-----------------------|--|------------------|---------------|------------------|
| 2008 | SP | ITAPEVI | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 851.148,74 | R\$ 17.370,41 | R\$ 868.519,15 |
| | | | PROTEJO - Centro de Referência da Juventude de Itapevi | R\$ 341.737,96 | R\$ 21.300,00 | R\$ 363.037,96 |
| | | JANDIRA | Videomonitoramento | R\$ 783.683,46 | R\$ 15.993,54 | R\$ 799.677,00 |
| | | | Proteção dos Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO | R\$ 281.187,50 | R\$ 5.623,00 | R\$ 286.810,50 |
| | | OSASCO | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 2.199.734,37 | R\$ 37.586,52 | R\$ 2.237.320,89 |
| | | | Comunicação Integrada entre Guardas Municipais | R\$ 330.162,00 | R\$ 6.738,00 | R\$ 336.900,00 |
| | | | PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 1.028.113,75 | R\$ 20.590,00 | R\$ 1.048.703,75 |
| | | PIRAPORA DO BOM JESUS | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 785.867,14 | R\$ 16.038,10 | R\$ 801.905,24 |
| | | | Guarda Mirim | R\$ 212.926,59 | R\$ 4.345,46 | R\$ 217.272,05 |
| | | SANTANA DO PARNAÍBA | PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 100.042,75 | R\$ 2.041,69 | R\$ 102.084,44 |
| | | SANTO ANDRÉ | PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 518.408,05 | R\$ 10.573,46 | R\$ 528.981,51 |
| | | SÃO BERNARDO DO CAMPO | Videomonitoramento | R\$ 788.426,60 | R\$ 16.090,32 | R\$ 804.516,92 |
| | | | Aquisição de Equipamentos de Infra-estruturais | R\$ 771.671,60 | R\$ 15.748,40 | R\$ 787.420,00 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 510.894,05 | R\$ 10.426,40 | R\$ 521.320,45 |
| | | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 562.716,00 | R\$ 11.484,00 | R\$ 574.200,00 |
| | | | Cidadania Feminina, Trabalho e Renda - Mulheres da Paz | R\$ 291.838,81 | R\$ 5.955,89 | R\$ 297.794,70 |
| | | SÃO PAULO | Ações de Segurança Pública no Município de São Paulo | 13.163.630,00 | 3.024.000,00 | 16.187.630,00 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|----------------------|------------------------|---|---|------------------|----------------|------------------|
| 2008 | SP | TABOÃO DA SERRA | Implantação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipais no âmbito do PRONASCI | R\$ 882.947,19 | R\$ 18.019,33 | R\$ 900.966,52 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 510.894,05 | R\$ 10.426,40 | R\$ 521.320,45 |
| | | | PROTEJO – Jovens para o exercício da Cidadania | R\$ 614.572,20 | R\$ 12.289,20 | R\$ 626.861,40 |
| | | | Cidadania Feminina, Trabalho e Renda - Mulheres da Paz | R\$ 300.120,10 | R\$ 6.124,90 | R\$ 306.245,00 |
| | VARGEM GRANDE PAULISTA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 780.667,39 | R\$ 15.931,99 | R\$ 796.599,38 | |
| 2009 | BA | LAURO DE FREITAS | Elaboração do Plano Municipal de Segurança | R\$ 153.945,00 | R\$ 1.555,00 | R\$ 155.500,00 |
| | CE | JUAZEIRO DO NORTE | Reaparelhar e Modernizar a Guarda Municipal | R\$ 444.559,50 | R\$ 4.490,50 | R\$ 449.050,00 |
| | GO | PIRENÓPOLIS | Mulheres da Paz | R\$ 230.000,00 | R\$ 7.200,00 | R\$ 237.200,00 |
| | MG | UBERABA | Mulheres da Paz | R\$ 195.675,00 | R\$ 3.993,37 | R\$ 199.668,37 |
| | | VARGINHA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 762.993,40 | R\$ 18.036,60 | R\$ 781.030,00 |
| | PR | FOZ DO IGUAÇU | Modernização da Guarda Municipal | R\$ 3.000.000,00 | R\$ 157.600,00 | R\$ 3.157.600,00 |
| SÃO JOSÉ DOS PINHAIS | | Mulheres da Paz | R\$ 604.880,27 | R\$ 12.344,50 | R\$ 617.224,77 | |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|----------------|---|---|----------------|-------------------|
| 2009 | RJ | PETRÓPOLIS | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 876.676,64 | R\$ 17.891,36 | R\$ 894.568,00 |
| | | RIO DE JANEIRO | Espaços Urbanos Seguros | R\$ 232.806,00 | R\$ 0,00 | R\$ 232.806,00 |
| | | | Plano Municipal de Segurança Pública | R\$ 3.373.650,00 | R\$ 68.850,00 | R\$ 3.442.500,00 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 4.018.000,00 | R\$ 82.000,00 | R\$ 4.100.000,00 |
| | | | Adequação das Inspetorias da Guarda Municipal | R\$ 6.495.528,20 | R\$ 132.561,80 | R\$ 6.628.090,00 |
| | | | Aquisição de equipamentos de infraestrutura e gestão | R\$ 1.699.227,98 | R\$ 34.678,12 | R\$ 1.733.906,10 |
| | | | Videomonitoramento | R\$ 15.680.000,00 | R\$ 320.000,00 | R\$ 16.000.000,00 |
| | | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 8.624.000,00 | R\$ 176.000,00 | R\$ 8.800.000,00 |
| | | | TERESÓPOLIS | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 925.074,13 | R\$ 18.879,06 |

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---------------|--|------------------|---------------|------------------|
| 2009 | RS | ALVORADA | Mulheres da Paz | R\$ 593.752,09 | R\$ 12.117,39 | R\$ 605.869,48 |
| | | BAGÉ | Mulheres da Paz | R\$ 240.808,38 | R\$ 4.914,46 | R\$ 245.722,84 |
| | | CACHOEIRINHA | Mulheres da Paz | R\$ 678.706,26 | R\$ 13.851,15 | R\$ 692.557,41 |
| | | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 872.408,74 | R\$ 17.804,26 | R\$ 890.213,00 |
| | | CANOAS | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 1.516.576,00 | R\$ 31.000,00 | R\$ 1.547.576,00 |
| | | | Observatório de Comunicação Social de Guajuviras | R\$ 709.827,00 | R\$ 14.487,00 | R\$ 724.314,00 |
| | | | Observatório de Segurança Pública | R\$ 815.075,00 | R\$ 16.635,00 | R\$ 831.710,00 |
| | | | Projeto Mulheres da Paz | R\$ 752.017,00 | R\$ 15.348,00 | R\$ 767.365,00 |
| | | | Constituição e Operacionalização do Centro Integrado Móvel de Policiamento Comunitário | R\$ 179.148,00 | R\$ 3.657,00 | R\$ 182.805,00 |
| | | CAXIAS DO SUL | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 1.227.021,50 | R\$ 24.996,00 | R\$ 1.252.017,50 |
| | | ESTEIO | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 804.490,62 | R\$ 16.418,18 | R\$ 820.908,80 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 420.776,88 | R\$ 8.587,28 | R\$ 429.364,16 |

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|-------------------|---|------------------|----------------|------------------|
| 2009 | RS | GRAVATAÍ | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 1.055.999,00 | R\$ 21.551,00 | R\$ 1.077.550,00 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 628.650,40 | R\$ 12.829,60 | R\$ 641.480,00 |
| | | GUAÍBA | Mulheres da Paz | R\$ 588.207,96 | R\$ 12.004,24 | R\$ 600.212,20 |
| | | NOVO HAMBURGO | Mulheres da Paz | R\$ 616.151,16 | R\$ 12.574,51 | R\$ 628.725,67 |
| | | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 953.562,05 | R\$ 19.460,45 | R\$ 973.022,50 |
| | | PASSO FUNDO | Mulheres da Paz | R\$ 625.500,00 | R\$ 12.892,00 | R\$ 638.392,00 |
| | | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 689.900,00 | R\$ 35.005,00 | R\$ 724.905,00 |
| | | | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 851.078,06 | R\$ 17.368,94 | R\$ 868.447,00 |
| | | PORTO ALEGRE | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 3.510.327,42 | R\$ 100.000,00 | R\$ 3.610.327,42 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 809.779,72 | R\$ 16.527,00 | R\$ 826.306,72 |
| | | SANTA CRUZ DO SUL | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 862.363,92 | R\$ 34.522,97 | R\$ 896.886,89 |
| | | SÃO LEOPOLDO | Mulheres da Paz | R\$ 1.131.427,00 | R\$ 23.706,00 | R\$ 1.155.133,00 |
| | | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 1.482.790,50 | R\$ 30.262,00 | R\$ 1.513.052,50 |
| | | SAPUCAIA DO SUL | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 1.034.880,00 | R\$ 21.120,00 | R\$ 1.056.000,00 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 628.295,64 | R\$ 12.822,36 | R\$ 641.118,00 |

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|-----------------------|--|------------------|---------------|------------------|
| 2009 | RS | VACARIA | Mulheres da Paz | R\$ 586.031,82 | R\$ 11.960,00 | R\$ 597.991,82 |
| | | | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 823.793,37 | R\$ 17.000,00 | R\$ 840.793,37 |
| | SP | ARARAQUARA | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 780.741,80 | R\$ 16.000,00 | R\$ 796.741,80 |
| | | FERRAZ DE VASCONCELOS | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 803.644,01 | R\$ 16.400,89 | R\$ 820.044,90 |
| | | FERRAZ DE VASCONCELOS | Mulheres da Paz | R\$ 412.637,48 | R\$ 8.421,17 | R\$ 421.058,65 |
| | | JUNDIAÍ | Implementação do Policiamento Comunitário | R\$ 1.836.990,00 | R\$ 37.500,00 | R\$ 1.874.490,00 |
| | | RIO CLARO | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 890.000,00 | R\$ 18.163,27 | R\$ 908.163,27 |
| | | SANTO ANDRÉ | Mulheres da Paz | R\$ 629.783,53 | R\$ 12.852,72 | R\$ 642.636,25 |
| | | SÃO BERNARDO DO CAMPO | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 517.440,00 | R\$ 10.560,00 | R\$ 528.000,00 |
| | | | Mulheres da Paz | R\$ 376.320,00 | R\$ 7.680,00 | R\$ 384.000,00 |
| | | | Videomonitoramento/G GIM | R\$ 117.349,12 | R\$ 2.394,88 | R\$ 119.744,00 |
| | | | Implementar a Corregedoria da Guarda Civil | R\$ 152.760,44 | R\$ 3.117,56 | R\$ 155.878,00 |
| | | | Implementação de Inspetorias Regionais da Guarda Civil | R\$ 2.378.159,14 | R\$ 48.533,86 | R\$ 2.426.693,00 |
| | | SOROCABA | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 886.528,71 | R\$ 18.092,42 | R\$ 904.621,13 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|------------------|---|----------------|---------------|----------------|
| 2010 | AL | ARAPIRACA | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 534.000,00 | R\$ 8.420,00 | R\$ 542.420,00 |
| | | MARECHAL DEODORO | Aquisição de armamentos e munições de tecnologia de baixa letalidade, equipamentos de proteção individual e viaturas para implementar a política de segurança pública | R\$ 416.306,84 | R\$ 4.205,12 | R\$ 420.511,96 |
| | | | Formação dos profissionais da Guarda Municipal de Marechal Deodoro para atuação em consonância com a Filosofia de Segurança com Cidadania, de forma eficiente e visando o atendimento preventivo da população do Município. | R\$ 121.671,00 | R\$ 1.229,00 | R\$ 122.900,00 |
| | AM | MANAUS | Videomonitoramento | R\$ 891.580,15 | R\$ 9.005,86 | R\$ 900.586,01 |
| | BA | CAMAÇARI | Observatório Municipal de Segurança Pública de Camaçari | R\$ 702.000,00 | R\$ 18.000,00 | R\$ 720.000,00 |
| | | FEIRA DE SANTANA | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 712.000,00 | R\$ 7.191,92 | R\$ 719.191,92 |
| | | ILHÉUS | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 534.000,00 | R\$ 6.600,02 | R\$ 540.600,02 |
| | | ITABUNA | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 534.000,00 | R\$ 5.394,00 | R\$ 539.394,00 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---------------------|---|------------------|---------------|------------------|
| 2010 | BA | JUAZEIRO | Formação e aperfeiçoamento de profissionais de segurança pública | R\$ 437.184,00 | R\$ 4.500,00 | R\$ 441.684,00 |
| | | LAURO DE FREITAS | Implantar o Observatório de Segurança Pública | R\$ 508.464,00 | R\$ 5.136,00 | R\$ 513.600,00 |
| | | SALVADOR | Formação e aperfeiçoamento de profissionais de segurança pública | R\$ 1.822.948,91 | R\$ 23.460,00 | R\$ 1.846.408,91 |
| | | TEIXEIRA DE FREITAS | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 356.000,00 | R\$ 17.800,00 | R\$ 373.800,00 |
| | CE | FORTALEZA | Treinar, operacionalmente, servidores da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza | R\$ 297.000,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ 300.000,00 |
| | | MARANGUAPE | Estruturação da Guarda Municipal | R\$ 374.686,17 | R\$ 3.785,00 | R\$ 378.471,17 |
| | | SOBRAL | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 355.015,98 | R\$ 3.586,02 | R\$ 358.602,00 |
| | ES | LINHARES | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 336.470,61 | R\$ 6.866,75 | R\$ 343.337,36 |
| | | SÃO MATEUS | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 356.000,00 | R\$ 8.449,54 | R\$ 364.449,54 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|----------------------|---|----------------|---------------|----------------|
| 2010 | ES | SERRA | Elaboração do Plano Local de Segurança | R\$ 243.040,00 | R\$ 4.960,00 | R\$ 248.000,00 |
| | GO | ANAPÓLIS | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 890.000,00 | R\$ 9.651,20 | R\$ 899.651,20 |
| | | APARECIDA DE GOIÂNIA | Modernização da Guarda Municipal | R\$ 819.665,00 | R\$ 12.580,00 | R\$ 832.245,00 |
| | | CRISTALINA | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 890.000,00 | R\$ 14.674,84 | R\$ 904.674,84 |
| | | FORMOSA | Reaparelhamento da Guarda Municipal | R\$ 786.986,27 | R\$ 8.003,10 | R\$ 794.989,37 |
| | | GOIÂNIA | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 913.210,65 | R\$ 9.224,35 | R\$ 922.435,00 |
| | MA | IMPERATRIZ | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 534.000,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 540.000,00 |
| | | SÃO LUIZ | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 820.459,55 | R\$ 9.380,00 | R\$ 829.839,55 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|----------------------|---|------------------|---------------|------------------|
| 2010 | MG | BETIM | Equipar e estruturar a Guarda Municipal | R\$ 1.154.430,00 | R\$ 48.530,00 | R\$ 1.202.960,00 |
| | | | Elaboração, diagnóstico e disseminação do Plano de Segurança Pública para o Município de Betim/MG | R\$ 183.439,52 | R\$ 8.883,07 | R\$ 192.322,59 |
| | | GOVERNADOR VALADARES | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 534.000,00 | R\$ 10.897,96 | R\$ 544.897,96 |
| | | MONTES CLAROS | Aquisição de equipamentos permanentes com vistas a garantir a execução das atividades da Guarda Municipal para o fortalecimento das ações de prevenção à violência e auxílio no enfrentamento da criminalidade no Município | R\$ 178.308,00 | R\$ 19.812,00 | R\$ 198.120,00 |
| | | UBERABA | Aquisição de armamentos não letais. | R\$ 311.182,00 | R\$ 45.000,00 | R\$ 356.182,00 |
| | PA | BELÉM | Videomonitoramento | R\$ 822.144,10 | R\$ 8.645,71 | R\$ 830.789,81 |
| | | | Formação e aperfeiçoamento de profissionais de segurança pública | R\$ 516.375,58 | R\$ 6.435,52 | R\$ 522.811,10 |
| | | | Reestruturação e Modernização da Guarda Municipal | R\$ 2.704.686,99 | R\$ 27.340,00 | R\$ 2.732.026,99 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---------------------|--|------------------|----------------|------------------|
| 2010 | PA | MARABÁ | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 534.000,00 | R\$ 53.400,00 | R\$ 587.400,00 |
| | PR | ALMIRANTE TAMANDARÉ | Videomonitoramento | R\$ 117.903,80 | R\$ 2.406,20 | R\$ 120.310,00 |
| | | CONSORCIO CISMEL | Aquisição de equipamentos de Infraestrutura e Sistemas de Gestão | R\$ 5.715.583,00 | R\$ 116.645,00 | R\$ 5.832.228,00 |
| | | | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 6.916.034,80 | R\$ 141.143,80 | R\$ 7.057.178,60 |
| | | | PROTEJO-Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 3.499.480,00 | R\$ 71.417,96 | R\$ 3.570.897,96 |
| | | FAZENDA RIO GRANDE | Videomonitoramento | R\$ 864.287,81 | R\$ 17.638,53 | R\$ 881.926,34 |
| | | FOZ DO IGUAÇÚ | Videomonitoramento | R\$ 5.022.801,18 | R\$ 103.000,00 | R\$ 5.125.801,18 |
| | | MARINGÁ/PR | Aquisição de tecnologias menos letais | R\$ 497.269,99 | R\$ 15.576,73 | R\$ 512.846,72 |
| | | PONTA GROSSA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 813.728,00 | R\$ 18.944,00 | R\$ 832.672,00 |
| | | PINHAIS | Estruturação da Guarda Municipal por meio de aquisição permanentes e de consumo. | R\$ 547.630,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 559.630,00 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----------------------|-------------------------|---|--|----------------|----------------|
| 2010 | PR | SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 839.297,19 | R\$ 17.128,51 | R\$ 856.425,70 |
| | | | Estruturação com equipamentos para os Conselhos Comunitários de Segurança Pública | R\$ 157.181,12 | R\$ 3.207,78 | R\$ 160.388,90 |
| | | | Videomonitoramento | R\$ 801.719,38 | R\$ 16.361,62 | R\$ 818.081,00 |
| | | TOLEDO/PR | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 356.000,00 | R\$ 7.265,31 | R\$ 363.265,31 |
| | PE | CAMARAGIBE | Videomonitoramento | R\$ 871.671,50 | R\$ 9.000,00 | R\$ 880.671,50 |
| | | CARUARU | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 888.356,14 | R\$ 8.973,29 | R\$ 897.329,43 |
| | | GARANHUNS | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 356.000,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 362.000,00 |
| | | PETROLINA | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 528.660,00 | R\$ 5.340,00 | R\$ 534.000,00 |
| | | SÃO LOURENÇO DA MATA | Aquisição de equipamentos de Infraestrutura e Sistemas de Gestão | R\$ 440.910,00 | R\$ 4.800,00 | R\$ 445.710,00 |
| | | VITÓRIA DE SANTO ANTÃO | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 356.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 360.000,00 |
| | | RJ | CABO FRIO | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 356.000,00 | R\$ 7.432,00 |
| | CAMPO DOS GOYTACAZES | | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 475.317,02 | R\$ 10.680,00 | R\$ 485.997,02 |
| | DUQUE DE CAXIAS | | Qualificação da Guarda Municipal | R\$ 345.250,08 | R\$ 7.045,92 | R\$ 352.296,00 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|-----------|---|--|-------------------|----------------|-------------------|
| 2010 | RJ | MACAÉ | Videomonitoramento | R\$ 722.066,55 | R\$ 14.750,00 | R\$ 736.816,55 |
| | | MARICÁ | Videomonitoramento | R\$ 805.264,38 | R\$ 17.800,00 | R\$ 823.064,38 |
| | | MESQUITA | Jovens em situação de vulnerabilidade e risco social | R\$ 226.751,93 | R\$ 9.900,00 | R\$ 236.651,93 |
| | | RIO DE JANEIRO | Capacitação dos Profissionais da Guarda Municipal | R\$ 264.600,00 | R\$ 5.400,00 | R\$ 270.000,00 |
| | RN | NATAL | Videomonitoramento | R\$ 872.894,60 | R\$ 8.893,14 | R\$ 881.787,74 |
| | RS | ALVORADA | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 517.000,00 | R\$ 11.000,00 | R\$ 528.000,00 |
| | | BAGÉ | Identificar e mapear a violência e a criminalidade no Município de Bagé/RS | R\$ 329.819,00 | R\$ 6.731,00 | R\$ 336.550,00 |
| | | CACHOEIRINHA | Formação e aperfeiçoamento de profissionais de segurança pública | R\$ 99.266,32 | R\$ 2.025,84 | R\$ 101.292,16 |
| | | | Realizar oficinas de sensibilização e interação social | R\$ 553.995,62 | R\$ 11.306,03 | R\$ 565.301,65 |
| | | | Estruturar e modernizar a guarda municipal de Cachoeirinha | R\$ 1.326.857,38 | R\$ 27.078,72 | R\$ 1.353.936,10 |
| | | CANOAS | Sistema de Audiomonitoramento | R\$ 1.888.109,00 | R\$ 39.000,00 | R\$ 1.927.109,00 |
| | | CONSÓRCIO ALMINORTE | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 12.061.238,46 | R\$ 246.147,72 | R\$ 12.307.386,18 |
| | CRUZ ALTA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 809.936,38 | R\$ 17.625,18 | R\$ 827.561,56 | |

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|--------------------------|----------------|---|--|------------------|----------------|------------------|
| 2010 | RS | GUAÍBA | PROTEJO- Proteção de Jovens em Território Vulnerável | R\$ 1.056.555,35 | R\$ 21.562,35 | R\$ 1.078.117,70 |
| | | PELOTAS | Videomonitoramento | R\$ 890.000,00 | R\$ 28.368,00 | R\$ 918.368,00 |
| | | RIO GRANDE | Videomonitoramento | R\$ 777.919,18 | R\$ 15.875,90 | R\$ 793.795,08 |
| | | SANTA MARIA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 894.255,99 | R\$ 30.000,00 | R\$ 924.255,99 |
| | | SÃO LEOPOLDO | Aquisição de equipamentos de Infraestrutura e Sistemas de Gestão | R\$ 1.368.810,08 | R\$ 27.940,00 | R\$ 1.396.750,08 |
| | | | Capacitação dos Profissionais da Guarda Municipal | R\$ 361.742,50 | R\$ 7.382,50 | R\$ 369.125,00 |
| | | TAQUARA | Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 890.000,00 | R\$ 18.944,00 | R\$ 908.944,00 |
| | | VACARIA | Qualificar a Guarda Municipal de Vacaria | R\$ 139.800,00 | R\$ 2.869,93 | R\$ 142.669,93 |
| | | | Aquisição de equipamentos de Infraestrutura e Sistemas de Gestão | R\$ 698.691,96 | R\$ 14.300,00 | R\$ 712.991,96 |
| | VENÂNCIO AIRES | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 805.776,00 | R\$ 19.907,00 | R\$ 825.683,00 | |
| | SE | ARACAJU | Aquisição de equipamentos de Infraestrutura e Sistemas de Gestão | R\$ 2.603.917,00 | R\$ 26.303,00 | R\$ 2.630.220,00 |
| NOSSA SENHORA DO SOCORRO | | Videomonitoramento | R\$ 853.106,81 | R\$ 9.883,34 | R\$ 862.990,15 | |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIO PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|-----------|--------------------------------------|-----------------------|---|-------------------|----------------|-------------------|
| 2010 | SP | DIADEMA | Implantar sistema de rondas escolares | R\$ 250.000,00 | R\$ 5.016,00 | R\$ 255.016,00 |
| | | DIADEMA | Estruturação da nova sede da Guarda Municipal | R\$ 489.981,38 | R\$ 9.999,62 | R\$ 499.981,00 |
| | | GUARAREMA | Videomonitoramento | R\$ 878.441,75 | R\$ 17.927,38 | R\$ 896.369,13 |
| | | GUARUJÁ | Videomonitoramento | R\$ 913.919,21 | R\$ 20.000,00 | R\$ 933.919,21 |
| | | ITAQUAQUE-CETUBA | Videomonitoramento | R\$ 759.281,34 | R\$ 15.495,54 | R\$ 774.776,88 |
| | | OSASCO | Implantação da filosofia de Polícia Comunitária | R\$ 1.169.826,00 | R\$ 23.874,00 | R\$ 1.169.826,00 |
| | | POÁ | Videomonitoramento | R\$ 890.000,00 | R\$ 36.393,00 | R\$ 926.393,00 |
| | | SÃO BERNARDO DO CAMPO | Implementar um canal direto de comunicação para unificar procedimentos operacionais | R\$ 715.071,70 | R\$ 14.593,30 | R\$ 729.665,00 |
| | | SÃO CARLOS | Videomonitoramento | R\$ 779.480,00 | R\$ 16.000,00 | R\$ 795.480,00 |
| | | SÃO PAULO | Aquisição de equipamentos de Infraestrutura e Sistemas de Gestão | R\$ 15.969.606,66 | R\$ 325.910,34 | R\$ 16.295.517,00 |
| SÃO PAULO | Aquisição de coletes anti-balísticos | R\$ 1.851.489,50 | R\$ 37.785,50 | R\$ 1.889.275,00 | | |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIO PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|------------------|---|------------------|----------------|------------------|
| 2010 | SP | SÃO PAULO | Capacitação do efetivo da Guarda Civil Metropolitana | R\$ 1.408.906,80 | R\$ 28.753,20 | R\$ 1.437.660,00 |
| | | SUMARE | Videomonitoramento | R\$ 890.000,00 | R\$ 45.144,86 | R\$ 935.144,86 |
| | | SUZANO | Videomonitoramento | R\$ 889.229,46 | R\$ 18.164,00 | R\$ 907.393,46 |
| | TO | PALMAS/TO | Videomonitoramento | R\$ 820.432,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 830.432,00 |
| 2011 | BA | FEIRA DE SANTANA | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 3.465.000,00 | R\$ 35.000,00 | R\$ 3.500.000,00 |
| | PR | PINHAIS | Videomonitoramento | R\$ 1.423.600,00 | R\$ 125.000,00 | R\$ 1.548.600,00 |
| | RS | SÃO LEOPOLDO | Implementação de um conjunto integrado de medidas preventivas que visam promover a cidadania e a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade | R\$ 565.565,00 | R\$ 11.543,00 | R\$ 577.108,00 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|------------------|--|------------------|----------------|------------------|
| 2012 | AL | MACEIÓ | Equipar a Guarda Municipal de coletes balísticos; e de dispositivos elétricos incapacitantes não letais e seu respectivo treinamento para utilização do dispositivo. | R\$ 1.540.052,67 | R\$ 130.000,00 | R\$ 1.670.052,67 |
| | | | Aquisição de uniformes para os servidores da Guarda Municipal de Maceió. | R\$ 527.215,59 | R\$ 5.325,41 | R\$ 532.541,00 |
| | BA | ALAGOINHAS | Modernização da Guarda Municipal | R\$ 270.290,79 | R\$ 2.730,21 | R\$ 273.021,00 |
| | CE | LAURO DE FREITAS | Mulheres da Paz e Proteção | R\$ 645.228,54 | R\$ 6.561,10 | R\$ 651.789,64 |
| | | MARACANAÚ | Fortalecimento da Guarda Municipal de Maracanaú/CE por meio do reaparelhamento da instituição | R\$ 674.935,00 | R\$ 7.136,00 | R\$ 682.071,00 |
| | | SOBRAL | Fortalecer e ampliar as ações da Guarda Civil Municipal de Sobral/CE | R\$ 778.042,81 | R\$ 7.859,02 | R\$ 785.901,83 |
| | ES | CARIACICA | Mulheres da Paz e Proteção | R\$ 735.980,00 | R\$ 15.020,00 | R\$ 751.000,00 |
| | | LINHARES | Mulheres da Paz e Proteção | R\$ 615.554,66 | R\$ 12.562,34 | R\$ 628.117,00 |
| | | SÃO MATEUS | Fortalecer a estrutura da Secretaria Municipal de Defesa Social de São Mateus ES | R\$ 291.337,50 | R\$ 6.000,00 | R\$ 297.337,50 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--------------------|---|------------------|---------------|------------------|
| 2012 | ES | VITÓRIA | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 771.024,48 | R\$ 16.810,75 | R\$ 787.835,23 |
| | | | Aparelhamento tecnológico da Guarda Civil Municipal de Vitória | R\$ 584.726,23 | R\$ 11.933,19 | R\$ 596.659,42 |
| | GO | GOIÂNIA | Reaparelhamento automotivo da Guarda Municipal e o fortalecimento das ações de prevenção, através do programa Goiânia + Segura | R\$ 849.711,06 | R\$ 8.582,94 | R\$ 858.294,00 |
| | MA | CODÓ | Reaparelhar e modernizar a Guarda Municipal | R\$ 287.253,64 | R\$ 2.901,55 | R\$ 290.155,19 |
| | | IMPERATRIZ | Implantação do Gabinete de Gestão Integrado Municipal | R\$ 108.800,00 | R\$ 1.200,00 | R\$ 110.000,00 |
| | MG | BETIM | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 570.340,40 | R\$ 11.639,60 | R\$ 581.980,00 |
| | | CONTAGEM | Fortalecimento da Guarda Municipal de Contagem | R\$ 1.373.158,00 | R\$ 29.700,00 | R\$ 1.402.858,00 |
| | | NOVA LIMA | Fortalecer a Guarda Municipal suprimindo a deficiência de logística adequada à prestação dos serviços de trânsito e patrulhamento escolar | R\$ 438.098,88 | R\$ 8.940,79 | R\$ 447.039,67 |
| | | RIBEIRÃO DAS NEVES | Modernização da Guarda Civil Municipal por meio da aquisição de materiais permanentes. | R\$ 230.558,07 | R\$ 8.872,50 | R\$ 239.430,57 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|--------------------|---|------------------|----------------|------------------|
| 2012 | MG | UBERABA | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 597.731,12 | R\$ 14.986,36 | R\$ 612.717,48 |
| | MS | CAMPO GRANDE | Fortalecer a Guarda Municipal de Campo Grande | R\$ 1.047.333,21 | R\$ 10.579,12 | R\$ 1.057.912,33 |
| | | CORUMBÁ | Reestruturar a GM de Corumbá por meio da aquisição de equipamentos e implantar o projeto "Teatro de Fantoques", | R\$ 1.000.000,00 | R\$ 184.185,06 | R\$ 1.184.185,06 |
| | | DOURADOS | Estruturação da Guarda Municipal de Dourados | R\$ 835.802,27 | R\$ 10.876,73 | R\$ 846.679,00 |
| | PR | COLOMBO | Videomonitoramento | R\$ 2.000.000,00 | R\$ 400.000,00 | R\$ 2.400.000,00 |
| | | CURITIBA | Expandir e fortalecer a estrutura física e a atuação da Ouvidoria e da Corregedoria da Guarda Municipal de Curitiba | R\$ 420.748,00 | R\$ 10.485,00 | R\$ 431.233,00 |
| | | FAZENDA RIO GRANDE | Reaparelhar a Guarda Municipal por meio da aquisição de equipamentos e material permanente e contratação de serviços de terceiros | R\$ 472.664,63 | R\$ 9.684,04 | R\$ 482.348,67 |
| | | MARINGÁ | Reaparelhamento da Guarda Municipal de Maringá/PR. | R\$ 100.000,00 | R\$ 11.666,00 | R\$ 111.666,00 |
| | | PARANAGUÁ | Modernização da Guarda Municipal | R\$ 648.055,20 | R\$ 13.225,62 | R\$ 661.280,82 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|----------------------|--|---|------------------|----------------|
| 2012 | PR | SÃO JOSÉ DOS PINHAIS | Modernização da Guarda Municipal | R\$ 687.764,00 | R\$ 14.036,00 | R\$ 701.800,00 |
| | | | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 646.015,51 | R\$ 13.183,99 | R\$ 659.199,50 |
| | PE | SÃO LOURENÇO DA MATA | Implantar a política municipal de prevenção à violência por meio da elaboração do Plano Municipal de Prevenção à Violência | R\$ 319.753,00 | R\$ 4.950,00 | R\$ 324.703,00 |
| | RN | CEARÁ MIRIM | Modernização e Estruturação da Secretaria de Defesa Social do município de Ceará - Mirim/RN | R\$ 419.156,00 | R\$ 4.234,00 | R\$ 423.390,00 |
| | | | NATAL | Estruturar a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Natal/RN – SEMDES | R\$ 3.169.991,00 | R\$ 38.580,00 |
| | RS | CANOAS/RS | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 811.288,76 | R\$ 17.040,49 | R\$ 828.329,25 |
| | | | Formação de agentes de notícias cidadãos Território da Paz na Grande Mathias | R\$ 500.000,00 | R\$ 10.205,00 | R\$ 510.205,00 |
| | | | Consolidação da Política Municipal de Segurança Pública com Cidadania | R\$ 763.647,89 | R\$ 16.919,91 | R\$ 780.567,80 |
| | | ESTEIO | Potencialização das ações do Gabinete de Gestão Integrada Municipal e da Guarda Municipal | R\$ 500.641,82 | R\$ 10.217,18 | R\$ 510.859,00 |

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|---------------|--|----------------|---------------|----------------|
| 2012 | RS | NOVO HAMBURGO | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 753.965,10 | R\$ 18.254,51 | R\$ 772.219,61 |
| | | | Ampliar a capacidade de atendimento da Guarda Municipal | R\$ 688.812,15 | R\$ 14.156,07 | R\$ 702.968,22 |
| | | SÃO LEOPOLDO | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 699.241,90 | R\$ 24.000,00 | R\$ 723.241,90 |
| | SP | ARARAQUARA | Estruturação da Secretaria Municipal de Segurança Pública | R\$ 455.273,73 | R\$ 9.291,30 | R\$ 464.565,03 |
| | | DIADEMA | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 801.144,59 | R\$ 16.349,89 | R\$ 817.494,48 |
| | | | Implantação do programa de Policiamento Comunitário, denominado "Ronda Cidadã" | R\$ 869.472,30 | R\$ 17.744,33 | R\$ 887.216,63 |
| | | GUARULHOS | Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal | R\$ 101.435,88 | R\$ 2.070,12 | R\$ 103.506,00 |
| | | | Reestruturação do Grupo Unido na Resistências às Drogas | R\$ 414.330,28 | R\$ 8.455,72 | R\$ 422.786,00 |
| | | JANDIRA | Mulheres da Paz e Protejo | R\$ 500.482,06 | R\$ 5.055,37 | R\$ 505.537,43 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | MUNICÍPIO | OBJETO | REPASSE | CONTRAPARTIDA | TOTAL |
|------|----|-----------------------|---|------------------|---------------|------------------|
| 2012 | SP | PIRACICABA | Implementação de patrulhamento preventivo da Guarda Municipal com Base Móvel e Veículos de Pequeno Porte, além de realização de Oficinas de Prevenção para as lideranças locais e cidadãos que são formadores de opinião na sua comunidade. | R\$ 273.500,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 285.500,00 |
| | | SANTO ANDRÉ | Implementação de policiamento comunitário na região PRONASCI de Santo André | R\$ 1.939.482,72 | R\$ 39.581,28 | R\$ 1.979.064,00 |
| | | SÃO BERNARDO DO CAMPO | Mulheres da Paz e Proteção | R\$ 715.752,80 | R\$ 14.607,20 | R\$ 730.360,00 |
| | | TABOÃO DA SERRA | Fortalecimento, reestruturação e modernização da Guarda Civil Municipal de Taboão da Serra. | R\$ 761.753,63 | R\$ 92.400,00 | R\$ 854.153,63 |

APÊNDICE 6 - CONVÊNIOS PRONASCI – MUNICÍPIOS (2008 – 2012) – conclusão.

FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

NOTA: Dados agrupados pela autora.

APÊNDICE 7

TERMOS DE PARCERIA PRONASCI – (2008 – 2012)

| ANO | UF | ENTIDADE | OBJETO | REPASSE |
|-------------|----------------------------------|---|--|------------------|
| 2008 | RJ | Central Única das Favelas - CUFA | Projeto de Mobilização dos Jovens das Periferias por meio da LIBBRA | R\$ 468.300,00 |
| | | Viva Comunidade | Usufruir da Pesca | R\$ 1.906.988,30 |
| | | | Segurança e Controle de Armas e Mobilização da Cidadania | R\$ 791.111,54 |
| | | | Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã | R\$ 819.032,16 |
| | | | Proteção de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO) | R\$ 683.316,44 |
| | | | Curso de Qualificação em Segurança Pública e uso de Força para Guardas Municipais de São Gonçalo | R\$ 358.046,05 |
| | | | Implementação de Projeto no Complexo da Maré | R\$ 220.742,70 |
| | Instituto Usina Social | Usina da Arte | R\$ 332.234,13 | |
| | DF | Brasil eu acredito | Projeto Tô na Rede | R\$ 551.416,60 |
| | | Associação Sócio Cultural Radicais Livres | Projeto Expressa, Periferia! Cidadania com Paz e Justiça Social | R\$ 303.549,13 |
| | SP | Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP | Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil | R\$ 2.514.695,52 |
| Via Pública | | Desenho de Metodologias e Implementação de procedimentos de Monitoramento e Avaliação do Planejamento | R\$ 255.446,66 | |
| 2009 | CE | Central Única das Favelas (CUFA) | Projeto Os invisíveis | R\$ 293.970,40 |
| | DF | Central Única das Favelas (CUFA) | Projeto Os invisíveis | R\$ 441.000,00 |
| | | Soluções Eficazes e Criativas em Políticas Públicas (SABER) | Implementação do PRONASCI | R\$ 1.399.098,28 |
| | | | Proteção de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO) | R\$ 4.440.083,88 |
| | PR | Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira (ADESOBRAS) | Implementação do PRONASCI | R\$ 3.310.415,33 |
| RJ | Central Única das Favelas (CUFA) | Projeto Os invisíveis | R\$ 433.440,00 | |

APÊNDICE 7 - TERMOS DE PARCERIA PRONASCI – (2008 – 2012) – continua.
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

| ANO | UF | ENTIDADE | OBJETO | REPASSE |
|------|----|---|--|------------------|
| 2009 | RS | Centro de Estudos Sociais Contemporâneos (CESCON) | Implementação do PRONASCI | R\$ 3.960.695,55 |
| | | Central Única das Favelas (CUFA) | Projeto Os invisíveis | R\$ 293.970,40 |
| 2010 | RJ | Associação Redes de Desenvolvimento da Maré | Potencializar lideranças comunitárias de favelas localizadas na Cidade do Rio de Janeiro | R\$ 303.774,96 |
| | | Viva Comunidade | Dar continuidade a Campanha de Desarmamento e promoção de uma cultura de paz | R\$ 852.294,00 |
| | SP | Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) | Aprimorar técnica e metodologicamente processos e procedimentos de produção de estatísticas e análise criminal | R\$ 1.429.248,73 |

APÊNDICE 7 - TERMOS DE PARCERIA PRONASCI – (2008 – 2012) – conclusão.

FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA.

NOTA: Dados agrupados pela autora.

ANEXO

DADOS POPULACIONAIS - LOCALIDADES PRONASCI

| UF | MUNICÍPIO | LOCALIDADES | POPULAÇÃO | ENTRE 15 e 29 ANOS | PÚBLICO-ALVO |
|---------------------|------------------|--|--|--------------------|--------------|
| AL | Maceió | Vargem do Lago; Benedito Bentes e Jacintinho | 178.120 | 24.750 | 1.229 |
| BA | Camaçari | PHOC I; PHOC II e PHOC II | 17.462 | 6.985 | 120 |
| | Lauro de Freitas | Itinga | 66.466 | 33.898 | 459 |
| | Salvador | Tancredo Neves- Beiru e São Cristovão | 160.579 | 47.674 | 1.108 |
| | Simões Filho | Ponto de Parada | 26.584 | 12.760 | 183 |
| CE | Fortaleza | Bom Jardim | 121.729 | 41.424 | 840 |
| DF | Brasília | Arapoanga; Cidade Estrutural e Itapoá | 157.000 | 41.000 | 1.083 |
| ES | Vila Velha | Barramares; João Goulart; Morada da Barra; Residencial Jabaeté | 11.921 | 3.450 | 82 |
| | Viana | Nova Bethânia; Areinha; Canaã e Marcílio de Noronha | 27.918 | 12.790 | 193 |
| | Serra | Feu Rosas e Vila Nova Colares | 31.527 | 9.311 | 217 |
| | Cariacica | Nova Rosa da Penha I e II; Nova Esperança; Padre Matias; Vila Cajueiro; Vila Progresso I, II e III. | 22.300 | 6.950 | 152 |
| | Vitória | Ilha do Príncipe; Forte São João; Resistência e São Pedro | 16.952 | 5.876 | 117 |
| | GO | Novo Gama | Pedregal de baixo; Pedregal do meio e Vila União | 20.000 | 6.400 |
| Planaltina de Goiás | | Setor Norte; São José e Paquetá | 25.562 | 7.803 | 176 |
| Cidade Ocidental | | Super Quadra 19; Parque Napóles A; Parque Nova Friburgo; Ocidental Park; Super Quadras 13 e 16 e Jardim ABC de Goiás | 68.376 | 27.472 | 472 |

ANEXO – Dados Populacionais – Localidades PRONASCI - continua
 FONTE: COORDENAÇÃO DE PROJETOS PRONASCI (2007)

| UF | MUNICÍPIO | LOCALIDADES | POPULAÇÃO | ENTRE 15 e 29 ANOS | PÚBLICO- ALVO |
|----|--------------------------|---|-----------|--------------------------|------------------|
| GO | Valparaíso de Goiás | Parque Marajó; Ipanema; Pacaembú; Vila Guaira; Esplanada II e IV; Jardim Oriente; São Bernardo; Araruama e Santa Rita | 35.542 | 7.599 | 238 |
| | Formosa | Setor Nordeste; Setor Benedito; Parque Lago; Lagoa dos Santos e Vila Vicentina | 16.502 | 4.851 | 114 |
| | Luiziânia | Jardim Ingá | 70.620 | 22.598 | 487 |
| | Águas Lindas de Goiás | Setor 02; Águas Bonitas; Morada da Serra; Alterosa e Setor 09 | 56.500 | 18.500 | 390 |
| MG | Ibirité | Vila Ideal; Recanto das Árvores; Sumidouro; Novo Horizonte; Safira; Piratinga; Laranjeiras; Washington Pires; Curumin; Jardim das Rosas e Grotá | 18.659 | 5.662 | 129 |
| | Contagem | Vila Pérola e Otis | 79.131 | 20.289 | 546 |
| | Belo Horizonte | Jardim Felicidade; Conjunto Paulo VI; Vila CEMIG; Taquaril e Pedreira Prado Lopes | 75.370 | 17.870 | 520 |
| | Betim | Jardim Teresópolis | 38.766 | 11.668 | 267 |
| | Santa Luzia | Santo Benedito | 74.082 | 22.446 | 511 |
| | Ribeirão das Neves | Florença, Urca; Pedra Branca; Santinho e Vila Bispo de Maura | 34.809 | 15.327 | 240 |
| PA | Belém | Guamá e Terra Firme | 165.315 | 55.435 | 1.141 |
| | Ananindeua | Distrito Industrial; Icui Guajará e PAAR | 148.795 | 63.847 | 1.026 |

ANEXO – Dados Populacionais – Localidades PRONASCI - continua
 FONTE: COORDENAÇÃO DE PROJETOS PRONASCI (2007)

| UF | MUNICÍPIO | LOCALIDADES | POPULAÇÃO | ENTRE 15 e 29 ANOS | PÚBLICO-ALVO |
|----|-------------------------|--|-----------|--------------------|--------------|
| PR | São José dos Pinhais | Guatupê e Borda do Campo | 37.472 | 8.470 | 229 |
| | Piraquara | Guarituba e Vila Vicente Macedo | 41.224 | 11.955 | 249 |
| | Colombo | Ana Terra; São Gabriel e Monza | 29.840 | 11.936 | 206 |
| | Curitiba | Sítio Cercado | 114.920 | 33.889 | 793 |
| | Araucária | Estação; Boqueirão; Fazenda Velha; Campina da Barra; Capela Velha; Costeira; São Miguel; Thomaz Coelho e Barigui | 47.504 | 17.961 | 328 |
| PE | Jaboatão dos Guararapes | Cajueiro Seco | 49.096 | 10.801 | 339 |
| | Olinda | Ilha do Maruim, V-8 e Alto da Mina | 11.616 | 3.515 | 80 |
| | Recife | ZEIS Santo Amaro; ZEIS João de Barro; ZEIS Vila União; DETRAN; ZEIS Coque e Ibura | 91.598 | 24.251 | 632 |
| | Cabo de Santo Agostinho | Chiado do Rato; Fluminense; Alto dos Índios; Cruzeiro; Alto da Bela Vista; São Francisco; Alto do Colégio; Córrego do Morcego e Novo Horizonte | 29.800 | 12.570 | 275 |
| | Paulista | Janga | 39.568 | 8.705 | 273 |
| RJ | Rio de Janeiro | Complexo do Alemão; Rocinha; Manguinhos e Maré | 436.000 | 197.700 | 3.009 |
| | Belford Roxo | Lote XV | 49.356 | 12.339 | 341 |
| | Nilópolis | Paiol e Novo Horizonte | 24.672 | 6.556 | 170 |
| | Macaé | Malvinas; Botafogo; Novo Horizonte e Campo D'Oeste | 20.686 | 6.278 | 143 |
| | Duque de Caxias | Vila Ideal e Vila Nova | 40.000 | 15.000 | 276 |
| | São Gonçalo | Complexo do Salgueiro | 300.000 | 10.000 | 2.070 |

ANEXO – Dados Populacionais – Localidades PRONASCI - continua
 FONTE: COORDENAÇÃO DE PROJETOS PRONASCI (2007)

| UF | MUNICÍPIO | LOCALIDADES | POPULAÇÃO | ENTRE 15 e 29 ANOS | PÚBLICO-ALVO |
|----|--------------------|--|-----------|--------------------|--------------|
| RJ | Queimados | Campo da Banha; Vila Nascente; Inconfidência; Centro; São Simão e Jardim Queimados | 132.000 | 33.000 | 910 |
| | Itaboraí | Complexo da Reta | 26.117 | 7.330 | 180 |
| | São José de Meriti | Coelho da Rocha | 36.406 | 7.723 | 251 |
| | Mesquita | Chatuba | 38.398 | 10.352 | 265 |
| | Nova Iguaçu | Centro | 175.562 | 45.641 | 1.211 |
| | Itaguaí | Brisamar | 28.727 | 8.016 | 198 |
| | Niterói | Comunidade de Vila Ipiranga e Preventório | 14.229 | 3.562 | 98 |
| RS | Gravataí | Eixo Tom Jobim; Eixo Rincão da Madalena; Eixo Xará | 32.900 | 17.108 | 226 |
| | São Leopoldo | Campina; Rio dos Sino e Vicentina | 30.266 | 14.528 | 209 |
| | Novo Hamburgo | Canudos | 58.958 | 15.337 | 407 |
| | Porto Alegre | Bom Jesus; Vila Jardim; Restinga Velha e Lomba do Pinheiro | | | |
| | Guaíba | COHABNova Guaíba e São Francisco | 33.000 | 9.900 | 228 |
| | Viamão | Augusta Marina; Augusta Meneghini e Augusta Fiel | 33.427 | 8.807 | 231 |
| | Sapucaia | COHAB; Colina Verde; Jardim América; Parque Joel; Santa Luzia; Trensurb e Vida Nova | 35.400 | 11.487 | 245 |
| | Alvorada | Grande Região Umbu e Santa Bárbara | 90.608 | 24.464 | 625 |
| | Cachoeirinha | Vila Anais e Vila da Paz | 39.845 | 15.938 | 275 |
| | Esteio | São José; Liberdade; São Sebastião; Jardim Planalto; Santo Inácio; Olímpica; Parque Amador e Parque Claret | 33.055 | 7.501 | 228 |
| | Canoas | Guajuviras | 68.000 | 22.000 | 469 |

ANEXO – Dados Populacionais – Localidades PRONASCI - continua
 FONTE: COORDENAÇÃO DE PROJETOS PRONASCI (2007)

| UF | MUNICÍPIO | LOCALIDADES | POPULAÇÃO | ENTRE 15 e 29 ANOS | PÚBLICO-ALVO |
|----|------------------------|---|-----------|--------------------|--------------|
| SP | São Paulo | Distrito da Brasilândia (Jd. Vista Alegre, Jd. Elisa Maria, Jd. Damasceno e Jd. Paulistano) | 262.686 | 71.318 | 1.813 |
| | Embu-Guaçu | Chácara Flórida; Centro e Cipó-Guaçu | 54.000 | 32.500 | 373 |
| | São Bernardo do Campo | Bairro dos Alvarenga | 100.000 | 30.000 | 690 |
| | Embu das Artes | Jardim do Colégio | 47.696 | 15.018 | 329 |
| | Santo André | Jardim Santo André; Jardim Vila Rica; Vila João Ramalho; Bairro Cata Preta e Jardim Irene | 53.186 | 4.256 | 367 |
| | Vargem Grande Paulista | Agreste, São Marcos, São Lucas e Jardim Margarida | 13.963 | 299 | 96 |
| | Pirapora do Bom Jesus | Parque Payol e Centro | 3.500 | 350 | 25 |
| | Campinas | Distritos Industriais de Campinas I, II, III, IV, V, VI, Jardim Aeroporto, Jardim Cristina, Jardim Profilurb, Parque Universitário de Viracopos e Jardim Paraíso de Viracopos | 43.030 | 13.257 | 297 |
| | Santana do Parnaíba | Parque Santana, Isaura e Cidade São Pedro | 29.875 | 8.529 | 206 |
| | Jandira | Centro, Parque Tereza, Jardim Nossa Senhora de Fátima e Jardim Gabriela | 15.124 | 5.562 | 104 |
| | Itapevi | Jardim Paulista e Jardim Santa Rita | 6.033 | 1.204 | 42 |
| | Itapecerica da Serra | Jardim Jacira e Parque Paraíso | 57.524 | 4.461 | 397 |
| | Taboão da Serra | Scandia, Trianon, Pirajussara, Saporito e Vila Sônia | 33.420 | 11.692 | 231 |
| | Osasco | Jardim Conceição, Padroeira, Portal D'Oeste e Baronesa | 69.902 | 15.012 | 482 |
| | Guarulhos | Cumbica | 107.005 | 38.521 | 738 |

ANEXO – Dados Populacionais – Localidades PRONASCI - conclusão
 FONTE: COORDENAÇÃO DE PROJETOS PRONASCI (2007)